

ORGANIZADORES
Amanda Lacerda Jorge
André Augusto Pereira Brandão
Sidimara Cristina de Souza

Juventude e Periferia

no século XXI



LETRAS © LIVROS

JUVENTUDE E PERIFERIA NO SÉCULO XXI

Organizadores:

Amanda Lacerda Jorge
André Augusto Pereira Brandão
Sidimara Cristina de Souza

AUTORES:

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin
Aline Adriana de Oliveira
Ana Beatriz Conceição de Jesus
Angela Ernestina Cardoso de Brito
Amanda Lacerda Jorge
André Augusto Pereira Brandão
Carla Mangueira Gonçalves
Carolina dos Anjos de Borba
Cristiano Sant'Anna de Medeiros
Elbênia Neris da Silva Bento
Eva Aparecida da Silva
Fabiana Lopes Corrêa
Fabiano Lucio de Almeida Silva
Isadora Souza da Silva
João Bôsko Hora Góis
Joana D`Arc Fernandes Ferraz
Joana Valente Santana
Joicy Helena da Costa Pantoja
Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes
Leonardo Costa Miranda
Leopoldo Nogueira Santana Junior
Letícia Machado de Araujo
Margarida de Cassia Campos
Mariana Muniz
Pollyanna de Souza Carvalho
Sidimara Cristina de Souza
Simone de Fátima Flach
Verônica Gonçalves Azeredo

JUVENTUDE E PERIFERIA NO SÉCULO XXI

1ª Edição

Niterói - Brasil
Syal Letras e Livros
2022

Copyright© de SYAL ATELIER DE LETRAS E LIVROS LTDA.

Editora-chefe: Symone Mesquita de Oliveira

Diagramação e Capa: Criação Carioca (@criacaocarioca)

Revisão: realizada sob a responsabilidade dos próprios autores.

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adriano Moura da Fonseca Pinto (Brasil)
- Prof. Dr. Arnulfo Sánchez García (México)
- Prof. Dr. Carlos Alberto Lima de Almeida (Brasil)
- Prof.^a Dr.^a Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva (Brasil)
- Prof. Dr. Francisco Javier Gorjon Gómez (México)
- Prof. Dr. José Gil Vicente (Brasil)
- Prof.^a Dr.^a Karla Saénz (México)
- Prof.^a Dr.^a Kelly Gianezini (Brasil)
- Prof.^a Dr.^a Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues de Aguiar Lopes (Brasil)
- Prof.^a Dr.^a Nuria Belloso Martín (Espanha)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Juventude e periferia no Século XXI [livro eletrônico] / [organização Amanda Lacerda Jorge, André Augusto Pereira Brandão, Sidimara Cristina de Souza]. -- Niterói, RJ : Syal Letras e Livros, 2022.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-990983-9-0

1. COVID-19 - Pandemia 2. Juventude - Aspectos econômicos 3. Juventude - Aspectos sociais
4. Periferia - Condições sociais I. Jorge, Amanda Lacerda. II. Brandão, André Augusto Pereira.
III. Souza, Sidimara Cristina de.

22-103439

CDD-305.235

Índices para catálogo sistemático:

1. Juventude : Aspectos sociais : Sociologia 305.235

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Syal Letras e Livros

Avenida Ernani do Amaral Peixoto, nº 500, sala 603
Centro – Niterói – RJ – CEP: 24.020-077 - E-mail: contato@syal.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei nº 9.610/1998)

SUMÁRIO

PREFÁCIO _____ **09**

Amanda Lacerda Jorge

CAPÍTULO 1

Juventude e sexualidade: uma análise sobre os jovens moradores de regiões periféricas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro _____ **15**

Amanda Lacerda Jorge

André Augusto Pereira Brandão

CAPÍTULO 2

A (in)visibilidade visível: sexualidade e violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil _____ **51**

Elbênia Neris da Silva Bento

Juliana Grasiela da Silva Dantas

CAPÍTULO 3

Violência sexual à adolescentes nas periferias populares _____ **71**

Pollyanna de Souza Carvalho

Leticia Machado de Araujo

Verônica Gonçalves Azeredo

CAPÍTULO 4

Juventude e movimentos sociais conservadores em instituições públicas de Ensino Superior _____ **89**

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin

Simone de Fátima Flach

CAPÍTULO 5

As percepções sobre a manifestação do racismo da juventude negra no bairro Cajazeiras, Salvador-BA _____ **109**

Angela Ernestina Cardoso de Brito

Ana Beatriz Conceição de Jesus

Sidimara Cristina de Souza

Margarida de Cassia Campos

CAPÍTULO 6

Consider(ações) juvenis sobre o uso do celular em sala de aula: um estudo de caso a partir do ensino médio de Itacarambi-MG _____ **133**

Fabiana Lopes Corrêa

CAPÍTULO 7

Os processos condenatórios a adolescentes e jovens considerados em conflito com a lei a partir das sentenças emitidas pelo TJRJ _____ **149**

Joana D'Arc Fernandes Ferraz

Carla Mangueira Gonçalves Machado

CAPÍTULO 8

O empoderamento feminino de jovens da Maré _____ **167**

Cristiano Sant'Anna de Medeiros

Isadora Souza da Silva

Mariana Muniz de Oliveira

CAPÍTULO 9

Jovens negras na formação de docentes: entre identidades, disputas por legitimação e resistências _____ **187**

Aline Adriana de Oliveira

Carolina dos Anjos de Borba

CAPÍTULO 10

Movimento de educação popular inclusiva no jurunas: resistências da juventude na periferia de Belém/Pará _____ **209**

Joana Valente Santana

Leopoldo Nogueira Santana Junior

Leonardo Costa Miranda

Joicy Helena da Costa Pantoja

CAPÍTULO 11

“Revisitando” adolescentes e jovens quilombolas:
condições de vida, cotidiano e projetos

241

Eva Aparecida da Silva

João Bôsko Hora Góis

Sidimara Cristina de Souza

CAPÍTULO 12

Tentativas de suicídio entre jovens brasileiros:
um problema de saúde pública e violação de direitos

273

Fabiano Lucio de Almeida Silva



PREFÁCIO

O livro “Juventude e periferia no século XXI” é composto por 12 artigos que abordam diferentes temáticas sobre o viver dos jovens com idade entre 15 e 29 anos nos dias atuais. A obra foi construída a partir de um enfoque interdisciplinar e com ampla diversidade metodológica, tendo em vista o esforço de diversos pesquisadores, de diferentes estados brasileiros, na busca por compreender o contexto socioeconômico e cultural de jovens brasileiros moradores de regiões periféricas. Ou seja, o foco de análise das pesquisas apresentadas no livro tem como objeto aqueles jovens que sofrem com as disparidades no acesso a melhores condições de vida, e que se materializam por exemplo, na privação do direito a uma educação de qualidade, no acesso à moradia digna, ao saneamento, ao lazer e a uma renda digna para a sua subsistência e da sua família. Podemos afirmar que o modo de vida destes jovens tem ganhado cada vez mais espaço em estudos acadêmicos, mas precisa mobilizar ainda com mais força e legitimidade as esferas públicas diante do desafio de se implementar políticas mais pontuais para estes grupos. Isto principalmente diante da privação dos jovens de periferia, de forma mais acentuada aos direitos fundamentais, com uma situação que tem piorado ainda mais com a Pandemia da Covid – 19 desde o mês de março de 2020.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 47,3 milhões de pessoas no Brasil. Sendo interessante destacar que deste total cerca de 17,6% dos homens e 28,4% das mulheres jovens com idade entre 15 a 29 anos não estavam trabalhando ou estudando. Entre os jovens pretos e pardos este percentual se apresentou ainda mais alto (25,8%) em comparação com os brancos (18,5%). Verifica-se que o contexto de desigualdade social entre os jovens no Brasil tem se acentuado ainda mais diante da pandemia causada pela Covid -19, como aponta o estudo intitulado “Juventude e a pandemia no coronavírus” realizado no ano de 2021 e coordenado pelo Conselho Nacional da Juventude. Um ano após o início da pandemia, 68 mil jovens de diferentes estados brasileiros participaram da pesquisa.

O estudo aponta que do total de entrevistados 43% disseram ter pensado em parar de estudar e 6% destes interromperam os estudos de fato, sendo o ensino remoto e a situação financeira da família apontados como principais motivos para a evasão escolar. Ainda de acordo com a pesquisa, que havia realizado a mesma investigação no ano de 2020, houve um aumento significativo de jovens que não estudam e não trabalham atualmente, passando de 10% em 2020 para 16% em 2021.

Apontar estes dados estatísticos, principalmente diante do momento crítico que a humanidade tem vivido devido à pandemia, nos permite constatar que as desigualdades sociais têm se acentuado ainda mais na vida dos jovens que vivem em lugares periféricos e sob a situação de vulnerabilidade social. Neste contexto, temos assistido a uma necessidade de atuação do Estado de maneira mais enfática na criação de políticas públicas e sociais que venham atender a grupos específicos. Dentro deste rol, sem sombra de dúvidas, podemos situar a juventude brasileira e periférica que tem vivido há anos algumas questões próprias como: a) a dificuldade de inserção no mercado de trabalho; b) a falta de acesso a educação de base de qualidade; c) a dificuldade de acesso ao ensino superior; d) a falta de acesso a cultura, arte e lazer; e) aumento da violência e número de mortes entre jovens pardos e negros moradores de favelas e periferias.

Posto isso, cabe nos perguntar: quem são estes jovens de áreas periféricas que vivem no século XXI? Quais são os principais desafios e problemáticas enfrentadas por estes no dia a dia? O que alguns estudos apresentam sobre estes grupos? Diante destes questionamentos, os artigos publicados neste livro colaboram neste sentido, com enfoques a partir de diferentes tópicos como sexualidade, racismo, mobilização social, educação, identidade e suicídio.

No primeiro capítulo do livro intitulado “JUVENTUDE E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE OS JOVENS MORADORES DE REGIÕES PERIFÉRICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO” os autores Amanda Lacerda Jorge e André Brandão apresentam uma análise dos dados coletados em pesquisa realizada com jovens moradores de regiões periféricas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Ao todo foram entrevistados 1640 jovens, no ano de 2019 com idade entre 15 e 24 anos que responderam a um questionário com perguntas sobre a vivência da sexualidade na juventude. Os resultados da investigação nos trazem reflexões importantes com enfoque na necessidade da educação sexual na vida dos jovens como forma de prevenção a diversas questões como gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.

O segundo capítulo escrito por Elbênia Neris da Silva Bento e Juliana Grasiela da Silva Dantas intitulado “A (IN)VISIBILIDADE VÍSIVEL: SEXUALIDADE

E VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL”, também traz o tema da sexualidade como foco. O trabalho realizou a sistematização e análise das denúncias do Disque 100 no período de 2011 a 2019 na busca por mapear o diagnóstico da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. As pesquisadoras utilizaram filtros como sexo e faixa etária da vítima, bem como considerações sobre o perfil dos supostos agressores para analisar as denúncias. O Disque Direitos Humanos, conhecido como Disque 100, atende graves situações de violações de direitos humanos tendo como foco diferentes grupos e situações. Neste sentido, a partir de um recorte específico que envolve crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, este trabalho vem colaborar para o campo acadêmico com um tema que merece destaque na sociedade, haja vista o aumento do número de casos de prática de violência contra grupos mais vulneráveis como mulheres, crianças e adolescentes após o confinamento das famílias devido a Pandemia causada pela Covid - 19.

No terceiro capítulo as autoras Pollyanna de Souza Carvalho, Letícia Machado de Araujo e Verônica Gonçalves Azeredo colaboram com o estudo “VIOLÊNCIA SEXUAL À ADOLESCENTES NAS PERIFERIAS POPULARES”, e fecham as discussões sobre juventude e sexualidade. O trabalho, traz reflexões sobre o problema da violência sexual vivida por jovens que vivem nas periferias brasileiras. O artigo traz reflexões sobre a violência sexual sofrida por adolescentes e jovens mulheres moradoras de zonas periféricas. As discussões têm como base as variáveis gênero, raça e classe a fim de problematizar a prática de estupro e consequente gravidez vivida por este segmento.

No quarto capítulo intitulado “JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIAIS CONSERVADORES EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR”, Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin e Simone de Fátima Flach têm como foco entender sobre a vinculação de jovens brasileiros a mobilizações sociais com traços conservadores. Neste contexto, as pesquisadoras têm como cenário o fortalecimento social, político e ideológico da onda conservadora dentro das universidades públicas tendo em vista os jovens estudantes. A fim de mapear estes movimentos estudantis “de direita” e os fundamentos e ideias que o alicerçam as autoras realizaram um mapeamento através de redes sociais, como o facebook, na busca por analisar com as pautas conservadoras tem agregado os jovens a participarem de pautas que vão contra instituições políticas e conquistas de direitos sociais.

O quinto capítulo agrega o artigo escrito por Angela Ernestina Cardoso de Brito, Ana Beatriz Conceição de Jesus, Sidimara Cristina de Souza e Margarida de

Cassia Campos nomeado como “AS PERCEPÇÕES SOBRE A MANIFESTAÇÃO DO RACISMO DA JUVENTUDE NEGRA NO BAIRRO CAJAZEIRAS, SALVADOR-BA”. A investigação teve como objetivo compreender a percepção da juventude negra sobre a manifestação do racismo em um bairro de periferia localizado no estado da Bahia. Do total de moradores, 80% destes locais se autodenominam pretos/pardos. A pesquisa foi realizada no ano de 2019 a partir de entrevistas semiestruturadas com jovens lideranças do bairro na busca por entender qual a percepção e vivência destes quando nos referimos ao preconceito racial no Brasil.

No capítulo 6 da obra encontramos o artigo escrito por Fabiana Lopes Corrêa “CONSIDER(AÇÕES) JUVENIS SOBRE O USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ENSINO MÉDIO DE ITACARAMBI-MG”. O presente trabalho buscou compreender sobre o uso do celular em sala de aula por parte de alunos do Ensino Médio da rede pública de educação no estado de Minas Gerais. O uso do celular na sala de aula tem sido utilizado com mais frequência a partir de dinâmicas escolares para o estudo e aprendizado de conteúdos. Entretanto, sabemos das controvérsias existentes quanto a presença deste dispositivo na sala de aula - quando nos referimos principalmente a atenção e foco dos alunos. Posto isto, a autora questiona em seu estudo: o precisa ser considerado no espaço escolar quando estamos lidando com cotidianos e sujeitos socioculturais diferenciados e que se encontram na era do desenvolvimento da tecnologia e informação?

O capítulo 7 é composto pelo trabalho escrito pelas autoras Joana D'Arc Fernandes Ferraz e Carla Manguiera Gonçalves conhecido como “OS PROCESSOS CONDENATÓRIOS A ADOLESCENTES E JOVENS CONSIDERADOS EM CONFLITO COM A LEI A PARTIR DAS SENTENÇAS EMITIDAS PELO TJRJ”. A partir de análise documental, o estudo realizado buscou compreender a construção dos processos condenatórios em casos envolvendo jovens e adolescentes considerados em conflito com a lei. Dessa forma, foram mapeadas e analisadas 20 sentenças emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). A análise dos discursos presentes nos documentos constrói, segundo as autoras, um modo específico de culpa e castigo para um público único - jovens e adolescentes pretos e pobres que são tratados de maneira diferenciada na sociedade brasileira.

No capítulo 8 o artigo “O EMPODERAMENTO FEMININO DE JOVENS DA MARÉ” escrito por Cristiano Sant'Anna de Medeiros, Isadora Souza da Silva e Mariana Muniz teve como objetivo entender como jovens mulheres de uma região periférica de uma grande metrópole “se entendem como mulheres” e se

relacionam socialmente. Dessa forma, a pesquisa traz elementos sobre a construção identitária dessas jovens mulheres a partir da percepção do lugar de moradia e/ou pertencimento e a partir de questões sexistas que atravessam o cotidiano destes grupos. Para tanto, 7 mulheres moradoras do Complexo da Maré com faixa etária entre 20 e 21 anos foram entrevistadas.

O capítulo 9 traz o trabalho escrito por Aline Adriana de Oliveira e Carolina dos Anjos de Borba intitulado “JOVENS NEGRAS NA FORMAÇÃO DE DOCENTES: ENTRE IDENTIDADES, DISPUTAS POR LEGITIMAÇÃO E RESISTÊNCIAS”. Assim como no artigo do capítulo anterior, este trabalho traz alguns elementos sobre a articulação e construção da identidade de mulheres negras. Para tanto, jovens mulheres estudantes de uma escola pública e moradoras de Curitiba - PR foram entrevistadas entre os anos de 2018 e 2019.

No décimo artigo da obra temos o artigo “MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR INCLUSIVA NO JURUNAS: RESISTÊNCIAS DA JUVENTUDE NA PERIFERIA DE BELÉM/PARÁ” escrito pelos pesquisadores Joana Valente Santana, Leopoldo Nogueira Santana Junior, Leonardo Costa Miranda e Joicy Helena da Costa Pantoja. O trabalho teve como objetivo trazer reflexões sobre as condições de vida dos jovens moradores de periferia e foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com 05 (cinco) jovens egressos que participaram e/ou participam do Projeto Movimento de Educação Popular Inclusiva no Jurunas, bairro periférico localizado na cidade de Belém/PA.

O artigo de Eva Aparecida da Silva, João Bôsko Hora Góis e Sidimara Cristina de Souza compõe o décimo primeiro capítulo do livro. O trabalho “REVISITANDO” JOVENS E ADOLESCENTES QUILOMBOLAS: CONDIÇÕES DE VIDA, COTIDIANO E PROJETOS” traz algumas considerações sobre a vivência de jovens quilombolas tendo em vista a pesquisa “Jovens quilombolas e seus projetos de vida”. Esta investigação foi realizada no período de 2012 a 2014, com financiamento da FAPEMIG, nas comunidades Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, localizadas no município de Teófilo Otoni/MG. O relatório da pesquisa traz alguns elementos que caracterizam os adolescentes e jovens quilombolas, com faixa etária entre 15 a 29 anos. O que os autores mostram a partir dos dados do relatório citado é a realidade marginal destes grupos que já têm enfrentado com as comunidades a qual pertencem o não acesso à titulação territorial e outras problemáticas sociais.

Por fim Fabiano Lucio de Almeida Silva no artigo “TENTATIVAS DE SUICÍDIO ENTRE JOVENS BRASILEIROS: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS” encerra as discussões propostas este livro. O tra-

balho do autor contribui com um estudo sobre tentativas de suicídio juvenil (15 a 29 anos), entre os anos de 2010 e 2019, tratando esta questão não como um elemento subjetivo e psicológico, mas sim, como problema de política pública de saúde e violação de garantias fundamentais.

Posto isto, fechamos as nossas reflexões sobre a vivência dos jovens moradores de periferia a partir de diversas realidades. Após deslizar os olhos por todos os artigos que compõem este livro o leitor com certeza vai concordar com a constatação de que a juventude brasileira precisa ganhar mais visibilidade no âmbito político e social do nosso país. Isto porque, a partir de dimensões multifacetadas presentes nas diversas investigações verificamos ao longo dos artigos como o Estado pratica ou subjuga jovens pretos, pobres e periféricos e ainda como questões étnico-raciais, de gênero e territoriais afetam diretamente o bem viver dessa juventude. Este quadro se acentua com ainda mais desigualdade com a Pandemia causada pela Covid -19. Urge políticas públicas e sociais para estes grupos!

Por fim, me resta desejar uma ótima leitura a tod@s!

Amanda Lacerda Jorge
Socióloga e Pesquisadora Doutora em Política Social (UFF)

Juventude e sexualidade: uma análise sobre os jovens moradores de regiões periféricas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

*Amanda Lacerda Jorge*¹

*André Augusto Pereira Brandão*²

INTRODUÇÃO

A temática juventude e sexualidade vem ganhando espaço no trabalho de pesquisadores e estudiosos como um objeto importante a ser analisado. Isto porque sabe-se que é entre a adolescência e a vida adulta que o ser humano experimenta e vive diversas transformações corporais e experiências afetivas e sexuais socialmente condicionadas. Tal momento tem feito parte da vida dos jovens cada vez mais cedo, o que faz com que diversos problemas sociais apareçam mais frequentemente - como a gravidez precoce e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A pesquisa que gerou este artigo leva em consideração tais questões e busca colaborar com o aporte de dados que possam ser analisados por diversas áreas do conhecimento que tenham interesse pelo tema. A pesquisa “juventude e sexualidade” foi realizada em bairros periféricos da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ).

Foram entrevistados o total de 1640 jovens, com idade entre 15 e 24 anos. Os seguintes municípios e respectivos bairros fizeram parte da coleta de dados entre os meses de novembro e dezembro de 2019: Belford Roxo (bairros: São Bernardo, Xavantes), Niterói (bairros: Vila Ipiranga, Vital Brasil), Rio de Janeiro (bairros: Babilônia e Vidigal) e São Gonçalo (bairros: Jardim Catarina, Ipiiba). Trata-se de

1 Socióloga e Pesquisadora, Doutora em Política Social/UFF, amandalacerda@id.uff.br; <http://lattes.cnpq.br/4818808329765049>.

2 Sociólogo, Professor Doutor titular da Universidade Federal Fluminense, andre_brandao@id.uff.br; <http://lattes.cnpq.br/5595235187153920>.

bairros onde tendencialmente encontramos indicadores socioeconômicos mais precários quando comparados a outras regiões do estado do Rio de Janeiro.

A amostra foi definida proporcionalmente ao tamanho das comunidades dos municípios pesquisados, método conhecido como PPT, a partir do levantamento do número de moradores das áreas selecionadas. A aplicação do questionário composto por 26 questões obedeceu a um conjunto de filtros de idade, sexo e escolaridade e foi construído de forma a nos dar referências sobre o conjunto de informações, crenças, valores e atitudes do jovem atual com a sexualidade. A categoria sexualidade é definida neste trabalho como uma dimensão que conforma o ser humano ao envolver um conjunto de valores sociais e culturais ligados à atividade sexual, à dimensão biológica, íntima, relacional e subjetiva de cada sujeito (MELO e SANTANA 2005; OLIVEIRA et al 2009).

O artigo foi dividido em três partes. No tópico 1, buscamos apresentar um referencial teórico construído a partir de reflexões que tenham como tema a sexualidade dos jovens nos dias atuais. Já no tópico 2, buscamos caracterizar os jovens entrevistados. Apresentamos percentuais relacionados a sexo e faixa etária, religião, estado civil, escolaridade e renda. Já no tópico 3 o leitor poderá verificar os resultados da pesquisa e refletir sobre as principais questões relacionadas a vivência sexual dos jovens moradores das regiões periféricas da RMRJ. O questionário aplicado traz pontos que se relacionam com a importância da educação sexual e temas como a gravidez precoce, informações sobre DSTs entre outras singularidades.

1. Reflexões teóricas sobre o tema

A sexualidade faz parte da vida humana, entretanto diversos estudos têm comprovado que esta tem sido despertada precocemente entre adolescentes e jovens no século XXI. O acesso a novas fontes de comunicação e informação como as redes sociais, e diversos websites de maneira instantânea também fazem parte da construção deste novo contexto - do despertar prévio para as experiências sexuais e afetivas. Já é consenso entre pesquisadores que a vivência da sexualidade na adolescência e ao longo da juventude participa da estruturação da identidade do indivíduo, sendo, pois, uma característica que faz parte da vida de todo ser humano e que pode ser manifestada de diversas maneiras. Neste sentido, a sexualidade pode ser definida como um conjunto de valores intersubjetivos e sociais, associada à atividade sexual, à dimensão biológica, íntima, relacional e subjetiva de cada sujeito. A sexualidade também se refere ao prazer e não somente a capacidade reprodutiva. (MELO e SANTANA 2005; OLIVEIRA et al 2009; CASTRO E ABRAMOVAY, 2004).

As investigações que têm como tema “juventude e sexualidade” trazem diferentes perspectivas e são oriundas de diferentes campos do conhecimento com destaque para a enfermagem, psicologia, e ciências sociais. Os marcadores de diferença entre as pesquisas realizadas dizem respeito: aos questionamentos a que se quer responder, ao público alvo a ser estudado ou ainda a metodologia a ser aplicada. Neste amplo cenário de reflexões podemos destacar estudos sobre a presença de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), que rondam principalmente o segmento populacional jovem; riscos sociais e de saúde na ocorrência de gravidez precoce, questões sobre o aborto, sobre a representação da sexualidade na vida dos jovens, ou ainda como a experiência sexual ocorre para jovens do sexo masculino e feminino, tentando compreender as fronteiras da diferença entre os dois segmentos (GONÇALVES, 2015; OLIVEIRA, 2009; JURASSI e TONELLI, 2014).

Verificamos também pesquisadores preocupados com grupos de jovens específicos – àqueles moradores de áreas periféricas e que vivem em situação de vulnerabilidade social, ou ainda os que abordam a importância da educação sexual como uma política pública preventiva (MONTEIRO, 1999; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002; OLIVEIRA e SOUZA, 2018). Embora tenhamos a ideia de que inúmeros trabalhos têm como tema o jovem brasileiro, os estudos ainda são esparsos quando verificamos o universo da juventude brasileira. É a partir da década de 1990 que alguns dados começam a ser publicados sobre juventude, cidadania e violência, mas antes disso verificamos um vazio de informações sobre o tema (CASTRO e ABRAMOVAY, 2004).

Isto posto, no que diz respeito a iniciação sexual e reprodutiva dos jovens, Gonçalves (2015), em pesquisa realizada, verificou que atualmente tem sido comum que a primeira experiência sexual venha ocorrendo entre indivíduos que se encontram com idade entre 10 e 14 anos, principalmente entre aqueles do sexo masculino, com menor escolaridade e com baixo nível econômico. Os resultados levantados apontam para alguns comportamentos de risco à saúde entre os jovens, imaturos para tal experiência, já que nem sempre há prevenção para as doenças sexualmente transmissíveis e para a gravidez. Constatou-se também que quanto mais precoce for o início da vida sexual, maior será o número de parceiros sexuais ao longo da vida. Em geral, no Brasil estudos verificaram que o início da vida sexual da população ocorre durante a adolescência com a média de idade da primeira relação sexual de 14,9 anos. As mulheres são um grupo que iniciam mais tardiamente do que os homens a primeira experiência sexual.

Algumas investigações ressaltam há muito tempo que grupos mais vulneráveis socioeconomicamente estão mais propensos aos riscos de uma atividade

sexual precoce. Os estudos de Monteiro (1999) ao investigar as trajetórias e experiências sociais de gênero e sexualidade de jovens moradores da favela de Vigário Geral (no município do Rio de Janeiro-RJ) com idade entre 13 e 19 anos, na década de 1990, já discutia sobre o início prematuro da atividade sexual dos jovens em vulnerabilidade social em comparação com a média nacional. Segundo a autora “chama a atenção que a idade da iniciação sexual do grupo pesquisado (prevalece a faixa de 13 a 15 anos) está abaixo da média do país: 16,7 entre os homens e 19,5 entre as mulheres” (MONTEIRO, 1999, p. 102).

O fortalecimento de vínculos familiares é considerado uma ação fundamental na prevenção de comportamentos de risco entre o grupo jovem. Os pais e responsáveis “estarem atentos às atividades dos adolescentes, estabelecendo laços de confiança e diálogo e conhecendo suas demandas, colaboram para que os adolescentes cresçam com segurança” e diminuam as chances de adquirir hábitos de fumar, beber, usar drogas ou iniciar a vida sexual extemporaneamente (IBGE, PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR, 2015, p. 43).

Como ressaltam Oliveira et al (2009) é entre a adolescência e juventude que o ser humano passa por experiências importantes para o seu desenvolvimento psicossocial. É durante esta fase inclusive, que presenciamos o amadurecimento corporal dos jovens junto a novas experiências, emocionais, interpessoais e também sexuais. Dessa forma, a fim de identificar algumas características sobre a representação da sexualidade na vida dos jovens, os autores citados acima realizaram uma investigação no ano de 2003 sobre este tema. Foram realizadas 746 entrevistas com jovens de duas escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Os entrevistados tinham idades compreendidas entre 14 e 22 anos.

A representação social referenciada pelos autores é definida como um “conjunto de informações, crenças, valores e atitudes acerca de um objeto social e pode ser organizada, estruturada e constituída num sistema sociocognitivo” (OLIVEIRA et al, 2009, p.818). Os resultados coletados a partir de grupos focais e evocações livres ao termo indutor “sexualidade” mostram que os jovens entrevistados têm uma atitude representacional positiva associada à sexualidade. Percebeu-se que a maioria dos jovens associavam a sexualidade com a prática sexual. Outros termos que se destacaram durante as entrevistas foram “camisinha” e “responsabilidade”, o que sugere que “houve um processo de incorporação dos conhecimentos relativos à prevenção em saúde reprodutiva, revelando possivelmente o sucesso das campanhas de educação em saúde” (OLIVEIRA et al, 2009 p.820).

Entretanto, ainda é possível verificar um desacordo entre o saber e a prática do cuidado a partir do uso de métodos contraceptivos entre os jovens. Esta afirmati-

va é verdadeira quando analisamos o aumento de casos de jovens infectados por doenças como Aids, Sífilis e Úlcera Genital. De acordo com o Ministério da Saúde (2020)³ o comportamento de risco dos jovens brasileiros tem retardado a baixa nos índices de DSTs, principalmente a Sífilis, a Hepatite Viral e a Aids. Estas são as doenças que mais preocupam os especialistas de saúde no momento atual. Ressalta-se ainda que o uso do preservativo vem caindo com o passar do tempo, principalmente entre os jovens, o que tem agravado o quadro da saúde sexual no país.

Não podemos deixar de citar também que o compromisso com a educação sexual dos jovens brasileiros depende da disposição da agenda governamental durante o mandato – da mesma forma podemos afirmar que hoje tal temática tem tido pouca vocalização. Existem falta de números sobre as DSTs por parte do governo federal eleito no ano de 2018 e falta de campanhas de conscientização, o que pode estar acentuando o aumento de casos de doenças sexualmente transmissíveis como a Aids⁴. Lembramos mais uma vez que os jovens são o principal grupo de risco e que, portanto, devem se tornar um alvo importante de conscientização a partir da educação sexual. É possível afirmar neste sentido que esta pauta não deve estar a margem ou dependência de mandatos governamentais sejam eles conservadores ou não. É preciso que a sociedade entenda que a educação sexual deve ser tratada como uma política pública de prevenção.

Sob esta perspectiva Oliveira e Souza (2018) defendem ser fundamental a conscientização e o aprendizado dos jovens sobre a sexualidade. Já que esta prática pode evitar relações sexuais desprotegidas e inúmeras consequências. Para tanto, o conhecimento e interiorização dos assuntos relacionados aos métodos contraceptivos e a responsabilidade de uma vida sexual ativa pode preparar os jovens para serem adultos mais responsáveis e maduros frente as demandas da vida.

Neste ponto, a educação em saúde sexual é um elemento crucial, devendo, pois, ser realizada com a qualificação dos educadores para tratarem do assunto no ambiente escolar com conforto e autonomia. Preparar os profissionais no âmbito escolar, assim como preparar os pais para o diálogo sobre sexualidade fora dos tabus, mitos e questões religiosas é com certeza um dos grandes desafios

3 BRASIL. Ministério da Saúde. Comportamento de risco eleva infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46322-comportamento-de-risco-eleva-infecoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil>>. Acesso em julho de 2020.

4 O boletim epidemiológico HIV/AIDS do ano de 2019 divulgado pelo Ministério da Saúde, mostrou um grande aumento dos casos de Aids nos últimos dez anos entre algumas parcelas da população, principalmente entre homens jovens. Destaca-se o aumento da taxa entre jovens do sexo masculino de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, que foram, respectivamente de 62,2% e 94,6% entre 2008 e 2018. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p.22).

da sociedade como um todo, já que as normas sexuais e contraceptivas são atravessadas por estes discursos o tempo todo. Pois:

No que se refere à sexualidade, as discussões sejam talvez as mais polêmicas por envolverem muito mais que conceitos científicos diversos: referem-se, muitas vezes, a conceitos dogmáticos, especulativos, preconceituosos, limitados e conservadores, que, aliados a uma formação incipiente por parte das/os educadoras/es, gera a apropriação de um currículo que geralmente ignora, trata com superficialidade ou desconsidera tal perspectiva (SANTOS e ARAÚJO, p.14, 2009).

Jurassi e Tonelli (2014) através de questionários aplicados com jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 19 anos mostram resultados que nos fazem refletir sobre as práticas sexuais e alguns valores imbricados social e culturalmente quando estamos falando de sexualidade. Entre os resultados a pesquisa mostra que um alto percentual de jovens apontou que o preservativo interfere no prazer sexual e que a confiança na parceira faz com que este método contraceptivo não seja utilizado. Percebe-se e ainda a manutenção do padrão da dupla moral sexual, em que a iniciação sexual dos homens é estimulada e a das mulheres é coibida.

Por outro lado, Taquette e Vilhena (2008, p.105) ao realizar uma pesquisa somente com jovens do sexo feminino a fim de entender a iniciação sexual deste segmento mostram que “as adolescentes com investimento afetivo familiar se apropriam mais de sua sexualidade, agem com maior proteção e não se submetem meramente à satisfação dos desejos de outrem”. Os resultados da pesquisa indicaram ainda que:

- 1) O desejo sexual está presente e os jovens têm dúvida quanto às suas possibilidades de controle.
- 2) Ainda ocorre uma condenação moralista ao exercício sexual antes do casamento.
- 3) O grupo de iguais age no sentido de liberação para a prática sexual do indivíduo que convive, ao mesmo tempo, com a condenação desta mesma prática.
- 4) Há demandas de afeto, diálogo e apoio familiar com relação às questões sexuais.
- 5) Existe uma desilusão precoce quanto à chance de ascensão social e econômica.
- 6) A perspectiva de filhos e casamento constitui o único modo de vida que se apresenta em substituição à falta de outras perspectivas de realização social.
- 7) Os jovens possuem informação suficiente para prevenir gravidez e DSTs (TAQUETTE e VILHENA, 2008, p.112).

Resumidamente o referencial teórico apresentado concorda que a sexualidade é um conceito em disputa que envolve diversas esferas da vida humana – reprodução, prazer, identidade, envolvimento emocional e orientação sexual. Perfaz, portanto, uma teia de significados para cada indivíduo. Sendo assim, como nos mostram Castro e Abramovay, (2004) é necessário reconhecer a sexualidade como construção social. Sabendo que o debate teórico e metodológico do tema encontra-se em constante desenvolvimento faz-se urgente destacar contextos e dimensões sociais da vida sexual experimentada por jovens a partir de diferentes culturas, contextos sociais e grupos específicos.

2. Resultados da pesquisa: quem são os jovens entrevistados?

CARACTERIZAÇÃO

Diante de um quadro de mudanças sociais amplas, com avanço da tecnologia, informações cada vez mais rápidas e disponíveis, e mudanças comportamentais que podem estar relacionadas ao despertar da sexualidade cada vez mais precoce entre os jovens, cabe a esta pesquisa colaborar com alguns pontos importantes. Neste sentido: qual será o nível de informação dos jovens entrevistados sobre a sexualidade? Qual o nível de informações sobre DSTs, gravidez precoce, aborto, métodos contraceptivos entre outras questões? Os jovens estão preparados para assumir a responsabilidade da vivência da sexualidade em suas vidas? Como a sexualidade se faz presente no cotidiano deste grupo? Enfim, qual é, portanto, a representação da sexualidade na vida dos jovens moradores de áreas periféricas da RMRJ?

Apresentamos inicialmente as principais características dos jovens que participaram da pesquisa no que diz respeito à idade, sexo, religião, cor ou raça, estado civil e escolaridade. As análises estão ordenadas de acordo com as perguntas do questionário aplicado. Ao todo foram realizadas 1640 entrevistas com jovens moradores de regiões periféricas do estado do Rio de Janeiro, com idade entre 15 e 24 anos.

Os seguintes municípios e respectivos bairros foram alvo da coleta de dados entre os meses de novembro e dezembro de 2019: Belford Roxo (bairros: São Bernardo, Xavantes), Niterói (bairros: Vila Ipiranga, Vital Brasil), Rio de Janeiro (bairros: Babilônia e Vidigal), São Gonçalo (bairros: Jardim Catarina, Ipiiba). Trata-se de bairros onde tendencialmente encontramos indicadores socioeconômicos mais baixos quando comparados com outras regiões do estado do Rio de Janeiro. Seguem abaixo os respectivos bairros, quantitativo de entrevistas e data da aplicação dos questionários entre os meses de novembro e dezembro de 2019.

TABELA 1
Município, bairro, data e quantidade de entrevistados

MUNICÍPIO	BAIRRO	DATA DA ENTREVISTA	QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS
Belford Roxo	São Bernardo	14-11-19 e 18-11-19	326
Belford Roxo	Xavantes	19-11-19	84
Niterói	Vila Ipiranga	12-12-19 e 16-12-19	297
Niterói	Vital Brasil	11-12-19	119
Rio de Janeiro	Babilônia	03-12-19 e 05-12-19	176
Rio de Janeiro	Vidigal	02-12-19 e 03-12-19	228
São Gonçalo	Jardim Catarina	25-11-19 e 26-11-19	400
São Gonçalo	Ipiiba	28-11-19	10
TOTAL			1640

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

FAIXA ETÁRIA E SEXO DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa buscou uma proporção igual entre jovens na faixa etária entre 15 e 19 anos e entre 20 e 24 anos. Foram entrevistados 49% jovens do sexo masculino e 51,0% jovens do sexo feminino.

TABELA 2
Sexo e idade

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Sexo	Masculino	803	49,0
	Feminino	837	51,0
	Total	1640	100,0
Idade	15 a 19 anos	823	50,0
	20 a 24 anos	817	50,0
	Total	1640	100,0

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

COR OU RAÇA

No que diz respeito à cor ou raça dos jovens a maioria destes se autodefiniu como pretos (36,8%), seguidos de pardos (32,7%) e brancos (23,6%).

TABELA 3
Cor ou raça

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Cor ou raça	Amarela	63	3,8
	Branca	387	23,6
	Indígena	23	1,4
	Parda	536	32,7
	Preta	604	36,8
	NS/NR	27	1,6
	Total	1640	100,0

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

RELIGIÃO

Quanto à religião, em primeiro lugar se destacam os jovens que afirmaram ser evangélicos (35,6%) O segundo maior peso proporcional está entre os jovens que responderam ser católicos (19,1%), seguido dos agnósticos (15%1). Percebe-se que as religiões de matriz africana correspondem a um pequeno percentual de seguidores (3,9%) – percentual que reúne a soma de candomblecistas e umbandistas. A forte presença evangélica em espaços periféricos acompanha a tendência de diversos estudos (Mariano 2011; Jacob 2013; Pesquisa liberdade religiosa, PROEX 2017). Na última pesquisa realizada no âmbito do Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) que buscou analisar as principais características socioeconômicas dos jovens que vivem em áreas periféricas da RMRJ essa tendência também apareceu claramente - a pesquisa foi realizada no mês de janeiro de 2019 e entrevistou 1480 jovens que vivem em bairros localizados nas seguintes cidades: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, São João de Meriti, Belford Roxo, Magé, Itaboraí, São Gonçalo e Mesquita, Rio de Janeiro.

Os resultados da investigação citada acima mostraram que no que se refere à religião 34,1% dos jovens afirmaram ser evangélicos – sendo 20,7% destes evangélicos pentecostais e 13,4% evangélicos não pentecostais. E mais - outra parcela específica também merece destaque. Trata-se do percentual de jovens que afirmaram acreditar em Deus, mas disseram não pertencer a nenhum segmento religioso (33,9%). Uma pequena parcela destes respondeu ser católicos (14,9%) e apenas 5% disseram seguir alguma religião afro-brasileira (candomblé/umbanda).

É possível verificar que os panoramas apresentados através das duas pesquisas realizadas com jovens na RMRJ acompanham a dinâmica do mapa religioso brasileiro que vem sendo redesenhado a partir da importante redução no número de pessoas que se autodeclaram católicas. Os dados do Censo de 2010 confirmam esta posição. Percebe-se ainda um aumento da proporção de evangélicos e dos que afirmam não pertencer a nenhum destes segmentos religiosos. Do ponto de vista geográfico, os resultados que encontramos também corroboram as análises mais gerais que indicam o predomínio de populações mais pobres entre os adeptos das denominações evangélicas (MARIANO, 2011).

TABELA 4
Religião

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Religião	Católica	314	19,1
	Evangélica	584	35,6
	Espírita/Kardecista	33	2,0
	Candomblé	22	1,3
	Umbanda	42	2,6
	Ateu	39	2,4
	Agnóstico	247	15,1
	Outra	115	7,0
	NS/NR	244	14,9
	Total	1640	100,0

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

ESTADO CIVIL

Quanto ao estado civil a maioria dos jovens afirmou ser solteiros, o que corresponde a 90% do total de entrevistados.

TABELA 5
Estado Civil

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Estado Civil	Solteira(o)	1478	90,0
	Casada(o)/vive junto	146	8,9
	Separada(o)	1	0,1
	Viúva (o)	1	0,1
	NS/NR	14	0,9
	Total	1640	100,0

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

ESCOLARIDADE

A maioria de jovens entrevistados concluiu o ensino médio – o que corresponde a 57,7%. Em segundo lugar se destacam os que afirmaram ter finalizado apenas a segunda fase do ensino fundamental o que corresponde àqueles que concluíram entre a quinta, oitava ou nona série (27,7%). O acesso ao ensino superior faz parte da vida da minoria dos jovens entrevistados: apenas 11,6% dos jovens afirmaram ter chegado a este nível educacional.

TABELA 6
Escolaridade

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Escolaridade	Classe de alfabetização	2	,1
	Ensino fundamental primeira fase	38	2,3
	Ensino fundamental segunda fase	454	27,7
	Ensino médio (científico, clássico, técnico, normal, especial e EJA)	947	57,7
	Superior	191	11,6
	Pós-graduação	5	,3
	Nenhum	3	,2
	Total	1640	100,0

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

RENDA

Entre os jovens entrevistados um percentual significativo afirmou que o responsável financeiro da casa são os pais (63,6%). Já outros 21,6% afirmaram ser os próprios responsáveis pela principal fonte de renda do domicílio. Este dado nos leva a reflexões importantes sobre a vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho. Pois, não é novidade que este grupo apresenta tendência a ter mais dificuldade de ser financeiramente independente. De fato, os jovens constituem um dos contingentes populacionais que apresentam taxas mais significativas de desemprego e de subemprego no Brasil. Tal grupo enfrenta problemas quanto a inserção no mercado de trabalho devido à falta de experiência. Portanto, trata-se de uma população que precisa do investimento de políticas públicas que foquem na qualificação e educação. Essa situação é ainda mais delicada quando verificamos a realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade social (CASTRO e ABRAMOVAY,2002).

Quando os jovens foram perguntados sobre a renda total da sua família 58% dos entrevistados disseram não saber ou não quiseram responder. Já 16,8% dos jovens afirmaram que a renda total da família é de 2 a 4 salários mínimos e outros 14,8% responderam que a família sobrevive com até dois salários mínimos, outras famílias possuem uma renda mensal entre 4 e 10 salários mínimos (5,7%), ou até um salário mínimo (7,0%). Mas se considerarmos somente aqueles que declararam a renda, vemos que a concentração de respondentes ocorre nas faixas de 1 a 2 e de 2 a 4 salários mínimos. Vejamos as tabelas a seguir:

TABELA 7
Responsável financeiro

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Responsável financeiro pelo seu domicílio	O próprio entrevistado	354	21,6
	O seu cônjuge	68	4,1
	O seu pai/sua mãe	1043	63,6
	Seu padrasto/madrasta	54	3,3
	Outro	106	6,5
	NS/NR	15	0,9
	Total	1640	100

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

TABELA 8
Renda total

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Renda total	Até um salário mínimo	66	7,0%
	De 1 a 2 salários mínimos	243	14,8
	De 2 a 4 salários mínimos	275	16,8
	De 4 a 10 salários mínimos	93	5,7
	De 10 a 20 salários mínimos	11	0,7
	NS/NR	952	58,0
	Total	1640	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

No geral a caracterização socioeconômica dos jovens moradores dos bairros periféricos aqui entrevistados não destoa da realidade de jovens brasileiros oriundos de famílias pobres. Os dados levantados nos permitem compreender as desigualdades sociais vividas no cotidiano deste segmento, que vão desde a dificuldade de acesso ao ensino superior, ou a um trabalho e renda digna para a sobrevivência de toda a família. Em especial são os jovens pretos e pardos, moradores de locais periféricos que são surpreendidos quanto as incertezas da vida futura e vivem a

invisibilidade que impedem a existência de uma agenda política e social própria para o segmento. Diante de tais reflexões cabe aqui pensar: qual é a relação deste contexto com a representação da sexualidade na vida destes sujeitos?

3. O jovem e a vivência sexual: resultados da pesquisa

EDUCAÇÃO SEXUAL

Quando os jovens foram perguntados sobre o nível de informação que possuíam sobre saúde sexual, do total de entrevistados, 48% afirmaram estar bem informados sobre o tema, já outros 30,1% consideram-se informados sobre tais questões e 17,9% dos jovens consideram-se muito bem informados. Entretanto, 9% disse ter poucas informações sobre saúde sexual.

TABELA 9
Nível de informação sobre saúde sexual

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Nível de informação sobre saúde sexual	Bem informado	689	42
	Informado	494	30,1
	Muito bem informado	294	17,9
	Muito pouco informado	8	0,5
	Pouco informado	146	9,0
	NS/NR	9	0,5
	Total	1640	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Verifica-se que o nível de conhecimento dos jovens sobre saúde sexual está proporcionalmente relacionado ao nível de escolaridade – os jovens com maior grau de escolaridade são aqueles que se consideram muito bem informados ou bem informados. Jovens que afirmam ser informados ou pouco informados apresentam menor nível de escolaridade.

TABELA 10
Em relação a saúde sexual, considera: * Escolaridade

	ESCOLARIDADE							Total
	Classe de alfabetização	Ensino fundamental primeira fase	Ensino fundamental segunda fase	Ensino médio (científico, clássico, técnico, normal, especial e EJA)	Superior	Pós-graduação	Nenhum	
Muito bem informado	0	5	68	173	44	4	0	294
	,0%	13,2%	15,0%	18,3%	23,0%	80,0%	,0%	17,9%
Bem informado	0	11	181	395	101	0	1	689
	,0%	28,9%	39,9%	41,7%	52,9%	,0%	33,3%	42,0%
Informado	1	17	140	300	34	1	1	494
	50,0%	44,7%	30,8%	31,7%	17,8%	20,0%	33,3%	30,1%
Pouco informado	1	3	57	73	11	0	1	146
	50,0%	7,9%	12,6%	7,7%	5,8%	,0%	33,3%	8,9%
Muito pouco informado	0	1	5	2	0	0	0	8
	,0%	2,6%	1,1%	,2%	,0%	,0%	,0%	,5%
NS/NR	0	1	3	4	1	0	0	9
	,0%	2,6%	,7%	,4%	,5%	,0%	,0%	,5%
Total	2	38	454	947	191	5	3	1640
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Entre o total de entrevistados 67,3% respondeu que mantém diálogo com alguém sobre saúde sexual, outros 32,2% informaram que não conversam sobre o assunto (o que constitui percentual significativo entre os entrevistados). Entre os jovens que conseguem dialogar sobre saúde sexual com outra pessoa, a maioria disse trocar ideias a respeito do tema com um amigo (30%), outros 17,4% disseram conversar com a mãe, ou ainda com o namorado(a)/parceiro(a) (11,9%). Mas uma grande maioria respondeu comentar sobre saúde sexual com outra pessoa não listada nas opções descritas (32,4%) – variável que não nos permite

maiores reflexões. Percebe-se, portanto através destes percentuais que questões relacionadas à sexualidade e a educação sexual ainda se apresentam como um tabu para muitos jovens, famílias e sociedade em geral. Isto porque quase 1/3 dos jovens não conversam sobre o assunto e, entre os que conversam, mais de 60% o fazem fora do núcleo familiar.

TABELA 11
Conversa sobre saúde sexual? Com quem?

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Conversa sobre saúde sexual	Sim	1111	67,3
	Não	528	32,2
	NS/NR	1	0,5
	Total	1640	100
Com quem	Amigo (a)	333	30,0
	Mãe	193	17,4
	Namorado (a) \ parceiro (a)	132	11,9
	Irmão (a)	31	2,8
	Mãe /Pai	30	2,7
	Pai	29	2,6
	Avô (ó)	3	0,3
	Outro	360	32,4
		1111	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Os jovens de famílias com renda mais elevada são os que tem maior costume de conversar sobre saúde sexual com alguém. De fato, a proporção dos que apontam ter esse hábito vai aumentando em consonância com a renda do domicílio.

TABELA 12

Costuma conversar sobre saúde sexual com alguém?

* Renda total das pessoas que moram no domicílio

	RENDA TOTAL DAS PESSOAS QUE MORAM NO DOMICÍLIO							Total
	Menos de um salário mínimo	Um salário mínimo	Até dois salários mínimos	De 2 a 4 salários mínimos	De 4 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	NS/NR	
Sim	25	11	165	200	73	11	626	1111
	53,2%	57,9%	67,9%	72,7%	78,5%	100,0%	65,8%	67,7%
Não	22	8	78	75	20	0	325	528
	46,8%	42,1%	32,1%	27,3%	21,5%	,0%	34,1%	32,2%
NS/NR	0	0	0	0	0	0	1	1
	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,1%	,1%
Total	47	19	243	275	93	11	952	1640
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Sobre a educação sexual de jovens Kerntop (et al. 2016) ressaltam que este é um processo que ocorre tanto de maneira informal, quanto formal e intencional ao longo da vida do jovem, sendo, pois, baseada no contexto socioeconômico, cultural e religioso de cada sujeito. Ainda de acordo com os autores a educação sexual de adolescentes e de jovens apresenta-se como um desafio tanto para pais e educadores, quanto para profissionais da saúde, que na maioria das vezes não estão preparados para lidar com o tema por falta de capacitação, ou treinamento adequado, entre outras questões.

Neste sentido, como afirma Maia (2001) a “superbanalização” de questões relacionadas a sexualidade e das relações afetivas gera dúvidas e atitudes precipitadas entre os jovens. Isto porque eles podem se sentir frustrados e tal situação pode levá-los a se relacionarem de forma conflituosa com os outros e com a própria sexualidade. Sendo assim, a gravidez indesejada e precoce e ainda as DSTs podem ser evitadas, caso a educação sexual ganhe destaque – o acesso à informação e o diálogo entre os jovens e a sociedade em geral sobre as nuances da sexualidade pode prevenir inúmeros problemas.

E sobre a primeira experiência sexual? O que podemos considerar? Ao realizarmos o cruzamento dos dados pesquisados entre faixa etária e sexo no que diz respeito a primeira experiência sexual dos jovens, verificamos que são os homens que tendem a iniciar a vida sexual em idade menor. Os homens são muito mais frequentes que as mulheres entre os que se relacionaram sexualmente pela primeira vez com idade entre 8 e 14 anos. A pesquisa corrobora outras de base nacional que apontam para resultado idêntico.

TABELA 13
Idade em que teve a sua primeira relação sexual * Sexo

	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
Entre 8 e 14 anos	279	166	445
	34,1%	20,2%	27,1%
Entre 15 e 19 anos	360	418	778
	44,1%	50,8%	47,4%
Entre 20 e 24 anos	10	22	32
	1,2%	2,7%	2,0%
Não lembra	24	11	35
	2,9%	1,3%	2,1%
Nunca teve relação sexual	144	206	350
	17,6%	25,0%	21,3%
Total	817	823	1640
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Verifica-se ainda que é entre jovens pretos e pardos que encontramos maiores percentuais de jovens que tiveram sua primeira experiência sexual na faixa de 8 a 14 anos. Já quando consideramos aqueles que nunca realizaram relações sexuais, o percentual de brancos é mais elevado que o de pretos e pardos.

TABELA 14
Idade que teve a sua primeira relação sexual * Cor ou raça

	COR OU RAÇA						TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	NS/NR	
Entre 8 e 14 anos	81	170	16	165	5	8	445
	20,9%	28,1%	25,4%	30,8%	21,7%	29,6%	27,1%
Entre 15 e 19 anos	185	285	33	255	10	10	778
	47,8%	47,2%	52,4%	47,6%	43,5%	37,0%	47,4%
Entre 20 e 24 anos	12	11	1	8	0	0	32
	3,1%	1,8%	1,6%	1,5%	,0%	,0%	2,0%
Não lembra	7	16	1	9	1	1	35
	1,8%	2,6%	1,6%	1,7%	4,3%	3,7%	2,1%
Nunca teve relação sexual	102	122	12	99	7	8	350
	26,4%	20,2%	19,0%	18,5%	30,4%	29,6%	21,3%
Total	387	604	63	536	23	27	1640
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

No grupo de jovens que já haviam realizado sua primeira experiência sexual, os jovens brancos, em maior medida que pretos e pardos, afirmaram terem utilizado algum método contraceptivo nesta experiência. O uso da camisinha aparece acentuadamente nas respostas de jovens pretos, seguidos de jovens brancos e pardos respectivamente. O uso da pílula aparece com percentual significativo entre pardos e brancos, mais do que entre jovens pretos.

TABELA 15

Na sua primeira relação sexual usou algum método contraceptivo
(para evitar gravidez) * Cor ou raça

	COR OU RAÇA						TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	NS/NR	
Sim	157	245	30	217	9	7	665
	55,1%	50,8%	58,8%	49,7%	56,3%	36,8%	51,6%
Não	124	225	20	210	6	11	596
	43,5%	46,7%	39,2%	48,1%	37,5%	57,9%	46,2%
NS/NR	4	12	1	10	1	1	29
	1,4%	2,5%	2,0%	2,3%	6,3%	5,3%	2,2%
Total	285	482	51	437	16	19	1290
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

GRAVIDEZ, ABORTO E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

No que diz respeito à ocorrência de gravidez, 77,3% das (os) jovens afirmaram que nunca estiveram grávidas ou engravidaram alguém, outros 22,6% dos entrevistados responderam afirmativamente a esta questão. Dentre os 371 jovens que responderam já ter ficado grávida/ou engravidar alguém 69,3% afirmou ter filhos, já outros 30,7% disseram não ter filhos.

TABELA 16

Nível de informação sobre saúde sexual

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Já esteve grávida ou engravidou alguém	Não	1268	77,3
	Sim	371	22,6
	NS/NR	1	0,1
	Total	1640	100,0

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

O total de 257 entrevistados disseram ser pais atualmente, já que nem todas as jovens que se viram grávidas conseguiram concluir o período da gravidez devido à ocorrência de aborto. Devemos acrescentar a este total os filhos adotivos. A maioria dos jovens que são pais afirmaram ter apenas 1 filho (67,7%), outros responderam ter dois filhos (23,3%). Aqueles que têm até três filhos aparecem com o percentual de 7,4%, acompanhado de um baixo percentual daqueles que possuem até 4 filhos (1,6%). Quando perguntados sobre a idade em que a gravidez ocorreu, um alto percentual de entrevistados respondeu ter ficado grávida/ou engravidado alguém com a idade entre 15 e 19 anos (56%), já 38,1% dos jovens disse ter passado por esta experiência quando estavam com a idade entre 20 e 24 anos.

TABELA 17

Tem filhos? quantos? Com que idade teve o(s) filhos?

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Tem filhos	Sim	257	69,3
	Não	114	30,7
	Total	371	100,0
	Total	1640	100
Quantos	Um filho	174	67,7
	Dois filhos	60	23,3
	Três filhos	19	7,4
	Quatro filhos	4	1,6
	Total	257	100,0
Com que idade teve o(s) filhos	Entre 10 e 14 anos	15	5,8
	Entre 15 e 19 anos	144	56,0
	Entre 20 e 24 anos	98	38,1
	Total	257	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Verifica-se também que a ocorrência de gravidez entre o grupo entrevistado aconteceu em sua maioria entre os jovens com faixa etária entre 20 e 24 anos. São também os jovens desta faixa etária que em sua maioria são pais atualmente.

TABELA 18
Esteve grávida ou engravidou alguém * Faixa etária

	FAIXA ETÁRIA		
	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	Total
Sim	81	290	371
	10,1%	34,6%	22,6%
Não	722	546	1268
	89,9%	65,2%	77,3%
NS NR	0	1	1
	,0%	,1%	,1%
Total	803	837	1640
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

As (os) jovens pretos e pardos apresentam mais elevado percentual de respostas relativa a ter ficado grávida ou engravidado alguém, quando comparados com outros grupos de raça ou cor. Entre este grupo também está o maior percentual de jovens que tem filhos – os pardos se destacam nesta questão (74,6%).

TABELA 19
Esteve grávida ou engravidou alguém * Cor ou raça

	COR OU RAÇA						TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	NS/NR	
Sim	73	145	20	126	4	3	371
	18,9%	24,0%	31,7%	23,5%	17,4%	11,1%	22,6%
Não	314	458	43	410	19	24	1268
	81,1%	75,8%	68,3%	76,5%	82,6%	88,9%	77,3%
NS/NR	0	1	0	0	0	0	1
	,0%	,2%	,0%	,0%	,0%	,0%	,1%
Total	387	604	63	536	23	27	1640
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

TABELA 20
Tem filhos (as) * Cor ou raça

	COR OU RAÇA						TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	NS/NR	
Sim	45	95	18	94	4	1	257
	61,6%	65,5%	90,0%	74,6%	100,0%	33,3%	69,3%
Não	28	50	2	32	0	2	114
	38,4%	34,5%	10,0%	25,4%	,0%	66,7%	30,7%
Total	73	145	20	126	4	3	371
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Quando os jovens foram perguntados sobre qual opinião tinham sobre o aborto um percentual considerável do total de 1640 entrevistados, afirmou que o aborto é um direito da mulher, caso a mesma tenha uma gravidez indesejada (37,9%), outros 30% consideram que este procedimento só deve ser realizado por indicação médica, já 25,9% dos entrevistados afirmaram que o aborto nunca deve ser realizado por se tratar de um crime. Entre 823 jovens mulheres que possuem vida sexual temos 93,3% que nunca realizaram um aborto, outras 44 jovens (5,3%), disseram ter passado por este procedimento, e 11 jovens não responderam (1,3%). As jovens que realizaram aborto apresentam circunstâncias diferentes – 59,1% sofreram aborto espontâneo e 36,4% realizaram aborto induzido.

O aborto induzido realizado por 16 jovens entrevistadas tem como motivos com alto percentual a idade no momento da gestação e outros motivos que não nos permitem esclarecimentos mais precisos.

TABELA 21
Opinião sobre aborto/ já realizou aborto? Qual motivo?

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Opinião sobre aborto	É um direito da mulher	622	37,9
	Só deve ser realizado se for indicação médica	492	30
	Nunca deve ser realizado, pois é um crime contra a vida	425	25,9
	Outro	95	5,8
	NS/NR	6	0,4
	Total	1640	100
Realizou aborto	Sim	44	5,3
	Não	768	93,3
	NS/NR	11	1,3
	Total	823	100,0
Qual foi a causa do aborto	Espontâneo	26	59,1
	Induzido	16	36,4
	NS/NR	2	4,5
	Total	44	100,0
Qual o motivo do aborto induzido	Era muito novo (a)	4	25,0
	Não tínhamos condições financeiras para termos um filho (ou mais um)	2	12,5
	Já tinha mais filhos e não queria outro	1	6,3
	Foi estuprada	1	6,3
	Indicação médica, por questões de saúde	1	6,3
	Outro	6	37,5
	NS/NR	1	6,3
	Total	16	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Interessante perceber que existe diferença entre os jovens do sexo masculino e feminino no que diz respeito à opinião sobre o aborto. Ainda que em ambos os sexos mais de 1/3 dos respondentes tenha apontado o aborto como direito da mulher, são as jovens do sexo feminino que aparecem com um percentual mais alto de escolha por esta opção (40,7%). Já entre os homens o percentual desta resposta fica na casa do 35%. São os jovens do sexo masculino que afirmaram em maior proporção que este procedimento nunca deveria ser realizado, por ser um crime, ou que o aborto só deve ser realizado por indicação médica.

TABELA 22
Sua opinião sobre o aborto: * Sexo

	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
É um direito da mulher	287	335	622
	35,1%	40,7%	37,9%
Nunca deve ser realizado, pois é um crime contra a vida	221	204	425
	27,1%	24,8%	25,9%
Só deve ser realizado se for indicação médica	259	233	492
	31,7%	28,3%	30,0%
Outro	48	47	95
	5,9%	5,7%	5,8%
NS/NR	2	4	6
	,2%	,5%	,4%
Total	817	823	1640
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

No que concerne a opinião sobre o aborto, os brancos em medida um pouco maior que pretos e pardos apontam que este é direito da mulher. Já jovens pretos e pardos aparecem com um percentual significativamente maior, quando comparados aos brancos, entre os que apontam que o aborto “nunca deve ser realizado por ser crime”.

TABELA 23
Sua opinião o aborto: * Cor ou raça

	COR OU RAÇA						TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	NS/NR	
É um direito da mulher	157	223	26	202	5	9	622
	40,6%	36,9%	41,3%	37,7%	21,7%	33,3%	37,9%
Nunca deve ser realizado, pois é um crime contra a vida	74	167	20	152	8	4	425
	19,1%	27,6%	31,7%	28,4%	34,8%	14,8%	25,9%
Só deve ser realizado se for indicação médica	125	184	16	149	7	11	492
	32,3%	30,5%	25,4%	27,8%	30,4%	40,7%	30,0%
Outro	29	26	1	33	3	3	95
	7,5%	4,3%	1,6%	6,2%	13,0%	11,1%	5,8%
NS/NR	2	4	0	0	0	0	6
	,5%	,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
Total	387	604	63	536	23	27	1640
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Entre as poucas jovens mulheres que já realizaram aborto, são aquelas que se identificam como pretas e pardas que se destacam percentualmente.

TABELA 24
Já realizou algum aborto * Cor ou raça

	COR OU RAÇA						TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	NS/NR	
Sim	8	19	4	12	0	1	44
	4,2%	6,6%	9,8%	4,4%	,0%	5,6%	5,3%
Não	180	268	37	258	10	15	768
	93,8%	92,7%	90,2%	94,5%	100,0%	83,3%	93,3%
NS/NR	4	2	0	3	0	2	11
	2,1%	,7%	,0%	1,1%	,0%	11,1%	1,3%
Total	192	289	41	273	10	18	823
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Entre as jovens mulheres que já abortaram é o grupo que se autodefine como brancas que aparece em primeiro lugar como grupo que sofreu aborto espontâneo, seguido do grupo de jovens mulheres pardas e pretas. Por outro lado, são as jovens que se autodeclaram pretas, ou ainda a soma percentual de jovens mulheres pretas e pardas que aparecem com alto percentual de respostas sobre a realização de aborto induzido.

TABELA 25
Ocorrência do aborto * Cor ou raça

	COR OU RAÇA					TOTAL
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	NS/NR	
Espontâneo	6	10	1	8	1	26
	75,0%	52,6%	25,0%	66,7%	100,0%	59,1%
Induzido	1	9	3	3	0	16
	12,5%	47,4%	75,0%	25,0%	,0%	36,4%
NS/NR	1	0	0	1	0	2
	12,5%	,0%	,0%	8,3%	,0%	4,5%
Total	8	19	4	12	1	44
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Devido a baixa frequência de respondentes em parte dos grupos religiosos a tabela abaixo, que investiga a relação entre religião e ocorrência de aborto é inconclusiva. Além disso, devemos considerar que, por se tratar de pergunta que diz respeito a evento que enseja variáveis sociais complexas (inclusive legais), as respostas podem estar fortemente enviesadas.

TABELA 26
Religião * Já realizou algum aborto

	JÁ REALIZOU ALGUM ABORTO			
	Sim	Não	NS/NR	Total
Católica	6	160	3	169
	3,6%	94,6%	1,8%	100%
Evangélica	13	280	3	296
	4,4%	94,6%	1,0%	100%
Espírita/Kardecista	1	11	0	12
	8,3%	91,7%	,0%	100%
Candomblé	1	6	0	7
	14,3%	85,7%	,0%	100%
Umbanda	3	19	1	23
	13,0%	82,6%	4,4%	100%
Ateu	2	14	0	16
	12,5%	87,5%	,0%	100%
Agnóstico	8	102	2	112
	7,1%	91,1%	1,8%	100%
Outra	2	52	0	54
	3,7%	96,3%	,0%	100%
NS/NR	8	124	2	134
	6,0%	92,5%	1,5%	16,3%
Total	44	768	11	823
	5,3%	93,3%	1,4%	100,0%

Fonte: Projeto Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Quando os jovens foram perguntados através de uma questão múltipla (na qual puderam escolher mais de uma alternativa) sobre o conhecimento que possuem acerca de doenças sexualmente transmissíveis, responderam saber com alto percentual a respeito da AIDS (33,6%), outros 23,7% disseram ter conhecimento sobre a sífilis, gonorreia (16,1%), herpes genital (9,7%), HPV (8,3%), hepatite B e C (5,3%).

TABELA 27
Conhecimento dos jovens sobre DST

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Quais as doenças sexualmente transmissíveis que você conhece	Infecção pelo HIV	1419	33,6
	Sífilis	1003	23,7
	Gonorreia	681	16,1
	Herpes genital	409	9,7
	Infecção pelo Papiloma vírus Humano (HPV)	350	8,3
	Hepatites virais B e C	225	5,3
	Outro	64	1,5
	NS/NR	75	1,8
	Total	4226	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Entre os jovens entrevistados, 98,2% respondeu nunca ter contraído nenhuma doença sexualmente transmissível. Apenas 21 jovens do total de 1640 entrevistados responderam afirmativamente esta questão – o que corresponde a 1,3% dos entrevistados. Os jovens que contraíram alguma DST confirmaram ter buscado tratamento no posto médico local (52,4%), ou ainda no hospital (33,3%), já 9,5% dos respondentes que ficaram doentes disseram ter procurado outro método (variável que não nos permite maiores esclarecimentos), ou ainda se automedicaram (4,8%).

TABELA 28
Teve alguma DST

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Tem ou teve alguma dessas DST	Não	1611	98,2
	Sim	21	1,3
	NS/NR	8	0,5
	Total	1640	100,0
Como curou a doença	No posto médico	11	52,4
	No hospital	7	33,3
	Comprou os remédios sozinho	1	4,8
	Outro	2	9,5
	Total	21	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Alguns estudiosos confirmam que o conhecimento sobre métodos contraceptivos também é uma lacuna na vida dos jovens, quando discutimos a temática sexualidade. Por exemplo, no ano de 2016 um estudo⁵ realizado no estado de São Paulo mostrou que 6 em cada 10 jovens não usavam métodos contraceptivos. O estudo entrevistou 454 mães adolescentes e verificou que a idade média das mães era de 17,5 anos e que estas tiveram o início da vida sexual aos 15 anos. Já os parceiros tinham 22,4 anos, em média, porém, 1/3 deles ainda eram adolescentes. Em relação ao número de filhos, 85% das jovens tiveram apenas um bebê, o que corresponde a 388 jovens. Outras 57 entrevistadas foram mães de duas crianças (12,5%); sete tiveram três filhos (1,5%) e duas tiveram quatro filhos (0,4%). Neste sentido, os resultados da pesquisa mostram a necessidade de incentivo do uso de métodos contraceptivos não apenas para evitar uma eventual gravidez indesejada, mas também para diminuir as ocorrências de DSTs (PESQUISA DO PROGRAMA ESTADUAL DE SAÚDE DO ADOLESCENTE, 2016).

No que diz respeito aos jovens moradores de regiões periféricas da RMRJ, a realidade acima também se encontra presente de maneira similar? Vejamos:

⁵ Informações sobre a Pesquisa do Programa Estadual de Saúde do Adolescente disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/alerta-6-em-cada-10-jovens-nao-usam-metodos-de-contracepcao/>>. Acesso em maio de 2020.

quando os jovens foram perguntados sobre o uso de métodos contraceptivos 36,9% respondeu utilizar preservativo, 31,6% pílula, 15,8% afirmou usar DIU, outros 4,6% costumam usar a “tabelinha” e 4,2% utilizam a ejaculação interrompida para evitar a gravidez.

TABELA 29
Utilização de métodos contraceptivos

QUESTÕES	RESPOSTAS	N	%
Utilização de métodos contraceptivos	Camisinha	1502	36,9
	Pílula	1288	31,6
	DIU	645	15,8
	Tabelinha	187	4,6
	Ejaculação interrompida	173	4,2
	Outro	239	5,9
	NS/NR	38	0,9
	Total	4072	100,0

Fonte: Expectativas e visões de futuro do jovem morador de favelas e áreas periféricas na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2020

Tendo em vista a experiência da primeira relação sexual, os jovens entrevistados foram questionados sobre o uso de métodos contraceptivos nesta ocasião, e ainda, qual foi o método contraceptivo utilizado. Entre os entrevistados que passaram por tal experiência 51,6% disse ter utilizado algum método contraceptivo e outros 46,2% disseram não ter utilizado nenhum método para evitar a gravidez ou DSTs, outros 2,2% não souberam ou não quiseram responder. Percebe-se que o percentual daqueles que utilizaram algum método contraceptivo na primeira relação sexual praticamente se aproxima daqueles jovens que não se precaveram, o que é preocupante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre a juventude aparecem constantemente em discursos públicos, textos e documentos variados e possuem diversos objetos de investigação. Ao verificarmos o complexo leque de informações que estes estudos produzem sobre a juventude percebemos que trata-se de um objeto bastante complexo. Imagine

então leitor, o desafio de se construir um olhar investigativo sobre a temática juventude *versus* sexualidade. Imagine ainda, o fato de se ter como lupa para esta análise o reconhecimento das complexidades inerentes às diversas realidades vividas pelos jovens que vivem em áreas periféricas de um grande centro urbano como a metrópole do Rio de Janeiro.

Neste sentido, este artigo construído a partir da pesquisa Juventude e Sexualidade teve o objetivo de colaborar com estudos sobre jovens que vivem em condições e espaços de vulnerabilidade social tendo em vista as diferentes óticas que o tópico sexualidade pode produzir – qual é a relação do jovem morador de periferia com a sexualidade? Qual o conhecimento que este jovem possui sobre saúde sexual e demais nuances que o tema traz, como métodos contraceptivos, gravidez, aborto dentre outras questões?

Entende-se que os dados levantados e analisados por essa pesquisa podem contribuir para outros trabalhos, ou ainda nos mostrar acentuadamente a mesma frequência de alguns acontecimentos que refletem a realidade dos jovens brasileiros oriundos de famílias pobres. Verificamos através da investigação realizada a experiência precoce dos jovens no que diz respeito à primeira relação sexual, a ocorrência da gravidez também precoce e indesejada na juventude, a falta de conhecimento mais claro sobre outros métodos contraceptivos, para além do preservativo ou pílula anticoncepcional, assim como a eficácia e consequência do uso ou não uso de cada um destes. Percebe-se ainda que os resultados da pesquisa se relacionam diretamente com a realidade vivida por outros jovens brasileiros como apontam outros estudos.

Os dados da pesquisa realizada no ano de 2019 e apresentada neste relatório, nos mostra que a maior parte dos 1640 jovens entrevistados afirmou que a primeira experiência sexual ocorreu quando tinham entre 15 e 19 anos (47,4%), acompanhando a média nacional. Entretanto, é preocupante verificarmos que em segundo lugar estão aqueles que afirmaram ter tido a primeira relação sexual com a idade entre 8 e 14 anos.

Diante de todo este contexto, não podemos desconsiderar a relevância do momento histórico, social, econômico e cultural na construção das representações e práticas sexuais dos jovens. As mudanças comportamentais, e o desenvolvimento da sexualidade também estão diretamente relacionados ao engajamento com novas fontes de comunicação e informação como a internet (MONTEIRO, 1999; SFOGGIA E KOWACS, 2014). Outra questão, advinda do uso das novas tecnologias da comunicação, “é seu uso indiscriminado entre crianças e adolescentes em pleno desenvolvimento e os riscos de exposição à pornografia,

ao *cyberbullying*, a ambientes hostis e agressivos dentro e fora da rede, além da violência sexual” (SFOGGIA E KOWACS 2014, p. 6).

A relação sexual precoce reflete ao mesmo tempo a imaturidade de adolescentes e jovens e coloca este grupo em risco quando consideramos a propagação de DSTs e a gravidez precoce, que se ligam a diversas outras consequências. Sendo assim, sabemos que a educação sexual, políticas públicas voltadas para a temática juventude e sexualidade, além do diálogo entre pais e filhos podem ser o início de um caminho de mudanças e prevenção.

Os dados apresentados aqui corroboram a ideia de que é preciso que a sociedade como um todo entenda que as discussões sobre educação sexual, não são problemas individuais, mas sim uma questão de saúde pública (KERNTOP et al, 2016). Os jovens precisam obter maiores informações sobre questões relacionadas à gravidez precoce e DSTs, entre outras nuances que a temática sexualidade traz para a vida do ser humano. Um maior leque de informações por parte da juventude sobre estas questões poderia assim prevenir doenças, gravidez precoce, problemas psicológicos e sociais e também evitar a automedicação.

Como confirmam Kerntop et al (2016) a gravidez indesejada na juventude é uma das causas da falta de políticas públicas voltadas para este segmento. Tal situação acaba por trazer transtornos para a vida dos jovens e suas famílias – alterações na vida social, econômica, afetiva e familiar, limitação das possibilidades de estudo ou trabalho dos jovens, ou ainda alterações psicológicas e problemas financeiros, entre outras questões. Todo este conjunto acaba por interferir no projeto de vida daqueles que vivem uma gravidez precoce, problema mais frequente nas populações de baixa renda.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cad. Pesqui. no.116 São Paulo July 2002. Disponível em> https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200007&script=sci_arttext>. Acesso em maio de 2020.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426 p.

GONÇALVES et al. 2008. Determinants of early sexual initiation in the Pelotas birth cohort from 1982 to 2004-5, Southern Brazil. Rev Saúde Pública 2008;42(Supl.

2). Disponível em:< https://www.scielo.br/pdf/rsp/v42s2/en_7003.pdf>. Acesso em maio de 2020.

GONÇALVES, Helen et al. Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde Sexual. REV BRAS EPIDEMIOL JAN-MAR 2015; 18(1): 1-18.

IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro :2016. 132 p. Convênio: Ministério da Saúde, com apoio do Ministério da Educação. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em junho de 2020.

JACOB (et al). Religião e território no Brasil: 1991/2010. Rio de Janeiro: editora Puc/Rio, 2013.

KERNTOP, Marta Regina et al Sexualidade na adolescência: uma revisão crítica da literatura. Adolesc. Saude, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 106-113, setembro 2016. Disponível em> <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/adolescenciaesauade.com/pdf/v13s2a13.pdf>>. Acesso em maio de 2020.

MAIA, Ana Cláudia Bertolozzi. Sexualidade: Reflexões sobre um Conceito Amplo. SBPN – Cientific Journal, vol. 5 (1), 2001.

MARIANO, Ricardo. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. Perspectiva teológica, Belo Horizonte, ano 43, n. 119, p. 11-36, jan/abr 2011. Disponível em:<<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1028/1449>>. Acesso maio de 2020.

MELO Asaf, Santana JSS. Sexualidade: concepções, valores e condutas entre universitários de biologia da UEFS. Rev Baiana Saude Publ 2005 jul; 29(2): 149-59.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico HIV/AIDS (2019). Disponível em:< <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivaids-2019>>. Acesso em agosto de 2020.

MONTEIRO, S. (1999). Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. Em M. L. Heilborn (Org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. (pp. 117-145). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OLIVEIRA et al. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009 out-dez; 13 (4): 817-23. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/ean/v13n4/v13n4a18>>. Acesso maio de 2020.

SANTOS, Dayana Brunetto; Araujo Carlin dos Débora Cristina de. Sexualidades e Gêneros: questões introdutórias. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação.

Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba : SEED – Pr., 2009. - 216 p. disponível em:< <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/CadernosSexualidade.pdf>>. Acesso em julho de 2020.

STELLA R. Taquette; VILHENA, Marília Mello de. Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência. Revista Psicol.estud. vol.13 no.1 Maringá Jan./Mar. 2008.Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000100013&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em julho de 2020

SFOGGIAA, Ana; KOWACSB, Clarice. Sexualidade e novas tecnologias. Rev. bras. psicoter. 2014; 16(2):4-17. Disponível em:< http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=150>. Acesso em junho de 2020.

TONELLI, Maria Juracy Filgueiras ;VAVASSORI, Mariana Barreto. Sexualidade na adolescência: um estudo sobre jovens homens. Revista Interações • vol. IX • n. 18 • p. 109-126. jul-dez 2004. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-29072004000200007 >. Acesso em junho de 2020.

A (in)visibilidade visível: sexualidade e violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil¹

*Elbênia Neris da Silva Bento²
Juliana Grasiela da Silva Dantas³*

INTRODUÇÃO

Embora todos os sujeitos sejam detentores de direitos e a violência seja um fenômeno universal, crianças e adolescentes constituem o nosso eixo de preocupações para o desenvolvimento desse estudo, ao ponto em que estes fazem jus a uma atenção particular, visto não haver ainda física, psíquica e intelectualmente, um desenvolvimento completo. Após a promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) no Brasil, passa-se a reconhecer a realidade de negação de direitos que historicamente marcam o cotidiano da infância e adolescência. Deste modo, vem sendo construídos mecanismos de defesa dos direitos desses sujeitos, de forma a preservar garantias que contornam uma vida digna.

O Disque Denúncia Nacional (Disque 100) foi criado em 1997 sob a coordenação da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência (ABRAPIA). No ano 2000, foi aprovado o Plano Nacional de

1 Artigo oriundo de pesquisa bibliográfica e documental realizada com base nos dados disque 100 compreendendo o lapso temporal de 2011 a 2019 no Brasil.

2 Assistente Social no Consórcio de gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região do Vale do Jaguaribe – Estado do Ceará. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente do Curso de Serviço Social na Universidade Potiguar (UnP). E-mail: elbenianeris018@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3811004507066766>.

3 Assistente Social na Política de Assistência Social em Mossoró-RN. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente do Curso de Serviço Social na Universidade Potiguar (UnP). E-mail: julianagsdantas@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2173225502121971>.

Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que propôs a criação do Disque Denúncia Nacional, passando a ser responsabilidade do Governo Federal somente em 2003, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Até então, o Disque 100 objetivava o recebimento exclusivo de denúncias de violência sexual; em dezembro de 2010 sua função foi ampliada passando a incorporar todas as formas de violência contra crianças e adolescentes e outras áreas referentes à defesa de direitos humanos.

Para tanto, o Disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos fins de semana e feriados e, as denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização, de acordo com a competência e as atribuições específicas, mantendo em sigilo a identidade da pessoa denunciante.

Posto isso, a pesquisa que possibilitou a produção dos dados expostos neste artigo teve como objetivo a sistematização e análise das denúncias contra esse público, com base nos dados do Disque 100 no período de 2011 a 2019. Assim, foi realizado um diagnóstico da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes a qual lança luz para as principais obstaculizações no enfrentamento desse fenômeno, atentando para sua tipologia, sexo e faixa etária da vítima, bem como considerações sobre o perfil dos supostos agressores. Importa registrar que estamos nos debruçando especificamente sobre a violência denunciada, portanto, “com a ponta do *iceberg*”, ou seja uma parcela mínima daquela realmente cometida, ao passo que, somente os casos mais graves são denunciados. Na contramão desse fato, também não podemos desconsiderar que os dados oficiais, mesmo apontado para subnotificação, nos subsidiam na compreensão da violência e fomenta estratégias de ações contra suas ocorrências.

Para a consecução dos objetivos traçados, a metodologia de pesquisa abrangeu um arcabouço teórico que permitiu a análise quantitativa e qualitativa dos dados. Objetivando a consecução de um processo analítico mais consistente e fundamentado, realizou-se uma revisão bibliográfica na qual privilegiou autores de referência nacional na área de sexualidade e violência sexual, tais como: Guerra (2007), Foucault (2007); Faleiros e Faleiros (2008, 2010), Saffioti (2007), dentre outros. Buscamos, assim, ser capazes de ir além dos dados propriamente ditos, ou seja, da aparência dos fenômenos sociais, para, mediante uma visão crítica da realidade, atingirmos sua essência. No transcórre deste artigo será então abordado de forma mais detalhada os resultados colhidos na pesquisa documental, e serão expostos aspectos que nos fazem visualizar, mesmo que de forma embrionária, a realidade de muitas crianças e adolescentes vítimas de violência no país.

SEXUALIDADE E PODER: RESSIGNIFICAÇÃO NECESSÁRIA

No intuito de adensar elementos ao debate propusemos essa abordagem, que desde já adiantamos ser extremamente desafiadora e provocativa, visto que, remexe nossas certezas e nos convida a enfrentar questões perpassadas, quase sempre, por discriminações, preconceitos e estigmas, aspectos que dão complexidade a pesquisa e aos/as pesquisadores/as. Ademais, desde os mais remotos tempos, o “mundo” da sexualidade induz a um universo por demais provocador, instigante e, sobretudo excitante, uma vez que movimenta com o que o ser humano possui de mais íntimo e subjetivo, o(s) imaginário(s) e a(s) sexualidade(s) dos sujeitos.

Aqui nos cabe uma parada para estabelecermos um breve diálogo com o filósofo Michel Foucault, visto como o historiador das ideias que permeiam as relações de “proibição” estabelecidas entre sexualidade e poder, já que busca o discurso das “verdades” sobre esses dois elementos, respectivamente. Para o referido autor, o dispositivo da sexualidade já existia antes da modernidade, parte do princípio de que a civilização implicaria inevitavelmente em regras sociais sem as quais se instala a barbárie e consequentemente, a regulação sexual. O que determinou para os dias atuais, ainda no período antes da Era Moderna, a “sexualidade regulada/repressiva”. Para ele o capitalismo não tem o propósito de privar a sexualidade, mas, não pode desenvolver-se sem privá-la.

Ou seja, a ideia, por exemplo, de que a miséria sexual provém da repressão e que, para sermos felizes precisamos liberar nossa sexualidade, para o autor funciona como um instrumento de controle e de poder, pois sustenta a ideia de que: “É suficiente pra ser feliz, ultrapassar o umbral do discurso e eliminar algumas proibições” (FOUCAULT, 2007, p.359). Ainda segundo Foucault:

A sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar”. Ela não é aquilo que o poder tem medo, mas aquilo que se usa para seu exercício. As proibições não são formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas. “As relações de poder são, antes de tudo, produtivas (2007, p.360).

É nesse sentido que o autor expõe como se dão as mudanças sociais, considerando elementos como a sexualidade e o poder. Ele explica que o poder é um feixe de relações organizadas, piramidalizadas e coordenadas, mas que sempre há movimentos que devem ser considerados, pois tais movimentos levam as es-

estratégias (que coordenam as relações de poder) a produzirem efeitos novos e domínios que, até determinado momento não eram vistos e considerados como necessários. Para Foucault:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, do impedimento, da exclusão, do recalca-mento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (2007, p.148).

Para tanto, entendemos que, a sexualidade, hoje, sofre influências do dispositivo que concebeu uma sociedade voltada para o consumo e, como tal, é efeito desse dispositivo. Por isso, ressaltamos que, sexualidade humana só será livre quando regulamentada em função do atendimento das próprias necessidades humanas e não como consequências de estratégias que objetivam o exercício do poder e do controle dos corpos e das vidas dos sujeitos.

Ademais, falar sobre sexualidade não é tarefa fácil. Há sempre a expectativa de que se pode falar sobre a temática, quando de fato, o que se faz é percorrer “discursos sobre a sexualidade”. Percorrer discursos, num exercício de comentar a história, implica, pois, em descobrir quem são e como se relacionam, os seus protagonistas, os coadjuvantes e os excluídos da trama. Aparentemente, falar sobre sexualidade tem sido considerado um exercício moderno e libertário, que, implicaria em ruptura com a tradição concebida como repressão. Porém, uma análise mais cuidadosa da trajetória do pensamento ocidental nos informa que, desde a própria gênese da filosofia, são inúmeros e variados os textos e as reflexões sobre sexualidade. E quando se trata de discorrer sobre sexualidade são muitos os mitos e obstáculos. Estamos historicamente consagrados à história à paciente construção de discursos sobre discursos à tarefa de ouvir o que já foi dito. (PORTELLA apud FOUCAULT, 1997, p. 15)

É dentro dessa produção, profundamente diversificada e até mesmo divergente sob vários aspectos de ordem teórico-metodológica, que a sexualidade afirma – se, cada vez mais, como um objeto fundamental na busca da compreensão dos possíveis significados das relações humanas, consideradas nos seus mais variados e complexos sentidos. De objeto prioritário e/ou privilegiados em vários campos do saber – tais como a psicanálise, a psicologia, a antropologia – a sexualidade passa a adquirir um lugar de destaque na sociedade.

Abrem-se assim, duas possibilidades mais importantes para as abordagens, discussões e reflexões sobre sexualidade como objeto da história, cada uma das quais profundamente diversificadas, comportando uma série de matrizes. O primeiro caminho orienta-se se no sentido de uma história dos discursos sobre o sexo, no qual Foucault representa um marco fundamental, questionando, entre outras coisas, o caráter puramente repressivo de tais discursos. O outro caminho dentro da tendência mais flexível em termos teórico – metodológicos que, felizmente, parece ganhar terreno dia a dia na produção historiográfica mais recente, aponta para uma história das vivências e do cotidiano da sexualidade, priorizando o estudo dos comportamentos reveladores dos variados usos do corpo. Esses dois caminhos podem revelar pontos de encontro, mesmo mantendo entre si uma autonomia de percurso.

Aliás, essa apreço ser a característica predominante nos estudos sobre a sexualidade que tem procurado, de maneira geral, aliar – de modos distintos e em maior ou menor escala – a avaliação das estratégias disciplinares expressas em diferentes discursos normativos da sexualidade com a investigação das práticas sexuais vivenciadas.

Novas perspectivas surgem para a própria história da sexualidade, centrada, de um lado, nas relações sexuais que expressam as mais diversas opções e orientações envolvendo os gêneros inseridos no contexto das relações sociais, e de outro, “na circulação social” dos diferentes padrões culturais, nas “formas e limites de sua introjeção” e na “sua prática pelas diferentes mulheres e homens”. Destarte, “a ideia central de Foucault é que a liberação sexual se for possível, não passa pela crítica da repressão sexual; mas, pelo abandono do discurso da sexualidade e do objeto sexo e pela descoberta de uma nova relação – corpo e prazer”. (ENGELS, 1997, p. 304)

Assim sendo, afirmar que a sexualidade é uma construção histórica, entretanto, não é negar o caráter natural do sexo. No processo que resulta no mundo humano, a sexualidade configura-se como parte desse mundo que liga à relação com o sexo (determinação biológica), mas que também, se institui concatenadamente com outras esferas do sócio cultural. Ressalta-se, portanto, que a concepção da sexualidade como produto cultural fundamenta-se também na existência de um sexo, fator biológico pertencente à esfera da determinação natural. “A sexualidade é parte de um mundo social preestabelecido que se constrói a partir de uma exteriorização, que é a contínua efusão do ser humano sobre o mundo, quer na atividade física, quer na atividade mental dos homens”. (BERGER, 1985, p.16)

Ao agir sobre o mundo o sujeito produz objetos e ideias que transformam esse mundo em realidade, sobre a qual o ser humano exerce sua vida cotidiana.

É da ação sobre o sexo – a natureza, que é construída a sexualidade. Mas, essa ação não pode ser tomada pelo ponto de vista do indivíduo isolado, e sim, do que está inserido em uma sociedade, onde diversos indivíduos interagem e compartilham suas experiências. O processo constitutivo da sexualidade é antes de tudo, social e não individual.

Por outro lado, a experiência humana que advém da exteriorização não se dá de forma estanque, isolada, mas inserida em um contexto social onde atuem outras esferas da realidade. A sexualidade, sendo uma dessas esferas, se constitui relacionada com outros segmentos da experiência humana, tais como o econômico, o político, o religioso, das quais recebe influência e atua. Assim, mais do que uma ação sobre o sexo, a constituição da sexualidade supõe uma exteriorização que se realiza de forma ampla, abrangendo os demais aspectos da vida social à qual se vincula. Dessa forma, assume um viés que a liberta relativamente da determinação inerte da natureza, pondo – a entre as categorias históricas.

A sexualidade é socialmente e culturalmente histórica. Produzida, sustentada e transformada a partir das ações dos indivíduos num contexto social e só pode ser tomada como realidade, ou seja, só existe enquanto parte do mundo humano. Dessa forma, a sexualidade é uma categoria social presente em toda sociedade ainda que assumindo formas plurais.

No que se refere às representações sociais da sexualidade, podemos afirmar que constituem sistemas, conhecimento que permitem aos indivíduos estabelecerem uma realidade da vida sexual dentro de um mundo humano construído coletivamente, realidade que é vivenciada individualmente. (DANTAS apud SCHUTZ, 1979, p. 69)

Partindo dessa concepção, toda a vida sexual humana é regida por representações, uma vez que são elas que possibilitam um significado cultural (humano) à natureza (o sexo) e estabelece condições de relacionamentos entre os gêneros, a natureza e os outros. Engloba os mais diferentes tipos de conhecimentos, quer o senso comum, que advém da experiência vivida no cotidiano, quer os conhecimentos mais elaborados, sejam míticos, religiosos, ideológicos ou científicos.

O debate sobre a sexualidade na verdade entra em evidência por volta dos anos 1970 e 1980, foi quando houve de fato, o começo de uma reação contra aquilo que era visto como excessos de décadas anteriores, e foi durante esses anos que, talvez pela primeira vez, a sexualidade se tornou uma verdadeira ques-

ção política de primeira linha, visto que, sexualidade é muito mais que uma construção biológica e social. É cultural, histórica, onde envolve sujeitos, prazeres, relações de gênero, amor, violações e violências.

A concepção da sexualidade está intimamente ligada ao tipo de sociedade. Logo não faz sentido agir apenas no domínio sexual e não considerar os indivíduos em sua totalidade. Da mesma forma, é errado ater – se a influências individuais e deixar de lado as influências sociais. Problemas como aborto, a homossexualidade, a emancipação da mulher, o emprego de métodos contraceptivos mais seguros, violências sexuais, são antes de mais nada problemas sociais, políticos, culturais. (USSEL, 1980, p. 259)

Nas últimas décadas, a investigação histórica vem se dedicando cada vez mais em buscar as articulações entre os discursos dominantes a respeito da sexualidade e a realidade das condutas individuais. É possível traçar uma grande linha que se inicia com a constituição do pensamento cristão ocidental e vem até os nossos dias, com a instituição da moderna sexologia.

Ao longo do percurso, há o que poderíamos chamar não apenas de práticas desviantes que, de alguma maneira revelam as fissuras do pensamento dominante, mas também a lenta construção de outros discursos entre os quais incluímos o(s) feminismo(s) numa constante tensão entre heteronomia e autonomia.

No campo da sexualidade são muitas as novidades trazidas. No século XIX, por exemplo, a prostituição e a violação são os principais temas abordados, sempre referidos como símbolos importantes da coação sexual masculina. O olhar sobre a violência sexual revela de maneira clara as desigualdades de gênero que envolvem as discussões e reflexões nesse interim.

Para além do dano físico ou psicológico real que se fazia às vítimas da violência sexual, a ameaça do ataque servia como potente advertência do privilégio masculino, limitando, sobretudo, os movimentos e os comportamentos das mulheres. O desejo sexual masculino, apresentado como algo intrínseco, incontrollável e facilmente excitável mediante qualquer demonstração de desejo sexual, leva muitas vezes, à culpabilização das vítimas e ao mesmo tempo em que desculpabiliza num modo automático o outro sujeito envolvido na trama. Os efeitos da privação e das desigualdades alimentadas pelos organismos sociais entre os gêneros podem supor não apenas a violência bruta, como também o controle interiorizado nos sujeitos.

Esse cenário mistura – se claramente aos discursos dominantes que reforçam os elementos patriarcais-racistas-sexistas que consubstanciam as reflexões em torno das relações de gênero, sexualidade, corpo, vivências, mas, sobretudo as posições e os lugares dos sujeitos socialmente e historicamente estabelecidos. A tudo isso deve – se associar o processo de construção e socialização a que passam os sujeitos. Os valores, os conceitos, as construções de sua identidades determinam circuitos que reproduzem os demarcadores do sistema.

A cultura do erotismo e da sedução para além do fator de ser perfeitamente capaz de conviver com as desigualdades de gênero no campo da sexualidade, tem trazido com efeitos perversos, a gravidez indesejada, os abortos clandestinos, as doenças sexualmente transmissíveis, a disseminação da AIDS e as violências a que os sujeitos estão expostos. Parece – nos contudo, que sua principal inflexão se dá justamente no campo da construção dos sujeitos: não há lugar para a autonomia e a emancipação humana em uma configuração como esta, e se não há, é certamente porque dela está ausente a possibilidade de se pensar politicamente questões como a sexualidade e sua nuances. O desafio que a atuação situação brasileira nos coloca é de um corpo saturado de sexualidades, onde a banalização, as violações e violências de experiências comprometem em muito uma politização deste lugar.

É em meio a todo esse contexto que estão as várias discussões em torno da sexualidade, principalmente se consideradas as reflexões em torno da comercialização, violência e violações dos corpos dos sujeitos.

Aqui vale ressaltar que, o mercado sexual é em grande escala um universo ilícito e na mesma intensidade e medida, cada vez mais expansivo. O cerne da questão é evidenciar a quem tal mercado interessa. Certamente, nos valem aqui do modelo patriarcal-sexista-racial conservador fortemente reproduzido pela classe dominante como forma de recriar mecanismos que subordine/oprime cada vez mais as mulheres sob o discurso, inclusive do modelo padrão de família mononuclear, dos costumes, das regras e da moral que insistem em aprisionar os espaços, os direitos das mulheres, sobretudo os sexuais e trabalhistas, monitorando e controlando seus corpos, suas vidas e suas sexualidades.

De acordo com Brites (2011, p. 38): “A defesa dos direitos supõe a construção de possibilidades concretas para sua realização”. A autora salienta que, as desigualdades da sociabilidade burguesa exigem compromisso de quem acredita nesses direitos enquanto mecanismos que podem contribuir para a efetivação da democracia, da cidadania, bem como para o enfrentamento de todas as formas de opressão, dominação, discriminação e desigualdade existente e perpetuada nos dias atuais.

É nesse contexto que se situam as discussões e os debates na arena dos direitos, da liberdade, da autonomia, da igualdade e da emancipação humana que segundo Behring (2008) o desenvolvimento da sociabilidade, catalisa um conjunto de contradições e antagonismos entre as necessidades do capital e do trabalho que frustram amplamente as promessas de liberdade e igualdade entre os sujeitos, bem como a efetivação de uma vida social sem dominação, exploração e opressão.

Essa é uma consequência inevitável para o sistema do capital uma vez que, tal sistema se mantém a partir das relações de poderes antagônicos em que o poder de controle se separa substantivamente da minoria absoluta. Nesse contexto não estaria o Estado mantendo uma relação de poder e, sobretudo patriarcal com os mais diversos sujeitos?

É neste cenário que se situa a problemática da(s) violência(s) com todos os seus marcadores e delimitações específicas ao fenômeno e, comuns às questões e debates contemporâneos que determinam a exploração, o mercado sexual, a pobreza, a violência, a falta de oportunidade, a sexualidade e a realidade vivenciadas por mulheres, profissionais do sexo, crianças e adolescentes diariamente exploradas por quaisquer das formas supracitadas.

Entendemos que adentrar nesse universo requer um profundo cuidado, visto constituir um campo permeado por complexidades que transitam pelo senso comum, por valores religiosos, políticos, sociais impregnados de elementos controversos, limitadores, porém férteis. A contribuição deste estudo vem no sentido de desmistificar alguns dos conceitos cristalizados no tecido e imaginário social, e que repercutem na vida dos/as crianças e adolescentes sob a forma de estigma, violências e preconceitos.

O processo de aceitação ou não aceitação da participação de crianças e adolescentes em práticas sexuais com adultos tem variado histórica e socialmente. Segundo Azevedo e Guerra (1988), isso ocorre devido a visões ideológicas e contra ideológicas, que defendem, respectivamente, a condenação de tais práticas caracterizando-as como imoralidade, crime, desvio e problema social e, a normalidade de tais práticas como garantia da liberdade sexual.

O estudo requer um passeio pelas mais diversas estruturas que se metamorfoseiam nas particularidades que permeiam tal fenômeno fazendo as mediações com a realidade vivida, aqui especificamente, crianças e adolescentes que vivenciam elementos que conjugam violência e exploração sexual. Portanto, nossa abordagem vem na perspectiva de confrontar a dimensão dos direitos a partir de um elemento concreto: a violência na vida de crianças e adolescentes, que

se produz e reproduz sem que haja um mediador capaz de intervir via políticas sociais públicas como forma de enfrentamento significativo dessa completude.

QUANDO A SEXUALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE É VIOLADA

A violência é algo presente na história social da infância e adolescência e pensa-la propõe entendê-la como fenômeno histórico, social e cultural que está presente na vida dos seres humanos independente de cor, raça, etnia, gênero ou classe social e, por isso, universal. “Para onde quer que nos voltemos, encontramos no âmago da noção de violência a ideia de uma força, de uma potência natural, cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento” (MICHAUD, 1989, p. 08).

De acordo com Amorim (2005), a violência, portanto, deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multideterminado, que dimensiona diferentes realidades de uma sociedade (familiar, social, econômica, ética, jurídica, política, etc.), assentadas em uma cultura, permeada por valores e representações.

Para Chauí (2006):

[...] consiste no ato físico, psíquico, moral ou político pelo qual um sujeito é tratado como coisa ou objeto. A violência é a brutalidade que transgride o humano dos humanos e que, usando a força, viola a subjetividade (pessoal, individual, social), reduzindo-a à condição de coisa (p. 123).

Quando procuramos no dicionário o significado da palavra “coisa” temos como resultado: “1: Objeto ou ser inanimado; o que existe ou pode existir” (FERREIRA, 2014, p. 469); é desse modo, algo desprovido de sentimentos, desejos e valores. Diante desse ponto de vista podemos vislumbrar que a violência carrega em seu interior um poder arbitrário/abusivo que acaba por desqualificar a condição de sujeito das pessoas, cujas relações são ancoradas em objetificação/coisificação e opressão de alguns mais frágeis e vulneráveis. “Ela é fundamentalmente desigual, pois, para que ocorra, um indivíduo ou grupo precisa se sobrepor em força, poder e/ou autoridade sobre outro indivíduo ou grupo” (RUSSO et al, 2014, p. 163). É portanto, como destaca Chauí (2006, p. 122): “o ato desmedido que trata um humano como irracional, escravo, instrumento, mudo e passivo”.

Nas situações de violência as crianças e adolescentes são, potencialmente, as maiores e mais vulneráveis vítimas, predominando um enorme desequilíbrio de forças, tendo sua ocorrência privilegiada na família, espaço que, no imaginário coletivo vincula-se ao cuidado, à proteção e à garantia de direitos. Em termos etimológicos, a palavra família deriva do vocábulo latino *famulus* que tem por significado: o conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor do espaço (ENGELS, 2010; PRADO, 2012). Tal expressão surge com os romanos tendo por finalidade designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, seus filhos e um determinado grupo de escravos, tendo assim o direito de vida e morte sobre estes. Não obstante, o sentido originário da palavra vem se transformando ao longo dos tempos e hoje há várias significações referentes ao termo, muito embora o sentido hierárquico, autoritário, assimétrico seja ainda intensamente presente no âmbito relacional das famílias.

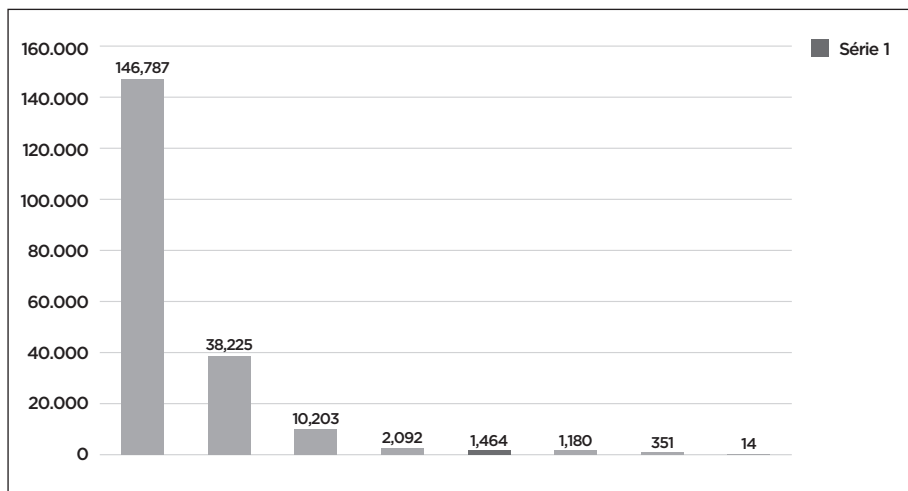
Conforme Snyders (1984), a família designa “o poder absoluto em miniatura” (p. 129). Em consonância com os dados do Disque 100 analisados, entre os supostos agressores detectados nos variados tipos de violência, a mãe destaca-se como principal (722.418) seguida do pai (346.906), dos desconhecidos (127.946) e posteriormente de outros familiares naturais ou extensos de crianças e adolescentes. Nas relações familiares, adultos e crianças/adolescentes estabelecem uma relação na qual, geralmente, as diferenças são transformadas em desigualdades. Nelas, o adulto fala em lugar desses sujeitos, em geral, privados de seus próprios desejos e alocados como coisa, em um sistema onde a palavra é amordaçada (SNYDERS, 1984).

Posto isso, a violência sexual constitui uma das faces da violação dos direitos de crianças e adolescentes e acarreta em inúmeros danos à vítima; abarca a violência física em várias formas e níveis de gravidade, psicológica que pode ser devastadora com consequências a curto, médio e longo prazo e a negligência tendo em vista que o adulto que deve proteger e preservar os direitos da criança e do adolescente torna-se violador dos mesmos.

A violência sexual, conforme nos traz Guerra (2001), se configura como todo ato ou jogo sexual, em uma relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, cuja finalidade do adulto é obter estimulação sexual. Por meio da violência sexual crianças e adolescentes têm sua condição peculiar de desenvolvimento desrespeitada e sua sexualidade violada, pois eles passam a participar de atos para os quais não estão preparados física, psicologicamente ou, o que é ainda mais grave, para os quais o seu consentimento, não foi sequer cogitado.

Essa realidade pode ser observada no gráfico 1:

GRÁFICO 1
Violência sexual contra crianças e adolescentes
entre 2011 a 2019 Brasil (n= 197.602)



Fonte: Gráfico construído pelas autoras, a partir dos dados coletados no Disque 100.

A violência sexual possui muitas expressões nas quais em todas elas se viola a sexualidade humana pois trata-se de um fenômeno que consiste em toda tipologia de contato sexualizado, desde falas eróticas ou sexuais e exposição da criança e do adolescente a material pornográfico até o estupro seguido de morte. Ademais, incluem-se carícias íntimas relações orais, anais, vaginais com penetração ou não, por meio do voyeurismo e exibicionismo, entre outros (CRAMI, 2005). É possível apreender assim que a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser expressa com ou sem contato físico e ainda com violência física fatal.

Em conformidade com Rosseli-Cruz (2005), o abuso sexual pode ocorrer com violação física forçosa ou pelo jogo de sedução e abuso psicológico. Durante o ato sexual que ocorre em função do abuso físico, o ofensor pode bater ou espancar a criança/adolescente ou amarrá-la com cordas, barbante, arame, esparadrapo, fita isolante, entre outras coisas, para imobilização e cessão ao abuso.

Conforme podemos observar no gráfico 1, o abuso e a exploração sexual foram as faces predominantes nas denúncias. Segundo Faleiros e Faleiros (2008),

classifica-se a violência sexual em abuso sexual (intra ou extra familiar) e exploração sexual comercial (prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais). Embora, ao falarmos de exploração sexual estejamos falando de abuso, a premissa contrária não necessariamente é válida. Assim, apreende-se a diferenciação entre os dois tipos de violação, pois, se no abuso sexual a vítima é violentada para fins de satisfação direta do ofensor, nos casos de exploração sexual as vítimas são usadas não apenas para este fim, mas também para garantia de lucros ou ganhos materiais. A atividade sexual com crianças e adolescentes é, desse modo, o meio e não o fim em si mesmo, podendo ou não haver uma relação mediada por outros sujeitos, empresas ou redes especializadas em tais atos (AZEVEDO; GUERRA, 2007).

De acordo com Maio e Vasconcelos (2010) a palavra abuso deriva de *abusus*, forjada por *ab*, prefixo que significa tanto privação, afastamento, como excesso e intensidade, e por *usu*, que designa o aproveitamento de algo conforme o seu destino. Nesse sentido, essa violência se revela também no plano da linguagem e das representações e não somente do ato físico em si (BARROS, 2008). Entretanto, é preciso destacar que não há por parte dessas meninas o entendimento do abuso sofrido – os toques, as carícias, o alisar ou a visualização de relações sexuais, são para elas somente atitudes invasivas e incômodas – elas não as apreendem como ações abusivas a sua sexualidade.

Nos contextos de abuso sexual, esses sujeitos são usados para gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, com base em uma relação de poder que pode incluir desde manipulação da genitália, mama, ânus, exploração sexual, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com (estupro) ou sem violência (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Em conformidade com Leal e Leal (2002), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes pode ser compreendida como uma relação mercantilizante (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

Desta primeira, registra-se que a violência sexual alcança uma complexidade maior quando se constitui em exploração sexual, nos casos em que as vítimas são usadas não apenas para obtenção de prazer sexual do ofensor, mas também para garantia de lucros ou ganhos materiais, promovendo assim o mercado do corpo e sexualidade de crianças e adolescentes. Ocorre assim um processo exploração, “[...] na medida em que, em lugar de estarem desenvolvendo uma atividade pra-

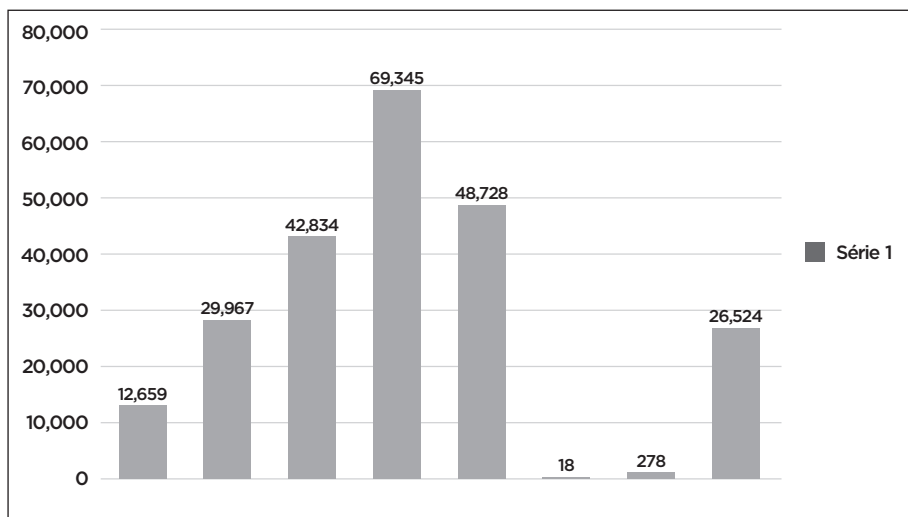
zerosa para si próprios, atuam para causar prazer a um adulto, com prejuízo inclusive de sua própria saúde mental” (SAFFIOTI, 2007, p. 49).

Mediante uma sociedade tecnológica, também se expressam nos dados a ocorrência de *Sexting*, na qual a palavra é oriunda da junção de *sex* (sexo) e *texting* (envio de mensagens) (BARROS, 2014) e perpassa o envio, recebimento ou compartilhamento de mensagens, fotos ou vídeos de conotação sensual, erótica, ou explícita. Outrossim, também se observa a presença de denúncias sobre *Grooming* (aliciamento) em que se refere a atos de sedução e/ou manipulação psicológica, realizados objetivando estabelecer uma relação de confiança com a criança ou adolescente, e assim iniciar uma relação sexual com a mesma (EISENTEIN; 2013)

Em todas as suas expressões, não se pode deixar de considerar que as violências sexuais deturpam “as relações sócio afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas” (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Para tanto, outro dado importante para compor esse quadro analítico, é a compreensão da faixa etária das crianças e adolescentes:

GRÁFICO 2

Faixa etária de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual entre 2011 a 2019 no Brasil



Fonte: Gráfico construído pelas autoras, a partir dos dados coletados no Disque 100.

Com base nos dados explicitados, a faixa etária compreendida pela adolescência foi a mais denunciada sobre violência sexual no Brasil. *Pari passu* a essa constatação, não se pode invisibilizar os dados referentes a sua ocorrência na infância, nos quais se observam números expressivos e inquietantes, pois acabam tendo menor capacidade de defesa e discernimento frente aos ofensores.

As crianças, mais do que os adolescentes, vivenciam esse despreparo psicosssexual, pois ainda estão percorrendo os caminhos da descoberta da sua sexualidade, que não são poucos. Macedo (2003) aponta que a sexualidade infantil passa por quatro fases ou percorre quatro caminhos: oral, anal, fálica e de latência a partir de faixas etárias aproximadas. A primeira delas vai, aproximadamente, de zero a dois anos de idade e caracteriza-se pelo prazer que a boca proporciona através da sucção do seio da mãe, da mamadeira e do ato de comer. A partir do momento em que as crianças deixam as fraldas, por volta de dois ou três anos, elas passam a sentir prazer de outra maneira. Nesse momento o prazer das crianças se volta para as sensações prazerosas que suas necessidades fisiológicas podem proporcionar.

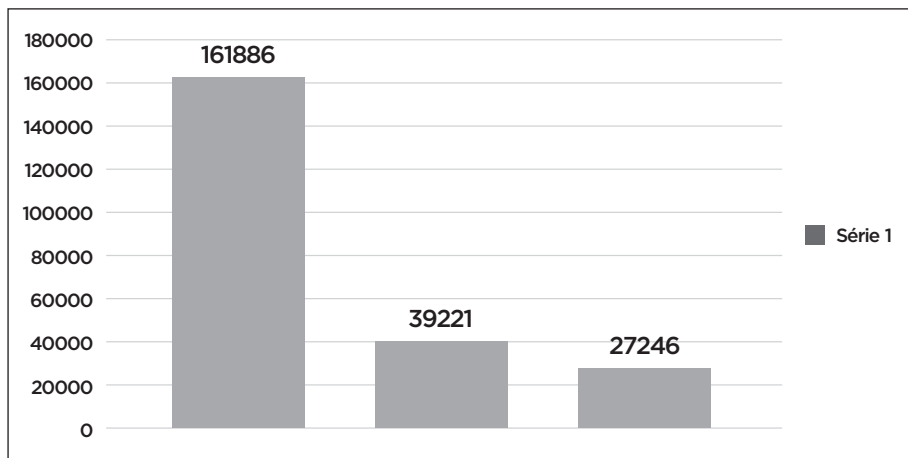
Aproximadamente dos quatro aos seis anos de idade elas passam a descobrir e a explorar seus órgãos sexuais/genitais e a perceber a existência de diferenças físicas entre meninos e meninas e apresentar curiosidade sobre sexo. Destarte, mais ou menos por volta dos seis ou sete anos, a sexualidade das crianças fica latente, ou seja, oculta, mais não inexistente. Com a puberdade esse processo aparece associado às mudanças físicas, psicológicas e sociais que os adolescentes passam a vivenciar (MACEDO, 2003).

O processo transitório entre a infância e a vida adulta é marcada por mudanças corporais como o desenvolvimento dos seios, nádegas, pelos pubianos e a menarca. Sobre a adolescência, importa inferir a invisibilização e responsabilização social da violência sexual nessa fase, pois a sociedade muitas vezes supõe que as ocorrências partem do desejo e intencionalidade de quem as vivencia. Quaisquer que sejam as fases em que essa violência ocorra, trata-se de uma violação de direitos e exige comprometimento coletivo, tanto do Estado como da família e da sociedade respostas protetivas e congruentes com seus direitos.

Se o Gráfico 1 nos permite visualizar a faixa etária de crianças e adolescentes acometidos por violações no Brasil, ao passo em que se considera seu sexo, observa-se mais nitidamente quem são esses sujeitos e quais as suas particularidades:

GRÁFICO 3

Sexo das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual entre 2011 a 2019 no Brasil



Fonte: Gráfico construído pelas autoras, a partir dos dados coletados no Disque 100.

Em coaduno com os resultados acima, apreende-se que as meninas aparecem como as principais vítimas das violações de direitos sexuais no Brasil. Tais dados demonstram que, embora a violência seja um fenômeno universal, por se constituir como um exercício de poder, os sujeitos mais vulneráveis socialmente são potencialmente suas maiores vítimas, aspecto que nos lança luz para um caráter sexista e cultural da nossa sociedade.

As relações de gênero na nossa cultura desfavorecem claramente as mulheres. Para Faleiros (1999 apud Teixeira, 2001):

Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual masculino tradicional são o poder, a dominação, a força, a virilidade e a superioridade. Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual feminino são a submissão, a passividade, a fraqueza e a inferioridade. A tradição da supremacia masculina ensina rapazes e homens que os traços femininos são sem valor; são sem mérito; e as mulheres devem ser tratadas com inferioridade ou menos bem que os homens. Com o estereótipo da supremacia masculina os homens aprendem a ter expectativas sobre seu nível de necessidades sexuais e sobre a acessibilidade feminina (p. 10-11).

Nessa perspectiva, a dominação e a subordinação são sexualizadas, o que sugere que os homens têm o direito aos serviços sexuais da mulher e implicitamente o abusador assume que é sua prerrogativa fazer sexo com qualquer mulher que ele escolha. Outrossim, ele tem o direito de usar as mulheres como objeto para seu prazer, uma vez que o uso das mulheres como objeto pelos homens esteja legitimado ou enraizado na cultura, o terreno está preparado para todas as formas de tráfico, prostituição, sexo turismo e abuso sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino e mulheres. A ideia que a criança ou a mulher tem o direito ao próprio corpo não cabe na ideologia da supremacia masculina (FALEIROS, 1999 apud TEIXEIRA, 2001).

Segundo Azevedo e Guerra (2001) a grande incidência da dominação do homem sobre a mulher explicaria o motivo pelo qual a maioria dos agressores são homens e a maioria das vítimas do sexo feminino. Tal fenômeno interliga-se a questões geracionais e as desigualdades de gênero historicamente construídas entre homens e mulheres em virtude do sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa realizada nos visibilizam uma realidade ainda bastante complexa e inquietante. Paralelamente, tal quadro situacional torna-se ainda mais grave quando consideramos que a denúncia ao Disque 100 compõe apenas parte dessa realidade, tendo em vista que muitos casos ainda são silenciados e invisibilizados em uma teia adultocêntrica e contraditória.

Sêda (1991) destaca que só existe direito quando as pessoas agem umas em relação às outras de tal forma que as normas declaradas na legislação estejam presentes nesse conjunto de relacionamentos interpessoais da sociedade. Em contrapartida, socialmente e como pode ser observado no âmbito deste artigo, a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos latente e que contextualiza uma relação verticalizada. Assenta-se dessa maneira, no uso arbitrário de poder e na coisificação de crianças e adolescentes, por meio da utilização e violação de sua sexualidade. Seu enfrentamento é necessário, porém não pode ocorrer de forma isolada, mas coletivamente articulada entre Estado, família e sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Sandra Maria Francisco de,. Reflexões sobre o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. In: SILVA, Anamaria Santana da Silva; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Orgs.). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. A problemática da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.
- BARROS, Alberto dos Santos Filho. Violência: o cotidiano de crianças e adolescentes explorados sexualmente. A exploração sexual de meninos e meninas na América Latina e no Caribe. Relatório final. Brasil, 2008.
- BERGER, Peter. O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/1990. Brasília, 1990.
- Brites, Cristina. CFESS Manifesta: Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011). Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Democracia e autoritarismo: o mito da não-violência. In: Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CRAMI - Centro Regional aos Maus-tratos na Infância (org.). Abuso sexual doméstico: atendimento as vítimas e responsabilização do agressor. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2005.
- DISQUE 100. Brasília, 2020. Disponível em> <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>> Acesso em: 02 Set. 2020.
- EINSTEM Evelyn. Desenvolvimento da sexualidade da geração digital. In: Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 61-71, abril 2013.
- ENGELS, Magali. Maretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha. Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima (Org.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Brasília: CECRIA, 2002.

MACEDO, Lulie. Quando a sexualidade engatinha. Disponível em: www.cefetsp.br. Acesso em: 01 Set. 2020.

MAIO, Jaqueline Soares Magalhães; VASCONCELOS, Maria Gorete de Oliveira Medeiros. Abuso sexual de crianças e adolescentes: avanços e desafios da rede de proteção para implantação de fluxos operacionais In: UNGARETTI, Maria América. Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução. São Paulo: Organização de Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP, 2010.

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. Abuso sexual na infância conceitos básicos e medidas de prevenção. In: SILVA, Anamaria Santana da Silva; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Orgs.). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005.

RUSSO, Gláucia Helena Araújo; SILVA, Hiago Trindade de Lira; NOGUEIRA, Jéssica Lima Rocha Nogueira; DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. Ecos do Silêncio: violência sexual denunciada no CREAS Mossoró-RN. In: Argumentum, Vitória (ES), v.6, n.1, p.223-239, jan./jun. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. In: Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SÊDA, Edson. O Novo Direito da Criança e do Adolescente. Brasília, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA, Ministério da Ação Social, 1991.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

SNYDERS, Georges. Não é fácil amar nossos filhos. Trad. Emílio C. Lima. 1a ed., Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1984.

TEIXEIRA, Lumena Celi. O outro lado do espelho. A exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUC-SP, 2001.

USSEL, Jos Van. Repressão sexual. Tradução Sonia Alberti. Rio de Janeiro: Campus LTDA, 1980.

Violência sexual à adolescentes nas periferias populares ¹

*Pollyanna de Souza Carvalho*²
*Letícia Machado de Araujo*³
*Verônica Gonçalves Azeredo*⁴

INTRODUÇÃO

A temática proposta aproxima-se do debate da violência sexual à adolescentes nas periferias brasileiras, onde o registro de casos envolvendo violência sexual têm impactado a população, pesquisadores e profissionais de diversas áreas. Recentemente, no auge da pandemia de Covid-19 no país, disputa espaço na mídia, a ocorrência no Espírito Santo/Brasil, de uma menina de 10 anos abusada sexualmente desde os 6 anos por seu tio, de quem engravidou e abortou em seguida.⁵

1 Este trabalho decorre de pesquisa bibliográfica e documental, com palavras-chave: violência sexual, juventude, gênero, raça e classe.

2 Assistente Social formada pela UFF/Campos. Mestranda em Serviço Social do PPGSS/UFRJ. Especialista em formação em Direitos Humanos e Movimentos Sociais pela UESPI. Graduanda em Pedagogia pela UENF. Integra o NUFSTEV/UFF (Núcleo de Pesquisa em Famílias, Sujeitos Sociais e Territórios Vulneráveis). Link do CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4621235022753961>. E-mail: pollyannacecf@gmail.com

3 Graduada em Serviço Social pela UFF/Campos. Mestranda em Serviço Social do PPGSSDR/UFF. Integra o NUFSTEV. Link do CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7702367963184964>. E-mail: leticiamaraujo21@gmail.com

4 Doutora em Política Social/UFF/Niterói e Prof^a do Curso de Serviço Social da UFF/Campos. Coordenadora do NUFSTEV. Link do CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5752123675495665>. E-mail: vgazeredo@gmail.com

5 Cabe pontuar outro caso de uma menina do estado do Espírito Santo, de 11 anos abusada sexualmente e que por consequência engravidou. Segue sendo investigados dois suspeitos. Um, o ex-companheiro da avó e o outro o seu padrasto (Cf: RANGEL, V. ES: menina de 11 anos é estuprada e engravidada; 2 da família são suspeitos. UOL, Vitória, 29 ago. 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/29/es-menina-de-11-anos-e-estuprada-e-engravidada-2-da-familia-sao-suspeitos.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020).

Vítimas de abusos, especialmente o sexual, crianças e adolescentes se deparam com sentimentos de dor física e emocional e seguem amordaçadas pelo silêncio diante ameaças frequentes de morte pelo agressor, aliciadores e violadores de direitos.

O interesse investigativo nesse espaço tem como escopo a discussão da violência sexual feminina com adolescentes nas periferias populares do Brasil. Para isso, será em torno das variáveis gênero, raça e classe que a problematização será lançada, tendo como alvo, a prática do estupro e, como consequência, a gravidez - fruto da violência sexual praticada e sofrida. É em torno da violação dos direitos e do papel das políticas públicas, que o debate circulará.

Para alcançar estes liames, metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica, cujas fontes exploradas são oriundas de investigações realizadas sob os eixos violência sexual, juventude, gênero, raça e classe conduzidas por Amaral (2014); Almeida (2019); Brilhante *et al.* (2019); Chacham, Maia e Camargo (2012); Sousa (2017); Souto *et al.* (2017), entre outros estudiosos. Soma-se a pesquisa bibliográfica, as fontes documentais como o Atlas da Violência (2018); Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2020); OXFAM Brasil (2020) e Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (2017).

Nesse percurso, em caráter ainda preliminar, constata-se que discursos conservadores e autoritários reprodutores de mentalidades e práticas hierarquizadas, patriarcais e machistas incidem em espaços privados e públicos, corroborando para o silêncio e subnotificação dos casos de violência sexual praticadas às crianças e adolescentes, que tem seus direitos violados.

DESENVOLVIMENTO

Violência sexual e desafios ao seu enfrentamento

A princípio, serão tecidas algumas considerações acerca do ciclo de vida infantil que se finda aos 12 anos conforme registro no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁶. Essa é uma etapa na qual corpo e mente passam por intensos processos de desenvolvimento e mudanças, sobretudo aquelas relacionadas ao amadurecimento do sistema reprodutivo.

6 Para Brasil (1990), no art. 2º: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Ainda há outra reflexão contida no parágrafo único de que “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade” (BRASIL, 1990).

Alinhado a essas alterações vivenciadas por crianças e adolescentes, um tema ganha importância: a violência sexual na sociedade brasileira. Para Sousa (2017, p.11-12), essa prática pode ocorrer de diferentes formas, o que significa que não é necessário haver penetração vaginal para a configuração do ato. A violência⁷ pode ocorrer através do sexo oral, anal, masturbação, beijo, qualquer prática sexual. Fato é, o desejo sexual do estupro pode ser satisfeito de diversas formas. Mas, todas elas, violam a dignidade da vítima e o respeito a sua vontade.

Para auxiliar na compreensão da violência sexual, esse estudo adotará a noção de “cultura do estupro” como fenômeno que coopera para a ocorrência desses casos de violação de direitos. A referida noção deriva da ideia de que o estupro ocorre em geral, através de homens em plena capacidade mental diante da escolha entre praticar ou não o ato violento (SOUSA, 2017).

A referida autora pondera que trata-se de uma situação, de certo modo, consentida socialmente na medida em que se observa discursos que podem tornar a prática, na concepção do agressor, algo aceitável. Acrescenta ainda que os casos de violência sexual acontecem com uma significativa frequência, maior do que se tem notícias e do que as estatísticas.

No Brasil, os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registraram 45.460 casos de estupro em 2015, referentes a mulheres e de homens. No entanto, sabe-se que, em média, 89% das vítimas são do sexo feminino e há grande sub-registro dos casos à polícia. Estima-se que, a cada ano, ocorram 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais somente 10% são reportados à polícia (SOUTO *et al.*, 2017, p. 2910).

Fato é que o estupro pode acontecer em variados espaços, embora no imaginário social persista a noção de que o crime pode ser cometido em locais pouco movimentados e de baixa iluminação. Nesse sentido, Sousa (2017), adverte que sua ocorrência é constatável também em espaço aparentemente seguro, como a casa da vítima. Na linha desse raciocínio Souto et al. (2017), afirmam que número considerável dessa natureza contra crianças e adolescentes é representado por casos cometidos por pai/ padrasto, amigo ou pessoa conhecida.

7 Na tentativa de conter a violência contra a mulher, no ano de 2006, foi sancionada a Lei 11.340 – Lei Maria da Penha. Conforme essa Lei no art. 2º: “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...]” (BRASIL, 2006).

[...] 56,3% dos agressores das crianças eram os próprios pais, padrastos, amigos ou conhecidos da vítima. Destacou também que, em geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, e nesses casos a residência foi o local principal (79%) onde ocorreu o estupro (SOUTO *et al.*, 2017, p. 2915).

Diante ao exposto, têm-se uma configuração de dados que demonstram que a violência sexual acomete mais às mulheres e, no caso de crianças e adolescentes, ocorrem com maior frequência na casa das vítimas - locais onde estariam supostamente protegidas. Dessa forma, caberia supor: o conservadorismo, expresso através do machismo e da misoginia, seriam elementos estruturantes desta violência? O fato de ser mais cometida por homens justifica a concepção, de que a violência sexual, encontra fundamentos para sua ocorrência na desigualdade de gênero?

Na visão de Chacham, Jayme e Neves (2012), a violência sexual encontra meio para se propagar a partir das relações de poder arraigadas na interface entre homens e mulheres, na cultura e no cotidiano dos sujeitos. Trata-se de um contexto de disparidades que tende a aparecer de modo naturalizado ou invisibilizado, em especial no espaço privado. A violência assume diferentes expressões, dentre elas, pequenos atos de dominação e subordinação até espancamentos e violência sexual, em geral contra a mulher, no ambiente doméstico.

Por essa razão, Souto *et al.* (2017, p. 2910), afirmam que as meninas e mulheres estão mais expostas a violência sexual em decorrência dos valores patriarcais presentes na sociedade e manifesto nas desigualdades estruturantes das relações de classe e gênero. Têm-se aí os elementos para se produzir e alimentar a cultura do estupro. Nesse fluxo, Sousa (2017, p.12-13), aponta que os agressores buscam reproduzir, através de seus atos, a submissão da vítima a sua vontade, o que resulta na transgressão de direitos. Logo, agem apoiados em discursos machistas ancorados na ideia de que “o poder sexual está no homem”, que por sua vez, tem o direito de atender ao seu desejo como e quando quiser e ainda lhe cabe transformar o “não” de uma mulher em um “sim”.

No tocante ao ambiente familiar, a legitimação masculina é um fator que contribui para a ocorrência de violência contra crianças e mulheres na esfera doméstica.

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso ‘legítimo’ da força física. Com efeito, o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres

e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 33).

Atrelada a separação binária entre homens e mulheres no âmbito das relações sociais e de poder, a dimensão raça aliada a classe é outro fator estruturante da violência sexual.

Diante disso, entende-se que além da opressão de classe e gênero, a adolescente negra carrega estereótipos construídos desde o período colonial, quando os senhores tinham total domínio sobre as mulheres escravizadas. Tais estereótipos tendem a recair na hipersexualização dos corpos negros e a naturalização da sua imagem como objeto sexual.

Seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores. Nesta condição eram desejadas, pois satisfiziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente. [...] Ainda que hoje a mulher negra encontre outras condições de vida não é fácil livrar se desse lugar, principalmente no que se refere à sexualidade. Mesmo que aparentemente mais assimilados na cultura brasileira, o negro, em particular a mulher negra, se vê aprisionado em alguns lugares: a sambista, a mulata, a doméstica, herança desse passado histórico (NOGUEIRA, 1999, p. 44).

A permanência do abuso sexual pode durar anos, até que o silêncio seja rompido, e geralmente a descoberta e revelação do ato ocorrido é realizada por terceiros. Observa-se que a falta de informação eficiente e qualificada sobre a sexualidade, as distintas formas de violência sexual e os canais de denúncia do crime, corroboram para a permanência dos altos índices dessa prática. De acordo com o Atlas da Violência 2018, as crianças são as maiores vítimas de estupro no Brasil. O estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) sinalizam que 50,9% dos casos relacionados ao estupro, em 2016, foram executados contra menores

de 13 anos de idade. Cabe ressaltar que em 32,1% dos casos, as vítimas foram adultos, e em 17%, adolescentes (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

O Atlas da Violência de 2018, aponta também, que as polícias brasileiras registraram cerca de 49.497 casos de estupros em 2016. É uma realidade que representa mais que o dobro dos atendimentos no Sistema Único de Saúde, que no período, atendeu 22.918 casos. Outro dado importante é que 42,4% das vítimas disseram não ser a primeira vez que sofriam abuso sexual (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

Cabe destacar, que pelo fato da violência sexual se constituir em um delito possivelmente menos denunciado dentre outros, torna-o um infiel retrato da realidade. Rodrigues, Brino e Williams (2006), argumentam que dentre as razões da não denúncia da violência, está a exposição familiar, que traz à tona o sentimento de humilhação. Outro quesito central, refere-se a conduta do agressor que pode influenciar emocionalmente os envolvidos através de ameaças.

Nesta linha, elemento merecedor de destaque no debate sobre violência sexual é a gravidez, fruto do estupro. Para além do trauma, Squizzato e Herculanó (2013, p.18-19) relatam que o efeito de uma gravidez indesejada e precoce na vida de uma adolescente oriunda de classe baixa, é muito mais amplo, do que na vida de uma adolescente de classe média, em virtude da ausência ou dificuldade de acesso aos serviços e as políticas públicas. Frente a esses desafios, caso a adolescente opte pela interrupção da gravidez, apesar do Código Penal Brasileiro em seu artigo nº128 preconizar que se a gravidez for resultante de estupro poderá ser findada, isso não é o que se observa, quando elementos de classe e raça, mais uma vez se entrecruzam. De acordo com Souto *et al.* (2017, 2916), embora o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça serviços de aborto legal e a legislação autorize a realização do procedimento em caso de violência sexual, independente da autorização judicial ou de processo contra o autor do crime, esse direito nem sempre é garantido.

Face ao exposto, compreende-se que o enfrentamento da violência sexual requisita desconstrução dos papéis atribuídos à homens e mulheres na sociedade. A cultura do estupro tende a ser superada através da desestruturação dos padrões que justificam toda forma de dominação masculina (SOUSA, 2017, p. 27).

Dessa forma, o estudo acerca da violência sexual aponta que o alvo a ser mirado por aqueles que se posicionam contra sua prática, é o conservadorismo. Isso porque, como visto, a leitura conservadora sobre os fenômenos inibe a possibilidade de diálogo sobre sexualidade no âmbito doméstico e público. Além disso, esse ideário caminha rumo a manutenção das relações sociais vigentes, fundadas nas disparidades de gênero.

Violência sexual na juventude periférica e sua interface com gênero, raça e classe

No Brasil, a dimensão de raça foi uma forma de outorgar legitimidade às relações de dominação mesmo, após o término da colonização, no século XIX. De acordo com Quijano (2005, p. 107), na América Latina, tais relações se estruturaram a partir da constituição de “identidades associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes [...]. Raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”.

Ao refletir sobre fim da abolição no Brasil, Almeida (2019, s.d.), aponta para o racismo como oriundo das marcas da escravidão e do colonialismo. Nessa abordagem, registra que “as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas, permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos”.

Ocorre, que as pessoas escravizadas pós-libertas arcaram com o ônus da superexploração de sua força de trabalho, colocando-se à disposição para o que surgisse, em termos de oportunidade de trabalho. Assim, anos mais tarde, pelas franjas da urbanização estes se integraram as cidades pela via das periferias brasileiras, arquitetadas por precária infraestrutura e recursos no campo das políticas urbanas para atendimento as demandas básicas de suas famílias e comunidade. O que encontram é uma cidade segregada, produto de pactos oligárquicos e coronelistas, seguido de uma modernização conservadora e baseada nos interesses hegemônicos da época.

Estes detalhes são seguidos, no século XXI, por intensos indícios de continuidade dos antigos privilégios “brancos” metamorfoseados nos agentes financeiros, rentistas e imobiliários que se inserem nas cidades, com ênfase na atuação de remoção⁸ forçada de moradores das periferias urbanas e violência contra o outro.

O que se observa é que a “pseudo” democracia, sob o seu aspecto legal de Estado de Direito, continua a atravessar o cotidiano das periferias populares marcado pela ausência e/ou ineficácia de serviços básicos. Fato é que a atuação estatal, em sentido protetivo e de incentivo ao controle social, tem relegado esses segmentos à própria sobrevivência num contexto de urbanização e desenvolvimento desenhado para as elites brasileiras.

No tocante à violência sexual, esta é potencializada quando a vítima é oriunda das camadas empobrecidas do país, especialmente, residentes em periferias populares.

8 Estudo sobre tal ação foi desenvolvido por COSTA, M. de. F. T. Experiências de resistência à remoção em territórios ocupados pela população pobre nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. Revista *Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n.1, p. 191-228, jan./jul. 2018.

A periferia não se caracteriza, necessariamente, como condição geográfica, “às margens das cidades”, mas caracterizada por uma condição social marcada pela imprevisibilidade das relações estabelecidas entre seus habitantes, pela precariedade do acesso aos mecanismos estatais necessários para manter o direito a uma vida digna (saúde, escola, moradia, transporte, etc) e pela insustentabilidade econômica deste sistema (carência de emprego, provisoriedade das rendas, entre outros). Assim, a periferia produz uma imagem associada à desordem, ao inacabado, ao provisório, ao precário e carente, produto de práticas de subsistência que compreendem desde a autoconstrução da moradia, às alternativas informais de geração de renda até mesmo a infraestrutura dos equipamentos sociais públicos disponíveis (AMARAL, 2014, p. 5).

São destes espaços urbanos que a ideia de “classes perigosas” foram extraídas e invadiram as centralidades dos espaços brasileiros, disseminando o medo. Os sujeitos pertencentes a “esse” segmento de classe, quando frequentam os espaços “embranquecidos” e permeados pelas camadas burguesas, causam insegurança pelo fato de estar ali, visto que tal condição já é naturalizada pelo conjunto da sociedade, de onde advém, a prática de criminalização do pobre por encarnar a cor da pobreza.

Num país concentrador de riquezas como o Brasil, essa realidade é escancarada. Em conformidade ao Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 2020, menos de 3% das famílias do Brasil, concentram 20% de toda renda no país⁹.

De acordo com o Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe, do ano de 2017, verifica-se que no Brasil, pretos e pardos quando somados, são a maioria dos brasileiros. Entretanto, no que tange aos rendimentos, à escolaridade e à distribuição em classes sociais os mesmos se encontram sempre em posições de desvantagem, no que concerne aos brancos. A isso se acrescenta, que a exploração da intersecção entre as variáveis raça e gênero permite destacar que as mulheres negras ou pardas ainda são as mais vitimadas pelas desigualdades. Disto decorre, que apesar de existirem desigualdades de gênero no país, as injustiças sócio espaciais, no que toca aos negros e pardos, são mais profundas.

⁹ Este Mapa faz referência à Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O conjunto dessas desigualdades se cria e se reproduz nas periferias, já que os retratos de violência sexual¹⁰ de adolescentes permanecem visíveis, seja pelo ato perpetrado no próprio círculo familiar: por conhecidos, companheiros, desconhecidos que rodeiam a vítima, traficantes, policiais ou de modo coletivo em bailes. Como consequência disso, pode ocorrer morte prematura ou gravidez indesejada que altera intensamente o cotidiano de adolescentes, causando além de graves danos físicos e psicológicos, perda de aproveitamento da juventude, distância dos estudos, trabalho e rompimento de vínculos comunitários.

Um exemplo da violência sexual vivida nas áreas periféricas, foi o caso lembrado por Brilhante *et al.* (2019, p. 2), no ano de 2017, quando quatro jovens estupraram uma menina de 12 anos na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Esta violação aconteceu cerca de um ano após o estupro de uma adolescente de 16 anos no Morro do Barão, realizado por 33 homens na Praça Seca, localizada no Rio de Janeiro. Estes fatos, além de representarem a crueldade dos crimes, possuem um elemento em comum: foram reproduzidos em vídeo e disponibilizados em divergentes mídias sociais pelos algozes.

A isso se soma, os pensamentos das autoras, de que as violências de gênero praticadas no ambiente de “baile de favela”, relacionam-se à vivência de meninos através da incorporação de padrões de masculinidade hegemônica, cujos estereótipos, são vinculados à violência. Desse modo, “os papéis sociais dos gêneros, estabelecidos culturalmente, têm relevância crucial para a compreensão dos mecanismos que normatizam a violência contra a mulher” (BRILHANTE *et al.*, 2017, p. 9).

Nessa direção, Betim (2016) faz consideração sobre a violência sexual quando praticada em espaços permeados pela criminalidade, que de acordo com sua pesquisa, pode ocorrer por exemplo, quando da escolha de meninas ainda pré-adolescentes para a formação do harém do criminoso, que ao delas se apropriar e resolver descartá-las as entregam para outros parceiros, ao perpetrar estupros coletivos, como espécie de castigo ou até mesmo de diversão.

10 De acordo com informações do estudo do Ministério da Saúde, o Brasil abarcou 4.262 casos de estupro em adolescentes e que tiveram como consequência gestações e nascimentos no período entre os anos de 2011 e 2016. No que concerne às adolescentes de 15 a 19 anos, o número de registros foi mais alto: 6.201,37, 7% delas (2.418), com algoz na própria família ou companheiro. Verifica-se, ainda, que há uma concentração delas no Sudeste (33,1%) e no Nordeste (32,7%), sendo que as negras são a maioria (63,3%) (Cf: GARCIA, J. 72% das grávidas até 14 anos após estupro foram vítimas desse crime mais de uma vez, diz estudo. UOL, São Paulo, 29 dez. 2017. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/29/sete-em-cada-adolescentes-que-engravidaram-apos-estupro-foram-vitimas-sexuais-reiteradas-diz-estudo.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020).

Chacham, Maia e Camargo (2012), em estudo realizado na cidade de Belo Horizonte, com jovens do sexo feminino entre 15 e 24 anos, sendo 356 moradoras de favelas¹¹ localizadas na região centro-sul, percebeu-se uma notoriedade bruta de 27,3% de gravidez até os 19 anos de idade destas adolescentes. Mais ainda, as informações demonstram uma relação direta entre a gravidez na adolescência com o controle e a violência realizada pelo companheiro. “Entre aquelas residentes em favelas, 48% das que declararam ter sofrido violência física por parte de um parceiro e 58% das que declararam ter sofrido violência sexual haviam engravidado ao menos uma vez antes dos 19 anos” (CHACHAM; MAIA; CAMARGO, 2012, p. 389).

Nota-se uma articulação entre classe e raça destas adolescentes das favelas mencionadas, visto que em 54% dos domicílios, a renda mensal era de até dois salários mínimos, o que demonstra a precariedade de sua condição material, até porque, foi verificado nesse caso uma média de sete residentes por domicílio. Observou-se que sobre o enfoque raça, os negros representam 70% dos sujeitos que sobrevivem abaixo da linha de pobreza e a grande proporção das entrevistadas que relataram ser pardas ou negras morava em favelas (84,5%) (CHACHAM; MAIA; CAMARGO, 2012, p. 393).

Na perspectiva da relação destas jovens com os estudos, os referidos pesquisadores identificaram que mais de 30% tinham parado de estudar. Entre estas, 31,5% justificaram que foi em função da gravidez e/ou para cuidar dos filhos. Outra conexão que reflete a falta de continuidade nos estudos, é a entrada precoce e concentração de empregos destas adolescentes no setor de serviços de pouca qualificação, baixos salários, relações precárias, sem estabilidade e com baixas oportunidades de ascensão vinculadas a área profissional (CHACHAM; MAIA; CAMARGO, 2012, p. 394).

O documento informativo da OXFAM, do ano de 2020, demonstra que mulheres e meninas estão situadas na base da pirâmide econômica, em especial, quando sobrevivem em condição de pobreza e pertencem a segmentos marginalizados. Estas, dedicam gratuitamente 12,5 bilhões de horas diariamente ao trabalho de cuidado e outras diversas horas em trabalhos de baixíssima remuneração.

11 Pesquisa realizada de setembro de 2007 a janeiro de 2008, sendo 365 adolescentes e mulheres jovens da mesma faixa de idade e moradoras em cinco favelas, como o Complexo da Serra, Barragem Santa Lúcia/Morro do Papagaio, São José, Acaba Mundo e Querosene (CHACHAM; MAIA; CAMARGO, 2012, p. 391).

Corroborando com essa informação, a história de vida de Sofia¹², residente de uma favela em Niterói. Sofia foi abusada pela primeira vez quando era criança pelo marido de uma moça que a pegou na rua para criar. Não tendo como permanecer neste ambiente, retornou para a rua, iniciando sua trajetória no uso de drogas e fazendo a vida na prostituição, para sustentar o vício. Para não morrer, perpassou por diversos estupros coletivos pelas mãos de traficantes que ocupam as periferias de Niterói. Atualmente, Sofia é uma mulher com pouco mais de 30 anos e reside em casa própria junto aos seus quatro filhos - dois deles, de seu antigo companheiro, por quem foi também violada (BETIM, 2016).

O que muda no caso de Sofia e de outras mulheres que vivem nas periferias brasileiras é a forma como podem reagir a esses abusos. Elas têm de lidar com a violência de traficantes e milicianos que fazem e aplicam a lei nas comunidades, com a indiferença de autoridades policiais que na maioria das vezes constroem e culpabilizam a vítima, e com a falta de amparo e de conhecimento de suas respectivas famílias – principalmente quando o agressor é um parente ou o próprio companheiro. Em suma, essas mulheres têm de percorrer um cruel labirinto em que, a cada saída, se deparam com perigosas armadilhas (BETIM, 2016).

Essa história não termina por aí, visto que as violações de direitos das mulheres podem se reproduzir em uma mesma casa, cidade e região. Nessa perspectiva, algumas dessas mulheres estão sujeitas a um cotidiano de revitimização, seja na esfera privada, seja na esfera pública, em virtude do fato dos espaços estarem colonizados pela lógica machista e sexista.

Conforme observado, nos escritos de Betim (2016), Sofia foi impactada com a descoberta há dois anos atrás que a sua filha Laís, então com 12 anos, estava sendo violada sexualmente pelo padrasto, desde os 6 anos de idade. Sofia não havia desconfiado do então marido, porém, se apressou em se separar e denunciar a situação para a polícia.

Ocorre, que assiste-se na área de segurança pública no país a uma sucessão de práticas institucionalizadas onde os direitos são violados, apesar da Constituição Federal de 1988 do Brasil prever que todos os indivíduos são iguais perante a lei. Não por acaso, que o Estado penal, na visão de Wacquant (2008, p.15), passou a operar sob as bases do projeto neoliberal, implementando uma política de cri-

12 O nome é fictício.

minalização da pobreza. Trata-se de um projeto que visa vigiar e subjugar as populações refratárias das expressões da questão social, além de atuar nas funções de estigmatização, reparação de cunho moral e até a repressão considerando também o encarceramento em massa de negros, segregados e pobres.

Na linha desse raciocínio, a exemplo do que foi noticiado pela mídia, Stabile (2018), destaca que os moradores de favelas do Rio de Janeiro trouxeram à tona diversas violações realizadas por militares¹³ desde o começo da intervenção federal na segurança pública do Estado, assinada pelo até então presidente Temer (MDB), no ano de 2018. Consta no relatório parcial Circuito de Favelas por Direitos, elaborado pela Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, as declarações de roubos, invasões de casa, agressões físicas e ainda estupros. Contabiliza-se o caso da revista de mulheres feitas por PMs homens, contrariando a lei referente ao artigo 249 do Código de Processo Penal onde a busca em mulher será realizada por outra mulher. Para uma jovem: “Ele vem revistar a gente, já gritando, chamando a gente de piranha, mulher de bandido, drogada. Vem empurrando e mexendo na gente. Eu sei que só mulher que pode revistar mulher, mas se nós não deixar [sic] leva tapa na cara” (STABILE, 2018).

Deste modo, a violência sexual de mulheres nas periferias, majoritariamente negras e pobres, tende a se agudizar mediante a ineficácia ou mesmo ausência de proteção social do Estado e de instituições democráticas, que não garantem as vítimas medidas protetivas, para estas se mantenham seguras, distantes dos agressores e certas de que estes foram punidos pelo ato praticado.

Conforme o Mapa da Desigualdade (2020, p. 26), dentre 22 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, somente 7 possuem delegacias especializadas de atendimento à mulher. Tal potencial obstáculo para a materialidade dos direitos femininos se correlaciona com outra problemática mencionada pelo mapa, o fato de que 2 milhões de residentes de toda a Região metropolitana do mesmo estado necessitam se deslocar até a capital a fim de acessar oportunidades ligadas ao emprego, estudos, lazer, hospital, etc.

Com isso, adolescente moradora da periferia quando violada sexualmente, enfrenta desafio ainda maior, no que se refere ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

13 Uma notícia veiculada pela mídia mostrou que o Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro expulsou quatro policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da localidade do Méier. Os ex-policiais foram acusados de terem cometido estupro em duas mulheres e uma adolescente, na comunidade do Jacarezinho (Cf: PM do Rio expulsa 4 soldados de UPP acusados de estupro. Veja, 31 ago. 2014. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pm-do-rio-expulsa-4-soldados-de-upp-acusados-de-estupro/>. Acesso em: 31 ago. 2020).

Esbarra na dificuldade de realização de uma demanda elementar, nesse caso, a realização do tratamento de saúde no âmbito físico e psicológico. Aliado a isso, essas adolescentes juntamente com suas famílias vivenciam outras modalidades de violação de direitos, não obstante, também são inseridas em novos mecanismos de violência urbana, na medida em que enfrentam no cotidiano as marcas da subalternidade e o baixo acesso às políticas sociais, ante o desfinanciamento governamental e ausência de implementação de serviços públicos nas áreas periféricas.

Pari passu, o documento informativo da OXFAM (2020, p. 14), ressalta que no cenário contemporâneo, em vez de expandir programas sociais e gastos para investir na prestação de cuidado e enfrentamento da desigualdade social, os países estão ampliando a tributação dos sujeitos em situação de pobreza, encurtando gastos públicos e privatizando a educação e a saúde, em muitos casos, acompanhando o ideário de instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ainda para o documento mencionado os governos precisam investir em sistemas nacionais intergovernamentais de prestação de cuidados, bem como, qualificar e transformar os serviços públicos e a infraestruturas presentes. Adverte para a necessidade de que os sistemas nacionais de prestação de cuidados precisam abarcar serviços universais de cuidados a crianças, idosos e pessoas com deficiência. Propõe que esse contexto necessita incorporar também o acesso a sistemas de saúde e educação, além da proteção social universal, como pensões e benefícios para o público infantil (OXFAM, 2020).

Para além da capacitação dos agentes públicos e de profissionais atuantes em casos de violência sexual de adolescentes das periferias, é essencial, a organização política de famílias, amigos e de vítimas violadas na requisição de direitos, na denúncia de abusos (Disque 100), na pressão para a construção de equipamentos públicos referentes à abusos sexuais nas periferias, no controle social e em novos nascimentos de representatividades. Não foi por acaso que o ECA surgiu, fruto também da pressão exercida pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Conforme Almeida (2019), o que se intitula de representatividade liga-se à participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, até mesmo no interior dos centros de difusão ideológica, como é o caso, dos meios de comunicação e a academia.

Articulado às representatividades políticas nas periferias, se encontra a possibilidade de ressignificação das formas de violência e do caminho do “silêncio” via coletivos e experiências entre as juventudes. Isso pode e deve ser explorado, pois conforme Amaral (2014, p. 1), no dia a dia das periferias, circunscritas em loca-

lidades delineadas pela pobreza, precariedade e restrições vinculadas à violência, os jovens tendem a criar um *locus* de sociabilidade, manifestações coletivas que se firmam como referência nos processos de constituição identitária e de atitudes face ao social por meio de um campo simbólico que é partilhado com seus membros.

Não existe uma fórmula secreta para que se contenha as agressões, violências sexuais e estupro nas periferias, já que o agressor não tem face, gênero, classe, etnia, raça e cultura específica. O público infanto-juvenil, sobretudo o gênero feminino, não fica isento da cultura brasileira permeada pelas heranças carregadas de poder, autoritarismo, injustiças e perversidades. A mulher ainda não pode sair à rua tranquila, passear, estudar e ter dias de lazer, sem refletir sobre a violência urbana e quais as consequências que a ronda, uma vez que a política de segurança pública é também colonizada pelas lentes patriarcais.

Entretanto, a efetividade das leis brasileiras unindo-se ao controle social das minorias, os debates públicos envolvendo a desconstrução da lógica machista e de dominação, a implementação de políticas e serviços públicos numa perspectiva equitativa, além da atenção e atuação estatal nas periferias, são pilares para que o gênero feminino possa ser, junto à suas lutas políticas, representado e protegido, sobretudo, no ciclo de vida onde as pessoas carecem ainda mais de ofertas protetivas- na infância/adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa aproximação preliminar com o tema violência sexual, buscou-se trazer para o centro da reflexão a problemática do estupro e da gravidez dele derivada entre adolescentes da periferia popular brasileira. Elementos como conservadorismo, patriarcado, machismo e misoginia, constituem a base sobre a qual se estrutura as concepções e práticas de violência dessa natureza. Atravessadas por esses elementos, as dimensões de classe, gênero e raça costuram a trama da violação de direitos e o papel das políticas públicas, na perspectiva em questão.

Relações desiguais e hierarquizadas, pautadas nas assimetrias entre ricos e pobres, dominadores e dominados, homens e mulheres, estuproadores e vítimas, são sustentadas pela encarnação do poder, portanto, por parâmetros culturais referenciados por essas práticas. Se isso ocorre e, alcança o conjunto da sociedade, é na fração popular que seus desdobramentos mais impactam.

Segregados econômica, social e geograficamente a juventude residente em comunidades periféricas sobrevive no limite da dignidade humana diante a despro-

teção social e o esquecimento pelo poder público, quanto a oferta de oportunidades que lhes garanta o direito à vida na e da cidade. Periferizada e estigmatizada, lhe é negada acesso a recursos advindos das três ordens institucionais básicas, em termos de oferta protetiva: mercado, Estado e família (que se vê responsabilizada e sobrecarregada pelas legislações, mas igualmente, desamparada).

Violada em seus direitos sobre diversas perspectivas, a juventude pobre vê ainda demarcada sua localização social e conhece os riscos de sair de seus lugares, pois seus direitos civis tendem a ser desrespeitados e essa torna-se culpabilizada, até prova em contrário e, por vezes, até mesmo quando prova o contrário. Tal é a situação, de todos aqueles, que ultrapassados os limites da dignidades precisam produzir o ônus da prova. Nesse sentido, nos casos de estupro, meninas, adolescentes e mulheres sofrem também o policiamento não só de seus corpos, mas da interpelação, pela produção da verdade.

Observa-se que o poder pericial incorpora princípios morais materializado no regime de exceção da lei do aborto. Trata-se de uma herança da dupla moral das famílias brasileiras, onde admitia-se ao homem o direito de se apropriar e engravidar mulheres negras e/ou pobres enquanto as brancas eram preservadas para o casamento. Portanto, a mulher branca de elite opõe-se as mulheres populares (negras, mulatas, indígenas), a quem também discrimina. Tem-se aí a gênese do machismo, mentalidade difundida e incorporada independente da condição de sexo e gênero. Desse modo, a cultura do estupro é presidida pelo ideário patriarcal de onde deriva outras práticas popularizadas como bastardia, paternidade negada, deserção paterna. Expressões transmutadas em formas de xingamentos como “filho da mãe”, “filho da puta”, “filho de chocadeira”, dentre outras, são reveladoras dessa mentalidade.

Disso resulta, que a dominação masculina como um fenômeno social complexo urge ser enfrentado. Neste sentido, demanda a revisão e redistribuição de poder, sendo uma questão histórica, cultural e jurídica que influencia não apenas corpos de modo diferenciado, mas diretamente a cidadania e a efetivação da democracia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARAL, M. de F. do. Jovens e seus modos de viver: experiências de sociabilidade na periferia. X ANPED SUL, Florianópolis, p. 1-16, out. 2014.

BETIM, F. A história de Sofia: o cruel labirinto do estupro na favela. EL PAÍS, Rio de Janeiro, 19 jun. 2016. Violência sexual nas favelas. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/18/politica/1466201238_742370.html. Acesso em: 1 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 2 set. 2020.

BRASIL. Lei Maria da Penha, 11.340/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 2 set. 2020.

BRILHANTE, A. V. M.; GIAXA, R. R. B.; BRANCO, G. de O.; VIEIRA, L. J. E. de S. Cultura do estupro e violência ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk. Interface (Botucatu), v. 23, p. 1-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.170621>.

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2020.

CERQUEIRA, D. (coord.) *et al.* Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, jun. 2018.

CHACHAM, A. S.; MAIA, M. B.; CAMARGO, M. B. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 389-407, jul./dez. 2012.

CHACHAM, A. S.; JAYME, J. G.; NEVES, M. de A. Desigualdade, Juventude, Violência e Território: a experiência de Mulheres Jovens em Belo Horizonte. In: INTERNACIONAL CONGRESS OF AMERICANISTS, 2012, Viena. Anais [...]. Viena, 2012.

LEÃO, N.; CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A.; JÚNIOR, J. F. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe. GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), n. 1, 2017.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

NOGUEIRA, I. B. “O corpo da mulher negra”. Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, n. 135, p. 40-45, 1999.

OXFAM BRASIL. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Documento Informativo, jan. 2020. 21 p. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, set. 2005. p. 107-130.

RODRIGUES, J. L.; BRINO, R. de F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções de Sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual. Rev. Paidéia, São Carlos/ SP, p. 230- 239, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SOUSA, R. F. de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 1, p.9-29, jan/abr. 2017.

SOUTO, R. M. C. V. *et al.* Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento. Ciência e Saúde Coletiva, v. 22, n. 9, p. 2909-2918, 2017.

SQUIZZATTO, E.P.S; HERCULANO, L.R.F. Gravidez na adolescência e o Serviço Social. Saber Acadêmico, São Paulo, n.16, 2013.

STABILE, A. Policiais estupraram meninas durante intervenção no Rio, aponta relatório da Defensoria Pública. EL PAÍS, Rio de Janeiro, 3 out. 2018. Intervenção federal no Rio de Janeiro. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538454557_419749.html. Acesso em: 1 set. 2020.

WACQUANT, L. O lugar da nova administração da pobreza. Novos estudos Cebrap, p. 09-19, 2008.

Juventude e movimentos sociais conservadores em instituições públicas de Ensino Superior

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin¹
Simone de Fátima Flach²

INTRODUÇÃO

A história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda.

(IANNI, 1968, p. 225)

No modo de produção capitalista, a intensificação da exploração da mão de obra assalariada, para a extração da mais valia, antagoniza as relações sociais e expõe a luta de classes. A luta de classes, para além de um embate direto, é expressa na relação de forças entre grupos distintos. De um lado, estão os detentores dos meios de produção; e, do outro, aqueles que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver. Essa relação conflituosa impõe aos segmentos

1 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Egressa do Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: audiboutin@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4588203608522474>.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. E-mail: eflach@uol.com.br / sfflach@uepg.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0412260083540737>.

subalternizados a necessidade de organização coletiva em busca da ampliação de direitos sociais e, conseqüentemente, para o enfrentamento do *status quo*.

Contudo, a organização e a luta política não é exclusividade da classe trabalhadora, pois a burguesia, para manter a sua hegemonia, organiza-se em bancadas e/ou partidos políticos, movimentos sociais, além de deter primazia e controle dos meios de comunicação de massa, aparatos culturais e instituições da sociedade civil. Nesse sentido, como expressão da correlação de forças de diferentes grupos em disputa, as lutas sociais são marcadas por defesas de manutenção ou superação das relações sociais vigentes.

Historicamente, os jovens brasileiros organizam-se em movimentos juvenis ou estudantis, os quais se caracterizam pela luta ou pelas ações que têm por objetivo reafirmar ou confrontar iniciativas políticas, processos decisórios e, até mesmo, valores ou perspectivas culturais hegemônicas na sociedade, tais como: o machismo, o racismo, a liberdade feminina, religiosa e sexual, entre outras.

Essas lutas desenvolvem-se a partir da realidade vivida por cada jovem ou grupos de jovens e reafirmam ou confrontam os padrões e as perspectivas predominantes na sociedade capitalista. Segundo Sanfelice (2013, p. 69), “[...] não há uma única juventude local, regional ou mundial”, fato que leva os jovens a se organizarem de diferentes formas: movimentos da juventude das periferias dos centros urbanos, da juventude das classes médias, da juventude burguesa e da juventude de culturas diferenciadas.

Nessa perspectiva, o movimento estudantil agrega jovens de diferentes faixas etárias, que, organizados ou não em entidades estudantis, podem convergir ou diferir em relação a projetos de sociedade (SIMÃO, 2015). A compreensão sobre o/s movimento/s estudantil/s, segundo Mesquita (2003, p. 120), implica “[...] analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil”. Por isso, o movimento estudantil expressa as contradições sociais de determinado momento histórico, podendo ser marcado por reivindicações que tendem à conservação ou à transformação da sociedade.

Tendo como pano de fundo essas questões iniciais e na perspectiva de demonstrar que os jovens têm a capacidade de influenciar e expressar diferentes modos de compreender a realidade, o presente texto, com foco nas ações de determinados grupos, tem por objetivo refletir sobre a vinculação de jovens brasileiros com pautas conservadoras e como estas evidenciam um movimento social, político e ideológico que caminha na contramão da transformação social, fragilizando ainda mais a vida dos grupos subalternos. Para tanto, são apresentados alguns pressupostos que fundamentam o conservadorismo brasileiro e como se mostram

presentes nos movimentos sociais e são moldados nas reivindicações dos jovens conservadores que estão inseridos em instituições públicas de Ensino Superior no Brasil, especialmente aqueles que podem ser entendidos como integrantes de uma perspectiva política de direita. A diferenciação entre esquerda e direita é realizada na discussão acerca do pensamento conservador. Para demonstrar como o movimento juvenil conservador se faz presente em diferentes instituições, o levantamento de dados centrou-se na existência de grupos juvenis conservadores em universidades públicas. A busca foi realizada na rede social *Facebook*, de modo a localizar os perfis desses movimentos. Para isso, a seguinte estratégia foi utilizada: no campo de busca do *Facebook*, foi digitada a palavra composta pelo nome da instituição de Ensino Superior acrescida da palavra “livre”³.

Assim sendo, a seguir, os dados que indicam que o pensamento conservador vem se jovializando no Brasil serão analisados. Organizados em movimentos estudantis “de direita”, presentes nos espaços de representação acadêmica de diferentes universidades brasileiras, os jovens conservadores têm agregado adeptos em torno de pautas conservadoras que visam a dar materialidade a uma agenda neoliberal e, com isso, buscam enfraquecer instituições ou movimentos que lutam pelos direitos das minorias ou das classes subalternizadas.

Marcas do pensamento conservador no Brasil

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um peso delo o cérebro dos vivos.

(MARX, 2011, p. 25).

Para iniciar a discussão acerca do profícuo desenvolvimento e fortalecimento do pensamento conservador em solo tupiniquim, é importante refletir como o conservadorismo, enquanto concepção que molda o pensamento político de grupos sociais em determinado contexto social, tem relação com a história do país. A realidade atual brasileira e a ação de grupos sociais distintos estão ligadas à história passada, seja daqueles vinculados a uma perspectiva progressista e revolucionária, seja de grupos conservadores e até reacionários.

3 Justifica-se a utilização de tais descritores, com base na matéria de Santiago (2019), publicada pela Gazeta do Povo, na qual elenca um conjunto de entidades estudantis “de direita”, cuja nomenclatura compõe o nome da universidade, acrescida da palavra “livres”, como por exemplo: UFPR Livre, USP Livre, UFRJ Livre, entre outras.

Por isso, são esclarecedoras as palavras de Marx (2011, p. 25) quando alerta que os homens “[...] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se deparam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”. Entender esse processo dialético de formação do pensamento de grupos sociais é imprescindível para a compreensão sobre a cisão e a polaridade política que se faz presente no país.

No Brasil, as origens do povo, da economia e das instituições públicas são marcadas por um processo de colonização e exploração de riquezas que se fundamentou no escravismo, na propriedade privada de caráter patriarcal e na religião cristã. Essas características da formação social, econômica e política fazem do Brasil um solo fértil de um ideário conservador que se renova constantemente.

Sobre o conservadorismo no pensamento político, Lacerda (2019), com base nos estudos de Samuel Huntington, aponta três teorias sobre conservadorismo: a aristocrática, a autônoma e a situacional⁴. Segundo a autora, a teoria aristocrática relaciona essa forma de pensamento a uma classe social específica; já a teoria autônoma tem ligação com determinadas características, como a defesa da religião, das tradições e da propriedade; e a situacional faz-se presente em contextos específicos que pretendem conservar determinadas instituições. A partir dessas teorias, é possível afirmar que, no Brasil, elas se entrecruzam, visto que, mesmo não havendo uma classe social ligada à aristocracia, o patronato político brasileiro assume essa função, pois, pautado na propriedade privada, nas tradições e sob os auspícios religiosos, mantém-se no poder político de forma a influenciar diferentes instituições privadas de hegemonia. Além disso, sem considerar as diferenças sociais, culturais e econômicas que marcam a sociedade brasileira, sustenta-se em um discurso de defesa e de preservação de uma suposta ordem já estabelecida, a qual se encontra ameaçada.

Em razão dessas questões, a discussão sobre o pensamento conservador no Brasil é complexa. Por isso, o conservadorismo precisa ser entendido no movimento da realidade, ou melhor, precisa ser entendido como resultado de múltiplas determinações, as quais influenciam e são influenciadas por ele. Nesse sentido, ao discutir sobre a questão na atualidade, Iasi (2015) esclarece que:

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos

4 Essas teorias são fundamentadas no pensamento de Edmund Burke, considerado fundador do pensamento conservador, especialmente quando tece críticas à Revolução Francesa (1789-1799) e defende a restauração Bourbon (BURKE, 2014).

convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. (IASI, 2015, n.p.).

Inserido na organização social capitalista atual, o conservadorismo atrela-se ao campo político conhecido como direita. A esse respeito, esclarece-se que, originalmente, as caracterizações de esquerda e de direita estiveram vinculadas ao lugar ocupado pelos membros integrantes da Convenção Nacional da França no processo de revolução francesa, estando, no espectro ideológico desses sujeitos, a discussão sobre o entendimento de igualdade e desigualdade. Atualmente, a polarização entre esquerda e direita é complexa e torna-se central no debate a respeito do acesso aos direitos sociais e ao próprio modo de vida dos sujeitos envolvidos.

Bobbio (1995) sintetiza essa questão inferindo que a esquerda defende a igualdade, a distribuição de renda e a justiça social; já, para a direita, a desigualdade é inevitável e até mesmo desejável. Ao discutir essa assertiva do autor, Bresser-Pereira (1997, p. 55) contrapõe que a esquerda está disposta “[...] a arriscar a ordem em nome da justiça”, enquanto a direita “[...] prioriza a ordem em relação à justiça social”. Ademais, Bresser-Pereira (2006) infere que a esquerda atribui ao Estado papel central na redução da desigualdade e da injustiça social, enquanto a direita “[...] defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 27).

Essas breves considerações sobre a polarização política, presente no Brasil atual, evidencia a sua vinculação ao pensamento progressista ou conservador, o qual emerge de sua formação histórica e política, pois o controle sobre a vida dos explorados é naturalizado em prol de uma ordem que privilegia os ditos “homens de bem”, ou melhor, aqueles que detêm o poder econômico e político. Nesse sentido, a direita expressa vinculação direta com o pensamento conservador, visto que a transformação social e o acesso irrestrito aos direitos sociais e econômicos não está em sua pauta.

Além disso, a partir das discussões propostas por Lacerda (2019), alguns elementos podem ser apreendidos do movimento conservador inserido na realidade brasileira, tais como: centralidade das religiões cristãs, defesa da família (patriarcal, monogâmica, heteronormativa), anticomunismo, idealismo punitivo, defesa do neoliberalismo. Os valores religiosos cristãos são utilizados em detrimento da discussão mais ampla sobre a igualdade entre os indivíduos, desconsideram a

igualdade de gênero e o papel feminino nas relações familiares e sociais e, ainda, reafirmam comportamentos tradicionais em relação ao lugar ocupado por homens e mulheres⁵. Arelada aos valores religiosos, está a defesa da família, mas não qualquer família, mas, sim, aquela considerada tradicional, em outras palavras, a família que tem a dominação masculina e a subordinação feminina como fundamento. O anticomunismo, derivado de um discurso de ameaça à liberdade e à luta pelo poder no período da Guerra Fria, na atualidade, é o elemento que se volta aos defensores e aos estudiosos do campo marxista, de modo a demonizar qualquer defesa de pressupostos socialistas⁶, mesmo quando estes são parciais. O idealismo punitivo tem o rigor penal para a garantia da lei e da ordem – àqueles que não concordam com as defesas conservadoras cabe a punição rigorosa e individual por meio do poder coercitivo do Estado. Por fim, a defesa do neoliberalismo é caracterizada pela “[...] proteção forte do direito de propriedade e do livre mercado” (LACERDA, 2019, p. 48), fazendo com que as relações sociais e humanas fiquem circunscritas às leis do mercado.

Em um país de formação colonial, cristã, escravocrata, patriarcal e que sempre privilegiou os interesses da classe proprietária, não é difícil de entender como o pensamento conservador encontra receptividade nas relações humanas, institucionais, econômicas e políticas. Nesse sentido, são esclarecedoras as palavras de Iasi (2015):

[...] o conservadorismo não veio de lugar nenhum, sempre esteve ali nas relações que constituem o cotidiano e na consciência imediata.

[...]

Esta consciência imediata forma um senso comum, bizarro e ocasional, isto é, formado por elementos dispares e heterogêneos relativos aos diferentes grupos ou segmentos sociais que o indivíduo entra em contato em sua vida, na família, nos diversos grupos, no trabalho, na vida pública e outras esferas. (IASI, 2015, n.p.).

5 Lacerda (2019) destaca que a ascensão da direita cristã é uma reação ao avanço feminista e homossexual na garantia de direitos. Por isso, a perspectiva é de combate ao feminismo e às demandas do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros).

6 Sem entrar na discussão sobre as iniciativas socialistas no âmbito global, o grande enfrentamento realizado pelos conservadores brasileiros está centrado nas experiências latino-americanas, especialmente aquelas realizadas em Cuba e na Venezuela. Além disso, no Brasil, essa perspectiva é visualizada no antipetismo, visto que, segundo o significativo número de conservadores, o objetivo do Partido dos Trabalhadores (PT) sempre foi, e ainda é, instaurar um regime socialista no país.

Integrante de uma totalidade mais ampla, os movimentos estudantis não estão isentos na absorção e no desenvolvimento do pensamento conservador. Embora grande parte dos estudantes brasileiros integrem perspectivas progressistas, que têm como objetivo a superação das desigualdades e a instauração de uma sociedade livre e justa, também existem grupos atrelados à direita conservadora, que defendem seus pressupostos e mostram que as pautas que caminham ao largo da justiça social estão em disputa. É o que se apresenta a seguir.

A presença do pensamento conservador na juventude e no movimento estudantil

*Todo movimento estudantil é movido pela violência. No microcosmo da universidade isso pode ser facilmente constatado caminhando pelos institutos de humanas, ou, caso um ceticismo irracional ainda o domine, acompanhando os atos e manifestações dentro da universidade; como dito acima, não é um grupelho minoritário, mas sim um *modus operandi* geral. Não há movimentação sem gritaria, tentativa de ocupação de espaços forçada, ou uma violência simbólica e verbal. Mesmo em eventos mais acadêmicos, fora do escopo direto das ações sociais, a esquerda põe sua mão violenta.*

(REBELLO, 2017, n.p., grifos do autor).

O relato na epígrafe expõe a percepção de um “[...] estudante de direita em uma universidade brasileira” (REBELLO, 2017, n.p.) sobre o movimento estudantil. Posicionamentos políticos, como esse, são cada vez mais comuns em instituições acadêmicas e estão movimentando a organização de jovens em diferentes espaços organizativos, como diretórios e centros acadêmicos, presentes em universidades estaduais ou federais de diversas regiões do Brasil, para a formação de movimentos de oposição às entidades organizativas estudantis, cujos posicionamentos políticos vinculam-se aos interesses das classes subalternas.

No bojo dos chamados movimentos estudantis “de direita”, situam-se entidades juvenis que buscam dar representatividade política às perspectivas liberais confrontando o que compreendem como “domínio ideológico” (UFMT Livre, 2015, n.p.) da esquerda presente nos espaços acadêmicos do país. Como estratégia para angariar adeptos ou simpatizantes para suas causas e bandeiras de lutas,

as instituições estudantis de direita utilizam redes sociais, como o *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, realizam postagens diárias com temas da atualidade, republicam matérias jornalísticas, fazem enquetes e elaboram textos explicitando seus posicionamentos em relação a determinados conteúdos, sempre com tom de críticas a políticas ou programas sociais.

Das entidades estudantis que se alinham às concepções políticas vinculadas à direita, destacamos a Universidade Livres (UNI Livres), conhecida como a União Nacional dos Estudantes (UNE) de direita. A UNI Livres foi criada em 30 de julho de 2017 e é formada por jovens vinculados à Universidade de São Paulo (USP), além de universidades federais do estado da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná e de Pernambuco (BASSO, 2017, n.p.).

Denominada como “[...] uma associação estudantil que atua na defesa da liberdade nas universidades”, cuja “[...] missão é representar os estudantes brasileiros em prol de uma academia e sociedade mais plural, justa e livre” (UNI Livres, 2017, n.p.), a UNI Livres administra uma página do *Facebook* que conta com 34.486 seguidores e, por meio dela, informa que pretende dar “[...] suporte para estudantes pró-liberdade do país inteiro que buscam conquistar ou reconquistar os espaços de tomada de decisão de suas universidades” (UNI Livres, 2017, n.p.). Em entrevista a Bruno Kaiser, o jornal *Conexão Política* menciona os seguintes objetivos da Uni Livres:

- Representar os estudantes universitários do Brasil em prol de uma academia livre e de uma sociedade mais livre;
- Atuar como entidade democrática estudantil, repudiando as associações estudantis centralizadoras e monopolistas;
- Propor alternativas e buscar soluções para os problemas estudantis e educacionais brasileiros;
- Disseminar e defender os ideais de liberdade no ambiente acadêmico;
- Promover debates e incentivar o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão no Brasil;
- Fornecer ideias e auxiliar os projetos de ativismo estudantil;
- Auxiliar na criação e gestão de grupos de estudos, ligas, empresas juniores e demais organizações estudantis nas universidades;
- Congregar e formar líderes estudantis que defendam um ambiente acadêmico mais plural, justo e livre;
- Defender a liberdade de expressão nos campi universitários brasileiros;

- Lutar pelo fim do aparelhamento de partidos políticos na formulação de projetos pedagógicos e na tomada de decisões do ambiente universitário;
- Manter relações e promover atividades conjuntas com associações congêneres, sempre que necessário e conveniente aos interesses e aspirações dos estudantes. (ENTREVISTA..., 2018, n.p.).

Além desses objetivos, a entidade visa a formar lideranças para realizar a oposição à UNE, conforme expôs o coordenador da Uni Livres no Paraná:

Há anos a UNE tem gasto energia apenas com questões políticas e partidárias, em função do aparelhamento por uns poucos partidos políticos que a comandam. A UNE se tornou apática, dominada por uma ideologia cega e desinteressada em lutar pelos estudantes. É hora de termos uma alternativa. (ENTREVISTA..., 2018, n.p.).

Para o entrevistado, a UNE não representa os interesses da maioria dos estudantes brasileiros e, com base nisso, o jovem tece críticas ao movimento estudantil da atualidade por sustentar-se em uma política autoritária e impositiva de ideias, conforme expressa por meio deste fragmento:

O movimento estudantil atual é monopolizado e autoritário ao querer impor suas opiniões. Pautas para a educação? Das poucas, nenhuma realmente útil e eficiente. Respeito à democracia? Só se você for de esquerda, do contrário, será achincalhado com cuspes, garrafadas, cadeiradas e até pedradas nas universidades. É o método venezuelano de fazer política estudantil. É esse panorama que pretendemos influenciar. (ENTREVISTA..., 2018, n.p.).

O entrevistado argumenta que, diante desse cenário, é preciso fortalecer o movimento estudantil de oposição à UNE. Assim, a Uni Livres representaria uma alternativa “[...] aos estudantes das linhas ideológicas marginalizadas no ambiente acadêmico” (ENTREVISTA..., 2018, n.p.).

A organização de jovens em entidades, como a Uni Livres, mostra a emergência do pensamento conservador ante ao segmento da juventude. A respeito desse debate, Machado e Scalco (2018, p. 53) mencionam uma pesquisa realizada pelo jornal Data Folha, no ano de 2018, na qual foi evidenciado “[...] que 60% dos

eleitores do então pré-candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro [...] tinham entre 16 e 34 anos”. Esse dado, rompe com o estereótipo da juventude rebelde, denominado por Ianni (1968, p. 238) de “jovem radical”, cujas ações são influenciadas pelas contradições com as quais se defronta no cotidiano.

Os jovens conservadores vêm ocupando diferentes espaços na sociedade civil com o objetivo de dar representatividade e voz à ideologia conservadora. Segundo Lourenço (2018, n.p.), esses jovens posicionam-se “[...] em relação às polêmicas políticas do momento e articulam ações para promoverem seus pensamentos entre os estudantes”. Um exemplo citado pelo autor é “[...] a chapa ‘Aliança Pela Liberdade’, que venceu as eleições do DCE da Universidade de Brasília (Unb) em 2018 e entrou no poder trazendo seu viés direitista aos embates universitários” (LOURENÇO, 2018, n.p.).

Para Lourenço (2018, n.p.), “[...] a nova onda estudantil direitista está contemplando a redução e até mesmo o fim de greves, assembleias, protestos e campanhas políticas nas universidades do país”. Ao buscarem enfraquecer o que denominam como “doutrinação esquerdista” (LOURENÇO, 2018, n.p.), esses jovens organizam-se em diferentes entidades estudantis, situadas em universidades federais e estaduais. Essas entidades, cuja nomenclatura é composta pelo nome da universidade, seguida da palavra “Livre”, vem angariando grande número de seguidores em suas páginas nas redes sociais.

É importante destacar que é possível localizar no Facebook a existência de 38 páginas de entidades estudantis conservadoras presentes em diferentes universidades brasileiras, conforme exposto na Tabela 1.

TABELA 1
Entidades estudantis conservadoras em
universidades públicas brasileiras em 2021

Nº	ENTIDADE ORGANIZATIVA ESTUDANTIL	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE SEGUIDORES
1	UFGD Livre	Univ. Federal da Grande Dourados	319
2	UFG Livre	Univ. Federal de Goiás	367
3	UFMT Livre	Univ. Federal do Mato Grosso	367
4	UNIFAL Livre	Univ. Federal de Alfenas	1.452
5	UFBA Livre	Univ. Federal da Bahia	1.414
6	UFRB Livre	Univ. Federal do Recôncavo da Bahia	578
7	UFPE Livre	Univ. Federal de Pernambuco	5.772
8	UFPI Livre	Univ. Federal do Piauí	384
9	UFRN Livre	Univ. Federal do Rio Grande do Norte	906
10	UFS Livre	Univ. Federal do Sergipe	1.502
11	UNIFAP Livre	Univ. Federal do Amapá	1.309
12	Ufopa	Univ. Federal do Oeste do Pará	1.348
13	UFPA Livre	Univ. Federal do Pará	877
14	UFSCar Livre	Univ. Federal de São Carlos	1.301
15	Unifesp Livre	Univ. Federal de São Paulo	2.586
16	UNIRIO Livre	Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	432
17	UFRJ Livre	Univ. Federal do Rio de Janeiro	18.426
18	UFF Livre	Univ. Federal Fluminense	28.831
19	UFRRJ Livre	Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro	1.259
20	UTFPR	Univ. Federal Tecnológica do Paraná	2.172
21	UNILA Livre	Univ. Federal da Integração Latino Americana	2.000
22	UFPR Livre	Univ. Federal do Paraná	2.172
23	UFPEL Livre	Univ. Federal de Pelotas	1.079
24	UFSM Livre	Univ. Federal de Santa Maria	59
25	Unipampa Livre	Univ. Federal do Pampa	135
26	UFRG Livre	Univ. Federal do Rio Grande	10
27	UFSC Livre	Univ. Federal de Santa Catarina	766
28	Uneb Livre	Univ. do Estado da Bahia	26
29	Uncisal Livre	Univ. Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	298
30	UESC Livre	Univ. Estadual de Santa Cruz	1
31	UVA Livre	Univ. Estadual do Vale do Aracajú	47
32	UEMG Livre	Univ. do Estado de Minas Gerais	97
33	Unicamp Livre	Univ. Estadual de Campinas	8.599
34	UNESP Livre	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	4.832
35	USP Livre	Univ. de São Paulo	204.760
36	UDESC Livre	Univ. do Estado de Santa Catarina	29
37	UEL Livre	Univ. Estadual de Londrina	2.278
38	UENP Livre	Univ. Estadual do Norte do Paraná	555

Fonte: Facebook das instituições mencionadas.

Nota: Dados sistematizados pelas autoras (2021).

A maioria das entidades estudantis denominadas “Livres” coloca-se como apartidárias, defensora da liberdade de pensamento, da democracia e de uma educação de qualidade. Desse modo, essas entidades almejam angariar adeptos ou seguidores para fazer frente ao movimento estudantil vinculado a perspectivas políticas de esquerda.

A Tabela 1 mostra que as entidades estudantis USP Livre, UFF Livre, UFRJ Livre e Unicamp Livre se destacam por compor um grande número de seguidores. Seus posicionamentos políticos ideológicos podem ser definidos como liberais conservadores, conforme é possível evidenciar por meio dos fragmentos extraídos de seus perfis no *Facebook*:

O USP Livre é um movimento estudantil liberal conservador que atua na defesa de uma universidade livre e aberta para diferentes pensamentos e opiniões. (USP LIVRE, 2016, n.p., grifo nosso).

Somos estudantes da Universidade Federal Fluminense e buscamos um ambiente plural de ideias, liberdade de pensamento sem seletivismos ou monopólios ideológicos dentro da universidade. (UFF LIVRE, 2015, n.p., grifo nosso).

A missão da UFRJ Livre é trazer a Liberdade, a Democracia, a Justiça e a Ciência de volta para dentro dos portões da UFRJ. Combatendo e expondo as militâncias partidárias retrógradas, fascistas e truculentas que dominaram a Universidade. (UFRJ LIVRE, 2016, n.p., grifo nosso).

O Unicamp Livre é um movimento de alunos da Unicamp que defende a liberdade de expressão e de ideias dentro da universidade e na sociedade em geral. (Unicamp LIVRE, 2016, n.p.).

Esse modo de pensar alinha-se em torno de um projeto de sociedade, vinculado aos interesses da classe dominante, cuja pretensão é tornar-se hegemônico nas universidades e no movimento estudantil brasileiro. Os perfis do Facebook do USP Livre, UFRJ Livre, UFF Livre e Unicamp Livre expressam pautas neoliberais, com apoio a privatizações de estatais, como os Correios e a Petrobrás, e a reformas políticas, como a da Previdência e a Administrativa, criticam partidos políticos vinculados à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e à concepção filosófica marxista, com ênfase nas ideias de Karl Marx e Antonio Gramsci, conforme observa-se por meio do exposto:

Atualmente as Universidades, especialmente a UFF, estão tomadas pela militância partidária Gramscista tanto docente quanto discente que se servem do espaço acadêmico para disseminar suas ideias ultrapassadas com viés ideológicos retrógrados, totalitários e truculentos, passando por cima do conceito original da Universidade de formação e capacitação profissional para o mercado de trabalho, não só como também a pesquisa e extensão. (UFF LIVRE, 2015, n.p., grifos nossos).

Além da USP Livre, outras entidades organizativas do movimento estudantil de extrema direita também expressaram um posicionamento contrário ao que denominam “esquerdismo exacerbado” (UDESC Livre, 2020, n.p.) presente nas instituições de Ensino Superior. Seguem alguns trechos que evidenciam o posicionamento político ideológico de tais entidades:

UFSCar Livre é um movimento formado por alunos liberais, conservadores e libertários. Lutamos por uma universidade plural e livre de amarras ideológicas. (UFSCar Livre, 2016, n.p., grifos nossos).

A tradição da Esquerda é julgar o sucesso humano pelo fracasso de alguns. Isso sempre lhe oferece uma vítima a ser resgatada. No século XIX eram os proletários. Nos anos 60, a juventude. Depois as mulheres e os animais. Agora o planeta. (UFRN Livre, 2015, n.p., grifo nosso).

A página tem como intuito denunciar e quebrar anos de domínio ideológico na nossa universidade. Ajude a libertar a UFMT!!! A missão da UFMT Livre é trazer a Liberdade, a Democracia, a Justiça e a Ciência de volta para dentro dos portões da UFMT. Combatendo e expondo as militâncias partidárias. (UFMT Livre, 2015, n.p., grifos nossos).

A missão da UFRJ Livre é trazer a Liberdade, a Democracia, a Justiça e a Ciência de volta para dentro dos portões da UFRJ. Combatendo e expondo as militâncias partidárias retrógradas, fascistas e truculentas que dominaram a Universidade. (UFRJ Livre, 2016, n.p., grifo nosso).

Somos estudantes da Universidade Federal Fluminense e buscamos um ambiente plural de ideias, liberdade de pensamento sem seletivismos ou monopólios ideológicos dentro da universidade. (UFF Livre, 2015, n.p., grifo nosso).

Este grupo foi criado com intuito de permitir que todas as pessoas interessadas possam se expressar livremente. Surgirão fakes? Com certeza. Dirão coisas que discordamos? Com certeza. Farão elogios e críticas? Com certeza. E algum desses serão excluídos, ameaçados ou bloqueado? Não. Porque aqui começa a independência do pensar, a desintoxicação doutrinária obrigatória. Aqui surgirão as luzes para o mundo que se apagaram pela opressão do livre pensamento. (UNILA Livre, 2018, n.p., grifo nosso).

Por uma Universidade sem partido, que não existam manifestações políticas travestidas de palestras educacionais. (UVA Livre, 2018, n.p., grifos nossos).

Página em protesto ao esquerdismo exacerbado na UDESC. (UDESC Livre, 2020, n.p., grifo nosso).

Os termos em destaque, “amarras ideológicas” (UFSCar Livre, 2016, n.p.), “domínio ideológico” (UFRN Livre, 2015, n.p.), “militância partidária” (UFMT Livre, 2015, n.p.), “militâncias partidárias retrógradas” (UFRJ Livre, 2016, n.p.), “monopólio ideológico” (UFF Livre, 2015, n.p.), “desintoxicação doutrinária” (UVA Livre, 2018, n.p.), “esquerdismo exacerbado” (UDESC Livre, 2020, n.p.), fazem referência à presença de perspectivas socialistas ou marxistas nas instituições de Ensino Superior do Brasil, as quais, na percepção dos movimentos estudantis liberais conservadores, são hegemônicas. Há um consenso entre as entidades estudantis denominadas de “Livres” sobre a necessidade da organização dos jovens liberais de direita com o objetivo de fortalecer um movimento estudantil de oposição para o combate do domínio marxista nas universidades brasileiras.

Esses estudantes defendem o liberalismo econômico e a redução do papel do Estado na oferta de serviços públicos, sendo movidos pelo ideal de “menos Estado e mais cidadão” (SANTIAGO, 2019, n.p.). De acordo com a matéria publicada pelo jornal Gazeta do Povo, na Unicamp, “[...] os jovens de direita defendem que a instituição firme parcerias com a iniciativa privada para conquistar mais benefícios tanto para a instituição, como para os estudantes, além de conseguir uma maior transparência em seus gastos” (SANTIAGO, 2019, n.p.). O movimento Uni-

camp Livre (2019) justifica as privatizações como uma estratégia para ampliar a qualidade dos serviços oferecidos por instituições de Ensino Superior no país:

A discussão acerca do modelo educacional brasileiro deve ser feito nos termos da realidade em que estamos inseridos. E a Constituição prevê uma participação ativa do Estado na Educação. Em outras palavras, até podemos discutir se este modelo é o mais correto, mas de qualquer forma, dadas as condições, nossa missão é contribuir para aprimorar e viabilizar o sistema educacional brasileiro, por isso defendemos uma maior integração das universidades públicas com o setor privado e maior diversificação de suas fontes de financiamento [...]. (Unicamp Livre, 2019, n.p., grifo nosso).

Evidencia-se no exposto o alinhamento às políticas neoliberais, centradas na diminuição do papel do Estado, como condição para remediarem as crises do sistema capitalista. Para Paniago (2012), as políticas de ajustes fiscais, as privatizações, as parcerias públicas privadas, na mesma medida em que recuperam o lucro do grande empresariado, são impositoras de medidas “[...] restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora” (PANIAGO, 2012, p. 60), contribuindo para a perda de direitos e de redução dos serviços prestados pelo Estado.

Por isso, ao contrário do que argumenta o movimento Unicamp Livre, a redução do papel do Estado na gerência de serviços, em especial na Educação, ao abrir precedentes para a interferência de grupos privados nas universidades públicas, enfraquece a autonomia e o poder decisório dentro das instituições, além de cercear o destino de recursos para as universidades públicas. É o que Harvey (2014, p. 178) denomina como “mercadificação de tudo”:

Supor que os mercados e a sinalização do mercado podem melhor determinar as decisões de alocação é supor que tudo pode em princípio ser tratado como mercadoria. A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais, supõe que se pode atribuir um preço a eles e negociá-los nos termos de um contrato legal. Há aí um pressuposto de que o mercado funciona como um guia apropriado – uma ética – para todas as ações humanas. (HARVEY, 2014, p. 178).

Ao prever a extinção de serviços públicos, de políticas sociais e do Estado mínimo, a agenda neoliberal, na prática, contribui para a maximização dos lucros do grande empresariado, penalizando os países periféricos e as pessoas que dependem de serviços públicos. Por isso, o discurso ideológico fundamentado em

ideais de liberdade, tão presente nas pautas do movimento estudantil de direita, na verdade, auxilia o enfraquecimento das instituições públicas, além de contribuir para que os recursos públicos sejam destinados para os segmentos privados.

Assim sendo, a oposição ideológica entre os movimentos estudantis denominados de direita e aqueles cujas lutas buscam a ampliação de direitos para a classe trabalhadora, ou segmentos subalternizados da sociedade, expressa uma relação de forças, na qual a “disputa por visões de mundo” torna-se, “[...] nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes” (MIGUEL, 2018, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar reflexões sobre as pautas que orientam as iniciativas políticas de jovens vinculados aos movimentos estudantis, denominados de direita. A organização política dos jovens engajados nesses movimentos é orientada por um pensamento conservador, reflexo de um país cuja história é marcada pelo escravismo, pelo patrimonialismo e pela interferência da religião, tanto na vida cotidiana quanto na política.

O histórico brasileiro inspira a organização da sociedade civil em pautas centradas em valores religiosos, na defesa da família patriarcal, na meritocracia, no Estado mínimo, contribuindo para desconstruir o debate em torno de pautas progressistas, invisibilizando as desigualdades sociais e a opressão entre classes. De acordo com Gramsci (2016, p. 270), os segmentos de classes ou de grupos conservadores movimentam-se em torno da “[...] forma particular de civilização, de cultura, de moralidade” que expressam seus interesses. Tais grupos, “[...] sentenciam a morte de toda civilização, de toda cultura, de toda moralidade, exigem medidas repressivas do Estado ou se tornam um grupo de resistência separado do processo histórico real, aumentando dessa forma a duração da crise” (GRAMSCI, 2016, p. 270).

A juventude, organizada em movimentos estudantis de direita, presentes nos espaços de representação acadêmica de diferentes universidades brasileiras, vem ganhando cada vez mais representatividade e angariando adeptos para as pautas conservadoras. A análise do material empírico mostra que as iniciativas políticas desenvolvidas por esses jovens visam a dar materialidade a uma agenda neoliberal, por meio da extinção de serviços públicos e de políticas sociais.

Sob esse pano de fundo, o discurso ideológico que sustenta a ação desses jovens se fundamenta na ideia da liberdade do mercado, condena as pautas ligadas às minorias sociais, como o combate ao racismo e ao machismo, além de defender a ordem social com base na repressão, na coerção e na disciplina.

De acordo com as reflexões desenvolvidas até aqui, alerta-se que o pensamento conservador vem se jovializando na sociedade, e o que antes era resquício de um “[...] rebotalho conservador, fossilizado do grupo social historicamente superado” (GRAMSCI, 2014, p. 125), representado por senhores de escravos, coronéis e representantes de uma sociedade essencialmente agrária, hoje ganha espaço e voz entre uma juventude representada por estudantes de universidades públicas.

REFERÊNCIAS

- BASSO, M. Grupos se reúnem para formar a “UNE de direita”. *Gazetadopovo.com.br*, Curitiba, 3 ago. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/grupos-se-juntam-para-formar-une-de-direita-57h084fxrppnrj7465t485grt/>. Acesso em: 7 maio 2021.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O paradoxo da esquerda no Brasil. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 74, p. 25-45, mar. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 39, p. 53-71, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000100005>
- BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 3.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-243.

IASI, M. L. De onde vem o conservadorismo? Blog da Boitempo, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 23 maio 2021.

ENTREVISTA exclusiva com o movimento estudantil UniLivres. Conexapolitica.com.br, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://conexapolitica.com.br/exclusivo/entrevista/entrevista-unilivres/>. Acesso em: 7 maio 2021.

LACERDA, M. B. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOURENÇO, M. A onda direitista chegou ao movimento estudantil. O que esperar? Cartacapital.com.br, São Paulo, 9 maio 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-onda-direitista-chegou-ao-movimento-estudantil-o-que-esperar/>. Acesso em: 7 maio 2021.

MACHADO, R. P.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: GALLEGO, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 52-61.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, v. 66, p. 117-149, out. 2003. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1151>

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018b. p. 17-32.

PANIAGO, M. C. S. Keynisanismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In: MELO, E.; PANIAGO, M. C. S.; ANDRADE, M. A. (org.). Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 59-80.

REBELLO, H. Relatos da boca do Inferno: um estudante de direita em uma universidade brasileira. Institutoliberal.org.br, São Paulo, 6 jun. 2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/relatos-da-boca-do-inferno-um-estudante-de-direita-em-uma-universidade-brasileira/>. Acesso em: 7 maio 2021.

SANFELICE, J. L. Breves reflexões sobre juventude educação e globalização. In: MACHADO, L. O. (org.). Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania. Frutal: Prospectiva, 2013. p. 67-88.

SANTIAGO, A. Onda de “direita” avança nas universidades brasileiras. Gazetadopovo.com.br, Curitiba, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>

vo.com.br/educacao/onda-de-direita-avanca-nas-universidades-brasileiras/?fbclid=IwAR0YexmDlqVjJkflhi-1KGJllodw020aVjQ--TJEw61TDFVvlzxbCRQoflw. Acesso em: 10 maio 2021.

SIMÃO, C. R. P. O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação: uma lacuna a ser preenchida. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA LIVRE. UDESC LIVRE. Florianópolis, 23 nov. 2020. Facebook: @UDESCLIVRE. Disponível em: <https://www.facebook.com/UDESCLIVRE/>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE LIVRE. UFF LIVRE. Rio de Janeiro, 27 ago. 2015. Facebook: @ufflivreoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufflivreoficial>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO LIVRE. UFMT LIVRE. Cuiabá, 26 jul. 2015. Facebook: @ufmt.livre. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufmt.livre/>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE LIVRE. UFRN LIVRE. Natal, 5 maio 2015. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/345866712289100>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO LIVRE. UFRJ LIVRE. Rio de Janeiro, 4 jul. 2016. Facebook: @UFRJLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/UFRJLivre>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS LIVRE. UFSCar LIVRE. Buri, 6 jun. 2016. Facebook: @ufscarlivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufscarlivre/>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADES LIVRES. UNI Livres. Curitiba, 13 jul. 2017. Facebook: @unilivres. Disponível em: <https://www.facebook.com/unilivres.org.br>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNICAMP LIVRE. Entrevista do Unicamp LIVRE para a Gazeta do Povo (EXCLUSIVO). Medium.com, Campinas, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@unicamp.livre/entrevista-do-unicamp-livre-para-a-gazeta-do-povo-exclusivo-484c1b844f9b>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS LIVRE. Unicamp LIVRE. Campinas, 26 abr. 2016. Facebook: @unicamplivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/unicamplivre>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA LIVRE. UNILA LIVRE, Foz do Iguaçu, 16 jan. 2018. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/133189547483446>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO LIVRE. USP LIVRE. São Paulo, 2 jun. 2016. Facebook: @LivreUSP. Disponível em: <https://www.facebook.com/LivreUSP>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ARACAJÚ LIVRE. UVA LIVRE. Aracajú, 8 out. 2018. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Uva-Livre-2190545044550865/>. Acesso em: 10 maio 2021.

As percepções sobre a manifestação do racismo da juventude negra no bairro Cajazeiras, Salvador-BA

BRITO, *Angela Ernestina Cardoso de*¹

JESUS, *Ana Beatriz Conceição de*²

SOUZA, *Sidimara Cristina de*³

CAMPOS, *Margarida de Cassia*⁴

INTRODUÇÃO

As questões acerca das relações raciais no Brasil são historicamente marcadas pelo “mito da democracia racial”, reproduzido a partir das ideias de Gilberto Freire (1933 e 1936) mais tarde questionado por Florestan Fernandes⁵ (1965), a partir de pesquisas que elucidam as condições socioeconômicas da população negra frente a uma sociedade moderna de classe.

Entendemos que o preconceito racial é um dos elementos discriminatórios históricos que compõem o cotidiano das relações sociais no Brasil, tais como a desigualdade de oportunidades a qual estão submetidos os sujeitos negros.

1 Docente do curso de Serviço Social de graduação e mestrado da UFBA. Estágio pós doutoral pelo Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra (CES/UC). E-mail: angela.ernestina@ufba.br

2 Assistente Social formada pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. E-mail: anabia1502@hotmail.com

3 Pós-Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: sidi.mara@hotmail.com.

4 Doutora em Geografia pela UFSC e docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede. E-mail: mcassiacampos@uel.br

5 “Florestan Fernandes (1965) fala em mito da democracia racial, ele estava querendo dizer o seguinte: essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros.” (GUIMARÃES, 2003.p.10)

Nesse contexto temos que, um dos fatores preponderantes para a manutenção da desigualdade racial no Brasil é a falta de políticas públicas com recorte de raça somadas a fatores econômicos que sustentam o estado de miséria vivido pela população negra. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 os negros (pretos e pardos) compunham 75% entre os 10% com os menores rendimentos per capita no Brasil, por outro lado, os brancos representavam 70% entre os 10% com maior rendimento per capita.

As problemáticas voltadas à juventude negra, principalmente a violência, têm sido um desafio para nossa sociedade, discuti-la é mais que necessário, pois as formas de expressão do preconceito racial se dão desde à segregação urbana até a ausência de políticas direcionadas jovens negros da periferia. Esse público constitui um dos grupos mais vulneráveis do país, como mostra o Atlas da Violência de 2016 e de 2020, que apresenta a acentuada tendência de queda no número de homicídios da população branca e aumento no número de mortalidade da população negra, sobretudo de jovens moradores de periferias. Ainda, considerando os dados apresentados no Atlas da Violência de 2020 constatou que nos últimos anos, o quesito raça/cor se evidenciou na configuração de mortes violentas no Brasil. Conforme a informação supracitada os estados que concentraram as maiores taxas de homicídios contra pessoas negras pertencem às regiões Norte e Nordeste. O que se observa é o aprofundamento das desigualdades raciais em todos os anos do último decênio analisado, a chance de um negro ser assassinado é muito superior quando comparada à de um não negro. Em quase todos os estados brasileiros, um negro tem mais chances de ser morto do que um não negro. A taxa de homicídios de negros e não negros por 100 mil habitantes e razão de risco relativo, em 2018 no estado da Bahia era de 50,8 para os negros e de 15,4 para não negros (ATLAS DA VIOLÊNCIA,2020).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender a percepção da juventude negra sobre a manifestação do racismo no bairro de Cajazeiras de Salvador- BA.

A escolha do objeto de pesquisa se deu a partir de observações realizadas na comunidade, onde uma das pesquisadoras reside, no bairro de Cajazeiras, localizado na periferia de Salvador. Conforme os indicadores do Plano Plurianual (PPPS 2018/2021), com dados fornecido pela Prefeitura Municipal de Salvador e pelo censo 2010, o bairro possui aproximadamente 61.313.000,00 habitantes, sendo que 80% desse universo é composto pela população negra (autodeclarados pretos e pardos). Convidamos para participar da pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas dois jovens⁶, líderes

6 A participação dos jovens, na pesquisa se deu devido à proximidade dos mesmos com a temática abordada: 1- para além de ser jovem negro e lidar diariamente com a violência, está inserido no cor-

comunitários do bairro, cujos nomes foram codificados para preservar a identidade, com a intenção de compreender de que forma o preconceito racial interfere em suas vidas. A pesquisa de campo ocorreu no ano de 2019.

Com a pesquisa foi possível observar a continuidade da subalternidade da população negra, em virtude da herança escravocrata e das ideias racistas, esse legado comina nas marcas da organização social brasileira, somando os imensuráveis prejuízos causados pelo sistema político/econômico da escravização. Assim se torna perceptível a existência de uma segregação silente que dispõe na mesma sociedade um mundo para negros e outro de brancos. O extermínio ocorre por meio da violência letal e também pela precarização das condições de vida, como a exposição dos jovens em situações de pobreza.

Políticas públicas para juventude e a necropolítica

Ausência de direitos mantém a população negra cada vez mais vulnerável, as diversas formas de violências e violações de direitos que comprometem não só a sua rotina, mas, também a sua expectativa de vida. No século XXI, a principal causa de morte de jovens no Brasil ainda são os crimes violentos que atingem majoritariamente jovens negros. Com objetivo de criar novas perspectivas para o movimento negro, em 2006 a Juventude Negra se articula em torno da construção do I Encontro Nacional de Juventude Negra - ENJUNE -. O encontro se apresenta como marco central, onde o sujeito político Juventude Negra, assume o protagonismo na sociedade brasileira levando as suas demandas e contribuições específicas para o direcionamento do país.

A partir dos anos 2000, os estudos sobre a juventude⁷ brasileira foram intensificados, e a percepção da necessidade de políticas específicas para juventude -

po docente de um Colégio Estadual do Bairro de Cajazeiras. E nesse espaço ele consegue observar também a percepção e realidade dos outros jovens/ adolescentes. 2- Um jovem negro que participa das atividades culturais do bairro, tem contato com outros jovens negros que sofrem cotidianamente com a violência do bairro. Os bairros periféricos são considerados alvos preferenciais das abordagens policiais em todas as cidades brasileiras, sendo um terreno fértil para interpretações dos corpos da juventude negra por meio de visões preconceituosas e racistas, sendo assim o bairro Cajazeiras na periferia de Salvador foi escolhido para ser o lugar de realização da pesquisa.

7 Os termos jovem e juventude ainda não eram inseridos na dinâmica das políticas públicas, isso podemos observar tanto no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da constituição de 1988 como no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos. Para a OMS, a adolescência é dividida em três fases: Pré-adolescência – dos 10 aos 14 anos; Adolescência – dos 15 aos 19 anos completos; Juventude – dos 15 aos 24 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência, a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade completos.

para além da faixa etária apresentada pelo ECA⁸ - se fez cada vez mais presente no cenário político. Assim em 2003 desencadeado pelas demandas expostas pelos movimentos sociais, iniciou a tramitação do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 138/2003 no Congresso Nacional. Esse projeto tinha como objetivo trazer elementos relacionados a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, mediante políticas específicas visando a assegurar-lhes: formação profissional, desenvolvimento da cultura, primeiro emprego, habitação, lazer e segurança social. Ou seja, o objetivo era garantir, para esse segmento etário os direitos constitucionais já assegurados às crianças, adolescentes⁹ e idosos.

Esse debate se estendeu a sociedade no sentido de discutir os principais elementos para a construção de um Plano Nacional de Juventude e um Estatuto específico da Juventude, já que a mesma estava alocada das políticas gerais. Assim o Governo Federal apresentou a necessidade de criar um órgão federal gestor da política nacional de juventude. E a partir de 2004 foram criadas instâncias para administrar o espaço institucional da juventude. Tais como: A Secretaria Nacional de Juventude¹⁰ (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República, responsável por articular programas em âmbito federal destinados a jovens de 15 a 29 anos. O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), tem objetivo de formular diretrizes, discutir prioridades, avaliar programas e ações governamentais voltados para a juventude, este é formado por (1/3) de representações públicas e (2/3) da sociedade civil. Sendo um canal importante de diálogo entre a juventude e o governo federal.

8 No início do século XX as crianças abandonadas eram motivo de grande preocupação entre filantropos, médicos e juristas, pois estas crianças que habitavam as ruas dos grandes centros estavam propensas a marginalização, totalmente vulneráveis, dessa forma, eram uma ameaça à boa ordem social. Esta preocupação era crescente e se fundamentava, principalmente devido a falência da Roda dos Expostos, sendo assim as primeiras expressões do sistema assistencial direcionado aos menores no Brasil ocorreram no século XX.

9 Um dos principais fatores para a implementação de políticas direcionadas, criança e o adolescente, advém da Constituição Federal de 1988 “instituiu os princípios da prevalência absoluta dos interesses dos menores, da proteção integral, da cooperação, da brevidade, da excepcionalidade e da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (LOPES; FERREIRA, 2010, p.73). O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e não mais como simples portadores de carências (COSTA, 1999), despersonaliza o fenômeno, e principalmente, responsabiliza toda sociedade pela criação das condições necessárias ao cumprimento do novo direito. A efetividade do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) depende de como são conduzidas as políticas Públicas.

10 Resultado do Grupo de Trabalho Interministerial que reuniu 19 ministérios que realizou o diagnóstico da realidade da juventude brasileira e a partir disso levantou programas federais voltados para este segmento social.

A última instância a ser apresentada é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) um programa emergencial, voltado inicialmente para jovens de 18 a 24 anos que não concluíram a educação básica. No entanto com a Lei 11.129, de 30/06/2005 o Projovem inicial sofreu mudanças na faixa etária, incluindo jovens de 15 a 29 anos.

A conclusão do diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial sobre os programas federais e as condições socioeconômicas dos jovens brasileiros, para a Política Nacional de Juventude (PNJ) aponta para os desafios:

Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; - erradicar o analfabetismo; - preparar para o mundo do trabalho; - gerar trabalho e renda; - promover uma vida saudável; - democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; - promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; - estimular a cidadania e a participação social; e - melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais” (SILVA e SILVA, 2011, p.668).

O desafio da PNJ é ser transformada em uma política pública de Estado e ter garantida a sua continuidade.

O Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra – Juventude Viva surge em 2012, em reação ao alto índice de mortalidade de jovens negros, quando comparado a população branca. As questões relacionadas ao aumento no número de morte de jovens negros em relação aos brancos é uma pauta antiga do Movimento Negro Brasileiro. Assim este plano tem como objetivo reconhecer as reivindicações dos movimentos sociais e organizações de juventude com pautas de combate ao racismo, como genocídio da juventude negra, denunciando que ele se sustenta nos campos social, cultural e político através de interseções entre o racismo estrutural, o patriarcalismo, o preconceito geracional e a criminalização da periferia.

O Plano Juventude Viva, embora reconheça o tamanho do desafio de contribuir para uma mudança paradigmática, não abre mão de tensionar a necessária disputa de valores que perpassa essa transformação. Trabalhar pela vida da juventude negra é necessariamente trabalhar pela substituição do paradigma da criminalização pelo dos direitos humanos e da cidadania.

A desigualdade entre brancos e negros é considerada uma das mais perversas dimensões do tecido social brasileiro “Seja no que diz respeito à educação,

saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, os negros se encontram submetidos às piores condições” (SOARES, 2008, p.131).

De acordo com o Atlas da Violência 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum de Segurança Pública (FBSP) entre 2008 a 2018, demonstram que os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% enquanto que a taxa entre os não negros teve queda de 12,9%. Os estudos indicam que o Brasil é o país onde a letalidade é a mais mortal do que todas as nações que vivem conflitos bélicos. A taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes é de 13,9 para não negros e de 37,8 para negros. O estereótipo de bandido que compõe as representações sociais é aquele que classificada como “classes perigosas”: a grande maioria dos subalternizados, fora do mercado de trabalho (subempregados, desempregados ou ligados a atividades informais), geralmente, moradores de bairros periféricos (COIMBRA, 2001)

Os negros são associados, desde escravização, a animais, bichos, criminosos e precisam ser controlados. Há um chamado pela ordem, pela justiça e pela manutenção da lei que funciona como estratégia política para eliminá-los, a partir da necropolítica do estado de encarceramento da população negra.

Mbembe (2018) apresenta os impactos do colonialismo e do sistema escravocrata para a emergência de desigualdades e violências diversas contra a população negra, tanto os homens quanto as mulheres estavam igualmente expostos ao trabalho pesado, castigos e opressão. A necropolítica na ordem estatal. “O olho atua como arma (...), matar se torna assunto de alta precisão (...) e populações inteiras são o alvo do soberano” (2018, p.44 e 47).

Nesse discurso os negros representados como as mazelas da sociedade. A criminalidade é vista como um caso de polícia e não como um problema social combatido com políticas públicas. Os policiais preconcebem uma imagem do marginal quando traçam comportamentos e aparências que se assemelham ao “bandido”. O combate à criminalidade está encortinado por um discurso racista e seletivo, e tem sido um grande fardo para a população negra.

BAIRRO CAJAZEIRAS EM SALVADOR: discussões sobre violências e desigualdades

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2013) entre a população total do município de Salvador, 120.096 (79,2%) são negros e entre os jovens, 610.531 (81,1%) se autodeclararam negros. Conforme o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011) Salvador é considerada a cidade com maior número de negros no país, seguida de São Paulo e Rio de Janeiro.

Há inúmeras marcas da desigualdade no município de Salvador, como por exemplo acesso adequado a infraestrutura, os serviços de saúde e educação, oferta de transportes públicos que contemplem os moradores das periferias afastadas do centro da cidade entre outros que marginalizam as pessoas que habitam esses bairros:

Nestes “lugares” constituídos de casas amontoadas, esgoto a céu aberto, sem política de saneamento, sem educação e sem saúde, e com muitas crianças sem direito a futuro, chamado de muitos nomes como invasão em Salvador e de “favela”, no Rio de Janeiro (p.125) (...) “Entre a casa e a rua”, o espaço da violência, que tem ceifado a vida de milhares de jovens-homens-negros, é a rua, território com leis próprias, dominado pela masculinidade manifesta, no público, quase sempre de forma violenta. (REIS, 2005, p.132)

O IPEA (2006) mostra que a ausência de serviços básicos, para a subexistência das camadas pobres tem acentuado os índices de violência nas periferias. De acordo com Soares (2008, p. 24), isso tem se dado pois “a segregação tem como marco compreensivo a separação por classes econômicas, que possui rebatimentos na dimensão racial”. Diante de tal contexto social, evidencia-se a exclusão social, pois os bairros “negros” crescem sem nenhuma política de planejamento urbano.

Para Zaluar (1998) a população negra, masculina, jovem e pobre vem sendo disputada pelo tráfico de drogas e por outras atividades criminosas, diante do quadro de impossibilidade das famílias de crianças e adolescentes promoverem sua inserção, no mundo do consumo. Considera-se que um dos fatores principais para essa disputa é a insuficiência de políticas de inserção dos jovens negros e pobres no primeiro emprego. Reis (2005) considera que esta é uma realidade concreta tem facilitado a vantagem do crime organizado em relação às famílias.

De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, no ano de 2012 ocorreram 1.574 homicídios no município. Entre esses homicídios, 1.033 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 953 entre jovens negros. Os homicídios entre jovens negros corresponderam a 92,3% do total de homicídios entre jovens. (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p.01)

O crescente número de óbitos de jovens registrados pelo Ministério da Saúde tem chamado atenção, no entanto o Estado ainda se ausenta no que diz respeito a oferta de políticas públicas que deem respostas efetivas para esse conjunto da população.

Pereira (2014) considera que fenômeno da mortalidade precoce por homicídio entre jovens negros e negras expressa a necessidade de elaboração de políticas públicas direcionadas para esse conjunto da população. Pois embora sejam apresentados dados elevados nos índices de homicídios cometidos contra jovens negros, o extermínio da juventude negra é ainda um tema tratado com indiferença na agenda pública nacional.

Dessa forma, se faz mais que necessário debater como a ausência de políticas sociais interveem na vida dos jovens negros que residem nas favelas e periferias desse país. Estigmatizados e estereotipados, pela sua condição em ser negro e pobre, associados quase sempre a criminalidade. A destruição material dos corpos julgados como descartáveis e supérfluos, é uma dimensão na necropolítica. As periferias e favelas são tratadas como territórios de restrição, na qual as mortes são consentidas e legalizadas.

A estrutura da maioria dos bairros periféricos de Salvador é constituída por uma arquitetura caracterizada por Reis (2010) de neo-escravista:

(...) localizadas nas ruas centrais dos bairros, as chamadas *Rua Direta* e, atrás de quase tudo, estão as moradias da maioria das famílias negras, que somente tiveram o direito de morar nas “ruas da frente” quando ocuparam as áreas, chamadas de invasões, depois a pobreza as fez vender as suas casas na frente das ruas e voltar a morar nas baixadas, sem qualquer infraestrutura. (REIS, 2010, p.124)

Nesse local de infraestrutura precária, ocupados pelas famílias negras, o bairro se organiza por dois pilares que constituem sua realidade: os bares e as igrejas evangélicas neopentecostais. Há um bar em cada esquina repletos de homens negros velhos, jovens e meninos, lugares do esquecimento e do congelar de identidades (REIS, 2010).

Em meio à violência é crescente o número de igrejas evangélicas nas periferias de Salvador. Essa é uma realidade que se repete no Bairro de Cajazeiras, onde também estão as Igrejas evangélicas neopentecostais, cheias de mulheres negras, que choram os seus filhos que tombam todos os dias com as balas da polícia e

dos grupos de milícias (REIS, 2010). Lugar de profundas contradições, visto que muitas pessoas em conflito com a lei têm se refugiado nessas igrejas, e conseguem uma guarida para escapar da morte (KALLY, 2005). A igreja funciona como espécie de expedição de resgate de um jovem ameaçado de execução pelo chamado tribunal do tráfico, isto é, um grupo de traficantes de drogas que castiga e/ou mata supostos traidores em lugares da periferia sob seu “controle”.

Mas é também nessas igrejas onde as lideranças religiosas têm recorrido a um amplo repertório simbólico, muitas vezes, são os únicos lugares onde as pessoas têm a oportunidade de experimentar a mobilização, pois nas periferias onde o Estado por vezes só se manifesta pela presença da polícia, as igrejas funcionam como uma espécie de *status* pertencer:

(...) que se dá pela adesão dos mais pobres e, em sua maioria, os negros às religiões neopentecostais, a partir de um acordo objetivo por sucesso profissional e financeiro, por saúde e outras buscas (...). Assim, muitas mulheres que perdem seus filhos assassinados têm recorrido às igrejas neopentecostais, em busca de paz e, muitas vezes, para evitar que os seus outros filhos também sejam assassinados. (REIS, 2010, p. 214)

Os meninos ouvem atentamente as inúmeras histórias de “evangelizações” em que choram, escondem as armas. O prestígio e respeito que as igrejas têm por parte dos meninos que compõem o tráfico de drogas se dão tanto pelas ações sociais realizadas nos becos e vielas onde as políticas públicas não chegam tanto pelos “apelos” realizado pelos evangélicos no momento em que algum jovem do tráfico é baleado e está entre a vida e a morte.

A figura 1, mostra um dos locais no bairro de Cajazeiras marcados pela rotina das variadas formas de violência, sobretudo a violência policial. Popularmente chamando de Vietnã, localidade que ficou conhecida como faixa de Gaza, por existirem inúmeros conflitos tanto entre facções rivais como com a polícia. Composto por becos, vielas, escadarias, ladeiras de barro, onde às vezes não há espaço para passar um eletrodoméstico. Estas casas, com tijolos expostos, sem direito a reboco e, menos ainda, a pintura, formam um triste espetáculo e denunciam a situação de *apartheid* vigente, mesmo dentro do próprio bairro. Próximo a estas casas não há creches, escolas, postos de saúde ou qualquer outro sinal que nos lembre a presença do Estado, a não ser a polícia quando invade, espanca e, muitas vezes, mata.

FIGURA 1

Complexo Vietnã, localizado no Bairro de Cajazeiras em Salvador

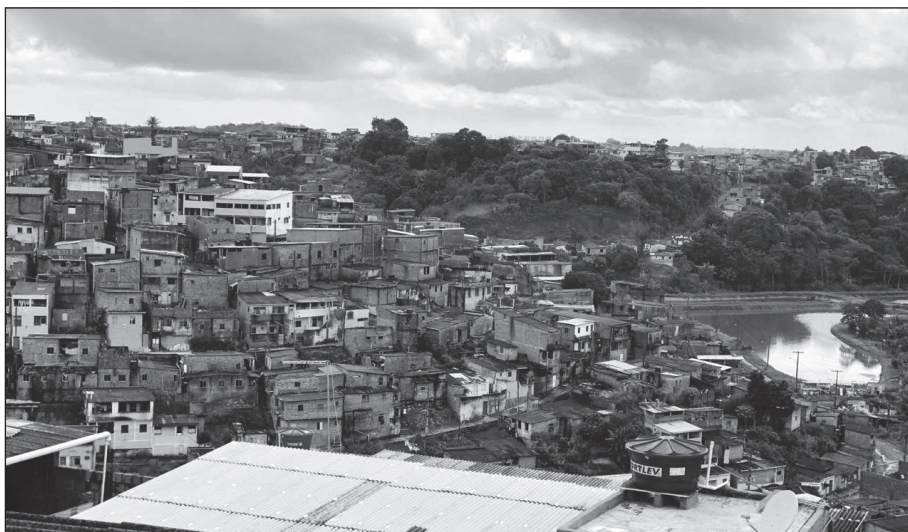


Foto: Arquivo pessoal da pesquisadora

Para Sodré (1983) após avanços nos olhares que possibilitam ampliar a lente sobre a questão racial no Brasil, discursos e ideias e maneiras/outras não contempladas pela forma padrão de normatização eurocêntrica e ocidental de ver e viver a sociedade contemporânea foram possibilitados.

Assim ao indagar Lucas sobre violência policial no bairro o mesmo relatou:

Já vi várias vezes à forma como a polícia aborda. Já vi alunos sendo abordados. Eu vejo isso diariamente e essa história acontece sempre. Como as pessoas são tratadas a partir da ideia de que todo mundo que mora na periferia é marginal, isso é muito constante (LUCAS, 2019).

Posteriormente Lucas relata que há uma indignação por parte da comunidade, principalmente quando se sabe que o jovem negro é abordado sem ter nenhum tipo de envolvimento e é tratado como “marginal”.

Paralelamente João ao ser indagado sobre as práticas e violências por parte dos policiais militares no Bairro de Cajazeiras, diz que apesar de nunca ter sido agredido fisicamente em uma abordagem policial, ele já foi taxado de “coisas” por parte

dos policiais militares, mesmo depois de revistado. Por fim, João enfatiza “Graças a Deus, eu sempre fui revistado e nunca aconteceu nada de ruim” (JOÃO, 2019)

A apresentação desses relatos dialoga com as demandas reivindicadas pelos movimentos para a abertura de um diálogo sobre a necessidade de combater a forma truculenta com que a polícia aborda os jovens negros no Brasil. Para a juventude, e em especial a juventude negra a contenção dos homicídios entre jovens é o maior desafio. “Neste sentido, estes movimentos têm influenciado as principais políticas sociais, apresentando a necessidade do combate aos homicídios entre os jovens, que atingem prioritariamente os jovens negros no Brasil” (PEREIRA, 2014, p.15).

De acordo com Pereira (2014) as desigualdades sociais e raciais/étnicas no Brasil são estabelecidas histórica e socialmente desde o período em que negros e negras eram escravizados. Isso nos mostra que a forma que sociedade se organiza e marcadamente estabelecida e hierarquizada. Esse fator impede a inclusão social das populações negras, e outras camadas da sociedade vulnerabilizadas bem como, de indígenas, dos pobres, pessoas trans, das mulheres, dos jovens dentre outros segmentos.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: a cor da pele como marcador social

As representações de todos os grupos sociais circulam no espaço geográfico produzindo sentidos e consequências. Essas representações foram construídas mediante a óptica eurocêntrica, que institui sentidos de “normalidade” e “anormalidade”, estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão.

Os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, abjetos, e excluídos socialmente. Para Gofman (1988) estigma é entendido como um mecanismo de identificação do indivíduo, que permite seu conhecimento sem a necessidade de que um contato mais do que superficial seja com ele realizado, tendo em vista o enquadramento a categorizações de antemão estabelecidas pela sociedade. É um “atributo derogatório imputado à imagem social de um indivíduo ou grupo e visto como instrumento de controle social” (AMAR, 1982, p.75).

O principal agravo desse tipo de relação é a negação dos direitos e a falta de oportunidades ao grupo estigmatizado. Podemos pensar na situação dos jovens pobres e negros como exemplo de estigma. Ao serem categorizados pela sociedade enquanto indesejáveis, criminosos, preguiçosos, e de maneira geral como uma ameaça.

Os relatos sobre a violência policial trazidas pelos participantes da pesquisa apresenta suas relações sociais a partir das experiências com amigos e familiares.

Em uma delas João relata que estava com dois amigos próximo de sua casa em um momento que um dos amigos foi agredido por ser mais retinto que ele e o outro colega presente. Na ação o jovem negro agredido, já tinha sido espancado pela mesma viatura anteriormente, e isso fez com que ele ficasse ansioso e nervoso. Confira o relato de João:

Ele (*policial*) começou a perguntar se tinha alguma coisa, isso e aquilo. Aí perguntou se a gente morava lá, a gente falou que morava, aí ele foi liberando de um em um, só que nesse dia ele não veio até mim. Comigo, como eu falei eles nunca me agrediram, mas com eles (*os amigos*) por serem, até mais, ter aspectos né? Aspecto de marginal (negros retintos) que como a sociedade prega. O “brother” que estava tremendo tomou uma tapa nesse dia, porque o policial achou que ele tinha alguma coisa (*drogas*) porque ele estava com medo “ta ligado”? A gente não podia falar nada. A gente não podia falar nada. A gente malmente poderia olhar para o lado pra falar alguma coisa com ele (o policial). (JOÃO, 2019).

A acentuação das características fenotípicas do negro, particularmente a cor da pele, trazem a questão racial como o que Goffman (1988) analisou como “teoria do estigma”. Nogueira (1998) em sua tese, significações do corpo negro, oferece elementos que permitem analisar o processo de estigmatização a que se encontram submetidos muitos sujeitos. A autora salienta que a rede de significações sobre o corpo negro foi formulada culturalmente, correspondendo à necessidade de se estabelecer um modelo do que é desejável. A partir desse modelo é que se constituiu socialmente sobre o “corpo negro” o repertório do execrável, ou seja, do inaceitável, ao mesmo tempo que se investiu a representação do “corpo branco” relacionando-o a atributos morais e intelectuais tidos como puros, belos e sagrados. Assim rotulado socialmente, o corpo negro é inscrito como marca de identidade.

Nessa perspectiva, como nos alerta Hall (1992), “negro” é transformado em uma categoria de essência. O significante “negro”, assim como o “corpo negro”, é racializado, desconsiderando-se a memória histórica, a diversidade, o contexto social e cultural. Fernandes e Souza (2016) remetem que essa classificação do negro é uma tentativa de aprisioná-lo a uma característica forjada, que lhe impõe distinções de desacreditado, na relação social. A “marca” que lhe é embutida faz recair sobre ele um olhar de descrédito que impede que ele possa ser percebido pela totalidade de seus atributos e de forma individual. Dessa forma nota-se que a identidade pessoal é subsumida à identidade social.

Paralelamente a essa questão, Lucas relata que os seus primos são perseguidos e abordados constantemente por serem negros e pela maneira que se vestem.

Primos meus, várias vezes já foram perseguidos, já foram abordados constantemente pela cor da sua pele, pela maneira em que estavam vestidos(...). Eu já tive um primo que foi preso por engano. Então assim, você se indigna, né? Mas o que é que faz? Você não tem o que fazer a não ser se indignar (LUCAS, 2019).

Dessa forma observa-se a legitimação do poder sobre os corpos negros; “mas o que se faz?” A poder de apagá-los, dominá-los, exterminá-los. A desigualdade acentuada das mortes violentas por raça/cor que se intensificou nos últimos anos, processo perverso, posto que os negros não são vistos na sua individualidade, mas na coletividade como aponta Fanon (2008). Se um negro comete um crime, todos os negros são criminosos, se um negro rouba, todos são ladrões e assim por diante. O branco por sua vez é representado na sua individualidade. A normatividade imposta para ser naturalizada faz com que facilmente o grupo estigmatizado aceitem posições inferiores de status social devido a internalização da categoria que lhe é imposta. Considera-se que o estigma não é ruim em si, mas serve para diferenciar negativamente um ou vários sujeitos de determinado grupo comparado. Em outras palavras, serve para reforçar a normalidade deste.

Consequentemente, percebe-se nos depoimentos dos participantes da pesquisa que as abordagens policiais são realizadas com base em diferenciações negativas, interpretações pejorativas que os policiais têm dos negros, como se todos os jovens negros fossem criminosos, visão propagada pelos meios de comunicação para conjunto da sociedade.

A polícia não tem nenhum pudor de tratar um jovem negro como suspeito. Podemos observar isso na fala de Lucas: “Várias vezes a polícia não chegou a me parar, mas já olhou de longe dos pés a cabeça, mas o que me salvou foi um livro que estava ali exposto. Nunca sofri uma violência direta, mas o olhar diz tudo, né?” (LUCAS, 2019).

A abjeção social transcorre da concepção de “marcadores sociais” estabelecidos a partir de teorias biológicas errôneas, fazem das marcas corporais elementos através dos quais se pode homogeneizar os sujeitos e naturalizar identidades. A reificação de que era o africano escravizado e seus descendentes foi metamorfoseada, no fim do século XIX e início do XX, em teorias racistas que tiveram por base aquilo que na época era considerado biologia científica. A ideia de raça dos sujeitos passou a ser deduzida por meio dessas marcas corporais. Dedução que resultou na essencialização das identidades.

Elias e Scotson (2000) discorrem sobre os efeitos de uma relação de poder em uma pequena cidade da Inglaterra, o que chamou a atenção destes pesquisadores foi à evidência de que as distinções entre os grupos em disputa serem muito pequenas, apenas o tempo de residência na cidade. O que os levou a concluir que a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este grupo preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade.

Dessa forma ao observamos os relatos dos dois entrevistados percebemos em suas falas que há uma compreensão de que as iniquidades vivenciadas pelos jovens negros, são reflexo de um contexto histórico marcado por injustiças e inferiorização. Em seu relato Lucas destaca:

Eu gosto muito de uma frase do Mano Brown, em uma música do Racionais “A vida é um desafio”, quando ele fala: “- oh minha mãe já dizia, pelo fato de você ser negro você está atrasado 100 vezes, pela escravidão, pelo preconceito”. Infelizmente a negritude é o alvo fácil, essa ideia que a escravidão acabou, mas a gente continua vendo o racismo e o preconceito (LUCAS, 2019).

Percebemos que ao longo da história humana, grupos e indivíduos criaram formas de se relacionar uns com os outros através da construção de identidades, de vínculos de pertencimento, modos de vida e culturas que promoveram relações sociais no interior dos próprios grupos. “Tais performances e relações sociais foram e são marcadas e mediadas por processos de hierarquização, inferiorização e segregação. Prioritariamente, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 22).

Brito (2013, 14), em seus estudos traz a família como primeiro grupo de socialização. Ela é concebida como espaço para exercício da cidadania, onde os indivíduos têm ciência dos direitos e deveres “o que implica no desenvolvimento de práticas de tolerância, de divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, de laços de solidariedade e apreensão de valores culturais etc.”.

Os estudos de Erikson (1976) consideram que para que resultado da socialização lhe seja favorável ou não, devemos considerar os seguintes fatores: o clima emocional da família, o formato familiar, a situação econômica, os tipos de relações entre pais e filhos, além dos métodos de socialização adotados.

Para compreender de que forma as questões relacionadas ao racismo e a violência policial são tratadas no âmbito familiar desde a infância, questionamos os

participantes da pesquisa sobre está problemática. Ao serem indagados, os participantes relataram que nunca tiveram oportunidade de tratar sobre essas questões de maneira direta com os familiares. Eles contam que apesar de não terem nenhuma conversa formal sobre o assunto, sempre foram alertados em relação aos cuidados que devem tomar para minimizar as violências em suas diversas formas de expressão, sobretudo a violência por parte dos policiais militares.

Dessa forma Lucas (2019) expõe:

Minha mãe manda eu tomar cuidado. Não pode usar chapéu, tem que andar certo, sabe? Tem que agir conforme o estado manda. Obediência sempre (...) As únicas coisas que a minha família falava era em relação a segurança “Cuidado a polícia é autoridade, é o poder representado pelo estado”. “Quando for abordado levante as mãos, ande sempre com a identidade”. Não era uma conversa de construção ou identidade, era uma conversa para livrar de algum problema ou de alguma coisa que viesse acontecer.

Essa é a realidade vivenciada por um jovem negro da periferia. Muitas mães ficam acordadas enquanto os seus filhos não chegam. Fato perceptível no relato de Lucas, a aflição dos seus familiares quando ele sai de casa, sobretudo de sua mãe.

Paralelamente, o entrevistado João relata que a sua mãe é oriunda de família de militares e tem essas questões em relação à violência policial de maneira naturalizada, no qual afirma:

Para minha mãe é rotina. Eu conto a ela quando eu tomo esse enquadro, no busú principalmente. Aí ela diz: “a polícia ta aí viu?! Pra pegar os ladrão viu, de ônibus.” (...) minha mãe cresceu vendo meu avô deixando bandido dentro do porta-malas e indo para casa para almoçar e o cara lá preso. Ela conta isso como se fosse normal naquela época, tá ligado? Minha coroa nasceu em 1971, ela tem 47 anos. Então ela já teve muita oportunidade de rever aquilo, mas ela é muito dura. Lá em casa nunca teve discussão. Ela ver na televisão policial matando bandido, e que está certo. O foda é que minha mãe tem a consciência, que aquilo é errado, né? Mas ainda assim ela não deixa o que ela aprendeu de lado. A minha família é muito assim. Então eu só vim tratar dessas questões no ensino médio (JOÃO, 2019).

Conforme Fernandes e Sousa (2016) o processo de identidade é algo permanentemente e inacabado, e se manifesta por meio da consciência, da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. Ou seja, “o sujeito se constrói a partir de marcas individuais decorridas dos outros”. Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros.

A escola também aparece como o lugar de socialização diferente da família no qual as primeiras diferenças são compreendidas em condições preconceituosas. Para Gomes (1995) é no contato extrafamiliar que o negro, na maioria das vezes, começa a ver-se a si mesmo através da nomeação que o outro lhe dá. É o espaço onde aparecem os primeiros apelidos dados pelo grupo de colegas, as brigas, os pareceres dos pais, dos amigos e dos conhecidos. (GOMES,1995, p. 117).

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é necessário negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Em vista disso, Gomes (2003) ressalva a articulação entre educação, cultura e identidade negra, a partir de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais.

Sabemos que o âmbito escolar funciona como um importante espaço para o desenvolvimento no intenso processo de construção da identidade negra, como também representa fundamental importância para socialização dos jovens negros.

A escola é considerada por Gomes (2003) como um dos espaços que interfere diretamente na construção da identidade negra e na formação de um olhar sobre o negro e sua cultura, que pode tanto valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

A cadeia de abandono, mortes, opressões, armas, abusos e famílias destruídas são elementos da realidade que interfere no dia-dia do estudante negro. Lucas ao descrevê-la nos diz que para lidar com essa dificuldade, a escola precisa ser “sensível” e educar com empatia. Pois compreende que a educação deve ser com base nas vivências e realidade concreta desses jovens negros. Dessa forma ele consegue perceber que muitos deles estão na escola apenas para criar vínculos e/ou por acreditarem que aquele é um local seguro, e na maioria das vezes a tem como refúgio, para o que lhe aflige para além dos muros dela.

Em seu relato Lucas, menciona sobre o reflexo da violência na vida dos jovens negros a partir do espaço socio-ocupacional como professor de história em um colégio público no Bairro de Cajazeiras. Ele afirma:

(...) o aluno que vai para escola pública se sente em casa. É o lugar que ele fala dos anseios dele, principalmente nas aulas de história. Eles contam as reflexões, contam histórias da vida cotidiana. De como a polícia chega, de quem morreu, de como a desesperança assola aquele lugar. Na escola você consegue perceber bem a identidade do aluno. Relatos familiares de que o primo foi assassinado, de que o pai não conseguiu ter uma ascensão. Aí você se desdobra, cria projetos e tenta criar possibilidades, que para eles estaria distante. Você como professor é uma ponte. Você mostra os caminhos para que esse aluno consiga enxergar uma outra realidade que não é a dele naquele momento (LUCAS, 2019).

O contexto de violência e ausência de oportunidades no mundo do trabalho, tem gerado uma enorme preocupação da juventude, sobretudo a juventude negra. Oliveira (2009/2010) considera que se a escola não se constitui enquanto campo significativo para a realidade concreta desses jovens, as possibilidades no mundo do trabalho também não serão favoráveis. A produção da vida pelos meios tradicionais é dura e desmotivadora. Sobram as marcas do desemprego e da fome nesses contextos que os constitui mesmo percebendo o narcotráfico ou o roubo como únicas alternativas. É interessante perceber que nos personagens criminosos, conflituosamente, há a esperança improvável de um posto profissional honesto e de um retorno regenerado à escola. (OLIVEIRA, 2009/2010).

Segunda Lucas (2019), a desesperança permeia a realidade dos jovens negros.

Quando junta a realidade da violência, com a ausência de educação e a política atual eu vejo desesperança[...] você vê aqueles jovens que tentam aproveitar o máximo possível do que ainda existe, reúne suas últimas forças enquanto outros se entregam a marginalidade cada vez mais. Temos a evasão escolar muito grande e isso representa a desesperança, a não conseguir perceber o futuro, não conseguir perceber a ascensão. Não vou dizer para você que é fácil, dizer que eu vejo um rumo, uma esperança ou o jogo virar. Você faz o seu papel, insiste, mas é uma conjuntura difícil (LUCAS, 2019).

Do sexo masculino, jovem, negro e pobre. Esse é o perfil típico de um jovem fora da escola. Muitos meninos que se afastam da escola são seduzidos pelo trá-

fico. Em um contexto de ausência de oportunidade, pais desempregados e em sua maioria analfabetos, não há estímulo para permanecerem na escola. Uma recente pesquisa realizada pelo IBGE (2019) demonstra que a Bahia é uma das líderes em defasagem e abandono escolar, posteriormente isso reflete no não ingresso de negros no ensino superior constatado pelo PNADC (2018), que confirma que de 8 em cada 10 jovens de 18 a 24 anos ou haviam abandonado a vida escolar ou ainda não tinham chegado à universidade. O estado tinha a menor taxa ajustada de frequência líquida do país para esse grupo etário, representando 16,0%.

Conforme Silva e Kassouf (2002) as diferenças por raça/cor também são aguçadas, pois as taxas de desemprego de jovens negros em áreas metropolitanas tendem a ser 30% a 40% mais elevadas que entre os jovens brancos. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2018) revelam que quando inseridos no mercado de trabalho jovens negros ocupam cargos de menos prestígio e conseqüentemente salários com até 57,3% de diferença sendo menos valorizados que os não negros.

LUCAS, 2019 descreve que essa é uma realidade que permeia o cotidiano dos jovens negros. Porém, ele diz: “Eu gosto de usar a minha própria história e mostrar esperança. Existem muitas perdas também, você ganha, você perde” -

Quando questionado sobre os tipos de perda, Lucas relata;

Morrer, parar de estudar. Às vezes a morte não é só física, a morte é literal. Você tem aquele aluno sempre empenhado e ver morrer os seus sonhos, parar de estudar, pensar em trabalhar como “pião” ou trabalhar com qualquer outra coisa. A questão é, até que ponto esse individuo consegue sustentar essa vida, sabe? Porque as drogas é uma alternativa muito fácil, e motivado pela desesperança... Não está na escola, não está sonhando, vai pra onde? Qual a perspectiva que esse jovem vai ter? Difícil. Fazer com que esse jovem entenda que o estudo é um resultado em longo prazo, se ele estudar hoje amanhã terá resultados? Não, às vezes demora muito. É uma plantação que demora até a colheita (LUCAS, 2018).

Para Lucas uma das coisas que mais tocam em sua realidade é perder alunos para o tráfico de drogas. Ele conta o caso de um aluno específico morador da Rua de Brito - um dos locais que tem o tráfico consolidado na região de Águas Claras e do acesso a BR 324 e a rua presidente Médici, que é palco onde a polícia atua para promover a necropolítica. Nesse contexto, LUCAS, 2019 afirma:

Para a nossa comunidade essa é uma realidade, e eu não sei nem o que fazer para mudar isso sem ser pelo viés da educação. Mas até para você pensar pelo viés da educação você precisa ter recursos, precisa tentar desenvolver o máximo de atividades que levem esses jovens a ter uma reflexão maior e criar uma esperança neles.

Paralelamente João relata sobre a acessibilidade de algumas questões relacionadas aos direitos da juventude e mundo do trabalho são tratadas de maneira superficial na escola e para que esses jovens tenham acesso a essas informações, elas precisam ser tratadas de maneira mais aprofundadas. Sposito (2003) compreende que as políticas sociais universais precisam ser aprofundadas ao lado de um grande conjunto de direitos emergentes relativos à própria especificidade da juventude. Para muitos, trata-se do direito de usufruir direitos que assegurem a todos os jovens o acesso aos bens culturais, à educação, ao trabalho e ao tempo livre (lazer e práticas esportivas). Essas questões são reflexo do enorme contingente de crianças sem o direito à infância nos anos de 1980. Assim há de se admitir que não existe um conjunto de direitos que assegurem, um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do país.

Não há garantia de viver com dignidade, exercitar possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo de vida. Alguns caminhos foram traçados para a constituição das políticas que se voltam para os jovens, tanto empreendidas pelo poder público como aquelas que se realizam em parceria com organizações da sociedade civil (SPOSITO, 2003, p.35).

Assim compreendemos que a família é o primeiro espaço de socialização do indivíduo e a escola, por sua vez, exerce um papel fundamental na consolidação desse processo. Podemos perceber que as famílias dos entrevistados orientam os filhos a andar com muita cautela por conta da ação da polícia. Há um protocolo: andar com os documentos, não usar alguns tipos de roupas ou acessórios para não chamar atenção. Dessa forma os negros já nascem com o estigma de que a qualquer momento podem ser atacados, em especial pelas forças policiais por terem a cor da pele preta ou parda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas para atender as desigualdades raciais no Brasil, ainda se apresenta de maneira embrionária, um fosso, necessitando de uma agenda que possa garantir a promoção de melhoria das condições de vida da população negra.

Quanto à violência, foram destacados pelos entrevistados como fatores causadores: a ausência de políticas públicas para a população em situação de vulnerabilidade em Salvador e a exclusão socioterritorial, o sistema de segurança pública também foi criticado como mecanismo repressivo e punitivo por meio de ação policial violenta contra jovens negros e a ausência de ações socioeducativas que promovam a ressocialização.

Como refere Bosi (1992) apud Oliveira (2017) a juventude negra continua sendo representada no século XXI como corpos colonizados, vistos como seres dignos de não simpatia, toscos, rudes, mais instintivos, primitivos, ou seja, inferiores aos brancos. A perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade, muitas vezes associa a indivíduos perigosos ou criminosos. Trata-se de um processo de reificação em que o indivíduo é categorizado enquanto potencial “suspeito” pela cor da sua pele. Os jovens negros são estigmatizados pela condição de serem pretos, pobres e da periferia. Nas histórias compartilhadas nas entrevistas, relatou-se que desde cedo os pais orientam seus filhos como lidarem em situações constrangedoras, sobretudo em abordagem policial. O contexto de estigma, estereótipo e conseqüentemente violência acaba sendo um processo de desumanização que aumenta gradativamente a vitimização da juventude negra. Assim consideramos que genocídio do povo negro é fruto da desassistência pelo estado a esse conjunto da população, sobretudo aos jovens negros que quando não são mortos são enfileirados no sistema prisional.

As chamadas políticas públicas, mediante as quais o Estado se faz presente, consolidando direitos, desfazendo injustiças, fortalecendo a coesão social e mesmo cortando ciclos viciosos de reprodução de desigualdades, parecem ainda ausentes no caso do problema racial. De uma forma trágica e até emblemática, face a esse problema, onde as políticas públicas mais se fazem necessárias, é lá que o Estado se omite e essas políticas escasseiam.

A ausência não se deve apenas à falta de percepção da importância da temática ou inexistência de sensibilidade para a questão, mas é parte de uma das estratégias do racismo estrutural que organiza das iniquidades no país.

Sendo assim o racismo estrutural explica a situação de ausência do estado em Cajazeiras, bairro de Salvador, com infraestrutura precária, elevados índi-

ces de violência e desemprego e a falta de programa direcionado à juventude. Os projetos sociais existentes são insuficientes e não abarcam com a necessidade da juventude negra do bairro, que tem sido assiduamente disputada pelo tráfico de drogas.

Concluimos que apesar dos diversos esforços apresentados pela sociedade civil organizada e movimento negro, as pautas da juventude negra ainda estão sendo inseridas de maneira periférica, mesmo compreendendo a necessidade de implementação de projetos que atendam as demandas específicas desse conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Um em cada quatro condenados reincide no crime, aponta pesquisa. 2015. Disponível em: <cnj.jus.br/noticias/cnj/79883-um-em-cada-quatro-condenados-reincide-no-crime-aponta-pesquisa> Acesso em: 28 jul. 2021.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). *Atlas da violência 2020*. Brasília: Ipea; FBSP, 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. D. *Identidade Negra entre exclusão e liberdade*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 63, p. 103-120, Jan - Abri 2016

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar. _____ (1936). *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. [1933] (1971).

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo, Dominus/Edusp, vol. 2.1965.

- FONSECA, M.V. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. São Paulo: ESUSF, 2002.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987
- GOMES, J. V. Socialização primária: tarefa familiar? Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 91, p. 54-61, nov. 1994.
- GUIMARÃES, A, S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HALL, S. Identidade cultural na pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- GROPPO, L. A. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resultados preliminares do censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Polícias sociais: acompanhamento e análise. In: BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos, Brasília. 2016.
- HALL, Stuart. The Work of Representation. In: _____. Representation, Cultural Representations and Signifying Practices. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997, p. 61.
- KASSOUF, A. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? Nova Economia. Belo Horizonte, 2007.
- KALY, P. Medo, Vergonha, Necessidade e Protagonismo: os meninos de rua em Salvador/BA - Brasil e em Dacar - Senegal. 2005. 420f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.
- LIMA,, C. Jovens em conflito com a lei: liberdade assistida e vidas interrompidas. Londrina: EDUEL, 2009.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Boletim- Vulnerabilidade Social e Juventude Negra. Salvador. 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. PNADc- IBGE. jan-fev-mar/2018. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set.-dez. 2002.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Significações do Corpo Negro. Tese Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo. 1998

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Jovens negros são as principais vítimas da violência no Brasil. Brasília, DF. 2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-jovens-negros-sao-as-principais-vitimas-da-violencia-brasil/>> Acesso em: 11 dez. 2016.

PEREIRA, J. À flor da pele: a juventude negra feminina na agenda de política de juventude do século XXI. Dissertação ao Programa de Pós-graduação em relações étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnologia, RIO DE JANEIRO, 2014.

REIS, V. Atucaiados pelo estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991- 2001. 247f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, p. 99-115, 2002.

SPOSITO, M. Estudo sobre juventude e educação. In: *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: ANPED. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5-6, 1997.

_____. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas /São Paulo: Ação Educativa, 2003

SOARES, Serguei. A Demografia da Cor: A Composição da População Brasileira de 1890 a 2007. In. THEODORO, Marcio (Org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. IPEA. Novembro de 2008.

SOARES, A. *Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA*. Belo Horizonte, 2009.

SPOSITO, M. Estudo sobre juventude e educação. In: *Juventude e Contemporaneidade*. São Paulo: ANPED. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5-6, 1997.

_____. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas /São Paulo: Ação Educativa, 2003

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil.

In: SCHWARCZ, LÍlian Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 245-318.

ZIMBWE, Thaís. THOMAS, C. (Orgs). ENJUNE – Encontro Nacional da Juventude Negra: Novas perspectivas na militância étnico-racial: Bahia: Relatório Final/Coordenação Nacional do ENJUNE, 2007.

Consider(ações) juvenis sobre o uso do celular em sala de aula: um estudo de caso a partir do ensino médio de Itacarambi-MG

Fabiana Lopes Corrêa¹

INTRODUÇÃO

Para os professores da Educação Básica a inserção de novas tecnologias da informação e comunicação na rotina escolar são um desafio a ser enfrentado, já que a escola parece descobrir lentamente como conciliar suas práticas pedagógicas convencionais, bem como os interesses dos professores, com as demandas dos jovens e as suas práticas típicas da sociedade informacional. A conexão com o mundo em tempo real a que os jovens têm acesso tende a ser compreendida enquanto uma ameaça à escola, uma vez que esta é reconhecida socialmente por deter o conhecimento legítimo e pode apresentar resistências em dividir este “lugar” com as tecnologias de informação.

O que nos interessa com a presente análise é compreender como as relações já estabelecidas entre os “jovens contemporâneos” e a “escola” se configuram. Em outros termos, o uso contínuo do celular dentro da escola modifica a dinâmica das relações escolares? Ao desenvolver a presente pesquisa, optamos por compreender as possíveis interpretações acerca da escola como instituição para, a partir daí, chegarmos aos sujeitos e as práticas cotidianas que contrapõem o aparato institucional. Interessa-nos ainda, identificar como se relacionam no espaço escolar, juventudes estudantis e usos do celular para comunicação e aprendizado. Para a construção deste artigo foram utilizados registros da inserção em campo realizada numa escola pública estadual em 2019, na cidade de Itacarambi, localizada ao norte do estado de Minas Gerais. Localizada à margem esquerda do rio

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU; c.lopesfabiana17@gmail.com; acesso lattes: <http://lattes.cnpq.br/1371004086917025>.

São Francisco, a referida cidade possui aproximadamente 18.153 habitantes, segundo dados dos IBGE. A juventude itacarambiense precisa lidar com os problemas comuns aos municípios do sertão norte mineiro, como a dificuldade de acesso a postos de trabalho qualificado e as dificuldades de acesso ao ensino superior, por exemplo. A escola onde as observações foram realizadas é a única a ofertar o Ensino Médio na cidade². Portanto, ao analisarmos os jovens itacarambienses estamos nos referindo a uma juventude urbana, que tem a sua trajetória escolar marcada por incertezas e inseguranças quanto à sua mobilidade social. Tais características influem na maneira com que estes jovens se relacionam com a escola e as expectativas que nutrem em relação à instituição.

Para nos auxiliar na compreensão da dinâmica local optamos, a princípio, pelo método etnográfico como base para um “insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo [...] mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto” (MAGNANI, 2002). Permanecemos no campo por um mês e a impossibilidade de realizar as observações por um período maior nos levou a adequar a pesquisa para um estudo de caso, que também nos permitiria um olhar atento à realidade capaz de identificar, descrever e refletir sobre as dinâmicas que permeiam o ambiente escolar. Os registros possíveis a partir da convivência com os estudantes, docentes e equipe pedagógica contribuíram para as problematizações cabíveis quanto à inserção do celular em sala de aula e a compreensão dos processos de constituição de “novos modos de ser e estar” no mundo a partir da apropriação da tecnologia, como descrevera Sibilía (2012). Cabe mencionar ainda que este trabalho é fragmento da monografia apresentada ao Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, ainda em 2019. As observações foram realizadas em sala, com as turmas do Ensino Médio, e durante as atividades de recreação e intervalo que eram os momentos em que os jovens se reuniam no pátio e nas demais dependências da escola.

(Re)configurações escolares: a instituição a partir das normas e práticas educacionais

Ao discorrer sobre a educação e a sua finalidade Durkheim (2011) analisa, dentre outras questões, a sugestão do psicólogo Guyau de que a ação educativa se assemelha à prática de hipnose. Diante desta sugestão, o sociólogo francês considera que, de fato, “o estado em que se encontra o sujeito hipnotizado se

2 O município possui três escolas estaduais, sendo que duas destas se localizam em comunidades rurais.

caracteriza excepcionalmente por sua passividade”, ao passo que o “intelecto fica quase que reduzido ao estado de tábula rasa, uma espécie de vazio é criado na consciência, e a vontade se encontra como que paralisada” (DURKHEIM, 2011, p. 68). Entretanto, o vazio criado na consciência a que Durkheim se refere nunca é completo, como admite o próprio autor. Logo, é preciso que um novo elemento entre em cena para que a “hipnose” se efetive. Esse novo elemento é a autoridade que o “magnetizador” deve tornar conhecida e, portanto legitimada entre os indivíduos “hipnotizados”. Assim, o educador precisa mobilizar posturas e fazer com precisão o manejo de seu próprio corpo, que envolve desde os gestos à tonalidade da fala, a fim de orquestrar a si mesmo para em consonância administrar o comportamento de seus alunos. É a “performance” do professor que garante a ordem em sala de aula, ao passo que uma postura vacilante levará o seu alunato à desobediência.

Tais efeitos se verificam, sobretudo, quando se trata do alunato infantil, uma vez que “a criança se encontra naturalmente em um estado de passividade comparável com aquele no qual o hipnotizado se encontra artificialmente mergulhado” tendo em vista que “sua consciência ainda não contém mais do que um pequeno número de representações capazes de lutar contra as que lhe são sugeridas, sua vontade ainda é rudimentar” (DURKHEIM, 2011, p. 69). Embora a alusão ao efeito da hipnose seja plausível para a compreensão dos efeitos da ação do educador sobre o alunato, há que se fazer algumas ressalvas quanto à defesa de Durkheim. O que o sociólogo sugere não se vincula ao emprego da força física, mas à composição de uma representação social sobre a figura do professor da qual emerge a autoridade docente. Sendo assim, alguns elementos são incontornáveis para que o professor possua o respaldo da sociedade para o exercício do seu ofício, como uma moral íntegra na vida social que suscita e reforça o respeito à figura do professor na vida em sociedade, para além das dimensões territoriais da escola.

Portanto, a primazia moral que orienta o ofício do professor, a partir de uma interpretação durkheimiana, pressupõe que este profissional respeite duas condições. Logo, o educador “deve primeiro ter determinação, pois a autoridade implica a confiança e a criança não confia em ninguém que hesite, tergiversar e volte atrás a respeito de suas decisões” (DURKHEIM, 2011, p. 72). Entretanto, a segunda orientação é ainda mais importante que é a necessidade de que “o professor sinta dentro de si a autoridade, cujo sentimento deve transmitir” (DURKHEIM, 2011, p. 72). O que orienta as considerações de Durkheim a respeito da educação é a necessidade de encontrar nos processos escolares explica-

ções sociais quanto ao funcionamento das instituições e a sua colaboração para a manutenção da coesão social, uma vez que, para ele a escola enquanto instituição corrobora para a ordem social, pois, “além de conseguir a inculcação dos valores e normas comuns à sociedade, consegue também a realização dos direitos civis e da justiça social” (EZPELETA & ROCKWELL, 1989, p. 12).

Nesse sentido, a educação teria por finalidade desenvolver nos estudantes estados físicos e normas morais legitimadas pela sociedade política em seu conjunto. Foi a partir dos tempos modernos que a escola tornou-se “um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos” como ressalta Philippe Ariès (*apud* SIBILIA, 2012, p. 17). Porém, ainda que atualmente a escola seja reconhecida enquanto instituição universal com legitimidade social para transferir conhecimentos, além de naturalizada em nossas relações, como já dito, é necessário admitir que

o regime escolar foi inventado algum tempo atrás em uma cultura bem definida, isto é, numa confluência espaço-temporal concreta e identificável, diríamos até que recente demais para ter se arraigado a ponto de se tornar inquestionável. De fato, essa instituição foi concebida com o objetivo de atender a um conjunto de demandas específicas do projeto histórico que a planejou e procurou pô-la em prática: a modernidade. (SIBILIA, 2012, p. 16).

Para que a escola e o seu arcabouço institucional alcançassem o objetivo de inculcar nos estudantes a obediência irrestrita, era necessário que os estudantes também estivessem dispostos a obedecerem as regras da instituição. De fato, era possível incutir os valores da moral vigente nos estudantes, pois, as relações familiares e sociais contribuía para que a escola tivesse a força de coerção enquanto instituição.

O que se verifica atualmente é que as transformações capitalistas, sobretudo as que dizem respeito às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) contribuía para as transformações também das relações familiares e sociais de modo a alterar o público escolar e a maneira com que este lida com a escola. O público das escolas mudou, mas a metodologia aos moldes do século XIX permaneceu, sobretudo, nas escolas públicas, em maior ou menor medida a depender do local, evidenciando que “há uma divergência de época: um desajuste coletivo entre os colégios e seus alunos na contemporaneidade” (SIBILIA,

2012, p. 14). Desse desajuste emergem “toda sorte de atritos, ruídos, transbordamentos e até enormes desastres. Trata-se, em suma, de organismos que não se ajustam tão harmoniosamente quanto costumava suceder algum tempo atrás” (SIBILIA, 2012, p. 13).

A instituição escolar atualmente precisa lidar não somente com o corpo discente, mas com as transformações sociais que os envolve fora do espaço escolar. Dentre os novos elementos que o advento das TIC inseriu nas relações juvenis, um em especial se apresenta como um desafio à instituição escolar – o celular. Isto porque o uso do celular não se restringe ao âmbito do lazer ou passatempo, mas adentra as relações cotidianas como um todo, inclusive as relações escolares. Ao utilizarem o celular na sala de aula os estudantes estão constituindo uma trama-própria de interrelações, resistindo aos processos de disciplinação que insistem em levá-los a transformar a impaciência que emerge da rotina monótona da sala de aula em hábito (DAYRELL, 2001).

É necessário compreender que em “cada escola interagem diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido”, como afirmam Ezpeleta & Rockwell (*apud* DAYREL, 2001, p.137). Ademais, se os estudantes na base das relações resistem às normas, é viável pensar que a instituição também opera visando conter a “rebeldia” e manter a ordem própria do espaço escolar, onde o uso do celular por vezes tende a ser compreendido enquanto um desrespeito. Entretanto, a coerção que a instituição exerce sobre os indivíduos não torna as relações estáticas. Ao contrário, apesar da rigidez institucional, os jovens que circulam o espaço escolar são capazes de refletir em maior ou menor medida sobre a estrutura que os cerca, além de se articularem em sala de aula, nos pátios, biblioteca, cantina e demais espaços onde se torna possível encontrar brechas na rotina que possibilitam aos estudantes “recriar os tempos e os espaços escolares” (LEÃO & CARMO, 2014, p. 35).

Ao admitirmos que os indivíduos dispõem de recursos para se articularem e resistirem às normas institucionais também admitimos que os múltiplos agentes que circulam pelo espaço escolar estão a todo instante fomentando um ambiente dinâmico de proximidades e convergências de interesse. Para tanto, faz-se necessário perceber a escola como um “espaço sociocultural”, tal como proposto por Dayrell (2001), concebendo o ambiente escolar enquanto “um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão”. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos sujeitos, como já

observara Durkheim e “cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposições de normas e estratégias individuais ou coletivas, de transgressão e de acordos” (DAYRELL, 2001, p. 137). O que Dayrell (2001) ressalta é a importância de reconhecermos nas práticas estudantis “um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar”, que evidenciam a escola como construção social e nos permite “compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura” (DAYRELL, 2001, p. 137).

O uso do celular em sala de aula: significações a partir de docentes e discentes

Admitir as várias possibilidades de uso do celular na escola nos leva à percepção de que “uma mesma linguagem pode expressar múltiplas falas” (DAYRELL, 2001, p. 142). Certamente, as novas tecnologias operam como uma linguagem. Sua apropriação e uso, a depender dos espaços em que estão inseridas, expressam manifestações de ordem simbólica que dizem respeito ao processo de significação do mundo construído socialmente pelos estudantes a partir de suas experiências vividas dentro e fora da escola.

Se podemos pensar no celular enquanto uma linguagem juvenil que adentra o ambiente escolar, é igualmente possível considerarmos as regras institucionais como uma linguagem escolar que vai ao encontro dos jovens. A confluência entre a norma da instituição e a lógica juvenil intensifica a dimensão da escola enquanto um espaço de disputas práticas e simbólicas. Aos professores, a disputa simbólica pode estar associada à necessidade de garantir a sua autoridade em sala, aos estudantes, por sua vez, a disputa simbólica através do celular pode estar relacionada à necessidade de atribuir à escola significações que se aproximem do mundo social em que estão inseridos, para além das relações escolares.

Se sob a ótica da prática docente é possível considerar o uso do celular como uma afronta às práticas escolares, sob a perspectiva dos estudantes, por sua vez, tornar-se possível aceitar o aparelho como um convite a uma (re) configuração da escola como espaço propício ao aprendizado que considere os estudantes em suas experiências sociais. Antes de discorrer sobre o uso do celular em sala de aula pelos estudantes é preciso compreender minimamente do que tratamos quando falamos em TIC.

Com maior precisão, é possível dizer que as Tecnologias de Informação e Comunicação surgiram em um contexto de crise no capitalismo a partir dos anos 1980. A revolução informacional se apresentou como um processo importante para a reestruturação do mercado ao incorporar ao modo de produção capitalista um novo modo de desenvolvimento (CASTELLS, 1999). O modo de produção capitalista em vigor sentia as tensões crescentes do industrialismo, ao passo que o informacionalismo se apresentou como possibilidade de mudança e reinvenção das relações econômicas. O que se tornou conhecido como “novo modo informacional de desenvolvimento” se difere do industrialismo ao identificar a sua fonte de produtividade na “tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 1999, p. 53). Dessa maneira, o novo sistema econômico e tecnológico inaugurado com a revolução informacional pode ser identificado como “capitalismo informacional” (CASTELLS, 1999, p. 53).

Por certo, a revolução da tecnologia da informação possibilitou a expansão de um novo sistema de comunicação, capaz de se adequar e propor uma língua universal digital, que fomenta a integração global de produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura “personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (CASTELLS, 1999, p. 53). Além das transformações econômicas que reconfiguraram as relações de trabalho, a sociedade informacional modificou atividades sociais ligadas à educação e ao entretenimento, ao passo que instaurou novas formas de sociabilidade, quais sejam aquelas que emergem da rede, nos termos de Castells (1999). O acesso à internet via computador foi um marco histórico, sobretudo porque as origens da internet estão ligadas ao contexto mundial da Guerra Fria. Entretanto, passado o conflito, essa “rede foi apropriada por indivíduos e grupos no mundo inteiro e com todos os tipos de objetivos, bem diferentes das preocupações de uma extinta Guerra Fria” (CASTELLS, 1999, p. 44).

Hoje é admissível falar em conexões em rede a partir de um vasto arsenal de artefatos denominados como tecnologias de informação e comunicação. Obviamente, as transformações de design e a expansão das funções das TIC não se dão ao acaso, mas a partir de interesses políticos e mercadológicos. Tal como observado por Winner (1980), os “artefatos tem política”³ e a aceitação dessa

3 A afirmação de que artefatos tem política diz respeito aos objetos que incorporam formas específicas de poder e autoridade. Ao considerarmos a política incorporada nos objetos reconhecemos “por trás dos dispositivos técnicos, as circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, emprego e uso” (WINNER, 1980, p. 2).

premissa nos possibilita uma vasta reflexão sobre os processos de transformação dos artefatos técnicos. Se o acesso à internet acontece restritamente no âmbito doméstico, é possível pensar em um modo específico de sociabilidade *online*, ao passo que se o acesso à internet acontece nos múltiplos espaços da vida social e cotidiana – como em transportes públicos ao fim do trabalho – outra forma de sociabilidade *online* é possível. Nisto consiste a política intrínseca aos artefatos, uma vez que a escolha de seu “desenho técnico”⁴ (FEENBERG, 2010, p. 88) propicia interações sociais específicas gerando novos “modos de ser e estar no mundo” (SIBILIA, 2012, p. 11).

Os novos modos de ser e estar no mundo oriundos da imersão na sociedade informal alcançam grupos sociais distintos de maneiras variáveis. Considerando a diversidade de grupos sociais envoltos pelas novas tecnologias no mundo do trabalho, nas relações familiares, econômicas e tantas outras, adotar a juventude enquanto grupo de interesse a partir de um recorte teórico que considere as relações estabelecidas no ambiente escolar é uma escolha que privilegia a compreensão dos usos de uma geração que surge na era informacional frente à outra geração que se adequa cotidianamente a essas transformações. Sendo assim, o acesso às TIC assume grande relevância entre os jovens, transformando a maneira com que lidam com seus semelhantes e com as instituições a que estão vinculados, como a escola.

Ao acompanhar as práticas culturais juvenis em uma escola periférica de São Paulo, o antropólogo Alexandre Barbosa Pereira (2015) se vale da afirmação de McLuhan (2005, *apud* PEREIRA, 2015, p. 96) de que as tecnologias são extensões do corpo humano para ressaltar que as novas tecnologias da informação não adentram a instituição escolar apenas fisicamente, através da inserção de equipamentos tecnológicos como *smartphones* e *tablets*. Como extensões do corpo humano e, portanto, continuidades do corpo e dos sentidos humanos, as tecnologias estariam na escola através dos alunos que as incorporam mesmo que estes estivessem sem os seus aparelhos, pois a experiência da interação dos estudantes com a tecnologia favorece a transformação de comportamentos e percepções do mundo, além das capacidades cognitivas e sensoriais. Isso nos sugere que a regularidade com que os jovens manipulam o celular (e outras tecnologias) no seu dia a dia potencializa a construção de um novo *habitus* (BOURDIEU, 1989) entre os membros desse grupo social, ao passo que a maneira como os jovens

4 O que Feenberg define como código técnico está relacionado à mediação do processo de produção do objeto. A produção dos objetos técnicos abarca códigos sociais estabelecidos pelas lutas culturais e políticas que definem o horizonte cultural sob o qual a tecnologia atuará.

se relacionam com as estruturas sociais se modifica à medida que suas práticas cotidianas são transformadas.

Assim, o uso do celular nas dependências escolares é resultado de um processo de aprendizado que se inicia fora da escola, a partir de práticas comuns aos jovens repetidas por tempo suficiente para se tornarem familiar à rotina. A inserção juvenil na sociedade informacional é tamanha que possibilita, vinculada à praticidade das TIC, o reordenamento das práticas juvenis no exercício ordinário do cotidiano escolar, como a simples apresentação de um trabalho. Durante a inserção em campo, presenciamos a apresentação de um trabalho em grupo no 3º ano B.

Os alunos que apresentariam o trabalho se organizaram um ao lado do outro, na frente da sala, voltados para os colegas que assistiam a apresentação. Apenas uma moça, membro do grupo, utilizou um cartaz para auxiliar sua exposição e desenvolveu uma fala mais desprendida. Os outros estudantes organizaram sua apresentação no aparelho celular, de onde leram todo o conteúdo apresentado. Embora não tenhamos identificado se o recurso utilizado pelos estudantes era uma plataforma online ou um documento de texto (word ou pdf), o celular foi o aporte necessário para a consulta ao conteúdo apresentado à turma. (Diário de campo)

Comumente, alguns professores da escola analisada, sobretudo os mais experientes, encaram tal prática como preguiçosa. No entanto, ainda que o celular substitua as anotações feitas à mão no caderno e, em consequência, diminua a prática da escrita, não se pode considerar que o uso do celular como recurso para as atividades escolares é ingênuo ou descomprometido. O que observamos enquanto os estudantes se organizavam para a apresentação do trabalho foi que, ainda que a consulta ao conteúdo ministrado em sala aconteça na *rede*, os estudantes precisam refletir coletivamente sobre o conteúdo acessado. Antes de iniciarem a exposição do conteúdo, os jovens estudantes compartilharam entre si sites educativos, referências bibliográficas disponibilizadas na web dentre outros elementos que potencializaram a sociabilidade e a construção de um conhecimento coletivo.

Portanto, o que se apresenta em sala de aula com o manuseio do celular pelos estudantes não é a rejeição ao espaço escolar, mas a possibilidade de construção de novos modos de se fazer a escola. Não desconsideramos que os estudantes se valham do celular como fuga da rotina escolar acessando, através do aparelho, aplicativos que não dialogam com os conteúdos escolares. Entretanto, não se pode

dizer que o uso do celular em sala é sempre descolado das propostas pedagógicas, já que o aparelho é acionado pelos estudantes enquanto facilitador do cumprimento das obrigações escolares quando convém. Entretanto, para alguns professores (sobretudo os mais experientes) compreender a maneira como os estudantes se relacionam com o aparelho celular e a instituição pode ser um grande desafio. Isto porque as representações sociais dos professores em relação à escola se constituíram de maneiras e em contextos diferentes dos que os estudantes estão inseridos. Em campo, percebemos o quanto o aspecto geracional ganha relevância para a produção de sentido dos usos que os estudantes fazem dos celulares, pois

durante algumas observações em sala, encontramos com uma professora de Geografia que deve possuir pouco mais que 50 anos. O uso do celular pelos estudantes lhe causava grande incômodo, de modo que o aparelho sempre era responsabilizado pela desordem da sala. As carteiras fora do lugar, os estudantes com fones de ouvido, o aparente desinteresse pela aula era retratado pela professora como características de uma geração irresponsável que possui “tudo de maneira muito fácil” (nos termos da referida professora) e que não aprendeu o que significa dedicar horas de estudo na biblioteca, pois “a internet lhes dá tudo na mão”. (Diário de campo)

O que parece um pesadelo para os profissionais da educação formados no período cívico-militar, se constitui como elemento norteador para aqueles que objetivam compreender as novas formas de sociabilidade estabelecidas em rede. Ao se conectarem e produzirem novos conteúdos ou acessarem conteúdos de terceiros, os estudantes se inserem num sistema “que estimula as relações, os compartilhamentos e as trocas entre os internautas, isto é, um sistema que incita a colaboração de quem quer que esteja disponível para entrar em interação com outros por intermédio da plataforma” (SANTOS & CIPRIANO, 2014, p.64) ao invés de fazer um uso improdutivo, como creem alguns professores “desconectados”.

Na literatura da Sociologia da Educação, analisa-se muito a relevância da escola incorporar em suas práticas pedagógicas as necessidades de uma juventude em processo de ciborguização⁵, ou ainda, da compreensão das dimensões da vida *online* dos estudantes. Juarez Dayrell (2001) ao se voltar para a juventude na

5 O termo ciborguização utilizado por Sales (2014) se refere à incorporação das tecnologias digitais em nossos modos de vida, em nossas práticas cotidianas, em nossas condutas, em nossas formas de pensar e agir na vida. Trata-se da aplicação do conceito “ciborgue” abordado por Donna Haraway (2009).

escola ressalta a importância das instituições escolares reconhecerem o seu grupo de estudantes a partir das experiências sociais cotidianas vividas fora da escola. É importante que a escola consiga romper com a perspectiva de uma instituição de ensino fechada em seus muros para dialogar de maneira ampliada com o seu público e com a comunidade onde está inserida. Cabe ressaltar que os muros da escola possuem uma dimensão política, como toda a arquitetura escolar. A princípio, os muros parecem garantir a segurança de quem se encontra no interior da escola, mas terminam por demarcar a “passagem entre duas realidades: o mundo da escola e o mundo da rua” (DAYRELL, 2001, p. 147).

Com o uso do celular, os estudantes subvertem a lógica da separação entre a realidade escolar e realidade do cotidiano, pois parte dos registros de suas vivências e as suas expressões juvenis se encontram compactadas no aparelho. Logo, não podemos nos referir ao mundo virtual como um universo paralelo de realidades planejadas e, por isso, inexistente no contexto real. O espaço virtual é real à medida que reproduz situações do cotidiano, ao passo que “as pessoas que encontramos online não são virtuais” (KOZINETS, 2014, p. 21), mas pessoas reais debatendo, opinando, trocando experiências, se entretendo com práticas do mundo real em espaços virtuais. As dissidências ocasionadas no ambiente escolar em função da presença do celular alteram os discursos institucionais acerca da tecnologia. É por isso que ora as tecnologias se apresentam como instrumento para a superação do atraso temporal da instituição escolar; ora são culpabilizadas pelos problemas escolares como a desordem e o aparente descomprometimento dos estudantes com a rotina escolar, sobretudo nas escolas públicas. Por isso, para além do otimismo, é possível encontrar entre os educadores aqueles que, não menos deterministas, acusam as tecnologias pelo declínio do sistema de ensino. Há ainda, entre os profissionais que atuam na educação, aqueles que relegam a neutralidade aos artefatos técnicos de toda ordem.

Se o uso do celular em sala provoca o debate e a elucidação de questionamentos quanto à sua pertinência dentro da escola é porque ele possibilita que as dinâmicas das relações escolares sejam repensadas, desafiando a escola a deslocar “seu eixo central para o aluno” (DAYRELL, 2001, p. 146), acolhendo suas demandas. Além disso, o uso do celular em sala tensiona, provoca a lógica instrumental construída historicamente nas instituições de ensino que reduz a “compreensão da educação e de seus processos a uma forma de instrução centrada na transmissão de informações” (DAYRELL, 2001, p. 140) reduzindo os sujeitos a alunos e considerando o conhecimento enquanto produto. Tal lógica assegura a “homogeneidade de conteúdos, ritmos e estratégias, e não a diversida-

de” (DAYRELL, 2001, p. 140). O celular em sala de aula se apresenta enquanto um artefato em disputa, com significações distintas entre docentes e discentes.

Ora, é preciso considerar que “na medida em que grupos atribuem diferentes significados a um mesmo artefato, sua construção supõe um exercício de negociações entre esses mesmos grupos” (BENAKOUCHE, 1999, p. 12). Assim, o desenrolar do conflito em sala de aula em decorrência da presença do celular também está relacionado à abertura ao diálogo, à negociação, por parte dos docentes e estudantes. Contudo, é importante destacar que o celular não se encaixa nos aparelhos desejáveis para o incremento da prática pedagógica como o *data show*, *notebook*, painel digital e outros. Ao contrário, é identificado por muitos gestores educacionais como meio de acesso ao uso improdutivo da rede, como dito anteriormente, gerando divergências entre os professores que acolhem e aqueles que reprimem o uso de celular na escola. Entende-se a escola enquanto cenário de disputas, que assume as dimensões de um espaço simbólico no qual o embate entre os agentes busca determinar, validar e legitimar representações pactuando com a análise do conceito de campo teorizado por Bourdieu (1989).

Desse modo, as disputas que envolvem o uso do celular em sala de aula não estão associadas à construção a partir da sociedade, mas ao seu uso. Trata-se do objeto colocado em disputa socialmente. Ao contrário das orientações deterministas que se vinculam à defesa de que a própria técnica é, em si mesma, produtora de impactos sociais positivos ou negativos (BENAKOUCHE, 1999, p. 12) o construtivismo social ressalta a agência dos indivíduos que a partir do campo (BOURDIEU, 1989) estabelecem disputas simbólicas quanto ao uso e aplicação da técnica. Ao adotar a escola pública enquanto unidade de análise não objetivamos defesas quanto ao uso correto ou não das técnicas pelos estudantes, mas uma análise que privilegie a ação dos indivíduos frente às estruturas sociais, o que implica o reconhecimento das táticas adotadas pelo grupo de estudantes que driblam as regras escolares. Além disso, a escola pública deve ser reconhecida como espaço por excelência de “inclusão digital e de acúmulo e manutenção de capital tecnológico informacional” (LEAL; PEQUENO; FERNANDES; 2014, p. 253), uma vez que é a escola pública que favorece o encontro de jovens situados em estratos sociais distintos e, por conseguinte, com experiências de vida diferenciadas.

Portanto, ao considerar o celular enquanto objeto em disputa pelos agentes sociais ressalta-se que “assim é que numa tecnologia dada, do seu planejamento a seu uso, estaria sujeito a variáveis sociais e, portanto, estaria aberto à análise sociológica” (BENAKOUCHE, 1999, p. 12). A partir da interação entre o lado livre e permissivo da iniciativa discente, e os mecanismos pedagógicos de controle

docente, é que a própria vida cotidiana da escola se cumpre como uma realidade social e culturalmente existente, e não apenas pedagógica e formalmente pensada (BRANDÃO, 2007, p.151). Dos estudantes emergem astúcias e estratégias que reagem à norma, ressignificam e recriam os espaços e tempos escolares em que se inserem e que, paulatinamente constroem novas maneiras de ser e estar na escola e de pensar a educação. Por certo, estudar a dinâmica escolar e os processos educacionais a partir dos usos do celular em sala de aula é admitir as artimanhas e negociações entre os sujeitos que também constroem a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São vários os apontamentos pertinentes no campo das Ciências Sociais acerca dos processos educacionais e da maneira como as juventudes e as novas tecnologias da informação se relacionam no ambiente escolar. Ao longo desta pesquisa buscamos compreender como se configura a dinâmica escolar com a presença do celular em sala de aula e nas demais dependências da escola. Buscamos ainda, compreender a escola a partir do arcabouço institucional e também dos sujeitos.

Para alguns profissionais da educação, o bom professor ainda é aquele capaz de manipular bem o seu corpo, a fim de evidenciar sua autoridade, para obter a obediência de seus alunos e, assim, garantir a ordem no espaço escolar. No contexto da escola pública, a tentativa de manutenção de uma instituição rígida em suas normas, bem como a prática docente distante dos interesses e realidade dos estudantes encontra resistência para se efetivar. Os jovens contemporâneos dispõem de recursos que evidenciam a potencialidade de articulação e reação deste grupo social frente às estruturas. Assim, ao nos perguntarmos se o uso do celular em sala de aula modifica a dinâmica das relações sociais podemos inferir que as relações escolares assumem outra dinamicidade a partir do uso que os estudantes fazem do celular em sala de aula, considerando a realidade observada. Dessa forma, o uso do celular em sala de aula pode ser compreendido enquanto manifestação simbólica de uma das múltiplas formas de ser jovem, que é acionar usos e significados específicos a aparatos de domínio comum. Ao nos voltarmos para as TIC, visamos compreender a tecnologia a partir de uma co-construção, entre os sujeitos e os artefatos, que se estabelece no jogo das relações sociotécnicas.

Considerar os usos que estudantes fazem do celular em sala de aula é destacar a possibilidade de se pensar novas formas de se conceber a escola como espaço privilegiado para o encontro com o outro e a descoberta de novas formas de aprendizagem. Ao levar as práticas diversas do cotidiano para a sala de aula, os

jovens reivindicam que, de alguma maneira, a escola os considere enquanto sujeitos socioculturais, com trajetórias que merecem ser consideradas nos espaços de sua formação, sendo corresponsáveis também por esta formação. Admitir e dar relevo às práticas juvenis no interior da escola é uma dimensão necessária para a instituição, na medida em que se reconhece nos sujeitos novas formas de organização social. Por fim, faz-se necessário pensar as juventudes da escola pública a partir de seus protagonismos. Nos estudantes e suas práticas é que se pode achar a significação coerente daquilo que almejamos como escola pública, gratuita e de qualidade que se comunica significativamente e fará sentido para seus estudantes.

REFERÊNCIAS

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. Cadernos de Pesquisa do PPGSP, v. 1, n. 17, set. 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. v.I, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. (Trad. Stephania Matousek) Petrópolis: Vozes. 2011.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo: Cortez, 1989.

FEENBERG, Andrew. “Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia”. In: NEDER, Ricardo T. (Org.). Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/Ciclo de Conferências Andrew Feenberg, 2010.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 37-129.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itacarambi/panorama>. Acesso em 05 de dez. de 2019.

KOZINETS, Robert. V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEAL, S. A. G.; PEQUENO, Wagner ; FERNANDES, Marcos . Da Sala de Aula às Redes Virtuais: Usos da TICs Entre Jovens do Ensino Médio no Distrito Federal. In: WELLER, Wívia; FERREIRA, Cristhian Spíndola; BENTO, André Lúcio. (Org.). *Juventude e Ensino Médio no Distrito Federal: percepção de professores, gestores e estudantes*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, v. 1, p. 249-281.

LEÃO, Geraldo; CARMO, Helen Cristina do. Os jovens e a escola. CORREA, Maria Licínia; ALVES (Org.). In: *Cadernos temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PEREIRA, A. B. Escritas dissonantes: escolarização, letramentos, novas tecnologias e práticas culturais juvenis. *Horizontes antropológicos*. [online]. 2015, vol.21, n.44, pp.81-107.

SALES, Shirlei Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez, CARRANO, Paulo, MAIA, Carla Linhares (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2014. p.229-248.

SANTOS. Francisco Coelho dos; CYPRIANO. Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2014. vol. 29. n.85. p. 63-78.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP, São Paulo*, n. 57, p. 210-226, mar. /maio 2003.

WINNER, Langdon. Do Artifacts Have Politics? *Daedalus*, v. 109, n. 1, pp. 121-136, winter, 1980.

Os processos condenatórios a adolescentes e jovens considerados em conflito com a lei a partir das sentenças emitidas pelo TJRJ¹

Joana D'Arc Fernandes Ferraz²

Carla Manguiera Gonçalves Machado³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de uma análise documental, este artigo tem como objetivo compreender a construção dos processos condenatórios em casos envolvendo adolescentes considerados em conflito com a lei. Para isto, foram estudadas vinte sentenças emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), referentes a diversas tipologias infracionais a serem posteriormente pormenorizadas, nos quais ganham atenção os argumentos empreendidos pelos juízes responsáveis pelas peças; pelos policiais militares, principais testemunhas em boa parte dos casos; pelos adolescentes envolvidos, suas famílias e possíveis terceiros, enquanto moradores locais.

Os primeiros exames apontaram para uma dissonância discursiva entre os sujeitos presentes nas ações. De um lado, as testemunhas que, presentes nas atuações, determinavam aos adolescentes a condição de infratores, excedendo o

1 A primeira versão deste artigo foi apresentada no 44º Encontro Anual da ANPOCS; GT 47 – “Violência, punição e controle social: perspectivas de pesquisa e de análise”. Este artigo é o resultado das discussões e sugestões ocorridas neste evento.

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais (GSO) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Subjetividade, Memória e Violência do Estado”, certificado pelo CNPq, e do Laboratório de Agenciamentos Cotidianos e Experiências (LACE). E-mail: joanaferraz@id.uff.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7461074173452047>.

3 Doutoranda em Ciências Humanas (Sociologia) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA UFRJ). Mestre em Sociologia (PPGS UFF). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU UFRJ). E-mail: carlamgmachado@ufrj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0657524784611273>

curso da ação julgada. Do outro, as que por possuírem laços familiares e um convívio rotineiro, faziam o movimento inverso, defendendo não apenas o sujeito adolescente, mas o seu caráter, invalidado pelas acusações postas em audiência. Assim, devido a uma necessidade de compreender os motivos objetivos e subjetivos das ações presentes nos documentos, foi posto como ponto de partida a análise desses discursos à luz de marcos teóricos importantes que ajudam a compreender as relações de poder e como elas influenciam as decisões judiciais, tendendo para a manutenção de um ordenamento.

O olhar sobre os discursos proferidos por estas sentenças, para além de remeter às formas instituídas e instituintes da verdade, aos modos singulares de construção da culpa e do castigo impostos aos pobres, negros e periféricos, remetem à construção, produção e criação de um sistema de justiça que ultrapassa os próprios trâmites da lei. À punição como um dispositivo de controle, enfatizada por Foucault (2006; 2013; 2014), acrescenta-se um modo singular de operação do Estado, dirimindo todas as diferenças e as singularidades. Quando estas são abolidas, quando a lei institui um olhar congelado sobre a vida social, quando a coletividade passa a ser objeto de controle do Estado, ou seja, quando o sistema de justiça imprime sobre todos os corpos um modo único, normatizado de ação, esta operação ultrapassa o limite do Judiciário.

Dessa forma, este artigo se divide em alguns momentos: primeiro, a apresentação detalhada do objeto e da metodologia elencada para sua análise, aprofundando alguns conceitos e evidenciando os números levantados a partir do conjunto documental; segundo, uma análise dos discursos proferidos, dos enunciados da Justiça, sobretudo, pelos adolescentes, policiais militares e familiares, moradores locais, de modo a compreender como as relações e argumentos se estabelecem a partir do poder, possibilitando um debate ampliado a respeito das sentenças, a partir dos conceitos propostos por Foucault (2006; 2010; 2013; 2014); Misse (2010); Tarde (2004); Douglas (2014), dentre outros.

OBJETO E METODOLOGIA

Este breve estudo é um recorte da pesquisa intitulada “Vozes que condenam: um estudo sobre juventude e Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro”, cujo objetivo fundamenta-se na análise de vinte (20) sentenças emitidas pelo TJRJ contra adolescentes considerados em conflito com a lei⁴, emitidas

entre os anos de 2012 e 2018. Não se trata de um conjunto representativo, contudo, o estudo tem por objetivo o levantamento de hipóteses para se pensar a relação existente entre juventude, infrações e Sistema de Justiça. Para o debate que se estabelece, propõe-se uma breve exposição dos casos até então estudados, alinhando-os ao debate teórico estabelecido, que se propõe a partir de Foucault (2006; 2010; 2013; 2014), perpassando outros autores igualmente importantes, a serem destacados ao longo desta exposição.

Devido ao contexto pandêmico e a necessidade de alterar as bases de pesquisa para que pudesse ser desenvolvido, o conjunto estudado foi construído a partir de um levantamento *online*, mediante o amparo da Lei de Acesso a Informação (nº 12.527/11). A primeira versão deste material possuía em torno de quarenta (40) sentenças, entre as vinculadas em Varas Criminais e Varas da Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro. O segundo processo de observação dos documentos realizou esta separação entre os casos, chegando a vinte (20) sentenças estudadas, cujos atores principais eram adolescentes autuados por atos infracionais.

Para que a seleção de sentenças possuísse um limiar analítico, foram elencadas algumas categorias. A primeira delas correspondia ao território: todos os processos deveriam estar lotados em comarcas do estado do Rio de Janeiro – essa heterogeneidade de territórios se deu por conta da imprevisibilidade das sentenças encontradas. Com base nisto, demonstrou-se uma prevalência de casos lotados na Região Metropolitana, que correspondiam a seis (06) casos e nas Zonas Norte e Central da cidade do Rio de Janeiro (06 casos). Nos demais, lotados em comarcas fora da capital, predominaram as regiões sul/sudeste (05)⁵; região dos lagos, norte fluminense e região serrana do estado (03).

Na segunda categoria, das tipologias infracionais que originavam o processo, houve uma preponderância dos casos de tráfico de drogas (10), especialmente na Região Metropolitana, Zona Norte e Central da cidade do Rio de Janeiro (05 dos casos de tráfico). Os demais versavam a respeito de execução de medida socioeducativa⁶ (04); homicídio qualificado (03); receptação e/ou roubo majorado (01); motim e/ou lesão corporal (01); suspensão por óbito (01). Destes casos, 07

5 Os números entre parênteses representam a quantidade de sentenças elencadas por categoria analítica.

6 A execução de medida socioeducativa diz respeito à revisão semestral da sentença, promovida pela Vara da Infância e Juventude (VIJ), para que sejam avaliadas as condições do cumprimento e possibilidades de manutenção ou alteração da medida. E, sobre a execução, é importante frisar que, do percentual citado, todos os casos foram arquivados pela Justiça.

culminaram em internações em unidades socioeducativas; liberdade assistida (05); extinção e/ou arquivamento do processo (05); aplicação cumulativa de liberdade assistida com prestação de serviços à comunidade (01); reavaliação com manutenção da medida de internação (01); liberdade por ausência de provas (01).

Os casos de tráfico de drogas, correspondentes à metade das decisões⁷, igualmente possuem dados importantes para análise. Dos ilícitos comercializados, houve uma prevalência de maconha (03) e cocaína (02), sendo que, em sua maior parte, ambas eram subscritas em conjunto; em metade das sentenças de tráfico não havia quaisquer informações a respeito de substâncias ilícitas. Quantitativamente, a maioria dos casos falava em menos de 100g de entorpecentes; em apenas 02 decisões judiciais havia o registro de um quantitativo maior que 100g.

Das medidas socioeducativas elegidas e aplicadas aos adolescentes, observou-se que 08 dos casos eram relacionados à internação em unidade de socioeducação; liberdade assistida (05), sendo um caso relativo à cumulação com prestação de serviços à comunidade; extinção por idade (05); prestação de serviços à comunidade (01); semiliberdade (01); improcedência e liberação (01). Especialmente nos casos de internação, observou-se que sua aplicação em situações específicas não era condescendente com o que está exposto na Lei nº 8.069/90, que atribui a medida somente em casos de violência ou grave ameaça à pessoa; reiteração de ação; descumprimento de medida anterior.

Sobre isto, o ECA determina as medidas socioeducativas mediante a gravidade da ação, julgada pelos juízes, e o documento dispõe de seis possibilidades: advertência; reparo ao dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação em unidade de socioeducação, que corresponde à medida mais severa a ser aplicada pelo Juízo. Contudo, as sentenças demonstraram, sobretudo as correspondentes ao tráfico de drogas, uma postura diferenciada do TJRJ. Nestas, alegam que, nos casos de tráfico, por se tratarem de infrações moralmente gravosas, a aplicação da medida de internação poderia ser assim feita, com o intuito de *afastar o adolescente da marginalidade*.

A partir do que é debatido por Imbusch (2003), entende-se que “a semântica do conceito de violência tem mudado a todo tempo, e o conceito sobrepõe-se a uma menor ou maior extensão com uma gama de conceitos similares e relacionados” (p. 15 [tradução nossa]). Assim, compreendendo o processo etimológico do conceito, bem como a necessidade de se analisar o tipo de violência de que se está

⁷ Embora os documentos do TJRJ tenham “Sentença” como título mor, neste estudo, alguns sinônimos serão acionados, como decisões; decisões judiciais; processos condenatórios.

falando, o autor coloca algumas questões que auxiliam nessa compreensão: quem exerce a violência? O que acontece quando ela é exercida? Como? Por que ela é direcionada? Quais razões, objetivos e justificativas para o exercício da violência?

Estamos, portanto, lidando aqui com a função reguladora da violência, exercida pelos serviços de segurança do estado (polícia, serviços secretos) ou organizações do estado (por exemplo, os militares). Suas intervenções físicas e coercitivas devem ser consideradas como violência, mesmo que, em princípio, a polícia goze de um bônus de legitimidade sobre seus oponentes quando empregam a violência no contexto constitucional-democrático. São os critérios de legalidade / ilegalidade e legitimidade / ilegitimidade que fazem a violência institucional parecer relativamente não problemática ou injusta - embora combinações muito contraditórias e pouco claras sejam possíveis". (IMBUSCH, 2003, p. 24, [tradução nossa]).

Tendo isto em vista, e compreendendo a multiplicidade conceitual, de que violência se está falando? Neste trabalho, analisando os processos discursivos do Sistema de Justiça e de policiais militares, bem como as suas implicações no processo de sujeição criminal, fala-se do que Imbusch (2003) denomina como *institucional violence*. Para o autor, configura-se enquanto um tipo de violência direcionada, que não se relaciona com uma modalidade ou comportamento social específicos, mas é centralizada em relações de dependência e submissão (p. 23). São instituições que possuem o monopólio legítimo da violência e que estabelecem suas ações por meio do binômio legalidade/ilegalidade, legitimidade/ilegitimidade.

Os enunciados do Sistema de Justiça

É certo que as diferentes posições nas esferas de poder significam diferentes formas de se compreender e verbalizar a *economia dos discursos da verdade*⁸. Esses sujeitos, esses adolescentes, bem como seus territórios e também suas famílias, passariam despercebidos no meio social se não fossem transpassados pelo poder. Em concordância com Foucault (2006), as narrativas dos fatos como eles realmente ocorreram se perde, uma vez que esse embate entre dimensões díspares condiciona aquilo que será dito e julgado. Há uma disputa pela *verdade*, condicionada pelo poder que ampara os indivíduos. As suas existências passam a ser

8 Posteriormente, o termo será referido apenas como verdade.

submetidas ao que foi verbalizado, sendo o discurso prevalente aquele que, em certa medida, atende aos interesses das instâncias de poder.

Nessas relações e, de certa forma, nesses embates, são perceptíveis as formas como os discursos são colocados pelos seus agentes. A fala dos adolescentes, por exemplo, perpassam dois caminhos: primeiro, há aqueles que assumem a participação nas infrações, porém, sinalizam outras situações do meio social em que vivem que se diferenciam das falas e argumentos policiais; segundo, há os adolescentes que alegam suas inocências, por meio da reconstituição da sua rotina cotidiana até o momento da apreensão, evidenciando possíveis abusos policiais, flagrantes forjados e outras atuações vinculadas à ação da Polícia Militar.

A análise do conceito de *verdade* ante os casos de adolescente que foram julgados pelo TJRJ remeteram a uma questão principal: se a *verdade* não é vista inteiramente em um julgamento, uma vez que as provas testemunhais são muitas e trazem óticas diferenciadas sobre um mesmo fato, a partir dos seus lugares de poder, o que a constrói? Quem? E de que maneira essa construção é validada socialmente? Foucault (2013, p. 21) já argumentara que as práticas judiciárias eram uma forma social de construção de saber e de uma subjetividade constituída a partir deste, que se afina, conseqüentemente, à relação entre o homem e a verdade. A construção do saber, que supostamente se atrela ao indivíduo, é condicionante de outras categorias igualmente importantes na apuração dos fatos: fala-se do sujeito adolescente, mas também do local em que habita e das sociabilidades construídas. O discurso interpelado é moralmente posto, tendo em vista uma visão desses lugares que se estabelece a partir da própria ideia de marginalização do urbano.

A questão da moralização em torno do território, que se interpõe neste processo de decifrar a *verdade* e se ela está posta, pode ser vista em uma sentença de associação ao tráfico de drogas, por exemplo. Um dos moradores do bairro em que residia o adolescente figurou como testemunha e, diferente do que havia sido dito pelos policiais militares, ele afirmou que na rua em que morava não havia tráfico de drogas. Ao invés dessa afirmação se tornar uma questão a ser analisada ante a dualidade dos discursos testemunhais, dado que os policiais afirmaram veementemente a existência de comércio ilegal, o relato do morador foi rotulado, na sentença, como *totalmente distorcido da realidade*. A defesa do território, quando feita pelo morador, foi moralmente atribuída pelo juízo como distorcida porque, socialmente, não se tem uma visão pacífica daquilo que é colocado como periférico. O periférico, por sua vez, esteve sempre atrelado ao *mundo do crime* (FELTRAN, 2008).

Neste caso específico, além deste morador, estavam como testemunhas apenas os policiais militares presentes na apreensão do adolescente. Este último, em

interrogatório, afirmou que estava com uma arma de fogo no momento da abordagem policial, mas que a droga que era filiada à figura dele não lhe pertencia, afirmando a realização de um flagrante forjado pelos policiais. O adolescente alegou que nunca havia feito parte do comércio de ilícitos e que a arma havia sido dada pelos *meninos de lá*, porque estava sendo ameaçado por um terceiro, que achava que o adolescente pertencia a uma facção rival.

Esses fatos narrados pelo adolescente, da mesma forma como ocorrera com o morador depoente, foram interpretados no processo como *contraditórios*. A possibilidade de flagrante forjado citada sequer fora mencionada pelo juízo na sentença final. Em contrapartida, o testemunho policial afirmava ter visto o adolescente no portão de casa, tendo iniciado uma perseguição⁹ onde outros se dispersaram; uma vez abordado em um jardim, encontraram uma sacola com drogas pendurada em uma roseira. A partir do conteúdo expresso na Súmula n°70 do TJRJ, que assinala que a presença somente do depoimento dos policiais pode ser a base para as decisões judiciais, a fala testemunhal dos policiais foi acatada pelo juízo como verdade do caso. Essa justificativa sumular foi utilizada diversas vezes para validar a construção testemunhal dos policiais, em detrimento de outros, como de familiares, facilitando a aplicação de medidas socioeducativas mais gravosas; afinal, de acordo com os policiais, os adolescentes são, na verdade, *perigosos bandidos que precisam ser detidos*, e seu encarceramento significa um retorno ao ordenamento social¹⁰. Assim,

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder (FOUCAULT, 2013, p. 79).

As exigências seletivas dos juízes no que se referem às provas é outra questão a ser vista em relação às sentenças em tela. O testemunho do policial é entendido, na maioria dos processos, como suficiente para demonstrar a culpabilidade do adolescente, desacreditando quaisquer outras provas testemunhais – em sua maioria, familiares próximos aos adolescentes. Logo, assim como expunha Tarde (2004),

9 A maioria dos relatos dos policiais possui uma dimensão de *perseguição e corrida contra o crime*, onde, ao final, o suposto *criminoso* é detido e a *justiça* triunfa. Esse tipo de depoimento, em sua dimensão estrutural, repete-se costumeiramente ao longo das decisões judiciais estudadas.

10 Essa ideia de encarceramento, ordenamento e limpeza social será abordada posteriormente, a partir do trabalho de Douglas (2014).

“as engrenagens da máquina judicial ajustam-se cada vez mais umas às outras”; esse ajuste torna-se emblemático nas sentenças. Assim, no processo de estabelecer sua inocência, além de recontarem suas histórias, que se confundem com as narrativas do próprio território e com a de outros sujeitos, os adolescentes acionam esses vínculos familiares como um meio de atestarem seu *bom comportamento*.

Outro adolescente, em sua audiência de instrução, após ter sido preventivamente internado em uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), ao ser acusado de participar do comércio ilegal local, procedeu dessa forma. Em seu depoimento, disse que havia ido até a casa da tia para ajudá-la e que foi abordado por policiais quando saiu para comprar um lanche na rua. Ao descer, encontrou com outros sujeitos, que, estes sim, participavam ativamente do comércio ilegal local, e ali ficou para conversar. Um deles era maior de idade e estava em posse de drogas. Relatou que os policiais chegaram ao local atirando, dispersando todos que estavam na rua. O adolescente foi preso por um dos policiais, que disse que havia com o jovem um rádio transmissor, um *radinho*.

A tia do adolescente, em depoimento, tratou de destacar o adolescente como um *bom menino*, *obediente*, *com presença escolar regular*, como um meio de atestar sua inocência. Recorrera a diversos elementos da sua vida privada como meio de afirmar a existência de um caráter aprovado, que não condiz com a ideia de bandido defendida pelos policiais. Sua prima, residente na casa em que estava pouco antes da abordagem policial, sentiu medo de depor, devido à presença de policiais. O adolescente confessou que, antes de dar seu depoimento na sede do Ministério Público (MPRJ), foi ameaçado pelos policiais militares com uma *arma na cabeça*, sendo coagido a mentir com relação à sua participação no tráfico. Somente quando estava já internado no DEGASE, em uma visita da tia, conseguiu relatar o ocorrido.

Os relatos dos adolescentes revelam as dimensões das suas formas de sociabilidade e das suas relações com o território em que ocupam. Esses desdobramentos a partir da dimensão do tráfico criam “um precedente para a composição de um complexo de condutas incrimináveis que atravessam a organização desse mercado” (GRILLO, 2013, p. 10), extrapolando as tipologias infracionais ligadas a essa organização, alcançando outras esferas e outros sujeitos. Essa dimensão que condiciona os indivíduos de determinados territórios como *potencialmente perigosos*, para além da demarcação dos ilegalismos, é o que Misse (2010) conceitua como processo de sujeição criminal.

Com relação ao exposto nos depoimentos dos policiais militares, os discursos seguem em uma linha oposta. Enquanto os adolescentes buscam o fundamento

dos seus discursos em suas formas de sociabilidade, como uma forma de reconhecimento e de eximirem-se de uma possível culpa, os policiais buscam nessa mesma sociabilidade os meios de acusação e incriminação desses sujeitos. Logo, a maior parte dos depoimentos fundamenta-se em uma constante criminalização do território, colocando-o como alvo constante de *operações de rotina*, por ser um *local [é] conhecido como boca de fumo*, em que *é possível diferenciar quem é morador e quem está envolvido*.

Os relatos centralizam os adolescentes no cerne da narrativa, territorialmente, próximos aos locais tidos como *boca de fumo*, sendo uma forma de testificar a presença deles no *mundo do crime* (FELTRAN, 2008). Os policiais iniciam suas falas com o registro de um patrulhamento ou operação de rotina ocorrendo no momento da apreensão. A *rotina* é quase sempre interrompida por uma busca incansável pelos *elementos*. Com isso, demarcam o lugar de controle dos territórios e dos corpos, em suas tentativas ostensivas de disciplinamento e docilização (FOUCAULT, 2014). Além disso, os depoimentos trazem, em sua maioria, a *confissão* dos adolescentes envolvidos com o comércio ilegal, cujas funções transitam entre aqueles que dizem ser *atividade* ou *vapor* do tráfico.

Quando, portanto, Foucault (2013) ressalta a forma ritual da guerra presente na prática judicial, ainda que evidencie isto no Direito Germânico, é possível compreender sua afirmação quando se tenta para essa guerra invisível que tem o poder e as posições numa estrutura hierárquica como balizadoras da força das partes. Quanto mais alto se chega, mais fortes os posicionamentos moralizantes e culpabilizantes sobre os sujeitos que figuram as ações judiciais. Como em uma balança, as personagens dos casos são colocadas em uma, onde pesam mais as verdades que se constroem a partir de instituições e, portanto, indivíduos, que também fazem parte do mesmo campo de poder.

Ante a ideia de inexistência da sentença, uma vez que ela se torna o palco das disputas pela verdade, o juiz desempenha uma função vigilante, de forma a observar a regularidade dos procedimentos (FOUCAULT, 2013). Tarde (2004), porém, vai além e aponta os juízes como os responsáveis por determinar quem são os condenáveis e não-condenáveis, havendo nesta decisão uma clara identificação de classe entre o jurista e o acusado. Essa reflexão dualista proposta pelo autor se assemelha à ideia dos *passíveis de luto*, desenvolvida por Butler (2018), ao falar da distribuição desigual da precariedade. O que estas pessoas são, a partir do que é dito, senão vidas *condenáveis, não passíveis de luto*?

Tarde (2004) descreve várias situações em que alguma ação, até então compreendida como usual em determinado contexto social, passa a ser definida como

crime. Por exemplo, a vadiagem e mendicância não eram crimes. “O fundador de ordens mendicantes e erradias alguma vez acreditou que a mendicância e a vadiagem se tornariam delitos?” (2004, p. 31) Para o autor, o que se define como crime guarda uma relação específica entre a opinião corrente e a “legislação cambiantes do meio social”. (2004, p. 33) Ao mudar “as condições, - se possível -, da sociedade, muito de preferência ao sistema penal, e sua criminalidade modificar-se-á”. (2004, p. 64) Desta forma, conclui o autor, o crime tem origem histórica, mas “sua explicação é antes de tudo social”. (2004, p. 64)

Neste mesmo caminho, Foucault argumenta que crime é “uma infração a uma lei formulada”. (2008, p. 341). A grande questão dessa rotulação está justamente na ampla definição de crime, de infração, e do que deve ser tolerado como tal (FOUCAULT, 2008). Ou seja, torna-se uma questão interpretativa e privativa a cada jurista, que flexibiliza – ou não – sua interpretação de crime, de infração, de acordo com quem os cometeu; e todas essas interpretações partem de uma escolha evidentemente parcial da verdade anunciada em testemunho, como foi observado nas decisões do TJRJ. Logo, há “uma modulação cada vez mais individualizante da aplicação da lei e, por conseguinte, reciprocamente, a uma problematização psicológica, sociológica, antropológica daquele a quem se aplica a lei” (p. 342).

Tarde (2004) assinala que o advento das aglomerações industriais na França aumentou consideravelmente a reincidência de crimes, no século XIX (p. 98). Se “a riqueza é o meio pelo qual se pode exercer tanto a violência quanto o direito de vida e de morte sobre os outros” (FOUCAULT, 2013), e se as hierarquias, na sociedade capitalista, se fundamentam, sobretudo, a partir deste preceito, há de se falar da riqueza enquanto balizadora do poder; talvez não de uma forma direta e pessoal, mas indireta e institucional. É ela quem orquestra a dinâmica do poder e como ele é estabelecido sobre os indivíduos, sejam eles semelhantes ou dissonantes. Aqueles que são alvo da divisão desigual da precariedade (BUTLER, 2018) se tornam alvos diretos desse poder, que perpetra a intensificação dessa desigualdade.

Trocando em miúdos, não interessa ao poder o adolescente que é posto em internação numa unidade socioeducativa; interessa, sim, sua moralização. A partir do momento em que o processo se inicia – desde a abordagem policial em seu próprio território – essa vida já é considerada condenável, porque o próprio Estado já a determinou assim. A moralização é apenas um dos mecanismos de transladar a responsabilidade estatal para uma via individual, tornando a condenação culpa do próprio adolescente. Fazendo referência ao Relatório sobre as estatísticas de criminalidade na França, em 1880, Tarde (2004) assinala que, “no que se refere aos menores 16 a 21 anos”, o mapa de criminalidade acusa

uma “progressão alarmante”, cuja causa se explica, sobretudo, pela “natureza da criança que modificada até o fundo vital por causas sociais” (p. 109).

Para além da determinação do desvio, os discursos proferidos pelos atores documentais – policiais militares, adolescentes, familiares, moradores – e seus múltiplos determinantes evidenciam uma dimensão conceituado como sujeição criminal¹¹. Esse processo trata justamente da “incriminação preventiva de tipos sociais potencialmente criminosos, que possuem uma propensão e um tipo social definido” (MISSE, 2010, p. 18). Este possui seu fundamento na dimensão foucaultiana de *assujeitamento*. O ponto de partida da explicação de Misse (2010) é o de que o sujeito se liga de forma direta à subjugação; ele se opõe à estrutura, ao que fora vinculado socialmente como regra a respeito dos *outsiders*. Entretanto, o sujeito oposto à estrutura segue subordinado, subjugado, mas não subordina outros; nos termos do autor, ele não produz *assujeitamentos*. Dentro dessa estrutura a qual ele se opõe, existem mecanismos de poder anteriormente construídos que determinam o seu lugar nesse processo enquanto sujeito.

A partir do que foi exposto nas sentenças, bem como do entendimento teórico a respeito da temática, esse sujeito oposto à estrutura pode ser visto como um *outsider*, como um *infrator* ou, na categoria utilizada pelo autor, como *bandido*. Ele é produzido estruturalmente, e, neste caso, por meio de um conjunto de instituições moralizantes, que advogam pelo ordenamento social. O *infrator*, o *criminoso*, é produto de um Estado de exceção que produz, à regra, o aniquilamento daqueles que detêm uma vida que não deve ser vivida, um Estado que determina quem deve viver e quem deve morrer; quem produz ordenamentos e quem produz marginalidades, partindo dos conceitos de Walter Benjamin (2000) e Giorgio Agamben (2002).

O processo de sujeição criminal possui alguns pontos importantes: o primeiro deles é a relação entre práticas criminais – que, aqui, serão colocadas como práticas infracionais – e tipos sociais, que são os indivíduos que são socialmente *marcados*. A partir do debate sobre a acumulação social da violência, Misse (2008) estabelece que, quando a nomeação de uma autoria a uma infração – incriminação – se antecipa à categorização de uma ação como tal – criminação –, percebe-se que a ótica se volta ao *virtual criminoso* (MISSE, 2008, p. 380) em detrimento do sujeito e da ação a ser julgada. Esse processo de categorizar o indivíduo em detrimento da ação torna-o *assujeitado*, identificado com a tipologia infracional. Ele é *marcado* por ser um tipo potencial.

11 Fala-se em um processo de sujeição criminal por defender a ideia de que os flagrantes estão em disputa, assim como a verdade que conduz as decisões judiciais. Para aprofundamento da questão, consultar Misse (1999).

Nas sentenças, principalmente nas relacionadas aos casos de tráfico de drogas e condutas afins¹², a disputa argumentativa evidencia a construção desse sujeito *potencial criminoso*, *potencial infrator*, que está para além da ação julgada, quando são colocados em suspensão os verbetes utilizados pelas partes. Os juristas, em um movimento de concordância com os testemunhos policiais, utilizam de forma recorrente terminologias como *marginal*, *menor*, *menor infrator*, *infrator*, etc. como uma forma de categorizar o adolescente perante sua ação. Especificamente sobre seus argumentos, é citado de forma recorrente um envolvimento maciço com o *nefasto universo das drogas*, sendo necessário que esses adolescentes sejam recolhidos para, depois, serem *ressocializados*, *reeducados*, *reinseridos*, *reintegrados*.

A descrição constante de que as autuações ocorreram em locais próximos a *bocas de fumo*, pelos policiais militares, denota igualmente, ainda que de forma implícita, o tipo social que se deseja construir até a decisão final. Para além do território, o fato de o adolescente está com um grupo de pessoas, ou próximos a outros adolescentes, é um fator crucial para a criminalização daquele sujeito como um potencial *atividade* ou *vapor* do tráfico de drogas. Cria-se uma cultura associada a esses adolescentes, especialmente, que é fruto de um processo de sujeição de parcelas sociais específicas (MISSE, 2010).

Ainda que seus familiares se coloquem numa posição de defesa desse adolescente, prevalece a sua propensão ao risco, à violação da segurança, ao *mundo do crime*. Esse caráter de *inimigo a ser combatido*, encontrado nas falas policiais, ganha legitimidade não só pela decisão judicial, mas pela anuência com relação ao que é dito. A forma como os testemunhos categorizam os adolescentes, seus territórios, suas formas de sociabilidade, reforça, pela via judicial, o entendimento de que eles constituem um tipo social que representa perigo e precisa ser combatido; não apenas eles, mas, conseqüentemente, todo o seu entorno.

Um segundo aspecto do processo de sujeição criminal é a questão do território. Para Misse (2010), a categorização do sujeito como *bandido* não termina nele; antes, se espraia para seu território e seus iguais, em um processo de criminalização expandido àqueles que vivem nesse *mundo do crime* (FELTRAN, 2008). No caso de crianças e adolescentes, a sujeição já é algo esperado, segundo o autor, dado que se fala de “um sujeito que ‘carrega’ o crime em sua própria alma;

12 As sentenças de tráfico de drogas são continuamente citadas porque, diferente das demais, são nelas que se concentram as questões mais caras a este estudo. Uma hipótese que segue em investigação é o modo como os discursos e medidas mais gravosas são intencionalmente alocadas em decisões vinculadas ao tráfico, em detrimento de outras infrações, como roubo ou até mesmo homicídio, tido socialmente como crime grave.

não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito irrecuperável” (MISSE, 2010, p. 21).

Existem dois aspectos na análise documental que evidenciam essa dimensão territorial da sujeição criminal. Primeiro, nas falas dos próprios policiais militares que, ao descrever o território e sujeitos terceiros, utilizam adjetivações incriminantes, como as que colocam a extensão geográfica como referente à *boca de fumo*, ao tráfico em geral, de *quem está envolvido*, acionando um duplo significado: o de que aquele local é *perigoso*, logo, a autuação do adolescente naquele ambiente lhe denota uma espécie de perigo; depois, a de que a ação ostensiva dos policiais, por estarem em um território hostil, é assim justificada, por estarem, em serviço, defendendo os interesses do *mundo social* ao combaterem o *mundo do crime*.

O segundo aspecto diz respeito à forma como a Justiça recebe os testemunhos dos moradores locais, sejam os próprios adolescentes, suas figuras matriciais ou moradores. Apesar da diversidade testemunhal, o que se percebe é que as falas contrárias ao que é exposto pelos policiais militares são constantemente caracterizadas como fantasiosas, contraditórias, distorcidas, incoerentes. Os testemunhos que são assim adjetivados são, em sua maioria, aqueles que trazem aspectos relacionados à rotina dos indivíduos na localidade, bem como as suas sociabilidades com o entorno. Os relatos de abuso de poder, flagrante forjado, coação policial, sequer são acionados ou verificados pelo juízo, dada a deslegitimação colocada sobre aquilo que relata o adolescente, uma vez que ele foi *resgatado* do convívio com outros *bandidos*; essa possível associação delibera uma ação onde a acusação se torna tão fundamental quanto suas chances de defesa.

As falas de familiares, por sua vez, produzem um aspecto dissonante. Embora seus testemunhos constem nas sentenças, eles são totalmente ignorados pelos juízes operacionalizadores dos processos. Quando são utilizados, servem-se como manejo acusatório em detrimento da defesa. Contudo, nos casos referentes ao tráfico, em que os adolescentes foram internados em uma unidade socioeducativa, as justificativas da decisão pairaram justamente sobre uma possível *desestruturação familiar, sem controle parental, falta de domínio dos pais*, etc. Ainda que esses “laços primordiais” (GEERTZ, 1978) sejam acionados, eles não são legitimados; aos olhos da Justiça, a sujeição criminal perpassa um aspecto familiar que é justificado pelo território e pelas relações ali estabelecidas. Esse processo de sujeição criminal desloca o adolescente da sua condição de sujeito, ainda que ele lhe seja caro o reconhecimento como tal, em uma necessidade de produzir-se socialmente, não apenas reproduzir-se (WIEVIORKA, 1997).

As ações perpetradas pelas instituições relacionadas produzem, no adolescente, uma ideia de *sujeira*, de *poluição*. Douglas (2014), responsável por trabalhar esses aspectos em uma dimensão religiosa, analisa que a sujeira é sinônimo de desordem, e “eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente” (DOUGLAS, 2014, p. 12). A organização da sociedade se estabelece por meio de um exercício institucional de identificar o que é tido como *sujeira* para eliminá-la, de modo a preservar o ordenamento do ambiente social. Trabalhando a ideia de poluição, a antropóloga a situa em um nível onde pessoas tendem a influenciar outras com suas formas de comportamento. Algumas de suas manifestações possuem cargas simbólicas que determinam o modo como a *poluição* se relaciona com a vida social.

A ideia de *poluição*, portanto, é concebida como a “reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (Ibidem, p. 50-51). Partindo de uma análise contida nas religiões e em uma teoria estrutural-funcionalista, Douglas (2014) enuncia que as coisas sagradas necessitam de proteção contra qualquer tipo de profanação. Neste sentido, as ações empreendidas por determinado grupo social giram em torno de eliminar quaisquer formas de *poluição* ou profanação do sagrado. Assim, desenvolvem-se aquilo que a autora qualifica como formas e valores sociais das religiões primitivas.

No contexto analisado, o intuito de preservação do sagrado, do ordenamento social, e as formas de combate ao que perverte a ordem seguem essa mesma estrutura, onde os ritos são estabelecidos como uma forma de higiene. As instituições que compõem a dinâmica do Direito possuem como objetivo fundamental a preservação de uma consciência coletiva, de um conjunto comum de valores. Mas, preservá-los de quê? Daquilo ou de quem pode, por meio de ações que deturpem as regras socialmente impostas, romper com esse conjunto, uma vez que “impureza ou sujeira é aquilo que não pode ser incluído, se se quiser manter um padrão”. (DOUGLAS, 2014, p. 55-56).

‘ O trabalho dos policiais militares, como já explicitado anteriormente, tem como fundamento a busca por esses tipos que podem macular a ordem social: os adolescentes. Eles, aos olhos do sistema de justiça, são assim considerados sujeiras, formas de poluição da ordem social, que devem ser combatidos e, se necessário, afastados dos seus territórios, como uma forma de preservação. O próprio processo de sujeição criminal a que se condicionam os adolescentes é uma forma das instituições detectarem potenciais indivíduos enquadrados nesta ideia de poluição, ainda que nem todos estejam conduzindo ações de desordem.

Douglas (2014) estabelece que o debate sobre *sujeira* se relaciona às antinomias de ordem e desordem; forma e não forma; vida e morte. As decisões judiciais transitam esses binômios, ao passo que as instituições se colocam como as responsáveis pela coesão e ordem social, valendo-se de suas posições de poder, enquanto os adolescentes são direcionados, pelas formas como os fatos se apresentam, a esse lugar de sujeira, de poluição moral e social, que necessita ser eliminado. Essa eliminação é perceptível quando se analisam os percentuais referentes às medidas socioeducativas aplicadas relacionavam-se à internação (35%).

Por fim, a antropóloga aponta que aquilo que não coopera com a ordem e não segue suas leis, coloca-se contrária a ela. Pensar essas ideias de *sujeira*, *poluição*, bem como o próprio processo de sujeição criminal, a partir do entendimento de que ele determina quem polui e necessita ser eliminado, na perspectiva das decisões judiciais, implica a compreensão de que esses sujeitos incriminados podem ter seus desaparecimentos amplamente desejados pela sociedade (MISSE, 2010); podem ser vidas cujos lutos não são necessários (BUTLER, 2018). À medida que essa *limpeza* é feita pelas instituições, de modo a retomarem um processo de ambientação da ordem e proteção do seu *sagrado*, esses adolescentes, esses sujeitos, tornam-se o que Agamben (2002) denomina como homens sacros: vidas que podem ser impunemente eliminadas, descartadas ou dissociadas da ordem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises propostas evidenciaram as formas como os atores desenvolvem seus papéis, a partir da dimensão do poder, como um meio de manutenção da ordem social. Os argumentos fundamentados pelos policiais militares, cuja anuência é concedida pelos juízes dos casos, estabelecem um processo de criminalização dos adolescentes que perpassa sua dimensão objetiva, do ato em si. Mas também a subjetiva, criando uma nova *persona* ante o tribunal, um *infrator*, um *criminoso*, um *quase bandido* – dado que as medidas socioeducativas são supostamente aplicadas como uma forma de evitar que essa categoria se complete.

Os locais em que os adolescentes são autuados, que, na totalidade dos casos, são os territórios onde residem, são comumente qualificados como perigosos e ameaçadores quando comparados *locais de tráfico de drogas*, de *bocas de fumo*, etc. Esse ditame de *assujeitamento* atravessa igualmente os moradores locais, cujos testemunhos são postos como distorções da realidade, declarações fantasiosas e sem ligação com os fatos colocados nos autos. Percebeu-se, aqui, a

dimensão de território determinada pelo processo de sujeição criminal, cuja categorização se espraia aos indivíduos que o compõem.

Da mesma forma, as figuras matriciais, ainda que resgatem as sociabilidades, os laços primordiais e a descrição da rotina local, não são devidamente escutadas pelas autoridades judiciais, uma vez que, ao final, os testemunhos acatados são, unanimemente, dos policiais militares. Os casos em que os adolescentes relatam situações de coação policial, flagrante forjado, e outras manifestações de abuso de poder são colocadas na dimensão do fantasioso, uma vez que os adolescentes, ante o tribunal, deixam de sê-lo e passam a exercer a dimensão do crime.

O processo de violência institucional e suas múltiplas dimensões colocam em evidência o papel das instituições no processo de defesa e manutenção da ordem social, do ambiente *limpo*, ausente de profanação; os adolescentes, por sua vez, dado o território em que habitam e o tipo social culturalmente imposto sobre eles, são vistos como a *sujeira*, a *poluição*, sendo necessário que sejam afastados – ainda mais – do meio social, como uma forma de preservação. As ações, tanto dos policiais quanto dos juízes, responsáveis pela decisão final, convergem para esse binômio. O adolescente considerado em conflito com a lei passa a exercer essa adjetivação de sujeito *perigoso*, de *risco*, de *inimigo a ser combatido*.

O que não se apresentam nestas sentenças, aquilo que se omite e oculta, dito de outro modo, o não-dito, não escrito, empresta-nos um olhar sutil sobre estas existências. Elas se enquadram em um modo de vida subsumido pelos interesses dos poderes que a controlam e a integram. Essa massa de adolescentes encarcerados, pobres, negros e periféricos ao sistema, cujas condenações ignoram em suas sentenças se estes estudam¹³, reforça a sociedade punitiva e escancara que pouco importa, para estes juízes, se estes adolescentes estudam ou não.

Logo, foi possível concluir que o processo de sujeição criminal, a partir da análise discursiva e da construção da verdade, possui um viés de eminente limpeza social, no qual, neste caso, os adolescentes atuados em casos de tráfico de drogas são categorizados como homens sacros. Vidas não passíveis de luto; vidas aniquiláveis, dado o percentual predominante de internações em unidades socio-educativas. Perpetua-se uma política eugenista, em que a dimensão do poder institucional torna legítima a consolidação legal das múltiplas formas de violência institucional contra sujeitos cujas ações confrontam a ordem, e que são punidos não apenas pelos atos, mas por uma cultura de criminação.

13 Em nenhuma das sentenças lidas, a situação escolar foi apontada como primordial ou enquanto situação a se intervir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acessado em 02/09/2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Cultura e Política). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. Editora Nau. 2013.

_____. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2006.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª ed. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

GRILLO, Carolina. *Christoph. Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2013.

IMBUSH, Peter. *The concept of violence*. In: HEITMEYER, W.; HAGAN, J. (Eds.). *International Handbook of Violence Research*. Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 2003, vol. 1, p. 13-40.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI e XIX)*. Rio de Janeiro: Revan/ ICC, 2006.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 371-385, jan. 2009. ISSN 1984-7289.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

_____. Violência e teoria social. Dilemas - *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 45-63, jan. 2016.

_____. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

TARDE, Gabriel. *Criminalidade Comparada*. Tradução de Maristella Bleggi Tomasini. eBooksBrasil.com, 2004.

_____. *As Transformações do Direito*. Tradução de Maristella Bleggi Tomasini. 2002

_____. *Monadologia e Sociologia e Outros Ensaio*s. Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Testemunho policial (Súmula nº70). Rio de Janeiro: Portal do Conhecimento, 2019. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/31404/testemunho-policial.pdf?e=10>. Acessado em: 08/07/2020.

SALLA, Fernando et alli. A contribuição de David Garland à sociologia da punição. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, junho de 2006.

WACQUANT, Louis. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 9 (1): 5-41, mai 1997.

WRIGHT MILLS, Charles. "Ações situadas e vocabulários de motivos". [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury]. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 44, p. 10-20, agosto de 2016. oportunidades a qual estão submetidos os sujeitos negros.

O empoderamento feminino de jovens da Maré

Cristiano Sant'Anna de Medeiros¹

Isadora Souza da Silva²

Mariana Muniz de Oliveira³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Y la culpa no era mia
Ni donde estaba
Ni como vestia
El violador eras tú!
(Um violador em teu caminho)

De olhos vendados e dedos em riste milhares de mulheres entoaram os versos que abre esse texto em diversos países ao redor do mundo, no ano de 2019. Com o início nas manifestações chilenas que compuseram um cenário de ataques às medidas de austeridades econômicas e que tiveram a América Latina como epicentro, no mesmo ano em que governos conservadores ocupavam espaço de destaque no cenário político, essas mulheres enfileiradas e empoderadas, gritavam ao mundo que “todo Estado opressor é um macho violador”. Eram mulheres feministas do sul do globo, em sua maioria mulheres jovens.

A letra da música não receia em dar nomes e apontar quem são os violadores do corpo feminino. Estado, policiais, presidentes e juízes são as representações da falta de políticas públicas que assegurem a vida da mulher e são, não raras vezes, eles próprios a representação da permissividade da violação. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em relatórios de 2018, a cada seis horas, uma mulher é assassinada, vítima de feminicídio no mundo, sendo que mais da

1 Doutor em Educação- PROPED/UERJ

2 Doutoranda em Educação – PROPED/UERJ

3 Mestre em Educação – PUC- RIO

metade desses assassinatos, 58%, foram realizados por conhecidos das vítimas, muitas vezes ex-companheiros.

Na letra que girou o mundo, ganhando ruas em Istambul, México, Brasil e Paris essas jovens mulheres denunciavam que era a sociedade patriarcal que sustenta a cultura de violência contra a mulher. Denúncia essa que compõe as agendas de diferentes expressões do movimento feminista ao longo de sua historicidade.

O que buscamos nessa breve reflexão, que são recortes, encontros e desdobramentos de três pesquisas em educação, é entender como jovens de uma região periférica de uma grande metrópole se percebem como mulheres e se relacionam socialmente. Quais são as suas percepções do seu lugar de moradia e/ou pertencimento e como lidam com questões sexistas que atravessam essas regiões. Para isso, foram utilizadas além dos dados das pesquisas supracitadas, entrevistas com 7 mulheres moradoras do Complexo da Maré com faixa etária entre 20 e 21 anos.

Ressalta-se que, por se tratar de entrevistas do tipo semiestruturadas, não havia um roteiro prévio, o que delimitaria muito a possibilidade de respostas apresentadas. Assim, as entrevistas contaram com algumas questões formuladas pelos pesquisadores, além de outras questões que surgiram no momento mesmo da interlocução com os sujeitos de pesquisa.

Além das entrevistas, utilizou-se a etnografia como forma de investigação. Isso porque apenas um “mergulho em profundidade” proporcionado por esse método de investigação é capaz de captar as nuances muito particulares do viver/estar na Maré. Acreditamos que “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos.” (GEERTZ, 1989, p. 20).

Nesse sentido, vemos a etnografia como uma metodologia de especial captação da realidade investigada, pois entendemos que o arranjo territorial e social desse espaço exerce profunda influência na vida social de todos que nele habitam. Fazer etnografia exige dos pesquisadores um aprofundamento no aporte teórico da antropologia, já que é essa área de conhecimento que inaugura a utilização da etnografia como método que se caracteriza pela investigação da vida de mundos simbólicos de grupos sociais segundo leitura de mundo do pesquisador mediante

4 Por acreditarmos que o binarismo presente na língua corrobora com a visão dualista e limitada dos gêneros, neste trabalho usaremos a marcação do tipo neutra a fim de ampliar as possibilidades de designação dxs participantes. Assim, os artigos, pronomes e substantivos presentes nos textos aparecem com a marcação “x”. Pedimos desculpas, caso, por vezes, a pesquisadora mantenha as formas de feminino e masculino, tão intrínsecas à nossa construção social e linguística. Destacamos que o uso do neutro é um exercício de desconstrução e, como tal, está em processo.

convivência por um longo tempo no *locus* pesquisado. Na pesquisa em questão, há um duplo movimento, pois os pesquisadores são também professores na Maré.

Dessa maneira, apesar da realidade que se descortina a nossos olhos não ser nova, o pesquisador deve desenvolver mecanismos de “estranhar” a realidade em que se insere, como salienta Velho:

Ainda que “dentro da grande metrópole, seja Nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há descontinuidades vigorosas entre o ‘mundo’ do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele, mesmo sendo nova-iorquino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não-reconhecimento ou até mesmo choque cultura comparáveis à de viagens a sociedades e regiões ‘exóticas’”. (VELHO, p. 126/127)

O autor apresenta, assim, a potência de se pesquisar um universo de que também o pesquisador faz parte sem que perca a capacidade de relativizar sua própria cultura e entender as múltiplas possibilidades de significação da cultura do Outro. Nessa ótica, as dimensões de professor e pesquisador se imbricam e se alimentam o tempo inteiro fazendo com que a pesquisa mantenha o grau de objetividade necessário ao fazer acadêmico, utilizando o “grau de familiaridade” dos pesquisadores como uma potência sobretudo na interlocução com os sujeitos de pesquisa, de quem não somos desconhecidos.

Pensamos com Geertz (1978):

O que devemos indagar é qual é a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou orgulho. (GEERTZ, 1978, p. 21).

Essa indagação só é possível através de uma investigação minuciosa, com vistas a apresentar e problematizar o universo de significados dos grupos sociais, por meio de vivência longa e contato profundo com aqueles com os quais o antropólogo desenvolve uma relação dialógica promovida pela interlocução.

Na observação participante, o pesquisador é sujeito ativo da realidade pesquisada. Essa técnica, por sua configuração, é amplamente utilizada na antropologia. O observador, como participante no evento, não é apenas um pesquisador. Ele próprio é sujeito da pesquisa: assim, seus sentimentos e emoções constituem também dados. Além disso, o pesquisador pode estudar suas emo-

ções e reações, como fonte de viés, e analisar em que medida suas ações foram influenciadas por seus sentimentos.

A antropologia, em sua capacidade de observação de uma população em particular, é um campo de estudos que pressupõe a negação da rigidez nos métodos de investigação e no objeto de investigação em si. Em etnografia não há nada pronto, antes há um todo a ser visto e compreendido, exigindo do pesquisador a capacidade de se deixar “ser afetado” conforme Favret-Saada (2005).

Aquilo que não seria originalmente fonte de investigação aparece como uma potência no contexto mesmo em que se insere. Desta forma, entendemos, vivenciamos, absorvemos e fomos absorvidos por esse território/campo de pesquisa. A Maré, assim, se apresentou a nós, e nós a narramos em toda minúcia que conseguimos captar. Eis a Maré.

1.1- O complexo Complexo da Maré - nosso lugar de fala e escuta

A relação das favelas com o restante da cidade é de especial importância para a investigação proposta na presente pesquisa. A transformação da favela em algo a ser sanado é elemento essencial para a tomada de medidas com vistas a reduzir o impacto desse arranjo habitacional na metrópole.

A citação de Valladares (2000) elucida a maneira negativa pela qual a favela foi vista desde seu surgimento, ainda no início do século XIX:

Data do início do século não apenas a descoberta da favela, mas também a sua transformação em problema. Aos escritos dos jornalistas junta-se a voz de médicos e engenheiros preocupados com o futuro da cidade e de sua população. Surge o debate em torno do que fazer com a favela, e já na década de 20 assistimos à primeira grande campanha contra essa “lepra da esthetica”. Em 1930, o plano do urbanista francês Alfred Agache, voltado para a remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro, denuncia o perigo representado pela permanência da favela. (VALLADARES, 2000, p. 12)

Observa-se que este movimento, apesar de antigo, continua se perpetuando em nossos dias, já que em diálogo com o projeto de condução dos mais pobres às áreas mais afastadas da cidade, há uma visível estratégia de ocultar realidades. Também a Maré se insere nesta ingrata lógica, já que margeada por três grandes

vias da cidade, Avenida Brasil, Linhas Vermelha e Amarela, é separada pelas duas últimas por grandes placas que não permitem ver o que há para além delas.

O Complexo da Maré tem sua origem em casas de palafita que se estendem por áreas de manguezal às margens da Baía de Guanabara. Como o próprio nome revela, este espaço tem sua história profundamente relacionada com as águas, já que o esforço constante de adaptação ao movimento de subida e descida das marés se consolidaria como uma das marcas dos mareenses: o empenho na construção de suas moradias ainda que em espaços inundáveis, de que são exemplos os brejos e manguezais. Assim se explica o segundo componente do nome do maior complexo de favelas do Rio de Janeiro.

A primeira parte: “complexo”, porém, é desconsiderada, afinal, não raras vezes esse Complexo, que é formado por nada menos que dezesseis sub-áreas, é tratado como algo único, negando, assim, a complexidade e a diversidade deste território. A tentativa de superação desta construção limitada motivou um esforço de retirada de tal nomenclatura: “Os moradores, inclusive, rejeitam o termo ‘complexo’, por passar uma ideia de cidade partida, que a polícia usa para estereotipar a região como complexo”, conforme destaca Angélica Ferrez, doutora em História Política pela UERJ e ex-pesquisadora da instituição Redes da Maré.⁵

Ressalta-se, assim, que não se trata apenas de uma Maré, são 16 Marés. O trabalho realizado com moradores para a pesquisa mostra que eles não fazem uso do termo Complexo da Maré e nem Conjunto de Favelas da Maré, acionando o nome da favela ou sub-área em que moram. Cada favela que compõem a Maré possui inúmeras particularidades territoriais, culturais, econômicas e sociais.

A ocupação da Maré segue um percurso longo, tendo início em 1940, data da ocupação do Morro do Timbau, e se estende até os anos 2000, sob duas perspectivas: uma realizada pelo governo, sob a forma de programas habitacionais, e outra, realizada pelos moradores, de forma espontânea. Por meio de decreto municipal, o conjunto das favelas da Maré, que antes eram distribuídas por três bairros da cidade, formam o bairro Maré, criado em 1994.

Observa-se que a diversidade arquitetônica se relaciona com essas duas formas de ocupação, já que além das particularidades intrínsecas à construção espontânea, de que são exemplos as idiossincrasias das casas, palafitas e barracos, também os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público apresentam suas especificidades, pois não formam um único projeto habitacional.

5 In: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/10/6009037-com-80-anos-de-historia-mare-rejeitar-ser-chamada-de-complexo.html>

A formação geográfica em que as habitações se encontram também contribui para as diferenças, já que, ao se distribuírem por morros, áreas planas e áreas alagadas, se materializam em uma miríade habitacional, formando um emblemático mosaico na paisagem do Rio de Janeiro.

Os dados do Censo Populacional da Maré 2019 nos ajudam a pensar na pujança desse espaço. O Conjunto de favelas da Maré tem população de mais de 139.000 habitantes divididos por suas 16 sub-áreas. Esses moradores se dividem entre 47.758 domicílios, segundo o Censo da Maré realizado no ano de 2019.

Ainda segundo dados do referido censo, a grandeza da Maré transcende sua relação com a cidade, já que numa perspectiva nacional, a Maré possui uma expressão ainda mais significativa, sendo mais populosa do que 96% dos municípios brasileiros. A pujança desse território confirma a necessidade de pesquisas que permitam o entendimento da configuração desse espaço, bem como se tornem ferramentas em prol da melhoria de vida dos mareenses.

Um espaço tão amplo como a Maré não conta com um modo único de ocupação. Ressalta-se que sua ocupação se inicia ainda na década de 40 com o Morro do Timbau e ocorreu de forma espontânea. Sessenta anos separam a primeira da última ocupação, que se deu nos anos 2000 com o chamado Novos Pinheiros (Salsa e Merengue) por meio de Intervenção Pública em esfera municipal em programa chamado “Morar sem risco”. “Essas diversas formas de chegar/permanecer na Maré se refletem nas diferentes configurações habitacionais que contam com maior ou menor planejamento urbanístico.

Já foi anteriormente discutida a relação entre a gênese das favelas e sua construção social do lugar da carência. Assim sendo, a leitura negativa da Maré (como de outras favelas) entrelaça-se com a própria construção desse espaço. Varella (2002) acerca das dificuldades habitacionais, bem como sobre o esforço produtivo desses moradores, acrescenta, demonstrando que a gênese desse espaço, assim, é resultante do binômio complementar criatividade e resistência:

Essa maneira de construir [sobre as águas] era o oposto da construção tradicional em terra firme. O terreno ali era determinado pelas palafitas, estacas verticais, fincadas na lama, e era a partir dessa base que se construía uma base horizontal,

6 Fonte: FONTE: SANTOS, Shyrlei Rosendo dos. O que será que será que se sussurra pelas favelas: o que e como projetam o futuro os jovens da última etapa do Ensino Médio, na favela da Maré? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Orientação: Prof.^a Dr.^a Mônica Peregrino. Rio de Janeiro: 2016.

também de tábuas de madeira, para se erguer a habitação. A madeira usada nessas construções apodrecia rapidamente e tinha que ser trocada. Assim, além de não serem fixos como as casas em terra firme, os barracos estavam em permanente processo de reconstrução. (Varella 2002, p. 2).

Dessa maneira, além dessa separação, concreta e simbólica, há ainda um muro invisível, já que apesar de estar em posição privilegiada na cidade e próxima a acessos de entrada e saída, os moradores destas áreas são vítimas de outros processos de exclusão, como a dificuldade de acesso a serviços públicos, de que são exemplos a limitação em entregas dos Correios e a impossibilidade de transitar pelos becos e vielas senão a pé.

Não apenas caminhando lado a lado com a violência, os moradores da Maré simbolizam a resistência. É interessante notar que a dinâmica espacial bem peculiar das favelas está intimamente ligada a um valor muito caro a esses lugares: o senso do coletivo e a capacidade de desenvolver estratégias frente às dificuldades econômicas, que estão intrinsecamente ligadas à “autoconstrução e a participação comunitária (Drauzio, p. 44). Isso porque os puxadinhos e as lajes surgem, muitas vezes, como possibilidade de extensão das casas a fim de receber familiares que vêm do interior rumo à metrópole com o sonho de um emprego digno ou como forma de implementação de pequenas “biroscas” pequenos espaços que se destinam à realização de formas de aumento de renda, como barbearias, bares.

Este trabalho estabelece diálogo com uma literatura insurgente sobre a Maré enquanto espaço de resistência e criação artística. Assim, longe de reificar visões do senso comum que destinam a outras favelas e à Maré discursos relacionados apenas à violência e ao tráfico de drogas, busca-se no presente trabalho apontar uma outra Maré: um espaço em que por meio da criatividade são criticadas as condições impostas a seus moradores, bem como criam formas de fazer arte por meio daquele espaço.

Para tal tarefa, lançamos olhar para a veia aberta rumo a uma mudança de perspectiva sobre as favelas ecoa na produção teórica mais recente. A proposição de BARBOSA e SILVA (2013) segundo a qual “ao se afirmar na paisagem urbana, a favela se torna um fenômeno em questão para a sociedade, exigindo o desvelamento de seu sentido social, político e territorial” (2013, p. 115) reforça a exigência da retirada do lugar à margem que foi historicamente imposto a esses espaços.

Neste sentido, é impossível não ressaltar a luta dos coletivos sociais em suas reivindicações por mais aparatos do Estado, políticas de urbanização, tratamen-

to mais humanizado nas relações entre forças policiais e territórios favelados, bem como o reconhecimento desses espaços como produtores de cultura.

Este trabalho está em íntimo diálogo com uma literatura insurgente, que colabore com a retirada da favela do lugar de carência ao apresentar a complexidade das relações que se tecem no interior desses espaços tão significativos para a cidade. Concordamos com Alvito e Zaluar (2004) ao postularem que:

Estudar uma favela carioca, hoje, é, sobretudo, combater certo senso comum”. [...] É também tentar mostrar, por exemplo, que a favela não é o mundo da desordem, que a ideia de carência (‘comunidades carentes’), de falta, é insuficiente para entendê-la. É, sobretudo, mostrar que a favela não é periferia e nem está à margem. (ALVITO, ZALUAR, 2004, p. 26).

Nossos achados etnográficos também comprovam a riqueza da Maré. Encontramos uma feira extremamente diversificada, a se realizar todos os sábados: a feira da Teixeira. Há ainda um variado comércio, espaços culturais como museus, aparelhos do Estado, como clínicas e escolas, uma Vila Olímpica. A fala de Arizona, moradora da Maré e uma de nossas interlocutoras é ilustrativa:

Para mim, eu acredito que morar na Maré ou como em qualquer outra comunidade tem seus lados bons e ruins. Alguns lados bons são: “tem tudo perto, sabe?”, as pessoas falam, conversam, os vizinhos são muito amigos, as coisas normalmente são mais baratas. Tem muita coisa boa, tem muita lojinha perto, você não precisa andar muito pra nada. Se faltar um gás, tem perto. Se faltar um pão, tem perto. Tem tudo muito perto: tem cabeleireiro, tem padaria, tem mercado, tem escola. Tudo muito perto. (Arizona, 21 anos, entrevistada)

É sob essa perspectiva relacional que apresentamos a Maré, mostrando que às coisas, pessoas e espaços marcadores de violência se juntam tantos outros elementos comuns a qualquer espaço da cidade.

Não estamos a seguir este caminho sozinhos, já que, conforme apontado, há, nos últimos anos, um esforço significativo em ampliar a visão da favela, rompendo com a visão de carência, construída já em sua gênese. Neste sentido, pensar-se-á numa Maré outra, trilhando o itinerário não de sua ausência (já muito

apresentado e o tempo todo presente no discurso midiático na atualidade), mas de suas potências.

O caminho da produção artístico-cultural-intelectual se faz presente na especificidade das tantas favelas do Brasil e do Rio de Janeiro, que são verdadeiros espaços de criação de elementos intrínsecos à nossa identidade cultural. Exemplos disso são o samba, que nasce nos morros do Rio de Janeiro, e a música *funk*. Graças às limitações deste trabalho, debruçar-se-á sobre essa perspectiva investigativa tendo por cenário a Maré, entendendo que ela pode ser analisada como uma amostra da produtividade de outras favelas.

A Maré historicamente apresentava uma carência de espaços educativos, porém observa-se que houve nos últimos anos uma expressiva ampliação do número de vagas, impulsionada pelo apelo de moradores e instituições sociais. O território conta hoje com 44 escolas, apesar disso, a oferta de vagas para os últimos anos da educação básica, ainda é insuficiente, sendo esse número mais deficitário no que tange o ensino médio. Em 2019, sua visita ao Museu da Maré, o professor da Universidade de Coimbra Boaventura de Sousa Santos recebeu dos estudantes o apelo pra a criação de mais escolas de ensino médio na Maré.

Uma importante conquista foi a criação do Campus Educacional da Maré, construído entre 2015 e 2016. A Escola Municipal da Paz, investigada na presente pesquisa, é uma das oito que o compõe. Lançaremos um olhar mais apurado sobre essa escola em momento posterior.

Os dados comprovam um avanço em muitos quesitos. Nota-se, porém, que ao lado das melhorias promovidas pelo poder público, ao cumprir seu papel de promotor de bem-estar social, há um visível esforço de instituições e mobilizações populares com vistas à execução de iniciativas promotoras de avanços nas questões urbanísticas bem como de ordem social. Esse esforço constante revela que a Maré, assim como outras favelas, ainda se encontra à margem de algumas políticas públicas.

Um exemplo disso é a Casa Preta da Maré que possui como objetivo principal “criar um espaço de formação teórica-metodológica e política para trabalhar as questões étnico racial no conjunto de 16 favelas que formam a Maré, como forma de enfrentar o racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira” conforme informação do site da organização Redes da Maré.

Exemplo do coletivo de mulheres desde 2016, a Casa das Mulheres da Maré é uma iniciativa que fomenta o protagonismo de mulheres da região, reconhecendo o papel histórico dessas mulheres e o quanto elas são responsáveis pelas lutas

e conquistas sociais dessas comunidades. Mas o entendimento de luta coletiva não tem início nos últimos anos, ele atravessa décadas, como veremos a seguir.

1.2- Um olhar para o movimento feminista - de norte a sul - e suas reverberações na Maré

“Feministas são formadas, não nascem feministas”

(bell hooks)

Pensar nas construções identitárias de mulheres em periferias nos remete às linhas introdutórias de bell hooks, em seu livro *Teoria Feminista- da margem ao centro*, em que a autora inicia seu texto dizendo: “estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal” (hooks, 2019, pág. 23). O curto prefácio muito nos ensina sobre a importância de sabermos em que lugar estamos, em qual lugar nos colocam, mesmo contrário à nossa vontade.

A pensadora feminista negra aborda como pessoas negras viviam a segregação racial norte-americana, em qual medida seus corpos e seus espaços eram delimitados sempre à margem. Utilizando a imagem simbólica de uma linha férrea que separava o território de moradia dessas pessoas, ocupados com barracos ou casas abandonadas da parte da cidade urbanizada onde podiam trabalhar, a autora faz alusão as diferenciações dos verbos estar e viver num território de favela. Essas pessoas podiam *ir*, mas não *viver* no outro lado da margem.

No entanto, o que mais nos interessa nessa reflexão inicial de hooks é a capacidade de olhar por diversos ângulos “olhávamos tanto de fora pra dentro, quanto de dentro pra fora” (hooks, 2019, p. 24). E o que aprendemos com isso? O que nossas meninas-mulheres têm em comum com negros norte-americanos descritos por hooks?

Elas estão à margem, são mulheres de periferias, são “crias” das favelas e quebradas, mas não por isso se veem a margem da sociedade. Essas meninas-mulheres transitam em diferentes territórios sabendo de onde vem e para onde querem ir. A consciência de seus lugares de origem e/ou pertencimento não invalida ou suprime seus desejos e sonhos, isso as faz ter consciência política para subversão de uma ordem imposta. Como bem disse a autora, a periferia é parte necessária para o todo, mas não para manutenção de uma ordem segregadora e sim, para superação desta.

Não muito diferente do movimento feminista negro norte americano, as mu-

lheres das periferias brasileiras já construíram seus espaços, subvertiam as regras impostas por um modelo de sociedade machista patriarcal. A unidade escolar, local de partida (e encontros) das pessoas desse texto, foi cenário de algumas histórias que retratam isso, mesmo antes dela ser institucionalizada pública.

Um dos poucos espaços cobertos que pudessem acomodar mais de 50 pessoas, foi em seu pátio que mulheres trabalhadoras se organizavam e construíam suas pautas de lutas e reivindicações já desde os anos de 1960. Dessas organizações originou-se a primeira creche comunitária para atender aos filhos das mães trabalhadoras que até então organizavam seus trabalhos informais em forma de rodízio para que uma pudesse tomar conta do filho da outra.

Desse mesmo espaço surgiram reivindicações e conquistas por saneamento básico e iluminação pública a partir de coletivos de mulheres, representadas pela Chapa Rosa, que ocupou a Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH) por três gestões obtendo conquistas consideráveis no âmbito da saúde, da educação, do saneamento e da habitação. A favela da Nova Holanda foi praticamente urbanizada e novas instituições (creche, escola comunitária, posto odontológico e cooperativa, a COOPMANH) foram criadas para lidar com projetos específicos que eram implementados nas áreas de educação, de saúde e de habitação.

A construção de luta dessas mulheres, trabalhadoras e moradoras de periferia contradiz teorias feministas criadas por mulheres privilegiadas, na maioria de pele branca e pertencentes a territórios também de privilégios, cuja percepção de realidade dificilmente abarca experiências vividas pela classe trabalhadora residente em favelas, sendo essa uma das maiores críticas do feminismo negro.

Por isso nos interessa entender, na tentativa de decolonizar posturas e saberes, como essas mulheres que protagonizam lutas cotidianas, que partem dos movimentos sociais, das ruas, dos cotidianos urbanos das favelas e não-acadêmicos, pensam o feminismo, se constituem enquanto mulheres e dão conta das suas sexualidades.

MULHERES DA MARÉ

É muito difícil se desconstruir em um lugar onde o tempo todo o que mais se vê são mulheres contra mulheres

(Kika, 21 anos)

Nosso esforço nessa pesquisa foi em tentar entender como jovens veem o “ser mulher” na/da Maré. É fundamental destacar que a presença feminina neste espaço é de grande relevância para as atividades econômicas e sociais, já que segundo levantamento do Censo Maré do ano de 2019 dois em cada cinco domicílios têm uma mulher responsável.

Para esse fim foram entrevistadas sete jovens com média de idade de vinte anos. Por se tratar de entrevista semi-estruturada, havia um roteiro com perguntas pré-definidas e a possibilidade de ampliação das perguntas mediante a condução da entrevista pelas entrevistadas. Nossos sujeitos de pesquisa são ex-alunas ou amigas indicadas por ex-alunas dos pesquisadores.

Achamos necessário dirigir um breve olhar à escola em que essas mulheres estudaram e que é o lócus de trabalho dos autores. A Escola Municipal da Paz⁷ situa-se numa das dezesseis favelas do Complexo da Maré. É uma escola pública que atende a estudantes do chamado Ensino Fundamental 1, entre sete e quatorze anos de idade.

Essa escola, cujo nome real faz referência direta a uma das comunidades do complexo da Maré, é a mais antiga da região. Em seus mais de seus cinquenta anos de existência, ela se afirma como um espaço de tradição e referência do poder público nesse território. Sua história é atravessada pela história da favela como podemos ver na sessão anterior.

A proximidade entre os pesquisadores e essas jovens, assim, longe de se configurar como um entrave, revelou uma potência, já que o diálogo necessário a qualquer pesquisa, como a produção de dados, os cuidados éticos garantidos aos participantes, bem como a elucidação acerca da utilização dos dados coletados em campo, aconteceu de forma mais amena e com maior possibilidade de esclarecimentos necessários. Xs pesquisadores estiveram sempre refletindo acerca da ética na pesquisa, por meio de “aproximação cautelosa, relação afetuosa, interação sigilosa” (TEXEIRA, E. e OLIVEIRA, 2010, p. 9).

7 Nome fictício

Acreditamos ainda que as entrevistas, como técnica de pesquisa, nos permitem

Fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem. (DUARTE, 2004, p. 215).

Tendo feito esclarecimentos acerca da metodologia presente em nosso trabalho, apresentaremos aquelas que partilharam seus conhecimentos conosco. Conforme supracitado, as sete jovens têm relações com a unidade educacional onde foram alunas, todas moram em diferentes favelas da Maré, o que contribui com percepções diferentes do espaço em que vivem. Isso porque cada uma das favelas possui diferentes configurações socioeconômicas e culturais.

O perfil traçado das jovens aponta que seis das sete jovens trabalham. Duas jovens atualmente fazem cursos técnicos, de administração de empresas e enfermagem, respectivamente. Duas jovens estão fazendo graduação ligadas à educação: uma cursa pedagogia e outra educação física. Uma jovem parou seus estudos após concluir o ensino médio e afirma ter muita vontade de retornar aos estudos e fazer faculdade, uma outra jovem cursou até o 9º ano e revela querer voltar a estudar. Uma jovem tem ensino superior completo, mas não revelou a área de formação.

Esses dados rompem com a visão reificada de que moradores de áreas periféricas sempre teriam níveis baixos de escolaridade. De outra forma, a grande parte dessas jovens conciliam estudos e trabalho, confirmando que para xs estudantes das classes populares ao desafio da formação universitária se soma a necessidade de ingresso no mercado de trabalho.

Com relação à identidade e à orientação sexual, cinco das sete jovens declararam ter identidade de gênero feminina e com orientação sexual heterossexual. Duas delas se declaram bissexuais, uma das quais se identifica com o gênero feminino e a outra como pessoa binária. Quanto aos relacionamentos atuais, das sete entrevistadas, apenas 3 estão em relacionamentos atualmente. Duas não responderam se já viveram relacionamentos estáveis. Três já viveram outros relacionamentos estáveis, uma vive seu primeiro na atualidade e uma jovem afirma não ter tido nenhum relacionamento estável até o momento.

Além disso, o próprio convite para a participação de pesquisa foi seguido de um grato reencontro entre os pesquisadores, que antes disso era e sempre continuará na memória dessas jovens como seu antigos professores. A interlo-

ção ex-aluna e ex-professores buscam refletir com essas jovens como elas se questionam sobre a sociedade patriarcal que destina às mulheres sofrimento e opressão, no entendimento de que “recusar-se a reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos.” (LORDE, 2019, p. 243).

Adotaremos aqui nomes fictícios, escolhidos pelas próprias entrevistadas como forma de manter o anonimato tão necessário à pesquisa em Ciências Humanas. Kika, de 21 anos, uma de nossas interlocutoras, aponta para a interseccionalidade, ou seja, quando há a convivência de dois ou mais movimentos identitários, que se interconectam, dialogam e muitas vezes são usados como forma de opressão: ser mulher e ser mulher na favela, para ela :

“é necessário romper muitas barreiras e quebrar esses estereótipos, esses que dizem que meninas de comunidade não têm nenhuma visão do próprio futuro”. (Kika, 21 anos)

Mais uma vez percebe-se que o discurso destinado aos moradores de favela que os caracterizam como seres sem perspectiva de trabalho ou estudo se repetem em relação à leitura feita acerca da mulher da favela, e muitas vezes se intensificam.

Além do preconceito sofrido pelas moradoras dessas áreas de extrema vulnerabilidade social, os arranjos muito comuns à vida na favela, como a convivência com as leis do tráfico de drogas e o quanto este reproduz o domínio de uma sociedade patriarcal também se apresentam como mais um desafio ao bem-estar das mulheres o machismo e o sexismo. A fala de jovens, como Arizona e Kika, revelam essa dificuldade:

“Aqui na comunidade desde muito nova os meninos do tráfico sempre mexeram muito comigo. Eu já deixei de passar por certas ruas pra não encontrar com alguns [...] Chegaram (os traficantes) ao ponto de mexer no meu cabelo e me encostaram. Eu morria de medo até que tive coragem e falei com minha mãe. Assustada com a situação ela foi na boca de fumo e fez reclamação. Graças a Deus isso deu jeito, eles passaram só a me olhar, nunca mais me tocaram”. (Arizona, 21 anos)

“Sim, a sociedade é muito machista, e não é um machismo retratado somente por homens, ainda existem (infelizmente) muitas mulheres que reproduzem esse comportamento. Os homens de comunidade são machistas em toda sua forma, começando por achar que toda mulher é sua propriedade, lançam olhares maldosos e assediam a maior parte do tempo, além de objetificarem a maioria das mulheres, muitos são agressores, e o que vai além é o fato de todos acharem isso normal, então vai virando um ciclo interminável, pais machistas educando filhos a serem machista” (Kika, 20 anos)

As interlocutoras, como moradoras de favela, apresentam-se em alguns aspectos como sujeito de luta frente às opressões que lhes são imputadas desde sempre, e algumas vezes nos mostrando a rede de proteção que as mulheres de diferentes gerações dessa comunidade criaram como forma de resistir, reverberando entre as diferentes famílias, o exemplo de coletivo demonstrado na sessão anterior. Como nos mostra Lola, 21 anos:

“se fosse mãe de uma menina, criaria minha filha da mesma forma que fui criada. Ensinando valores, e, principalmente, o seu próprio valor, onde todo mundo é livre para ser o quiser, que não deve aceitar ser tratada com indiferença e nem ser submissa ao seu companheiro, que relações tóxicas devem ser cortadas”.(Lola, 21 anos- entrevistada)

E Kika, 20 anos:

Como minha principal referência eu tenho a minha avó, mulher negra e periférica, que mal teve os estudos completos, mas criou três netos com muita dignidade junto ao meu avô, e graças a ela eu e meus irmãos crescemos muito bem instruídos, onde uma já é formada em Enfermagem, e dois caminham em rumo ao fim da graduação, quebrando estatísticas.(Kika, 20 anos)

Na fala das interlocutoras, as dores e delícias de viver na Maré estão em constante cruzamento, comprovando a fragilidade de conclusões apressadas. A fala de Cristal comprova esse movimento dual:

“me orgulho de ter sido criada [na Maré], mas morando fora poderia ter evitado traumas como: ver mulheres apanhando na rua de seus companheiros, pessoas serem espancadas até a morte enquanto imploram para viver.” (Cristal, 21 anos- entrevistada)

Sobre esse comparativo, entre morar dentro de uma favela e viver a maior parte do tempo (entre trabalho, estudos e lazer) fora desse território Kika aponta a noção de dentro x fora em relação ao ser mulher onde reside:

“é preciso ter muita força e coragem para enfrentar o mundo, tanto dentro quanto fora da comunidade [...] Eu penso que o problema em si não é morar ou não na comunidade, é necessário romper muitas barreiras e quebrar esses estereótipos, esses que dizem que meninas da comunidade não têm nenhuma visão do próprio futuro.” (Kika, 20 anos – entrevistada)

Ainda sobre essa questão, Chel, 20 anos nos mostra a problemática interseccional que essas jovens vivenciam ao entenderem o quanto a questão de gênero e atravessa e é atravessada pelo fato de serem moradoras de uma favela ,nos remetendo ao que Kimberlé Crenshaw atenta quando aponta as falhas comunicacionais dos movimentos identitários. Segundo nossa entrevistada: :

“o problema em si não é morar ou não na comunidade, o problema é que a sociedade sempre problematiza a vivência feminina, sempre que você tenta falar, tem alguém pra querer calar sua voz.” (Chel, 20 ANOS)

Sobre esse aspecto, a interseccional idade entre gênero e periferia ganha dimensão maior quando atentamos também para a questão da raça. Lolly nos chama atenção para isso em sua narrativa:

Já teve um caso onde a pessoa me julgou só pelo simples fato de ser moradora da maré e até mesmo nunca mais falar comigo. Durante 3 meses me relacionei com um menino e o pai dela virou para mim e ele dizendo " é com meninas assim que você tem que namorar, meninas brancas. Olha como ela é linda, ela é branca" desde esse dia eu nunca mais voltei lá, cheguei em casa e chorei muito pq eu realmente me senti muito ofendida, por vir de uma família negra e não me considerar branca ! (Lolly, 20 anos)

Contudo, observamos a partir das falas dessas jovens mulheres que a despeito do que o feminismo hegemônico nos colocou e coloca a todo tempo que mulheres racializadas são colocadas para fora das disputas ideológicas, inclusive por feministas brancas e homens pretos do movimento preto e que seus lugares de fala também pode ser argumento usado na tentativas de silenciá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a escrita da conclusão do presente trabalho, as duas pesquisadoras pediram licença ao pesquisador por entendermos que apenas o experienciar do que é ser mulher em uma sociedade patriarcal nos capacita a pintar com cores reais a situação de opressão que vivemos todos os dias. Os escritos seguem ainda com lágrimas de quem, na interlocução com xs sujeitos de pesquisa, se depara com os relatos acima.

As palavras das jovens interlocutoras revelam que o ser mulher em nossa sociedade pode ser uma jornada mais ou menos árdua de acordo com o contexto socioeconômico em que nos inserimos, mas que encontraremos em nossos caminhos dificuldades intrínsecas a um padrão feminino criado e reificado todos os dias, que tem entre tantos outros pilares nossa fragilidade, a criação de uma castidade, a necessidade de “ter modos” para sentar, falar ou se portar desde muito pequenas.

O mito da superioridade masculina nos sufoca, assim, todos os dias. Os casos de feminicídio aumentam exponencialmente impulsionados pela certeza da impunidade, bem como pelas palavras daqueles que, em posição de liderança nacional e internacional, se colocam explicitamente como agentes desse projeto nefasto de silenciamento e execução das mulheres.

A canção apresentada no início deste texto, porém, confirma que, apesar do cenário crítico, não vão nos calar facilmente. Nossas irmãs estão em luta há anos por uma sociedade mais justa e igualitária. Lélías, Suelis, Carolinas, Marielles (chamadas pelo primeiro nome intencionalmente, pois estabelecemos com elas uma relação de irmandade que a referência pelo sobrenome desfaz por completo) e tantas outras companheirxs *in memoriam* ou na ativa se fazem presentes no momento mesmo em que as jovens presentes nesta pesquisa e tantas outras se colocam como sujeitos de ação e reflexão.

Por fim, esse texto intenta, com muita timidez, se constituir como mais um dos muitos instrumentos de pesquisa no combate ao machismo e seus males por meio de aporte teórico e do exercício da escuta atenta ao que mulheres jovens moradoras de áreas periféricas estão falando/pensando/fazendo.

Por entendermos que a luta contra o machismo é de todos e não apenas das mulheres, chamamos de volta à conversa o pesquisador, já que “compartilhar pensamentos e práticas feministas sustentam o movimento feminista”. O debate sobre opressões, privilégios e as rotas a serem traçadas a partir das reflexões daí surgidas nos alertam para o entendimento de que “o conhecimento sobre feminismo é para todo mundo” (hooks, p. 48, 2019) e que deve estar em íntimo diálogo com o combate a outras formas de opressão. Como bem nos faz pensar bell hooks, conclamando-nos a refletir sobre o papel do feminismo no mundo, imaginemos com-viver numa sociedade sem dominação, em que as diferenças entre mulheres e homens são entendidas e respeitadas como tal diferenças que são, sem subjugação de um sobre outro, muito pelo contrário, é o ethos que determina tal interação.

Um levante feminista não dará conta sozinho de tal transformação, é necessário que cada um, cada uma, que todxs entendam que se o problema é interseccional, as viradas de chaves também haverão de ser. Nossa luta é contra o racismo, o sexismo, o elitismo e o imperialismo.

É seguindo esse movimento de reflexão/ação que encaminhamos as chamadas “considerações finais”, que longe de apresentarem respostas, deixam indagações para pesquisas futuras na interseção entre mulheres, periferias, sexualidade. A Maré, assim como a fluidez do vai e vem das águas, mostra ainda a necessidade de ruptura com leituras apressadas, já que as coisas, em seus fluxos vitais, estão sujeitas a constantes modificações, negando-se o tempo a receber conclusões padronizadas.

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos, ZALUAR, Alba Zaluar. Um século de favela. 2004

BARBOSA, Jorge Luiz SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como território de reinvenção da cidade. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

Censo Populacional da Maré / Redes da Maré. – Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019

DA MATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues” in NUNES, Edison de O. A aventura sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1978. páginas 23-35.

FAVRET-SAADA, Jean. Ser afetado. Cadernos de campo, n. 13: 155- 161, 2005.

GEERTZ. Clifford. A interpretação das culturas. Basic Blues Inc Publishers, Estados Unidos, 1978.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In:

HOOKS, BELL. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/bell hooks; tradução Bhuvi Libânio.- 8º ed- Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TEXEIRA, E. e OLIVEIRA, I. Cuidados Éticos na Pesquisa. In: MARCONDES, M.I.; TEXEIRA E. e OLIVEIRA, I (orgs) – Metodologias e Técnicas de Pesquisa em Educação. Belém: EDUEPA, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. RBCS Vol. 15 n. 44 outubro/2000.

VARELLA, Drauzio, BERTAZZO, Ivaldo, JACQUES, Paola Berenstein. A Maré: vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 331 p., cap. 2, p. 36-46.

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida- São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Jovens negras na formação de docentes: entre identidades, disputas por legitimação e resistências

*Aline Adriana de Oliveira*¹
*Carolina dos Anjos de Borba*²

INTRODUÇÃO

Como jovens mulheres negras articulam duas identidades? Esta pergunta permeou a pesquisa de campo realizada entre 2018 e 2019 em uma escola pública em Curitiba – PR, em uma turma de terceiro ano noturno do curso de formação de docentes ofertado de maneira integrada ao ensino médio. Observando o contexto escolar, os grupos de socialização, os conflitos e disputas engendrados pelas adolescentes negras dessa turma

Neste texto, discutimos as estratégias, conflitos e legitimações que compuseram o campo observado. A etnografia foi realizada em o início de outubro e o final de novembro de 2018. A entrada, saída, intervalos e aulas dessa turma foram acompanhados, buscando observar como aparecia a questão racial nos discursos de diferentes atores, em especial pela perspectiva das jovens negras que estudavam nessa turma. Em abril de 2019 foi possível retornar a campo observando outro contexto, a sala dos professores, o que permitiu retomar o contato com algumas interlocutoras do campo, duas das quais concederam entrevista em outubro do mesmo ano.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade social em Educação e licenciada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: <aline.adriana.oliveira@gmail.com>.

2 Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (2006), mestrado (2008) e doutorado (2013) em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta na Universidade Federal do Paraná, atuando no Setor de Educação, no Pós-Graduação em Educação e no Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Contato: <carolzinhadosanjos@gmail.com>.

O objetivo do trabalho era compreender a maneira como mulheres negras diziam sobre suas identidades de raça/cor enquanto estudantes da formação de docentes, ou seja, tanto enquanto estudantes quanto como futuras docentes, e o modo como percebiam a influência da escola e dos processos de socialização escolar na formação de suas identidades. Concomitantemente, buscava-se entender de que modo se articulavam os discursos sobre raça, racismo e negritude articulados pela equipe docente.

Há um campo aberto de discussão acadêmica com o qual o problema de pesquisa - e a metodologia adotada - dialogam: o campo dos estudos sobre Educação e Relações Étnico-Raciais. Alguns autores deste campo já se dedicaram a compreender os modos como a escola socializa seus estudantes negros, bem como os conteúdos trabalhados e o trato com a negritude. Há um tensionamento da educação escolar no sentido de refletir suas práticas de conformação de corpos estudantis ideias, bem como de ideologias raciais e conhecimentos/saberes possíveis e, sobretudo, aceitos no contexto escolar e na sociedade, de maneira mais ampla (Louro 1997; Duschatzky; Skliar 2000; Rosemberg 2014; Gomes 2007; Cavalleiro 2006). Para os autores dessa linha, a educação escolar, através dos currículos e práticas, seria um forte incremento na formação das identidades dos estudantes. O que se questiona é a forma como interferiria na formação das identidades das mulheres negras que lá se formam, tendo como pano de fundo um questionamento sobre o papel da escola sobre a conformação da ideia socialmente difundida de negritude enquanto não-positivada e, de certa forma, subalternizada no meio social.

Entendemos que a construção das identidades não se encerra na escola. Em especial no que diz respeito às juventudes, cujas vivências e conflitos envolvem também família, mercado afetivo, grupos de socialização, expectativas de futuro e diversos outros elementos. Pensar tais identidades, portanto, exigiu ir além de refletir o papel da escola. Há os conflitos e agências vivenciados e articulados pelos próprios indivíduos ao longo de suas vidas, fazendo com que (re)pensem as suas identidades em termos dos diferentes marcadores sociais que os atravessam (Hall 2006; Woodward 2014). Neste sentido, as identidades não são fixas, mas fluidas e sobrepostas, interseccionadas pela raça e gênero (Crenshaw, 2004) e se colocam de acordo tanto com os padrões de desigualdade definidos socialmente quanto com o encontro com a alteridade. São as estratégias de autoafirmação e legitimação frente a esse encontro que buscamos aqui discutir.

A metodologia foi adotada por uma necessidade de compreender esse processo complexo e repleto de elementos constituintes, balizadores e conflitantes.

A etnografia permitiu observar as tensões que se colocam quando se afirma uma identidade, sobretudo uma identidade rechaçada socialmente quando reivindicada politicamente – a negritude (Munanga, 2012). A identidade racial e os discursos acerca de sua formação eram não só o objeto de investigação, mas também uma tensão que foi incrementando todo o trabalho de campo, como veremos adiante.

Para compreender tal complexidade, bem como a manifestação dessas identidades, optamos pelo método etnográfico. Pensando as potencialidades da pesquisa etnográfica no contexto escolar, André (1995) aponta a possibilidade de documentar aquilo que é extraoficial, relevar os encontros e desencontros, as ações dos diferentes atores, a linguagem, as formas de comunicação e os significados (re)criados nesse ambiente, permitindo compreender mecanismos de dominação e resistência articulados na escola.

O texto é composto concomitantemente por dados gerados da pesquisa de campo e das entrevistas, entendidas como componentes do campo. O texto está dividido em subcapítulos, que representam os elementos apontados em entrevista por duas interlocutoras como aqueles mais decisivos em seus processos de “construção de si”, entendido como processo se (re)formulação identitária por jovens negras. O primeiro deles apresenta uma discussão mais ampla sobre identidades, contextualizando o debate; em seguida, discute-se o papel da escola nesse processo. Na sequência apontamos a influência e formação de grupos de socialização, da família e afetividades, e da militância política. Incrementando o debate, aparece a questão das expectativas sobre o futuro elencadas por essas jovens negras e discute-se de que modo percebem a influência da identidade racial sobre esses projetos de vida.

No decorrer do texto, ao nos referirmos às estudantes com quem houve contato em campo, atribuímos nomes fictícios referentes a personalidades da cultura afro-brasileira. A primeira é Dandara de Palmares (?-1654). Depois, Tereza de Benguela (S.I. – viveu no século XVIII) e Carolina Maria de Jesus (1914-1976). Após, Esperança Garcia (1751-?), Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Antonieta de Barros (1901-1952). Por fim, Luiza Mahín (S.I. – viveu no século XIX) e Laudelina Campos de Melo (1904-1991).

Identidades de raça/cor

Uma vez que se trata de uma discussão sobre processos de formação identitária, é importante elucidar o que estamos entendendo por identidades. Hall (2006) aponta que as identidades são construídas no âmbito das diversidades,

formulações históricas e sociais sobre a diferença (Hall, 2006; Gomes, 2007; Woodward 2014). Para Woodward (2014) a marcação da diferença ocorre tanto por meio dos sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A pesquisadora indica aponta que tal processo de identificação passa por uma interpelação em relação a uma posição de sujeito. Esse processo nomeia e, ao mesmo tempo, posiciona o sujeito que é, assim, reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos. Para Hall (2006), além disso, há diferentes posições de sujeito ocupadas por um mesmo indivíduo.

Nilma Gomes (2002) concorda com tal proposição, localizando o debate sobre identidades no âmbito brasileiro, pensando sobre as identidades raciais, que a identidade se constrói na relação com o outro, é negociada, intermediada pelo reconhecimento do outro. A pesquisadora aponta, ainda, que é nos âmbitos da cultura e da história que se definem as identidades sociais, dentre elas raça/cor e gênero. “Reconhecer-se numa delas supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Gomes 2003:171).

Para Munanga (2003), a categoria raça diz respeito ao pertencimento étnico, mas além disso se constitui também como uma categoria político-ideológica. No caso das identidades negras, a identidade político-ideológica seria a negritude, a qual, para ele, está circunscrita no imaginário social na mestiçagem. A mestiçagem é entendida pelo autor não como fruto da identificação e preferência de indivíduos em termos de escolha de pares, mas sim por meio de um processo forjado, inclusive forjado enquanto política de acolhida de imigrantes europeus já no período republicano, para que a população se tornasse cada vez mais branca e/ou miscigenada em termos estatísticos – o que é identificado pelos autores das relações étnico-raciais no Brasil como o processo de branqueamento. Aliado a tal ideal, a discriminação racial no país seria velada, não havendo segregação legítima perante a lei, mas um sistemático afastamento da população negra das esferas do poder e o rechaçamento de sua cultura. Construir-se enquanto negra e negro, segundo o autor, supõe as barreiras impostas por uma sociedade marcada pela desigualdade racial e pela discriminação. Raça se trata de uma representação social e não um elemento biológico, como aponta Segato (2005). Para a autora, esses sistemas de representações sociais, no Brasil, são essencialmente discriminatórios contra as negras e os negros.

Por outro lado, o imaginário social racializado seria instigado, segundo Nogueira (2007), por critérios fenotípicos. Esse ‘preconceito de marca’, conforme defende o autor, difere do preconceito de origem por levar em consideração a

‘aparência racial’. Ao mesmo tempo em que é elemento mobilizado para a discriminação, o movimento da negritude enquanto militância propõe apropriar-se dos fenótipos negros e ressignificá-los enquanto elementos políticos, valorizando-os e atribuindo-os à ancestralidade africana. O corpo e o cabelo, tal como ressalta Gomes (2008), são elementos essenciais da identidade negra.

O pano de fundo da pesquisa era compreender como mulheres negras articulam suas identidades, tendo em mente a complexidade do processo de formação identitária das negras e negros no Brasil e a intersecção entre raça e gênero, que marca suas diferentes posições de sujeito no mundo social (Crenshaw, 2004).

Na pesquisa de campo, tendo já observado os grupos de afinidades, os discursos e posturas das estudantes, foi possível identificar que ‘raça’ era um tema que gerava polêmicas e disputas. Foi nesse cenário que houve a aplicação de um breve questionário de autoidentificação de raça/cor para as estudantes, buscando entender como as alunas negras não militantes se definiam, uma vez que boa parte delas nunca tinha se declarado nem havia se colocado em nenhum dos debates sobre raça e racismo. Além de atribuir uma identificação de raça/cor, por se tratar de um estudo sobre a formação de identidades, era necessário observar a forma como essas meninas se definiam sem que precisassem falar para as demais, ou seja, sem serem cobradas pelos seus posicionamentos. Como estávamos buscando entender as particularidades das diferentes possibilidades de ser negra por essas alunas, avaliamos, pelo clima de discordância e desagrado à postura militante de algumas, que estas não se sentiriam à vontade para se expor nesta questão, nem se sentiriam à vontade para descrever sua identidade de raça/cor em voz alta, o que poderia envolver uma construção de narrativa mais elaborada. Foi aplicado um breve questionário, propondo o modelo das perguntas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando aplica o Censo – perguntando como se identificavam dentro das alternativas “branca”, “preta”, “parda”, “amarela”, “indígena”, também pedindo para se identificarem para além das alternativas, propondo que elaborassem em suas próprias palavras.

Na aplicação do questionário foi possível observar uma movimentação na turma. Algumas alunas perguntaram se poderiam marcar mais de uma opção na questão fechada e o que deveriam colocar na questão aberta. Há, portanto, tanto uma dificuldade em definir sua classificação em uma categoria discreta quando em nomeá-la livremente. As militantes negras, porém, não tiveram essa dificuldade, sendo precisas em marcar “preta”.

As pessoas que tiveram dúvidas na aplicação foram aquelas que marcaram a opção “parda”. Uma estudante identificada como branca perguntou, em voz

alta, para uma amiga (voz alta o suficiente para que toda a turma ouvisse seu comentário) se deveria marcar a opção “parda”. De fato, ela marcou, mas sua amiga disse que achava que era branca. Tereza, uma estudante negra que se identificava como militante política, ouve e responde: “não existe pardo, pardo é papel, e você é branca”. Imediatamente a menina muda a opção e assinala “branca”, não preenchendo a questão 2.

Sobre os resultados: Laudelina se identificou ao mesmo tempo como branca e parda, ressaltando com a caneta a resposta ‘parda’ e não escrevendo nada na segunda pergunta. Antonieta se declara parda e escreveu: “sou mais para a cor de café”. Luíza assinalou parda e se descreveu como “cor de café com leite, mais puxada para o café”. Mariana colocou ‘preta’, afirmando: “Me defino morena”. Maria Firmina se identificou ‘preta’ e afirmou: “Eu amo a minha cor, minha cultura, eu defino minha cor do jeito que gosto”. Carolina marcou preta e descreveu sua raça/cor dessa forma: “Minha cor, eu consigo definir em apenas uma palavra: RESISTÊNCIA!”. Dandara se descreve preta. Ela escreve um parágrafo sobre o tema: “Eu defino minha cor como linda, porque aprendi a amá-la. Depois eu a classifico como uma grande fonte de representatividade. A cor negra é a vitamina que alimenta o processo da vida. A melanina é a proteção do corpo humano!” (Circulou a opção “preta” da questão 1 com vários desenhos de coração).

Com exceção de Luíza, que imaginávamos que se declararia branca, por conta do seu grupo de amigas e pertencimento de classe, além de nunca ter se posicionado sobre o tema, as respostas descritas até aí seguiram como imaginávamos. A identidade de Luíza provocou um autoquestionamento e a reflexividade da posição de “militante” em campo: a heteroidentificação de Luíza seguiu o colorismo³ - perspectiva que divide os negros entre “mais claros” e aqueles com a pele mais retinta, em geral utilizada no para destituir e excluir esses negros de pele clara do movimento - para classificar uma aluna em campo.

O problema do colorismo aparece também na resposta da aluna Tereza ao questionário. Tereza é uma negra de pele clara e cabelo Black Power, que constantemente é questionada sobre sua identidade de raça/cor, como conta em entrevista. Tereza marca a opção “preta”; na descrição escreve “preta, preta, pretinha, *afrobege*”, que seria a forma pejorativa pela qual os militantes que se valem do colorismo chamam as pessoas negras, porém com a pele mais clara, ou seja, os mestiços.

3 Colorismo aqui é entendido enquanto modo de classificação de negras e negros através da tonalidade da pele, usando o critério pigmentocrático para estabelecer relações de validação de identidades enquanto negritude.

Para além dessa questão do colorismo, uma última resposta surpreendeu. Esperança, cuja pele é retinta e cujo grupo de amizades circunda as “militantes”, assinalou a opção “amarela”: “às vezes eu me olho e me sinto ‘amarelada’”. (É uma resposta sincera)”, escreveu.

Além da questão do colorismo em si, quando a aluna branca quer assinalar ‘parda’ e é repreendida por Tereza, outra questão aparece, aquilo que Gomes (2002) afirma: a identidade negra não se constrói sozinha, ela é relacional e diz respeito a um pertencimento a uma comunidade negra, ou seja, se trata de uma identidade coletiva. Nessa perspectiva, a postura de Tereza e os olhares de reprovação de Carolina e João para a menina branca que perguntou se deveria marcar “parda” reivindicavam a sua legitimidade frente à negritude enquanto pertencimento comunitário e não como cor de pele bronzeada, como comenta Tereza após o episódio. Ser negra, para as alunas militantes, parecia estar associado a partilhar dessa identidade e das vivências de resistência frente ao racismo.

Escola e expressão das identidades de raça/cor

As tramas aqui descritas se desenrolam num espaço específico, espaço este que se constitui enquanto lugar de pertencimento, recusa, (des)engajamento, resistências, estratégias e agências pelos jovens – a escola (Pereira, 2010). Neste sentido, se faz necessário entender qual o papel da escola na conformação das identidades negras.

Pensando o carácter social e cultural da educação, Duschatzky; Skliar (2000) apontam que a educação escolar está envolta pelo paradigma da modernidade, que se desenvolveu através do controle da alteridade e da construção de fronteiras fixas entre “nós” e “outros”, sendo esse “outro” fonte de perigo. A crença no outro como origem de todo mal teria sido o mito constitucional da educação, cujo propósito era eliminar e corrigir as “falhas” (Duschatzky; Skliar, 2000).

Outros pesquisadores do campo da educação, como Gomes (2007), Arroyo (2015) e Walsh (2009), apontam a origem do pensamento educacional ocidental inscrito na lógica da dominação colonialista e do eurocentramento do saber, que desvalorizou conhecimentos e saberes daqueles considerados “diversos”. Para Walsh (2009), a partir da colonialidade, as diferenças seriam marcadas por oposições binárias, como homem/mulher, branco/negro, saber científico/saber tradicional, sendo sempre o primeiro termo da oposição tomado como norma em detrimento do segundo. Tal estrutura se manteria ao passo em que estabeleceu a racialização das posições de poder e saber (Quijano, 2005).

No suposto de que educação escolar, além de promover o conhecimento científico, atua como importante esfera de socialização, inclusive refletindo desigualdades e preconceitos, temos que ela atua no processo de construção identitária dos estudantes (Gomes, 2007), o que não elimina a agência dos sujeitos e a influência dos demais espaços de socialização. A relação professor-aluno, as vozes e os silenciamentos constroem uma escola que é forte elemento na formação das identidades.

Nesse entremeio, Cavalleiro (2006) aponta que o material pedagógico, um universo semântico pejorativo em relação aos símbolos da negritude, a ausência da diversidade racial na composição do corpo docente e a minimização das consequências do racismo, elementos encontrados em suas pesquisas sobre educação e relações raciais, reprisariam a racialização enquanto desigualdade através da educação. Uma escola cujo referencial é todo em torno da branquitude geraria, segundo Cavalleiro (2006), uma inadequação social das alunas e alunos negros. Esse processo ilustra o que a Gomes (1996) diz ser a rejeição da possibilidade de manifestação de uma identidade negra, ou, nos termos de Munanga (2012), a negação da negritude. Gomes (1996) afirma que, por vezes, a discriminação não se manifesta sob a forma de agressão explícita, porém se faz presente como um discurso, que perpassa as práticas. Por isso o recurso ao silenciamento parece ser acionado nesse âmbito, tal como o enunciado da igualdade (GONÇALVES, 1985). Compreender a construção da trajetória das alunas negras passa por considerar a influência de situações de racismo e discriminação no próprio ambiente escolar.

Pinto (1993) retoma tais dados e assume ainda na década de 1990 a existência de um ambiente escolar hostil e indiferente aos problemas enfrentados pelas crianças negras, sendo tal hostilidade detectada via currículos, materiais didáticos, relação professor-aluno. Cita a pesquisa de Oliveira (1992 apud Pinto, 1993), na qual, em uma dinâmica sobre relações raciais na escola, um grupo de educadores teria chegado a respostas para o já constatado racismo diante das crianças negras. Suas falas vão ao sentido direto da culpabilização dessas crianças: “a criança negra é tímida”, “não sabe enfrentar a discriminação racial”, “a criança negra se autodiscrimina”, “a criança negra se retrai”.

Tomando outra perspectiva e investigando a relação entre raça e educação a partir de dados estatísticos, Rosemberg (1987) propõe uma reflexão sobre as desigualdades educacionais no Brasil em termos de raça. A autora analisa as relações raciais e o rendimento escolar através dos dados da PNAD de 1982 e do Censo de 1980 do IBGE. Naquele contexto, o alunado negro apresentava índices de exclusão e repetência maiores que o dos brancos, sendo as crianças negras excluídas mais cedo dos sistemas de ensino e tendo trajetórias escolares mais

acidentada em relação à da criança branca, com maiores reprovações e períodos de abandono da escola.

Valverde; Stocco (2009) atualizam os dados dos anos 1980 e 1990, apontando que as políticas de ampliação do acesso ao ensino fundamental não erradicaram a diferença de anos de escolarização e em nenhum dos indicadores educacionais a escolarização dos negros ultrapassou a dos brancos. Diante dessas políticas, a distorção idade-série foi reduzida para a metade entre 1993 e 2007; porém os estudantes negros continuavam tendo duas vezes mais chances de estarem dois anos ou mais atrasados em relação a sua série.

As pesquisas apontaram a diferença educacional entre brancos e negros tanto em relação a anos de escolarização e oportunidades quanto no sentido das relações entre escola e negritude. Indicam ainda atribuição do fracasso escolar “à desestruturação familiar, à condição socioeconômica ou à necessidade precoce de se inserirem no mercado de trabalho, sem considerar o peso que o pertencimento racial tem sobre suas trajetórias.” (Valverde; Stocco 2009).

Pensando no contexto da pesquisa realizada, escolhemos trabalhar em escola pública e investigar em específico o curso de formação de docentes integrado ao ensino médio. Tivemos o aval da direção para realizar o estudo em uma escola localizada na região central da cidade – uma das escolas normalistas mais antigas do estado. Sendo uma escola centenária, essa instituição conta sua história através de sua arquitetura e do *hall* de antigos diretores, logo na entrada. Todos os dias os alunos, professores e funcionários da escola passam por mais de 50 quadros dos ex-diretores e professores notáveis, desde o final do século XIX, antes mesmo da abolição da escravatura no Brasil. Dentre os rostos expostos, há somente um professor negro. Há cinco mulheres, nenhuma negra; de resto os professores são homens brancos. A história que a escola narra, em suas paredes, é a de uma instituição de excelência constituída majoritariamente por homens brancos.

Na primeira visita à escola, na qual houve contato com os pedagogos e com a direção, percebeu-se que, ao falarmos o tema e a metodologia de pesquisa, imediatamente o pedagogo que recebeu a proposta se interessou, chamando outra pedagoga para ouvir sobre a pesquisa e contando que havia uma turma no período noturno que tinha várias alunas negras que, em suas palavras, seriam “meninas engajadas”, “mais militantes”, mas que “às vezes exageram”, em especial no conflito entre elas e o único menino da sala, que, segundo ele, era “um menino alto, forte, que botava medo, mas que não fazia mal a ninguém”. Esse pedagogo disse que seria interessante que a etnografia focasse essa turma para, além de fazer pesquisa, ajudar a resolver esse conflito. Diante do projeto de

pesquisa em mãos, bem como das recomendações e termos de sigilo, a diretora, autorizou o projeto, exigindo tal contrapartida. Como se pode observar depois, a disputa entre os estudantes se dissolveu, ficando a relação de ambos marcada por uma denúncia do discurso contra a negritude no cotidiano escolar.

O primeiro contato com a turma foi através de uma terceira pedagoga, que apresentou a pesquisadora dizendo que acompanharia as aulas e que estava fazendo uma pesquisa sobre as alunas negras na escola. Nesse momento, algumas alunas que se identificaram como negras comemoraram. Durante a aula estavam acontecendo apresentações de trabalho sobre o tema “preconceito”. Algumas alunas, dentre elas Tereza e Carolina, e duas colegas que eu identifico como brancas, apresentam seu trabalho cujo título era “O preconceito mata”, apresentando dados sobre genocídio da população negra, o negro no mercado de trabalho, violência policial. Tereza e Carolina contam casos de racismo dos quais tomaram conhecimento e outros dos quais elas mesmas foram vítimas. Enquanto isso, parte da turma conversa, outra parte mexe no celular, outra presta atenção.

Fica evidente que Tereza e uma das suas colegas brancas são militantes políticas. Tereza usa cabelo Black Power, brincos que representam pentes-garfo e camisetas com frases como “lute como educa”. Assim que ela começa a falar, era perceptível o desdém por parte das outras colegas. As outras meninas da turma parecem não dar crédito ao que ela fala, e, quando ela fala, não é ouvida.

Como Tereza contou no momento da entrevista, o fato de ter a pele mais clara influencia diretamente na percepção dos demais sobre sua identidade. Carolina se coloca muito menos que Tereza, no sentido de verbalizar muito menos uma contestação ou um descontentamento em relações a discursos e opressões do cotidiano escolar. Mas, quando Carolina – que tem a pele retinta - fala, as pessoas a ouvem.

Depois da apresentação delas, outro grupo, composto por Esperança e uma colega branca, inicia seu trabalho sobre intolerância religiosa. Esperança é inicialmente identificada como negra. Ela tem a pele retinta, porém seu cabelo é liso. Esperança tem os traços que são atribuídos como características do fenótipo negro. O tom da apresentação das duas, porém, é muito mais ameno que o da apresentação anterior: as meninas falam sobre o preconceito contra os evangélicos, da forma como a religião cristã as ajudou, dos comentários maldosos sobre sua crença e sobre as doutrinas das diferentes igrejas evangélicas. Em momento algum as alunas falam sobre racismo religioso, por exemplo, ou sobre as religiões de matriz afro-brasileira. Quem fala sobre o preconceito religioso contra a Umbanda é Carolina, que pede a palavra para contar dos casos de terreiros invadidos e destruídos.

Os primeiros minutos na turma, vendo a apresentação do trabalho “O preconceito mata”, já mostraram que ser uma mulher negra não é uma coisa única no cenário que eu estava estudando; a vivência dessas mulheres negras é múltipla, e é interseccionada pelas outras posições de sujeito ocupadas por essas meninas, tais como de esposa, como no caso de Esperança, de professora, no caso de Carolina, de militante política, como Tereza, de trabalhadora, como Dandara. Portanto, a primeira armadilha desse jogo de identidades que me apareceu em campo foi uma tendência à generalização, armadilha contornada por meio do diálogo mais aberto com as demais estudantes da turma.

Pensando em especial nos discursos elaborados sobre raça pelos profissionais da escola, ocorreu que no dia 20 de novembro, durante o intervalo das aulas, as alunas ficam na sala no intervalo para terminar os trabalhos. Enquanto isso, no corredor, era possível observar cartazes sobre o Dia da Consciência Negra. Alguns deles diziam “Vidas Negras Importam” e traziam dados informativos sobre a segregação racial no Brasil. Enquanto tirava fotos desses cartazes, uma das pedagogas pergunta o porquê das fotos, num tom acusatório de desconfiança. Diante da explicação sobre a pesquisa, a pedagoga diz que queria colar em cima um cartaz que dissesse: “todas as vidas importam”.

Parecia de fato haver um incômodo dentre professores e pedagogos com a negritude expressa em termos de militância política e reivindicação. Quando expressa em termos amenos, não incomodava.

Grupos de socialização entre as jovens negras e a influência da raça/cor

Quando a turma em questão tinha aula na sua sala habitual era perceptível que os grupos de afinidades demonstravam uma divisão por raça/cor e do espaço. As alunas negras “militantes” e João se sentam de um lado; as demais meninas negras e as alunas brancas sentam do outro lado. Há um corredor vazio entre os dois lados. Optou-se por acompanhar as aulas, num primeiro momento, na carteira próxima à do professor, à frente da sala, local no qual poderia ver a turma toda e perceber quem interagia com quem, quais eram os grupos de amizades. Logo atrás se sentam Dandara, João e Esperança. Atrás de João, está Carolina, próxima à sua prima Tereza. Todo esse grupo interage entre si durante as aulas, intervalos, entrada e saída da escola. A briga que o pedagogo havia comentado se estrutura em torno de João e Tereza, que constantemente tem pequenas discussões por conta do suposto apoio de João ao presidenciável Jair Bolsonaro, a quem Tereza atribuía discurso e políticas racistas e homofóbicas. Do outro lado da sala, há outro grupo de meninas negras que interage prioritariamente com as meninas brancas que se

sentam nas carteiras ao seu redor. Mas essas amigas parecem ser colocadas à prova em determinados momentos, quando o assunto é raça/cor.

Numa aula de filosofia, o professor fala sobre o “politicamente correto”. Uma aluna branca pergunta qual a diferença entre falar preto e negro. Essa menina é amiga de Maria Firmina e Antonieta. Começa uma discussão na sala sobre como se deve chamar, de ‘preto’ ou ‘negro’. A menina branca diz: “se eu sou negra e chamo de preta ou preto, não é preconceito, não tem problema, mas se eu falo [enquanto branca], tem problema”. Maria Firmina diz que para ela a denominação correta é negra: “eu sou negra, mas tenho a pele mais clara”. A menina diz: “não, você não é negra, é parda”. Carolina e Tereza reagem: “não existe pardo, pardo é papel!”. Enquanto acontece essa discussão, Dandara pergunta ao professor qual embasamento ele usa para afirmar sua posição nesse debate, sendo que o professor fala que ‘preto é cor’, o correto é chamar de ‘negro’.

Maria Firmina se identifica como uma mulher negra e defende tal posição. Mas, ainda sim, é questionada por suas próprias amigas brancas quanto à sua identidade e, quando a reafirma, é rechaçada. Maria Firmina interage prioritariamente com o grupo de meninas brancas. Ela tem longos cabelos cacheados, que utiliza sempre com bastante produto fixador para tirar todo o volume e ficar todo alinhado. A esse mesmo grupo de amigas, que, ao mesmo tempo, é o grupo composto pelas meninas brancas de classe média e pelas meninas negras que não demonstram uma postura militante, pertencem Antonieta e Luíza. Antonieta usa um visual parecido com o de Maria Firmino. Depois de algumas visitas em campo ela passou a alisar os cabelos com mais frequência. Luíza performa uma condição financeira superior a todas as outras estudantes, com exceção de sua melhor amiga, branca, que sempre se senta ao seu lado. Luíza tem cabelo liso e pele mais clara.

Nesses grupos de afinidades e tentativas de legitimação são notáveis alguns fatores relevantes na definição das identidades raciais dessas jovens: a cor da pele importa, assim como a textura dos cabelos – a aparência racial, conforme aponta Nogueira (2007); a condição social é também decisiva nas relações entre as jovens, se estruturando amizades entre aquelas que performam condições de vida semelhantes; há um custo em termos de amizades possíveis quando se reivindica a militância política em torno de “ser mulher negra”. Algumas estudantes parecem optar por estratégias de microresistências neste sentido, reivindicando a identidade em determinados momentos ou então ignorando tal enquanto formador de sua subjetividade, outras parecem assumir tal risco e contestar constantemente discursos e práticas que entendem como impasses à luta antirracista.

Contexto familiar, afetividades e questão racial

Quando perguntadas em entrevista, Tereza e Dandara indicaram uma formação identitária permeada por vivências de racismo e desamparo desde a infância. A isso relacionam o papel, além da escola, da família. O tema “família” era mobilizado para falar do desamparo no sentido subjetivo, e das diferentes formas de opressão vivenciadas ainda na infância. Além da carência de suporte financeiro, que as impeliu logo cedo a conciliar trabalho e estudo, são trajetórias carregadas pela experiência do preconceito racial. A esse desamparo por parte da família as interlocutoras verbalizam a formação de uma autopercepção de incapacidade, gestado neste meio, mas sentido, segundo elas, em diversas situações, em especial no processo de escolarização, ainda no presente.

Vencer o que consideram ser tentativas de silenciamento é um modo de autoafirmação em outra chave para recuperar uma imagem de confiança. Nas falas e na observação de campo, essa imagem de si parecia estar associada ao uso político do corpo, principalmente do cabelo, como instrumentos de afirmação de uma identidade de mulher preta, como elas chamam. O corpo é mobilizado como suporte para afirmações identitárias. Em uma ocasião em campo, uma professora elogiava o cabelo de Maria Firmina, que é cacheado, longo, usado com efeito molhado, com o volume sempre controlado. Em 2019, Dandara conta que cortou o cabelo para deixá-lo crescer com a textura natural, usando o Black Power. Os antigos elogios, que ouvia quando estava com o cabelo trançado, transformaram-se em comentários racistas, a sugerir que o fenótipo, mais propriamente o cabelo, apresentam-se como arena de disputas simbólicas. Tereza conta que, na mesma semana em que conversamos, ela foi alvo de racismo quando a proprietária da escola na qual trabalhava sugeriu que ela usasse lenços (turbantes) para esconder o seu cabelo crespo. A mobilização de elementos da estética corporal como exercício de resistência a faz ativar memórias da infância, pelas discussões que o cabelo provocava na família.

Eu ouvia da minha mãe que meu cabelo tinha que estar preso, porque ele era feio, porque as outras pessoas não iam gostar de ver um cabelo assim. Que eu precisava sentar na frente porque eu não enxergava e, se eu usasse meu cabelo natural, eu ia atrapalhar o aprendizado das outras crianças. Então eu sempre cresci com essa preocupação de que: “poxa, eu vou atrapalhar, o meu cabelo vai atrapalhar”. “Eu sou assim, mas eu não posso ser”. Atrapalhava, por exemplo, a visão das outras crianças,

porque as outras crianças não conseguiam enxergar o quadro, mas eu falava: “eu também não consigo enxergar, e aí”. Só que eu tenho um problema de visão, é outra coisa. Tiveram que chamar a minha mãe pra reclamar, falar: “olha, dá um jeito porque não dá”. E é uma forma de fazer com que você não reconheça a sua própria identidade. Quando eu descobri como era o meu cabelo solto eu gostava muito dele, mas de tanto ouvir que ele era feio e que ele atrapalhava, que pra ser bonita eu teria que ter o cabelo liso, com dez anos eu alisei o meu cabelo e ele quebrou inteiro, é um cabelo muito sensível. Eu tive que cortar o meu cabelo extremamente curto, aí já entrou outra questão: “menina macho” (Tereza, 22 anos).

Tratando de outro aspecto da experiência familiar, Dandara conta que teve pouco apoio de seus pais para seguir nos estudos, mas que, apesar dessa falta de incentivo, continuava estudando e buscando se aperfeiçoar cada vez mais. Ambas contam que precisaram desde cedo conciliar trabalho e estudos. No caso de Tereza, a situação financeira ficou particularmente mais complicada por ter saído de casa aos 15 anos por conta de conflitos com a mãe, e que não obteve apoio seu ou do seu pai, que, separado de sua mãe, não a acolheu nesse momento. Tereza atribui os conflitos com a família à sua resistência em “ser quem ela é”, uma mulher negra, lésbica e militante.

Sexualidade foi um tema que impactou não só a relação familiar. As afetividades amorosas em termos mais gerais também foram elementos elencados pelas interlocutoras no campo e nas entrevistas. Em campo, Maria Firmina confessou que estava namorando e falava com frequência das coisas que seu namorado fazia por ela, num tom orgulhoso, como que contando sobre uma vitória pessoal. Tereza conta que já foi trocada por mais de uma vez por suas parceiras, que não queriam assumir com ela um compromisso, mas o faziam rapidamente com outra menina branca. Dandara, em campo, conta que quando estava passando pela transição capilar e assumindo seu cabelo *black*, percebia uma rejeição de parceiros em potencial ao seu visual, mas que quando trançou seu cabelo, por outro lado, passou a ser assediada. No momento da entrevista, Dandara estava namorando com um rapaz negro, que cedeu espaço para que fizéssemos tal entrevista. Ela falava com orgulho também do relacionamento, indicando a importância de ter um parceiro que compreendesse a sua militância e acreditasse nos mesmos ideais. Hipersexualização, mercado afetivo e preterimento apareceram nas falas dessas mulheres enquanto componentes das suas experiências de afetividades.

Ideias sobre militância e ativismo por jovens negras

Outro tensionamento da pesquisa se deu no sentido de investigar as noções de militância e engajamento e os discursos defendidos pelas meninas negras. A composição da turma na qual se acompanhou as atividades mostrava indícios acerca desse tema. Nela, havia apenas um menino (negro) e o restante composto por alunas (cerca de 20), dessas, metade havia se identificado no questionário como pretas e pardas. Percebemos que as indicações do pedagogo e da direção sobre quais eles viam como “militantes políticas” coincidia com um estereótipo muito associado à imagem das meninas.

Era o caso de Tereza, que usava cabelo Black Power, brincos que representam pentes-garfo e camisetas de sindicatos, partidos ou coletivos. Carolina, prima de Tereza, seguia o mesmo estilo, apesar de não ser filiada a partido ou movimento social. Apesar de serem primas, os grupos de amizades e as posições políticas de ambas são distintas. Tereza criticava o então candidato à presidência Jair Bolsonaro, enquanto Carolina falava da atuação da polícia local. Em um dos relatos de racismo dos quais tomaram conhecimento, Carolina conta o caso da invasão pela polícia de um baile e agressão de seus organizadores. Esse baile é referência na cidade de Curitiba como reunião da população negra da cidade, sendo conhecido por tocar ritmos como *Black*, *soul*, passinho, samba e promover encontros, danças e estética típica negra, reunindo a militância negra da cidade, tanto a militância ligada às universidades federais quanto a militância dos mais velhos, membros de organizações e associações negras mais antigas. Carolina conhece os militantes negros, tem contato com eles. Tereza, por outro lado, cita casos que vão além do âmbito local, como o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. Tereza, conforme ficou sabendo mais tarde, é uma militante ligada a um partido político.

Além dessa diferença de posicionamento e de ligação com a militância, Carolina é negra de pele retinta, enquanto Tereza tem pele mais clara. Tereza é a aluna mais engajada politicamente e com a qual houve contato. Por ter a pele mais clara, ela afirma que era questionada pelos demais, que não a viam como ela mesma se declarava, uma mulher preta, deslegitimando sua fala quando essa identidade de raça estava em pauta.

Dandara conta que participa de um projeto que oferece cursinho pré-vestibular exclusivamente para os jovens negros, apontando que tal projeto mobiliza, em suas reuniões, toda a rede de militantes negros no contexto da cidade de Curitiba. Por conta do público-alvo escolhido, Dandara diz que pode ser que o movimento seja visto como racista. Após contar que faz parte desse movimento social, Dandara pergunta se a primeira autora frequenta o movimento. Fica im-

plícito que ela se refere ao movimento negro. A resposta é negativa, ao que ela responde: “é complicado... algumas coisas são complicadas. Eu, por exemplo, não concordo com tudo”. Após, Dandara fala que seria interessante visitar uma dessas reuniões, fazendo uma cobrança por posicionamento.

Entendemos que para essas mulheres que raramente demonstravam uma postura de resistência em seus discursos, ou seja, não se opunham em sala a eventuais frases racistas, não se colocavam no debate (exceto Carolina, que uma vez se posicionou), ser mulher negra vai além desse embate discursivo. Muito mais associado a ter que gerir sua vida, se virar, se manter, e engendrar formas de resistências pequenas em seu cotidiano, visando caber nos espaços institucionais aos quais necessitavam, como a escola em que estudavam e a escola em que trabalhavam.

Diante das situações de racismo e das tentativas de afirmação, as interlocutoras entrevistadas diziam: “Ser mulher negra é... ser resistência”. As jovens apresentaram essa resistência tanto como um processo de tornar-se negra e passar a vivenciar uma luta contra o racismo e o sexismo no seu cotidiano, quanto como uma militância política que perpassa a articulação com movimentos sociais. A resistência descenderia, segundo essas falas, de um processo de construção da autoestima enquanto mulheres negras.

E o que é esse processo?

De aceitação, de defender o que eu sou, de ouvir e muitas vezes buscar desconstruir aquilo que tá nos outros, porque é uma rotina diária, e de também entender. [...] são anos de estudo. Então é muito auto, o conhecimento ele é autopercepção daquilo que você vive. Toda maturidade – pela experiência de vida que eu tenho – a maturidade vem através do sofrimento, se você não sofrer você não vai aprender. (Dandara, 18 anos).

Questionada sobre o que é militância, Tereza responde que se trata de um dos componentes de sua identidade, uma forma de resistência. Apesar de ser filiada a um partido de esquerda, comunista, para Tereza, a militância acontece muito mais na forma de enfrentamento diário do que via partido, ou ação política coordenada. “Independente se eu tivesse a consciência política que eu tenho, eu continuo sendo uma mulher preta, sapatão, umbandista, e a sociedade não vai me deixar esquecer isso...”, diz ela.

Militar enquanto verbo, para as interlocutoras com quem houve diálogo, significa esse reconhecimento enquanto mulheres negras e essa postura de resis-

tência frente ao racismo, sexismo, hipersexualização, preterimento, sentimento de incapacidade e silenciamento pelos quais passam. Resistência é enfrentar dia a dia os comentários racistas, a desconfiança contínua, e seguir se fortalecendo através da busca de pares.

Projetos de futuro

As interlocutoras entrevistadas indicaram que sua construção identitária e sua resistência passam pela formação e profissão, como futuras professoras da educação infantil. Como observado, as mulheres que se identificam como pretas na pesquisa usam cabelos, roupas e acessórios como formas de reivindicar e exaltar um ideal de negritude. Elas usam tal estratégia em sua atuação profissional, como forma de criar outra imagem para as crianças sobre a negritude, agora numa acepção positiva.

Eu acho que é uma questão muito forte frente às crianças. Eu tenho uma só criança que tem o cabelo crespo onde eu trabalho, uma criança. Ela olha para mim e quando eu coloquei trança ela falou: “porque seu cabelo não tá igual o meu?” A única referência que ela tem sou eu. Eu tento ser para ela aquilo que eu não tive, entendeu? Porque eu lembro que para as minhas professoras brancas, na escola eu era sempre a criança que atrapalhava (Tereza, 22 anos).

Acreditar que você pode representar esses que não “existiam” é muito forte. É forte para mim porque eu sou uma professora que está lá na frente falando com meu cabelo *Black Power* para eles, e eles me conhecerem como a portadora do conhecimento que está ali na frente, eles acreditando em mim, é muito forte, assim, eles até olham pra mim e falam: “nossa professora, como que você fez esse cabelo, que eu também quero! É muito diferente seu penteado, é muito bonito!” (Dandara, 18 anos).

A carência de referências que lhes servissem de exemplos na memória da infância surge assim como dificuldade de aceitação de um corpo que parece ser a todo momento rejeitado pelos demais e, conseqüentemente, por si mesmas. Pergunto se a escola influenciava essa percepção sobre si. Tereza responde:

Você se sente desmotivado, sabe? Por mais que às vezes não aconteça um caso, assim, um racismo bem explícito, mas você olha em volta, os professores, a coordenação, quem está lá em cima, não tem nenhuma pessoa igual você, nenhuma. Nossa, várias vezes de eu parar e me perguntar: “nossa, mas o que eu estou fazendo, para que? Eu não vou chegar lá aonde eles estão”. Eu acho que todo o ambiente acaba influenciando dessa forma (Tereza, 22 anos).

Indagadas sobre o que significa serem professoras, a resposta de Tereza sugere insegurança acerca das situações de racismo que já enfrentou e que pode vir a enfrentar ao longo de sua profissão. Várias vezes ao longo de seu relato ela fala da vontade de revidar e se colocar expressamente contra o racismo, porém, entra em conflito com a necessidade objetiva de trabalhar. Tereza conta ainda que sua supervisora na escola em que trabalhava chegou a pedir que usasse turbantes para esconder o cabelo crespo *Black Power*. Já Dandara observa a situação de uma maneira otimista, identificando que a possibilidade de representar e defender as crianças negras se sobrepõe às possíveis situações de racismo a serem enfrentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado buscou compreender processos de formação identitária de jovens negras, elegendo a trajetória escolar como forma de acessar as socializações que se dão no espaço da escola. Entende-se que a construção das identidades é um processo relacional, que reclama representações coletivas, dizendo respeito a grupos, que disputam a legitimidade das suas formas de se representar.

Na pesquisa com a escola de formação de docentes, enquanto houve convívio com essas estudantes negras matriculadas no curso, foi possível colher alguns indícios sobre a forma como a instituição se coloca frente a tais processos de construção de identidades negra. A negação e a aceitação da diversidade dos alunos, sobretudo no que toca a questão racial, mostra-se muito ambígua. A julgar pelas associações de problemas com alunas “militantes”, ou sobre quando o tema raça emerge durante as aulas, ou ainda o modo como os corpos são representados e percebidos pelos agentes responsáveis pela escola, é possível observar que por meio de práticas, estes legitimam e deslegitimam pleitos e comportamento das jovens. Em outro sentido, a análise das relações sociais entre as alunas, ou entre alunas e professores, evidenciam como a identidade

negra é também essencializada. Ao que as evidências sugerem, a instituição parece ter dificuldade em lidar com essas identidades cada vez mais articuladas enquanto elemento de mobilização política.

Em contrapartida, a educação surge como um recurso mobilizado pelas mulheres negras dessa escola como componente de suas identidades e militâncias. É por isso que, para elas, ser professora negra, vai além de um projeto de carreira profissional, é também um projeto de vida, que serve como militância. Desse modo, atuar como docentes significa ao mesmo tempo, ofertar um exemplo para crianças negras e lutar contra o racismo que se manifesta.

As resistências dessas estudantes-educadoras, em resumo, passam pela articulação com as memórias da infância, com o cotidiano da vida e do trabalho, para dizer o quadro social mais amplo em que estão inseridas. Estes são os elementos mobilizados na reivindicação de uma identidade negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. (1995). *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus Editora.
- ARROYO, M. (2015). Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. *Educar em Revista*, 55, 47-68. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39832>
- BENTO, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: M. A. S. Bento et al. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 5-58). Petrópolis: Vozes.
- CAVALLEIRO, E. (2006). Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. In: Brandão, A. (org). *Saberes e fazeres: modos de ver* (pp. 82-95). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho.
- CRENSHAW, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. (org). *Cruzamento: raça e gênero* (pp. 7-16). Brasília: Unifem.
- DUSCHATZKY, S.; Skliar, C. (2000). Os Nomes dos Outros. Reflexões sobre os Usos Escolares da Diversidade. *Educação & Realidade*, 25(2), 163-177.
- GOMES, N. (2002). Educação e Identidade Negra. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, 9, 38-47. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9>
- GOMES, N. (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 167-182. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>

- GOMES, N. (2007). *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação.
- GOMES, N. (2008). O processo de rejeição/aceitação/ressignificação do corpo e do cabelo. In: Gomes, N. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra* (pp. 117-147). Belo Horizonte: Autêntica.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP& A Editora.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2011). *Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2019). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2018*. Brasília: Inep.
- LIMA, Alef. (2018). “*Onde há uma vontade, há um caminho*”: uma etnografia da escolarização tardia na EJA do Colégio de Aplicação/UFRGS (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LOURO, G. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.
- MUNANGA, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003.
- MUNANGA, K. (2012). Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/las Negros/las (ABPN)*, 4(8), 06-14.
- NOGUEIRA, O. (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo social*, 19(1), 287-308. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>
- PEIRANO, M. (2014). Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, 42, 377-391. <https://doi.org/10.1590/198053142856>
- PEREIRA, A. (2010). “*A maior zoeira*”: experiências juvenis na periferia de São Paulo (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PINTO, R. (1993). Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. *Cadernos de Pesquisa*, 86, 25-38.
- ROSEMBERG, F. (2014). Educação Infantil e relações raciais: a tensão entre igual-

dade e diversidade. *Cadernos de Pesquisa*, 44(153), 742-759.

ROSEMBERG, F. (1987). Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, 63, 19-23. Segato, R. (2005). Raça é signo. *Série Antropologia*, 372, 16 p.

VALVERDE, D; Stocco, L. (2009). Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 909-920. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300019>

WALSH, C. (2009). Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir re-existir e re-viver. In: Candau, V. (org). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas* (pp. 11-42). Rio de Janeiro: 7Letras.

WOODWARD, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. (org). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 7-72). 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Movimento de educação popular inclusiva no jurunas: resistências da juventude na periferia de Belém/Pará

Joana Valente Santana¹
Leopoldo Nogueira Santana Junior²
Leonardo Costa Miranda³
Joicy Helena da Costa Pantoja⁴

INTRODUÇÃO

O texto pretende apresentar a experiência do Cursinho Pré-Vestibular do Movimento de Educação Popular Inclusiva no bairro do Jurunas, na cidade de Belém do Pará, como uma forma de resistência da juventude moradora da periferia desta cidade. Pretende, assim, discutir as dificuldades da juventude no acesso à educa-

1 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Capes (2018-2022). E-mail: joanavalente@ufpa.br. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1192736573759096>.

2 Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Docente do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UEPA. Coordenador do projeto PIBID Histórias e Memórias do município de Vigia de Nazaré (Pará). Email: leopoldojrprof@gmail.com. CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/2854470195666218>.

3 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Email: leonardocostamiranda1@gmail.com. CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837326419188049>.

4 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPA). E-mail: joycehelenac17@gmail.com. CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/4012771781406079>.

ção superior e a importância da educação como enfrentamento das desigualdades sociais vivenciadas por jovens moradores dos territórios populares e periféricos.

Tomando por base o referencial da tradição marxista, o texto foi elaborado mediante levantamento bibliográfico para subsidiar a discussão sobre as condições de vida da juventude na periferia. Além desse levantamento – e como subsídio complementar a essa argumentação –, foram entrevistados por meio de roteiro semiestruturado, 05 (cinco) jovens egressos que participaram e/ou participam do Projeto Movimento de Educação Popular Inclusiva no Jurunas, além de uma adulta que participa atualmente deste Projeto. As perguntas buscaram evidenciar as percepções dos entrevistados sobre as principais dificuldades para o estudo do jovem da periferia, bem como sobre a contribuição do Cursinho Pré-Vestibular para o ingresso na universidade pública e na sua formação política⁵.

O texto está estruturado em quatro seções. A primeira trata sobre a questão da juventude e periferia no Brasil e as desigualdades sociais no acesso à cidade. A segunda apresenta dados sobre a produção de conhecimento sobre juventude periférica e acesso ao ensino superior nos Programas de Pós-Graduação do Brasil. A terceira discute algumas experiências de lutas da juventude no Brasil e na cidade de Belém do Pará. E a quarta discorre sobre o Movimento de Educação Popular Inclusiva do Jurunas (MEPIJU) e sua ação no Cursinho Pré-Vestibular. Ao final são apresentadas as considerações finais.

Juventude e periferia no Brasil: desigualdades sociais no acesso à cidade

Para a interpretação sobre o tema da juventude, Fávero e Previtali (2016) propõem o método dialético marxiano, através do qual as pesquisas podem articular as diversas mediações que explicam a juventude (como categoria universal) em suas singularidades, inscritas nas “relações sociais e históricas, no espaço e no tempo, em que elas são produzidas e reproduzidas” de modo a apreender os “jovens singulares em sua totalidade” (p. 13). A interpretação da juventude na perspectiva de totalidade requer que se apreendam as diversas determinações existentes na vida social, tais como trabalho mediado às relações de classe, à questão da educação, às relações familiares, culturais, religiosas, dentre outras. Para esses autores, o exercício do método dialético, permite...

⁵ Os/as jovens entrevistados/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e suas identidades serão preservadas, sendo que as falas utilizadas neste texto serão identificadas com letras.

[...] compreender os jovens como uma categoria social, porém historicamente determinada. Em que reproduz os aspectos da produção social e da consciência social de seu tempo, assim como se produzem e reproduzem como indivíduos específicos singulares, vivenciando e recriando as relações sociais cada um a sua maneira, porém, inseridos em determinadas relações presentes no seu tempo (FÁVERO; PREVITALI, 2016, p. 13).

Tomando-se por base a teoria social marxiana, considera-se que a análise sobre a vivência material e subjetiva dos jovens moradores de territórios populares e periféricos, no Brasil, deve ser vista a partir de uma perspectiva de análise teórica crítica e dialética que interpreta essa vivência mediada a processos históricos. No Brasil, a produção do espaço urbano sempre foi marcada pela desigualdade no uso e ocupação desses espaços, onde as pessoas pobres – que têm a sua força de trabalho como única possibilidade de reprodução social – foram ocupando e produzindo, de Norte a Sul do país, sua moradia nos lugares com carência de infraestrutura e serviços urbanos em geral ou alugando casas com espaços mínimos, onde a renda familiar permite pagar. Existir para a classe trabalhadora é, imediatamente, resistir. Para as pessoas pobres, a luta diária pela garantia mínima das condições de vida como alimento, remédios, moradia é uma luta de resistência (SANTANA, 2018).

A classe trabalhadora produziu e continua a produzir espaço da moradia, vida e trabalho pela ocupação da terra (privada ou pública) e o Estado, sendo um estado de classes, vai cumprindo o papel de defender a propriedade privada, mediante processos de remoção de famílias, limpando o espaço e produzindo infraestrutura para as empresas capitalistas. Nestes termos, a periferia urbana tem sido o lugar da reprodução empobrecida da classe trabalhadora, onde a oferta de serviços públicos para atendimento das necessidades sociais é, em geral, insuficiente, a exemplo dos serviços de saúde, educação, saneamento básico e lazer.

Na conjuntura atual, o avanço de uma política ultraneoliberal acompanha o avanço da crise global do capital, onde os gastos sociais com a classe trabalhadora são cortados de forma brutal para responder aos ganhos das frações de classe dominante, especialmente pela continuidade da busca de lucros do setor financeiro. Por exemplo, o orçamento do Governo Federal executado no ano de 2020, de um total de aproximadamente de R\$ 3 TRILHÕES, 39,8% (equivalente a R\$ 1,381 TRILHÃO) foi destinada aos pagamentos de juros e amortizações da dívida pública, privilegiando os grandes bancos e investidores nacionais e estrangeiros (FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021, s.p.).

Enquanto isso, temos no Brasil 14,4 milhões de pessoas desempregadas, segundo o IBGE, o que é dramático e se expressa na piora das condições de vida. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 2020, 19 milhões de brasileiros passaram fome (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Nesse contexto, o corte nos gastos com as políticas sociais, aliado aos altos níveis de desemprego e/ou trabalho precarizado, incidem fortemente na vida dos trabalhadores empobrecidos moradores dos territórios populares no Brasil. *Os jovens oriundos das famílias da classe trabalhadora vivenciam as contradições socioeconômicas inerentes à sociedade capitalista*, somada à desigualdade racial⁶, de gênero e os preconceitos e desrespeitos às pessoas LGBTQIA+.

Nos territórios populares, dentre as várias expressões da desigualdade social no acesso aos serviços públicos, destaca-se a questão do acesso à educação. Os dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a), mediante o levantamento da PNAD Educação, demonstram que, das 50 milhões de pessoas com idade entre 14 a 29 anos no Brasil, 20,2% (ou 10,1 milhões) não concluíram alguma das etapas da educação básica, devido ao abandono escolar ou não terem sido matriculados. Dessas pessoas (50 milhões), 71,7% eram pretos ou pardos. Registra-se ainda que o abandono escolar é acentuado na passagem do ensino fundamental para o médio, com maior incidência entre os jovens a partir dos 16 anos. “Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se, ainda, a gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%)”. Além disso, “entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11,0% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório” (s.p.).

No Brasil, os dados referentes ao quarto trimestre de 2020 acerca *das taxas de desocupação* por grupos etários demonstram que as mais elevadas dizem respeito às faixas etárias de 14 a 17 anos (42,7%) e de 18 a 24 anos (29,8%); essas

6 A questão social e a questão racial estiveram sempre articuladas na história do Brasil desde o processo de colonização. No contexto atual da pandemia do novo coronavírus, classe e raça se entrecruzam na piora das condições de vida, especialmente de quem vive nas periferias das grandes cidades. Conforme Castilho e Lemos (2021, p. 276, grifo nosso): “A necropolítica se impôs com nitidez no governo Bolsonaro. Em meio à grave crise econômica e à pandemia viral, o governo brasileiro continua com sua política de morte contra a classe trabalhadora. Em análise feita pela Agência Pública, com base nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, o coronavírus atinge em maior quantidade negras/os e periféricas/os. [...] Esses dados demonstram o tamanho da desigualdade social e racial que existe no Brasil, na medida em que é a população negra da periferia que vive em piores condições de vida e mais tem morrido no país”.

taxas por *cor ou raça* são maiores entre as pessoas pretas (17,2%). Essa mesma taxa *por Nível de Instrução* entre os anos de 2013 a 2020 se manteve maior entre “o grupo formado por pessoas com ensino médio incompleto ou equivalente, atingindo 23,7% no 4º trimestre de 2020” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

Esses dados são reveladores da desigualdade social no Brasil, visto que os jovens, ao abandonarem ou não completarem o ensino médio, não conseguem ter acesso ao nível superior⁷ e, conforme os dados acima apresentados, abandonam a escola pela necessidade de trabalho. Conforme será tratado no último tópico deste texto, os jovens do bairro do Jurunas, na cidade de Belém (Pará), sofrem os rebatimentos dessas desigualdades, expressas na dificuldade de acesso ao ensino superior. Na seção seguinte será apresentado breve levantamento acerca da produção de conhecimento sobre a temática da juventude em nível nacional e no Estado do Pará.

Produção de conhecimento sobre juventude periférica e acesso ao ensino superior nos programas de pós-graduação do Brasil

Considerando-se os objetivos deste texto em refletir sobre as dificuldades da juventude no acesso à educação superior e as experiências de Cursinhos Populares no Brasil, foi realizado um levantamento da produção do conhecimento em Programas de Pós-Graduação (PPG) no Brasil voltado à temática sobre juventude na periferia, especialmente no que diz respeito ao seu acesso ao ensino superior. Para tanto, foi realizada consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁸, no período de 2011 a 2020, com a utilização dos seguintes termos de busca: a) “juventude” e “periferia”; b) “juventude” e “pobreza”; e c) “cursinho popular”⁹.

Foram encontrados no total 401 (quatrocentos e um) trabalhos de conclusão de curso, sendo que, dentre as Grandes Áreas de Conhecimento, as Ciências Hu-

7 A taxa de escolarização das pessoas entre 18 a 24 anos, em 2019, independentemente do curso frequentado, foi de 32,4%. Entretanto, quando esses dados são vistos por cor ou raça, há expressivas diferenciações, pois enquanto 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando (e destas 29,7% no ensino superior), as pessoas de cor preta ou parda nesta mesma faixa apresentavam 28,8% da taxa de escolarização (e destas apenas 16,1% no ensino superior). Além disso, nessa mesma faixa etária, 6,0% dos jovens brancos possuíam o diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, apenas 2,8% haviam concluído o curso superior (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b).

8 Disponível no endereço <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

9 No processo de filtragem, optou-se por utilizar o uso das aspas e do “AND”, tendo em vista que estes procedimentos tornam a busca mais precisa.

manas têm o maior quantitativo de trabalhos produzidos, equivalente a 56,6%, seguidas das Ciências Sociais Aplicadas (13,7%), e da Multidisciplinar (6,2%). A Área de Conhecimento que mais possui teses e dissertações que discutem o tema em questão é a da Educação (22,6%).

Após a seleção dos 401 trabalhos de conclusão (Mestrado e Doutorado), foi aplicado o filtro de pesquisa nas áreas de conhecimento: Educação, História, Serviço Social e Sociologia¹⁰, sendo encontrados 71 trabalhos nessas áreas. Na sequência, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, a fim de selecionar os que têm mais aproximação com o tema em discussão. Ao fim desta etapa, foram selecionados 23 trabalhos, sendo 05 Teses e 18 Dissertações.

Os trabalhos de conclusão selecionados foram encontrados em todas as regiões do país, com destaque para a região Sudeste, que conta com mais da metade dos trabalhos publicados (60,9%). Na região Nordeste foram encontrados 13% dos trabalhos. As regiões Centro-Oeste, Norte e Sul apresentam os menores percentuais de trabalhos produzidos sobre juventude na periferia, na plataforma da Capes, com 8,7%, cada região. O Quadro 1 apresenta os títulos dos trabalhos selecionados, o PPG, a região do país e a Instituição de Ensino Superior (IES).

REGIÃO/IES	PPG	TÍTULO DOS TRABALHOS
NORTE		
UFPA	Sociologia e Antropologia	E aí, vai ficar de toca? Cola com nós! Lata na mão, grafiteiros na rua, arte nas paredes: a juventude grafiteira em Belém
UEPA	Educação	Juventude e ensino médio: desconstruindo percepções, elaborando novas possibilidades
NORDESTE		
UFBA	Educação e Contemporaneidade	Experiências vividas, aprendizagens construídas: trajetórias de resistência de jovens do campo e da periferia urbana
UFAL	Sociologia	Periferia e Arte: trajetórias de jovens artistas moradores do bairro do Jacintinho em Maceió-AL
UFPE	Educação	Educação, juventude e homossexualidade: experiências escolares de jovens gays pobres

10 Para todos os termos de buscas, foram selecionados aqueles trabalhos que se encontravam na área da Educação, História, Serviço Social e Sociologia.

REGIÃO/IES	PPG	TÍTULO DOS TRABALHOS
SUDESTE		
USP	Sociologia	Tentando chegar lá - as experiências sociais de jovens em um cursinho popular de São Paulo
	Educação	Travessias do beco: a educação pelas quebradas
UERJ	Educação	Juventude, educação e periferia urbana: o sentido da escola
		É nós que tá, então é nós que sabe! Os sujeitos: jovens da EJA e seu ensino mambembe: relações entre escola, trabalho, direitos e cidadania
UFJF	Serviço Social	Desemprego, vidas matáveis e juventude negra da periferia urbana
		Educação para o trabalho: a formação profissional de jovens pobres
UFSP	Ciências Sociais	Juventude e literatura: um estudo sobre práticas literárias, ações e representações sociais juvenis na periferia da Zona Leste
UFU	Ciências Sociais	Juventude e educação: os sentidos do ensino médio na periferia do Distrito Federal
PUC-SP	Educação: História, Política, Sociedade	Ensino médio na perspectiva de estudantes de uma escola pública da periferia de São Paulo
		Aprovação no vestibular como sucesso escolar: as contribuições de um cursinho popular
UFSCar	Educação	Percursos juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades
UNESP	Educação Escolar	Limites e possibilidades de uma proposta de gestão coletiva: cursinho popular da UNESP-Franca
	Sociologia	Juventude e classe na particularidade do capitalismo brasileiro: a busca pelo curso superior ao final de uma década de gradualismo lulista
PUC-Campinas	Educação	Cursinho popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras
SUL		
UNIJUI	Educação na Ciência	Experiências escolares de jovens-mães da periferia de Ijuí-RS
UFRGS	Educação	Inclusão ou emancipação? Um estudo do cursinho popular Chico Mendes/Rede Emancipa na grande São Paulo

REGIÃO/IES	PPG	TÍTULO DOS TRABALHOS
CENTRO-OESTE		
UFG	Educação	Jovens urbanos na periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares
UFMG	Educação	Cinema e educação: discursos sobre infância e juventude pobre brasileira no filme Pixote, a lei do mais fraco (1981)
TOTAL		23

Quadro 1 – Títulos dos trabalhos selecionados, PPG e Região/IES

Fonte: Levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, 2021.

De maneira geral, os trabalhos selecionados para uma análise prévia tratam da relação entre juventude e educação no espaço urbano, a partir de uma perspectiva teórica crítica sobre os processos educacionais, os quais podem ser expressos de diversas maneiras, dentre elas, a partir de experiências de cursinhos populares voltados para os/as jovens da classe trabalhadora que não têm acesso aos cursos preparatórios, os quais cobram altos valores nas mensalidades.

O breve levantamento demonstra que há certa variedade de temas sobre juventude na periferia, como a questão da educação; resistências; o desemprego e a questão da juventude negra; maternidade e juventude; arte/literatura/cinema e práticas literárias educativas; ensino médio; juventude grafiteira; educação de jovens e adultos; sexualidade; educação e trabalho. Dentre os estudos, há um destaque para o tema dos cursinhos populares, demonstrando tendência de estudo diante da desigualdade de acesso à educação superior no Brasil, onde os cursinhos populares, tal como será discutido neste texto, configuram-se uma alternativa dos jovens pobres em ter acesso ao ensino superior público.

Em relação ao referencial teórico dos estudos em exame, é possível perceber que Pierre Bourdieu aparece como o autor mais citado pelos/as autores das 23 Teses e Dissertações, seguido de Maria da Conceição Passeggi e Marília Pontes Sposito (Quadro 2).

10 AUTORES MAIS CITADOS	N.º DE VEZES EM QUE FORAM CITADOS
BORDIEU, Pierre	58
PASSEGGI, Maria da Conceição	13
SPOSITO, Marília Pontes	11
DAYRELL, Juarez Tarcísio	09
FREIRE, Paulo	09
NOGUEIRA, Maria Alice	08
ZAGO, Nadir	08
CARRANO, Paulo César Rodrigues	07
ABRAMO, Helena Wendel	07
NOVAES, Regina Celia Reyes	07

Quadro 2 – Autores mais citados de acordo com o levantamento

Fonte: Levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2021).

Dessa maneira, pode-se notar que os/as autores/as dos trabalhos selecionados possuem um referencial constituído por teóricos, em sua maioria, brasileiros, o que demonstra que a produção teórica que aborda o assunto possui certo acúmulo no país. No entanto, constatou-se que o volume de produções em nível de pós-graduação acerca da juventude na periferia e seu acesso ao ensino superior têm mais destaque na região Sul e menor incidência nas demais regiões do país.

Este breve levantamento revela que há um esforço de programas de pós-graduação das grandes áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, em apreender os fenômenos sociais em que a juventude está inserida, dentre elas, as estratégias traçadas para e pelos jovens da classe trabalhadora que não conseguem pagar pela educação ofertada pelo mercado, como é o exemplo de cursos preparatórios para os vestibulares, e, embora haja um acúmulo teórico construído por autores, em grande parte brasileiros, a temática carece de mais investigações.

Complementarmente aos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foi realizado um levantamento nos repositórios institucionais das Universidades Públicas do estado do Pará, sendo estas, a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com

objetivo de investigar as produções em nível de graduação e pós-graduação que tratam de temáticas ligadas à juventude, educação popular e o acesso ao ensino superior. Tomando por base o período de 2011 a 2020, foram consultados os repositórios: RIUFPA; SIBI UEPA; RIU UNIFESSPA e Repositório UFOPA, sendo utilizadas as seguintes combinações de palavras-chave: 1) “juventude” e “educação popular”; 2) “educação popular” e “resistência”; e 3) “cursinho popular”.

UNIVERSIDADE	PPG/FACULDADE	TÍTULO DOS TRABALHOS
UEPA	Programa de Pós-Graduação em Educação	Educadores Populares Freireanos: Um Olhar para as Práticas Educativas.
		Paulo Freire na escola cabana: memórias e práxis na educação de jovens e adultos.
		Juventude e ensino médio: desconstruindo percepções, elaborando novas possibilidades.
UNIFESSPA	Faculdade de História	NARIZ LARGO DEMAIS PRA SER SEX SYMBOL PELE CLARA DEMAIS PRA SER MC: um estudo de caso de autodeclaração de cor e/ou raça dentro do Cursinho Popular Emancipa Zé Cláudio e Maria.
	Faculdade Ciências Naturais	Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do Cursinho Popular Emancipa em Marabá-PA

UNIVERSIDADE	PPG/FACULDADE	TÍTULO DOS TRABALHOS
UFPA	Programa de Pós-Graduação em Direito	Cotas raciais na UFPA: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas
		Políticas afirmativas, educação e escolas públicas: uma análise sobre o sistema de cotas - Caso UFPA.
		Ações afirmativas: a constitucionalidade da política de cotas para negros em universidades brasileiras.
	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umidado	Movimentos sociais no bairro do Jurunas: formas de participação nas últimas décadas
		Práticas educativas populares na licenciatura em educação do campo, no território da Amazônia tocantina
		A educação popular na América Latina: um estudo comparado do pensamento social de Simón Rodríguez (Venezuela, 1771-1854) e Antônio Carneiro Leão (Brasil, 1887-1966).
		Movimento pela educação de jovens e adultos nas CONFINTEAS e seus desafios para a política educacional.
		Juventude, educação e movimentos sociais: relações entre conhecimentos escolares e saberes sociais dos jovens de ensino médio no interior de uma escola de assentamento/PA.
		Juventude, escola e pobreza: o caso do município de Abaetetuba, Pará.
		Trabalho e educação: expectativa do jovem da classe trabalhadora quanto às possibilidades da Escola do Ensino Médio da periferia de Belém ser contributiva para sua inserção no mercado de trabalho.
		Mulheres e educação: um estudo sobre o grupo de mulheres brasileiras (GMB) do bairro do Benguí - Belém - Pará.
		Memória social e educação popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme, Belém-Pará.

UNIVERSIDADE	PPG/FACULDADE	TÍTULO DOS TRABALHOS
UFPA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uímido	Juventude, escolarização e projeto de vida: representações sociais dos jovens de Bragança/ Amazônia Paraense.
		Representações sociais de jovens da ilha de Cotijuba – Belém (PA) sobre o ensino médio e as relações com seus projetos de vida.
TOTAL		19

Quadro 3 – Títulos dos trabalhos selecionados, PPG/Faculdade, Universidades no Pará
 Fonte: Levantamento realizado nos Repositórios Institucionais das Universidades do Pará, 2021.

Na plataforma RIUFPA foram encontradas no total 1.634 (mil seiscentos e trinta e quatro) produções, apenas em nível de pós-graduação. Na plataforma SIBI UEPA foram encontradas no total 64 (sessenta e quatro) produções, também em nível de pós-graduação. Já na plataforma RIU UNIFESSPA foram encontrados no total 14 (quatorze) trabalhos, apenas em nível de graduação. No Repositório UFOPA foram encontrados no total 6 (seis) resultados. A maioria das produções vinculam-se grandes áreas como: Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. A partir desses dados encontrados, foram lidos os títulos e resumos dos trabalhos encontrados para seleção dos trabalhos que se aproximam do tema da presente reflexão, sendo selecionados: 03 (três) Teses de Doutorado; 14 (quatorze) Dissertações de Mestrado; e 02 (dois) Trabalhos de Conclusão de Curso, totalizando 19 (dezenove) trabalhos de conclusão de curso (Quadro 3).

Evidencia-se que as produções selecionadas que têm relação com a temática discutida nesse trabalho tratam dos impactos da educação na vida da juventude periférica – em especial a educação popular através dos cursinhos populares voltados para os/as jovens da classe trabalhadora – que hoje é um dos setores mais atingidos pelas desigualdades sociais do modo de produção capitalista. Entre os outros temas mais discutidos dentro das produções analisadas estão também a prática educacional, os movimentos sociais e de bairro na luta pelo acesso à educação, ações afirmativas nas escolas e universidades. Ressalta-se a importância do desenvolvimento dessas produções, uma vez que todas elas partem de um recorte regional focando em problemáticas referentes à Amazônia e ao Estado e/ou municípios do Pará. A seguir serão apresentados alguns apontamentos sobre experiências de lutas da juventude no Brasil e na cidade de Belém (Pará).

Experiências de lutas da juventude no Brasil e em Belém/Pará

As lutas da juventude no Brasil não são recentes considerando que a juventude vem sendo protagonista de lutas desde antes da ditadura militar, ganhando um papel central no processo de redemocratização no Brasil; a juventude esteve e continua presente nas lutas “seja no chão da fábrica na década de 30, até as ocupações nas escolas estaduais em 2016” (MARQUES; ALMEIDA, 2017, p. 2). Conforme Gohn (2013), a entrada dos jovens na cena pública significa mudanças importantes na sociedade, em especial no que se refere a questões culturais, sociais e políticas da nossa sociedade. O cenário de inúmeras contradições advindas do capital, que acentuam as desigualdades sociais são estímulos para que a juventude se some nas lutas, movimentos e ações coletivas dos movimentos sociais em busca de mudanças sociais, mesmo com muitos discursos de senso comum que apontem os jovens como imóveis e desinteressados pela mobilização política (MARQUES; ALMEIDA, 2017).

Em um breve resgate histórico, evidencia-se que muitas lutas da juventude foram travadas ao longo da história do Brasil. Os jovens no período da ditadura civil-militar, em sua maioria organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), estiveram – assim como a classe trabalhadora – lutando contra a ditadura, através de grandes mobilizações e campanhas nacionalistas. Por conta disso, a UNE foi considerada subversiva e colocada na clandestinidade. As lutas da juventude contra a ditadura militar foram “acirradas a partir do decreto assinado pelo presidente Costa e Silva, instalando o Ato Inconstitucional Número Cinco (AI-5) que levou o Brasil à fase mais repressiva” (AMORIM; SILVA, 2015, p. 2) ao extinguir as liberdades civis e garantir plenos poderes ao governo dos militares, além do assassinato do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, integrante da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço – assassinado com um tiro pela repressão enquanto lutava por assistência estudantil. Este episódio provocou a realização de uma grande manifestação organizada pela Juventude na Cinelândia/Rio de Janeiro, no dia 29 de março de 1968 (REDE UBES, 2018). Destaca-se também a importância dos jovens na campanha e nas mobilizações de ruas por “Diretas Já!”, onde ecoava pelo Brasil inteiro o grito por eleições diretas já e por democracia.

No Estado do Pará, ocorreram várias manifestações contra o regime autoritário, organizadas pelos jovens estudantes, especialmente na capital Belém, como o protesto contra o regime ditatorial após a morte do estudante paraense Edson Luís. Neste período o movimento estudantil estava em efervescência e “era ativo nas reivindicações por reformas que ecoavam antes mesmo do golpe. A sede central da

categoria era a União Acadêmica Paraense – UAP” (AMORIM; SILVA, 2015, p. 4). A sede da UAP foi tomada pelos militares e a organização foi considerada subversiva, assim desencadeando uma série de repressões contra a organização estudantil paraense e a repressão estava presente dentro das instituições universitárias.

O assassinato do estudante César Moraes, assim como o assassinato do estudante Edson Luís, incitou várias manifestações nas ruas em repúdio às atrocidades do regime militar e também corroborou para que a juventude se inserisse em outros espaços, como a luta armada e a organização em partidos políticos.

Posteriormente a ditadura militar, em 1989, acontece a primeira eleição direta com a eleição de Fernando Collor de Melo, que sofreu um processo de *impeachment* por processos de corrupção, sendo que nesse processo houve forte presença da juventude, novamente impulsionada pela União Nacional dos Estudantes e também pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). A juventude realizou várias manifestações de rua ficando conhecidos como “os Caras Pintadas” (MARQUES; ALMEIDA, 2017, p. 6). O movimento “Caras Pintadas” foi extremamente importante por ser uma mobilização democrática formada pelo movimento estudantil e pelos trabalhadores através de suas centrais sindicais – em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – após anos de ditadura militar.

De acordo com Gohn (2013), no decorrer do processo histórico, a juventude atualiza os formatos de resistência contra as injustiças sociais, mediante a militância no movimento estudantil e movimento popular, como produtores de arte e cultura, como ativistas nas redes sociais (GOHN, 2013) e criam uma dinâmica própria que está sempre em movimentos seja nas ruas ou nas redes, que não lutam somente pela pauta da educação, mas que também lutam por melhores condições de vida no geral, porque além de estudantes, esses também são trabalhadores, negros e negras, LGBTQIA+, moradores de bairros periféricos, territórios com alta carência de ofertas de serviços, conforme assinalado no primeiro tópico deste texto.

Em junho de 2013, se inicia um novo período de mobilizações da juventude no país. O ponto central para o início dessa nova onda de mobilizações foi o aumento de vinte centavos nas tarifas dos transportes públicos na capital de São Paulo, onde o Movimento Passe Livre (MPL) convocou mobilizações que aparentemente tinham como motivação a tarifa dos transportes públicos, quando na realidade a motivação está na necessidade de efetivação do direito à cidade para a juventude (ROLNIK, 2013). Estas mobilizações avolumaram-se tomando grandes proporções (GOHN, 2013), com revoltas populares massivas, onde estavam presentes a juventude de esquerda como também anarquistas, movi-

mentos sociais e sindicais, ativistas independentes e até mesmo setores de direita, o que trouxe certa segmentação e dispersão da mobilização, mas ainda assim era evidente a expressiva reivindicação por saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana e o repúdio ao Estado que usava a polícia para reprimir as manifestações (MARQUES; ALMEIDA, 2017).

As mobilizações de 2013 influenciaram também outro momento extremamente importante na história das lutas da juventude: o movimento de ocupações de escolas e universidades em 2016, as quais foram iniciadas quando os estudantes secundaristas de escolas do estado de São Paulo ocuparam centenas de escolas contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governo Geraldo Alckmin, realizando uma movimentação muito expressiva, que inspirou estudantes secundaristas de outros Estados que também ocuparam suas escolas contra a precarização e privatização da educação pública, mesmo com toda a repressão do estado, criminalização do movimento pela mídia tradicional e ausência de apoio de entidades estudantis como a UBES e a UNE (MARQUES; ALMEIDA, 2017). As mobilizações dos secundaristas serviram de exemplo aos estudantes universitários do Brasil inteiro, que, posteriormente, se uniram às ocupações, também contra os ataques vindos dos Governos Federal e Estadual à educação pública, em especial contra a PEC 55/241, ou, como ficou conhecida popularmente, a “PEC do fim do mundo”, que congelou os gastos públicos por 20 anos, o que impactou diretamente a oferta de serviços básicos como saúde, educação, assistência social. Segundo o “Jornal El País” (2016), mais de mil escolas e universidades foram ocupadas pelos estudantes. Só no estado do Pará, mais de 12 *campi* de Universidades Públicas e Institutos Federais foram ocupados (ENEM..., 2016).

A vitória do presidente Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 aprofunda as desigualdades sociais no Brasil, afetando as condições de vida da classe trabalhadora e da juventude pobre. Dentre os diversos retrocessos evidenciados nas políticas sociais, a política educacional foi fortemente prejudicada, a exemplo do contingenciamento de mais de 29 bilhões do Orçamento Federal em 2019 – que aprofundou a política de precarização dos Serviços Públicos que é impulsionada pelo Estado brasileiro (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2019) – e o corte de 30% das verbas destinadas a Institutos e Universidades Federais efetuado pelo MEC no final de abril de 2019. Esses cortes potencializaram a organização da juventude, ao lado das categorias sindicais, em grandes atos às ruas de mais de 200 cidades no dia 15 de maio de 2019, contra o contingenciamento, contra os cortes nas universidades, em defesa da educação e dos serviços públicos. Na cidade de

Belém, o ato aconteceu na Praça da República e contou com milhares de pessoas (ATOS..., 2019; UNIVERSIDADES..., 2019). É evidente a importância das lutas da juventude brasileira por uma sociedade mais justa – incluindo lutas por uma nova sociedade –, tendo em vista que, com as mobilizações, muitos jovens se aproximaram de organizações de juventude anticapitalistas, que lutam por uma sociedade livre da exploração de classe, por uma sociedade ecossocialista, feminista, antirracista, anticapitalista, anti-LGBTfobia e que valorize os povos tradicionais. A seguir, serão apresentadas reflexões sobre o MEPIJU e sua ação no Cursinho Pré-Vestibular.

O movimento de educação popular inclusiva do Jurunas (Mepiju) e sua ação no cursinho pré-vestibular

O MEPIJU é uma ação político-pedagógica que reúne educandos e educadores no bairro do Jurunas, situado na periferia da cidade de Belém, por meio do Cursinho Pré-Vestibular. Essa atividade remonta uma experiência iniciada no ano de 1988, quando estudantes recém-ingressos na Universidade Federal do Pará (UFPA) reuniram jovens, filhos da classe trabalhadora, para estudarem e se prepararem para processos seletivos ao ensino superior.

Nos anos 1980, contexto em que a ação foi criada, o bairro do Jurunas vivenciava lutas pelo direito de morar, campanha pela Educação para Todos, reivindicações por transporte público, saneamento, combate à violência, defesa de uma constituinte democrática e popular que iria elaborar a nova Constituição. Educadores e educandos vinculados ao Projeto Pré-Vestibular participavam dessas ações, o que os tornou sujeitos críticos e militantes em diferentes movimentos sociais, permitindo convivências e trocas de experiências com lideranças políticas e religiosas no bairro e no conjunto social. Além dos conteúdos programáticos, as aulas eram marcadas por debates sobre democracia, fim da Ditadura Militar, Educação Pública, conjuntura brasileira, as teorias sociais, dentre elas o marxismo e o pensamento freireano. Uma das ações que os membros do Projeto Pré-Vestibular participaram nos anos 1980 foi a luta em defesa do direito de morar.

A “Luta Pelo Direito de Morar” levou milhares de pessoas às ruas de Belém de forma organizada pelos centros comunitários como Cobajur (Comunidade de Base do Jurunas), Paulo Roberto e outros, possibilitou que várias áreas devolutas não só do bairro do Jurunas como também do bairro da Sacramenta, por exemplo, fossem ocupadas. O diferencial na luta pela Radional se deu pelos

trâmites administrativos com pesquisas nas secretarias do Estado e dos Municípios e do Serviço de Patrimônio da União para obter informações a respeito da posse do terreno o que facilitou muito na viabilidade das reivindicações. De posse de informações de que o terreno pertencia ao Estado, deixava esta instituição impossibilitada de ignorar o movimento diante da pressão da sociedade, diante da situação de se ter num bairro altamente populoso, uma área enorme sem uso enquanto um número imenso de pessoas sem casa própria (SILVA, 2016, p. 45).

Essas participações tornavam as alunas e alunos mais comprometidos com seu bairro e com as transformações gerais da sociedade. No seu “Manifesto de Lançamento em 1988”, o MEPIJU (até então denominado “Projeto Jurunas: Pré-Vestibular Educação Popular”) evidenciou seus objetivos gerais:

Somar na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, resgatando a memória histórica do povo brasileiro, e que a Educação e Cultura sejam os elementos básicos desse novo momento. Esse Projeto busca formar e capacitar militantes para uma atuação qualificada nos movimentos sociais e pretende adotar uma linha pluralista das ideais que, a nosso ver, é fato determinante em uma nova mentalidade política em nossa sociedade, destruindo de uma vez por todas os vícios dogmáticos e sectários que por muito tempo dominaram a história da luta política do Brasil (PROJETO JURUNAS PRÉ-VESTIBULAR EDUCAÇÃO POPULAR, 1988, p. 5).

Desde então, até os dias atuais, o Projeto é destinado para jovens que, ao terminarem seu ensino médio, não possuem condições de adentrar no ensino superior por diferentes razões: precariedade do ensino público, o que os torna com poucas condições de concorrência; não possuem condições de pagarem um cursinho privado; precisam ingressar cedo no mercado de trabalho para ajudarem o sustento da família; formam suas próprias famílias precocemente e, principalmente, a falta de motivações pessoais.

O bairro do Jurunas sempre foi marcado pela pobreza, abandono por parte do poder público e ao mesmo tempo, por resistências através de mutirões e organização nos centros comunitários, grupos culturais, partidos políticos, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas ações formaram uma geração de jovens universi-

tários, militantes de esquerda, em um bairro caracterizado como vanguardista nas lutas por Educação Pública e Popular (SANTANA JÚNIOR, 2008).

Nesse sentido, o MEPIJU busca romper as narrativas e práticas políticas marcadas pelo individualismo, defesa da meritocracia, criminalização dos movimentos sociais, e por uma concepção de educação orientada pelos interesses da ordem burguesa. Este movimento busca o desabrochar de jovens críticos e reflexivos por meio da Educação Popular crítica aos valores da sociedade burguesa, tornando-se um instrumento para infringir as narrativas que buscam se tornar hegemônicas e deseja erguer uma sociedade que tenha como fundamento a humanização, a partilha, a democracia e que a Educação seja popular, pública e para todas e todos (FREIRE, 1997). A fala de uma das entrevistadas corrobora essa assertiva:

Do mesmo modo, o projeto do Cursinho Popular também revolucionou a forma como eu enxergava o mundo. O contato com pessoas de diferentes níveis sociais, unidos por uma única causa: a (r)evolução da camada popular, me fez enxergar empiricamente que a educação salva, liberta e transforma uma sociedade. [...] Logo, pode-se dizer que o MEPIJU é uma rede de vidas, que inspiram outras vidas a mudarem de vidas por meio da educação. E eu, e várias pessoas, somos prova disso! (Entrevistado/a D).

O MEPIJU se define com uma ação de Educação Popular, crítico-reflexiva, pois, por meio de suas atividades questiona o mundo social, cultural, e destina-se para jovens das classes populares e desenvolve uma nova metodologia de ensino e aprendizagem pautada no fazer coletivo dos diferentes sujeitos envolvidos, o que Brandão (2006) classifica como uma nova pedagogia libertadora do ato de ensinar-e-aprender em que os setores populares se educam com a sua própria prática política social. Silva Filho (2004) considera os cursinhos populares modalidades de Educação Popular, pois abrange os jovens da classe trabalhadora, os mais excluídos dos serviços de Educação como um todo e da educação superior em especial.

O MEPIJU orienta-se pela “teoria social-marxista” na perspectiva que ela dá conta de explicar as contradições e transformações sociais, políticas, educacionais nos diferentes tempos e espaços de forma dinâmica, dialética, conflituosa, principalmente por dar voz aos jovens filhos de trabalhadoras e trabalhadores. Nessas direções, MEPIJU é um movimento social que organiza educandos e educadores por meio de um Movimento Comunitário de Bairro, como aponta Barreto (1996, p. 6):

Os movimentos de bairro referidos na literatura com a denominação de “ações reivindicatórias” procede de segmentos de populações urbanas que reagem às desigualdades na distribuição dos recursos públicos e dos serviços coletivos. Os participantes dos movimentos identificam-se como moradores de bairros periféricos e favelas e não pela sua inserção no mundo do trabalho e os limites das lutas por eles desenvolvidas, para a maioria dos autores, estão condicionados às suas formas organizativas: grupos comunitários e as associações de moradores constituídos em bases geográficas definidas pelos locais de moradia. Tais organizações são consideradas como inconsistentes no enfrentamento das contradições básicas da sociedade e incapazes de levar a luta a uma dimensão mais ampla.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do bairro do Jurunas em Belém do Pará é de 64.478 habitantes, sendo que a população masculina representa 30.380 habitantes e a população feminina 34.098 habitantes. Quanto à faixa etária, os números revelam que de 0 a 4 anos representam 7% (sete por cento) da população, de 0 a 14 anos 22,6% (vinte e dois vírgula seis por cento), de 15 a 64 anos 70,5% (setenta vírgula cinco por cento) e de 65 anos ou mais é de 6,9% (seis vírgula nove por cento). Portanto, os jovens encontram-se na faixa etária da maioria da população. Vivem em um bairro sitiado pelas milícias, tráfico de drogas, espaço sem infraestrutura, sem espaço para lazer, escolas precarizadas, transporte público precário. A realidade do bairro do Jurunas, conforme sinalizado no primeiro tópico deste texto, é a expressão da produção social do espaço urbano pela classe trabalhadora e o descaço do Estado na oferta dos serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Essa ação educacional, iniciada nos anos 1980, foi retomada em 2016, funcionando dentro de escolas públicas, onde não são cobradas taxas a alunos. Os professores, muitos ainda estudantes, recebem certificados de participação emitidos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), pois se trata de um Projeto de Extensão desta Universidade. A metodologia desenvolvida parte do pressuposto de que todos os envolvidos no Projeto são sujeitos responsáveis pelas ações, seja na condição de educador, educando, gestor e/ou colaborador, mediante a elaboração do *Planejamento Estratégico Participativo*.

Ressalta-se ainda que o MEPIJU realiza as seguintes ações: Preparação para o Vestibular, Movimento Comunitário, Pesquisa socioeducacional e no Centro

de Memórias e Documentação dos bairros de Belém. As ações comunitárias reúnem moradores, familiares, lideranças, educandos e educadores do MEPIJU, para juntos traçarem estratégias em defesa do bairro do Jurunas. As pesquisas se pautam em orientações de trabalhos acadêmicos, produção e publicação de artigos científicos. É uma ação em construção que mobiliza sonhos e utopias na construção de uma sociedade livre, democrática e socialista.

Em relação à preparação para as provas de ingresso no ensino superior, as aulas, até, 2019, foram ministradas no interior da escola pública, localizada no próprio bairro, o que facilitava a participação dos alunos, pois não precisavam pagar transportes. A divulgação é feita nas escolas pelos voluntários do Movimento e pelas redes sociais, sendo que a procura é em média de 500 candidatos, porém, o projeto oferta apenas 100 vagas, pois a escola disponibiliza somente duas salas¹¹. No final de 2019, o governo do Estado do Pará tornou indisponíveis as salas sem justificativa oficial. No início de 2020, o Projeto funcionou na UEPA, dificultando a participação dos estudantes, pois fica distante do local de moradia. Devido à pandemia do novo coronavírus, em 2020 e 2021, o curso funcionou de forma remota, porém, a frequência dos alunos nas aulas é baixíssima (20 a 25 alunos) pelas dificuldades de acesso a equipamentos como computador e rede de internet.

A programação das atividades inclui aulas das disciplinas de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia), Ciências da Natureza (Biologia, Química, Física) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Literatura, Educação Física, Tecnologias da Informação e Comunicação e Artes) e Matemática. Como resultado, o projeto registra a aprovação, a partir do ano de 2016, de aproximadamente 200 estudantes nas universidades públicas.

As entrevistas com os/as estudantes que participaram ou participam do projeto, revelam as dificuldades, as expectativas e os sonhos da juventude na periferia no bairro do Jurunas. A entrevistada E (50 anos), aluna do MEPIJU, quando perguntada sobre as dificuldades dos jovens estudarem na periferia, relata que:

Falando num âmbito de periferia, praticamente são todos os obstáculos que circundam a juventude, falta de condições financeiras, incentivo, o ambiente em que vivem já é degradante, os exemplos vistos não são nada agradáveis e muitos menos in-

11 O horário de funcionamento é de segunda a sexta das 14h00 às 18h00 e aos sábados de 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. O horário do sábado é formado pelos jovens que trabalham e adultos que estão sem estudar há bastante tempo.

centivadores. No momento atual, devido à pandemia, o estudo remoto tem sido um divisor de água, a grande maioria não tem acesso a uma internet de qualidade, por não terem condições de pagar, sendo assim, o acesso para chegar ao superior fica cada vez mais difícil, realidade vivida pela maioria dos jovens da periferia (ENTREVISTADA E, 2021).

As informações da Entrevistada E são basilares para percebermos que as dificuldades que os jovens vivenciam na periferia são inúmeras, principalmente as dificuldades financeiras, pois são filhos/as de trabalhadores e não possuem renda fixa; o ambiente de moradia é “degradante”, não possuem incentivos para estudarem, pois seus pais também não possuem a cultura escolar. Demonstra que as condições de estudo durante a pandemia pioraram, pois, a “grande maioria não tem acesso a uma internet de qualidade”, isso faz aumentar a exclusão digital e acentua as contradições de classe, tornando mais difícil o acesso à educação para a juventude pobre.

A Entrevistada E, quando indagada sobre as contribuições do MEPIJU para o ingresso dos jovens da periferia do Jurunas no ensino superior, indica que:

Certamente contribui muito não só para que os jovens da periferia tenham a chance de chegar ao ensino superior, como também para que as pessoas saiam da ignorância, passem a conhecer seus direitos, aprendam a ter opinião própria, sejam críticas, claro que respeitando a opinião do outro, saber dialogar, isso sem dúvida é primordial para uma boa formação e uma vida melhor (ENTREVISTA E, 2021).

É importante verificar a percepção da Entrevistada E sobre a ampliação de visão de mundo, pois os jovens têm a oportunidade de saírem da “ignorância”, com isso passam a “conhecer seus direitos”, emitirem opinião, ou seja, tornam-se cidadãos críticos, na busca de uma vida melhor.

O Entrevistado B (20 anos), ex-aluno do MEPIJU, hoje cursa Tecnologia de Alimentos. Quando comenta sobre a realidade da educação dos jovens da periferia, indica que falta “ensino de qualidade na rede pública, tendo em vista que o ensino público existente não cobre toda a deficiência educacional do bairro”. E a respeito da contribuição do MEPIJU para o jovem da periferia ingressar na universidade, assinala que possibilita o aumento do “número de alunos da periferia na mesma”. Essa é uma das metas do Movimento, tornando o ensino superior mais acessível aos jovens da periferia.

A entrevistada A (19 anos), ex-aluna do MEPIJU, estudante do curso de Serviço Social (UFPA), ao responder sobre as dificuldades para o estudo do jovem da periferia do Jurunas, assinala que:

Existem muitas dificuldades presentes para os jovens periféricos, uma delas é o fato de ter que trabalhar desde cedo para ajudar a família a se manter. Há aqueles que optam por conciliar as atividades do trabalho com os estudos, mas não conseguindo, decidem priorizar o trabalho e acabam abandonando as oportunidades de estudo. Dessa forma, conciliar os estudos com problemas sociais e financeiros é uma tarefa muito difícil, além do enorme índice de violência presente todos os dias, a falta de equipamentos, falta de um lugar adequado para estudar. Por esses e outros motivos a porcentagem de evasão escolar é gritante nas periferias, nas quais muitos jovens acabam largando seus estudos pelas dificuldades de todos os dias e muitos acabam indo para caminhos desagradáveis. Enfrentamos inúmeros desafios frequentemente, mas apesar de tudo, com muita perseverança e força muitos ainda sim conseguem passar por cima de todos os problemas e dificuldades para conseguir estudar. Essas múltiplas facetas são atreladas ao fato de que jovens e negros no Brasil ainda precisam mostrar do que são capazes. E não é nada fácil para um jovem periférico sobreviver e ainda conseguir realizar seus sonhos, o percurso é doloroso e com diversos obstáculos, mas que no final, os frutos são incríveis e todo esforço vale a pena (ENTREVISTADA A, 2021).

A resposta da Entrevistada A expressa a realidade da juventude brasileira, conforme dados da PNAD Educação, apresentado no primeiro tópico deste texto. Suas respostas são riquíssimas ao focar o trabalho precoce dos jovens para ajudar no sustento das famílias, motivo pelo qual muitos desistem de estudar, pois não conseguem conciliar trabalho e estudo, e outros não conseguem acompanhar o tempo do estudo. A mesma relata a violência estatal nos bairros, onde os policiais, na grande maioria dos casos, são violentos especialmente com os jovens negros.

Estudar na periferia na percepção da Entrevistada A é um desafio para os jovens pobres, pois o local de moradia possui poucos cômodos com muitos habitantes, sem as divisões de local para dormir, estudar, comer, um espaço único para

muitas pessoas. São casas sem infraestrutura, com frágil oferta de saneamento básico e frágil acesso à internet. O conjunto dessas expressões da questão social contribui para a “evasão escolar” que é “gritante nas periferias”. Entretanto, a Entrevistada A afirma que apesar das inúmeras dificuldades, os jovens pobres, negros, conseguem “com muita perseverança e força”, romper as barreiras para “conseguir estudar” e realizar seus sonhos.

Quanto às contribuições do MEPIJU para seu ingresso no ensino superior, a Entrevistada A responde:

O projeto mudou minha vida em muitos aspectos e de uma forma extremamente importante, passei a ver o mundo de uma maneira diferente, aprendi a saber a importância de ter um pensamento crítico, de olhar para as coisas com outros olhos. O projeto teve uma contribuição imensa na minha formação e no meu desenvolvimento político, passei a querer buscar mais informações, pesquisar e me aprofundar mais sobre o que era debatido em sala, ao decorrer do ano muitas pautas foram levantadas sobre determinados assuntos sociais e políticos, tudo isso contribuiu e fez despertar ainda mais meu interesse pelo curso que escolhi. Outrossim, a forma com que me acolheram foi surreal, entrei lá desacreditando de muitas coisas, principalmente porque estava passando por momentos difíceis, mas o projeto conseguia me reerguer, todos os professores, os apoiadores e os coordenadores sempre foram dedicados e cuidadosos com tudo, todos foram essenciais para que eu me transformei hoje, não imaginaria que o projeto tomaria uma proporção tão grande na minha vida e de uma maneira tão positiva, mas sou muito grata a tudo e principalmente por terem acreditado em mim até o último minuto, mesmo sem nem imaginarem todos os dias me davam forças para prosseguir, consegui a tão sonhada aprovação e foi uma experiência inigualável, fiquei sem acreditar até mesmo depois de ver meu nome no listão, um sentimento único. Hoje estou dentro da universidade, cursando o curso que eu sempre quis, uma coisa que eu não pensei que seria possível de imediato, mas que o projeto fez se tornar possível, sempre vou ser grata a esse projeto incrível pelo acolhimento e espero que muitos outros alunos possam sentir a mesma emoção que eu senti com a minha aprovação (ENTREVISTADA A, 2021).

A entrevistada A indica a relevância política, crítica do MEPIJU na sua construção do modo de pensar, incentivo à pesquisa e revela uma das práticas pedagógicas do Movimento que é o debate de variados temas, o que busca ampliar a percepção de mundo dos estudantes, para além da prova do Enem, o que para a Entrevistada foi determinante na escolha do curso de Serviço Social. A estudante revela a importância do acolhimento, solidariedade e incentivo à gestão democrática.

O entrevistado F (23 anos), ex-aluno do MEPIJU, é estudante de Letras (Língua Portuguesa da UEPA) e estagiário de Literatura no MEPIJU. Relata as dificuldades de estudo dos jovens periféricos, os quais não possuem condições materiais e “ambientes adequados para a produção intelectual, isso seria fundamental para os jovens se sentirem bem no local onde passa uma porcentagem digna de seu cotidiano”. No que diz respeito à contribuição do Movimento, para adentrar no ensino superior, revela que:

Foi muito importante para meu processo de aprendizagem, eu já tinha passado em algumas faculdades, mas não consegui prosseguir nos cursos. O projeto MepJurunas foi fundamental na escolha de meu curso e a praticidade, bem como qualidade do curso, me auxiliaram a estudar mais, principalmente, no que diz respeito à questão das matérias que eu não gostava de estudar como as das ciências exatas. Outro detalhe vale ser dito, e quanto ao reavivamento da sensação de pertencimento, um trabalho muito importante do projeto. Falar sobre as qualidades do bairro do Jurunas, sobre curiosidades, facetas da cultura popular que acabam por ficar esquecidas em meio aos avanços da globalização, foi uma das melhores contribuições do MepJurunas (ENTREVISTADO F, 2021).

Nas palavras do Entrevistado F, é importante observar a cultura do pertencimento, pois ao longo das aulas são enfatizadas a ideia de identidade do morador com seu bairro. Em geral, as mídias sociais constroem a imagem de que no bairro do Jurunas só tem pobres, negros, pessoas feias, marginais, maconheiros, prostitutas, e que lá é o local do “me rouba logo”. Na contramão desse discurso, o projeto enfatiza ainda, a cultura e educação popular, associadas aos trabalhadores, moradores das periferias que gostam do brega (música típica do estado do Pará), de comida simples, que não se vestem conforme a moda, fogem às normas da globalização e dos valores consumistas da ordem burguesa.

A entrevistada C (21 anos), ex-aluna do MEPIJU, é estudante do curso de Pedagogia na UEPA. Ao responder sobre as principais dificuldades que os jovens da periferia do bairro do Jurunas encontram para estudar, respondeu:

Além da desvalorização da escola por parte da sociedade, a principal dificuldade, para mim, é a falta de recursos, falta de oportunidades e as necessidades que ele enfrenta. Por exemplo, se esse jovem está passando necessidades e tem que arrumar um emprego para conseguir ajudar em casa e se manter, consequentemente tendo que largar os estudos para isso, ele não irá pensar duas vezes e é a realidade de muitos jovens da periferia. Por conta disso, essa desvalorização da educação e da escola é consequência, pois acabam achando que estudar é perda de tempo, o trabalho passa a ser mais importante. As escolas da periferia não têm um suporte necessário para atender e lidar com as necessidades desses jovens, o Estado é ausente, então a partir disso, muitos jovens deixam os estudos de lado na esperança de trabalhar para conseguir alguma melhoria de vida (ENTREVISTADA C, 2021).

Em suas interpretações, a Entrevistada C sinaliza a ausência do Estado nos territórios populares, deixando as escolas públicas dos bairros periféricos sem recursos, sem suporte, o que desestimula os jovens a continuarem seus estudos. Outro aspecto relevante em sua abordagem é a condição de pobreza dos jovens, membros de famílias com baixos salários que precisam trabalhar para ajudar no sustento do grupo familiar, pois o “jovem está passando necessidades e tem que arrumar um emprego para conseguir ajudar em casa e se manter”; seu trabalho, portanto, não é somente para manter suas necessidades, mas em grande parte seus rendimentos são destinados à família, o que ocasiona falta de dinheiro para seu lazer, estudos e as necessidades básicas.

O MEPIJU tem clareza dessas dificuldades e, quando consegue aprovar um aluno ou aluna, é um motivo de alegria, sensação de vitória coletiva, de resistência social, pois mais um pobre adentrou na universidade, que historicamente tem sido reservado aos estudantes com mais condições financeiras.

Perguntada sobre a contribuição do Cursinho Pré-Vestibular (do Movimento de Educação Popular Inclusiva do Jurunas) para seu ingresso na universidade, a Entrevistada C respondeu:

O MEPIJU para mim foi como uma ponte para eu conseguir alcançar meus objetivos, pois assim como eu, muitos jovens não têm condições de pagar por cursos preparatórios pré-vestibular, então é uma oportunidade incrível para centenas de jovens. MEPIJU não é só um movimento educacional, eles te ajudam no que tiver ao alcance, foi como um refúgio para mim. Além das aulas com professores excelentes, disponibilizavam materiais importantíssimos para nossa aprendizagem, e sempre demonstravam preocupações se estávamos mesmo tendo esse desenvolvimento de forma positiva, além de abrir nossos olhos para questões que envolviam a sociedade, desenvolvendo em nós também um pensamento crítico, para que pudéssemos também obter um olhar mais humanizado. O MEPIJU vai além de um movimento educacional, eles formam uma segunda família entre alunos e professores, não há uma hierarquia, tratam todos do mesmo jeito, com muito respeito, por conta disso nos sentimos superacolhidos, são pessoas que acreditam na gente e nos fazem acreditar também na nossa capacidade, é importante esse apoio. Contribui com minha aprovação e acrescentou muitas coisas boas para a minha formação como pessoa, hoje faço parte da coordenação do MEPIJU para tentar contribuir com esse movimento que me ajudou tanto, assim também poder contribuir para a aprovação e ajudar outros jovens como me ajudaram (ENTREVISTADA C, 2021).

Importante observar na fala da Entrevistada C a questão do acolhimento que encontrou no MEPIJU, situação pouco comum para com os jovens que na maioria das vezes são hostilizados como vagabundos, preguiçosos, não querem nada, são tratados como juventude perdida e além da violência física, sofrem com os preconceitos por sua orientação sexual, política, cor e tipo de cabelo e forma de seu corpo. Relata que o MEPIJU “foi como um refúgio para mim”. Aspecto relevante no dizer dessa entrevistada é o aspecto político do Projeto, pois “além de abrir nossos olhos para questões que envolviam a sociedade, desenvolvendo em nós também um pensamento crítico, para que pudéssemos também obter um olhar mais humanizado”. A humanização, criticidade, solidariedade, partilha, incentivo, a crença na capacidade de superação e a ajuda coletiva, são princípios fundamentais do MEPIJU, além do retorno que devem dar ao Movimento após sua aprovação, nesse caso essa entrevistada hoje faz parte da coordenação do MEPIJU, “para

tentar contribuir com esse movimento que me ajudou tanto, assim também poder contribuir para a aprovação e ajudar outros jovens como me ajudaram”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste texto sobre a experiência do Cursinho Pré-Vestibular do Movimento de Educação Popular Inclusiva no bairro do Jurunas, na cidade de Belém do Pará, como uma forma de resistência da Juventude moradora da periferia dessa cidade, demonstrou que os jovens moradores dos territórios considerados periféricos, por sua condição de classe social, sofrem inúmeras dificuldades para ter acesso à educação pública, motivo pelo qual a resistência faz parte da vida cotidiana dos jovens que precisam resistir para garantir sua reprodução social, ter acesso à educação e permanecer nas instituições de ensino.

A vivência dos jovens do bairro do Jurunas, em Belém, é a expressão da vida da maioria dos jovens pobres no Brasil. A interpretação orientada pela teoria social marxiana permite interpretar a singularidade da realidade desse bairro articulada às determinações sociais e econômicas da sociedade brasileira, resgatando a história da formação do espaço urbano, onde os lugares de moradia da classe trabalhadora pobre são mal servidos de infraestrutura física (como o saneamento básico), bem como de serviços de saúde, segurança pública e educação de qualidade, o que revela a desigualdade social no acesso à cidade. Esses aspectos históricos se somam ao cenário da atual crise econômica do modo de produção capitalista – especialmente pelo aumento dos índices do desemprego – que se acirra com a conjuntura de pandemia do novo coronavírus e com atual concepção e prática do governo federal que diminui fortemente os recursos para as políticas sociais.

Entretanto, ao lado do avanço do projeto classista em defesa dos interesses das frações de classe dominante, são projetadas várias formas de resistência em favor das frações de classe dominada. Dentre as formas de resistência, encontra-se a produção de conhecimento sobre a juventude na periferia, motivo pelo qual este texto apresentou um levantamento sobre as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil que tratem do tema da juventude e acesso ao ensino superior, demonstrando que os pesquisadores (especialmente os das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas) estão resistindo em interpretar a vida concreta dos jovens da classe trabalhadora. Ademais a essa forma de resistência, este texto fez um registro das experiências de lutas da juventude no Brasil e em Belém do Pará, demonstrando que, em vários

momentos da história desse país, a juventude foi combativa em defesa da democracia, em particular da educação.

A fim de demonstrar uma experiência de resistência nos territórios da periferia o texto apresentou uma reflexão sobre as atividades do Movimento de Educação Popular Inclusiva do Jurunas (MEPIJU) e sua ação no Cursinho Pré-Vestibular, localizado no bairro do Jurunas, na cidade de Belém do Pará. Mediante uma perspectiva crítica, a coordenação deste movimento articula educação popular, formação política e preparação de jovens para a realização da prova de acesso ao ensino superior. Como resultado, a partir de 2016, este projeto registra a aprovação de aproximadamente 200 estudantes nas universidades públicas. As entrevistas realizadas (para fins da reflexão apresentada neste texto) com uma pessoa adulta que estuda atualmente no projeto e cinco jovens egressos deste projeto e que ingressaram no curso superior em universidades públicas expressam a vivência da juventude na periferia brasileira: ausência de equipamentos de qualidade, especialmente as escolas no bairro; violência estatal, com intensificação sobre os jovens negros; o abandono escolar e a falta de incentivo ao estudo pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho e ajudar no sustento da família. As entrevistas também revelaram a potencialidade da juventude, à medida que ao participarem de um projeto de educação popular – que sintetiza a educação política e a educação escolar – cultivam sonhos e esperança em construir uma nova vida pela mediação da educação humanizadora.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020. 6 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>. Acesso em: 17 ago. 2021.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; SILVA, Lanna Paula Ramos da. O movimento estudantil paraense e a comunicação alternativa na Ditadura Militar de 1964-1985. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ALCAR UFRGS, 2015. p. 1-16. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/o-movimento-estudantil-paraense-e-a-comunicacao-alternativa-na-ditadura-militar-de-1964-1985/view>. Acesso em: 20 maio 2021.

ATOS em defesa da educação são realizados na UFPA, em Belém, e na Unifesspa, em Marabá. *In: G1 PARÁ*. [Belém, PA], 12 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/09/12/atos-em-defesa-da-educacao-sao-realizados-na-ufpa-em-belem-e-na-unifesspa-em-maraba.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. Os “comunitários” e as lutas por escolas nos movimentos populares – Belém-PA (1967-1985). Paraíba, UFPB: 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *R. Katál*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021.

ENEM é adiado em 12 locais do Pará por ocupação de estudantes. *In: G1 PARÁ*. [Belém, PA], 1 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/11/enem-e-adiado-em-11-locais-do-para-por-ocupacao-de-estudantes.html>. Acesso em: 28 maio 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020. 25 jan. 2021. Disponível em: <https://audiotoriadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>. Acesso em: 8 maio 2021.

FÁVERO, Douglas Gonsalves; PREVITALI, Fabiane Santana. A contribuição do método marxiano para o estudo da juventude. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR*, 10., 2016, Campinas. 30 anos do HISTEDBR (1986-2016): contribuições para a história e historiografia da educação brasileira. Campinas: UNICAMP, 2016.

FREIRE, Paulo. A ética na educação. [S. l.]: Instituto Paulo Freire, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p. 205-221, jul./dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Rio de Janeiro, 15 jul. 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 2 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua: Educação 2019. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua: Indicadores mensais produzidos com informações do 4º trimestre de 2020. Rio de Janeiro, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/03/desemprego-pnad-trimestral-2020-1-mar2021.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

JORNAL EL PAÍS. PEC 241: com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. 27 out. 2016. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html. Acesso em: 28 maio 2021.

MARQUES, Yasmin Caroline Lima; ALMEIDA, Andreia Cristina da Silva. A trajetória histórica dos movimentos de juventude no Brasil: suas lutas e desafios. Revista Intertemas, Presidente Prudente, v. 13, n. 13, p. 1-12, 2017. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6171>. Acesso em: 20 maio 2021.

PROJETO JURUNAS PRÉ-VESTIBULAR EDUCAÇÃO POPULAR. Documento de lançamento. Belém, PA, 1988.

REDE UBES. 10 coisas que você precisa saber sobre a morte de Edson Luis. 27 mar. 2018. Disponível em: <https://ubes.org.br/2018/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-morte-de-edson-luis/>. Acesso em: 28 maio 2021.

ROLNIK, Raquel. [Apresentação] As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: VAINER, Carlos *et al.* Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SANTANA, Joana Valente (Org.). Habitação e Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTANA JÚNIOR, Leopoldo Nogueira. Quem é do Rancho tem amor e não se amofina: saberes e cultura amazônicos presentes nos sambas-enredos da escola de samba rancho não posso me amofiná. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, 2008.

SILVA, Nádia Alessandra Rodrigues da. Movimentos sociais no bairro do Jurunas: formas de participação nas últimas décadas. 2016. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

SILVA FILHO, P. Cursos Pré-Vestibulares Populares em Salvador: experiências educativas em movimentos sociais. Revista da FAGED, n. 8, p. 109-126, 2004.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Orçamento da Educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões. Rede. 2 abr.

2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso em: 1 jun. 2021.

UNIVERSIDADES realizam ato no Pará contra o bloqueio de recursos na educação. *In*: G1 PARÁ. [Belém, PA], 15 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2019/05/15/universidades-realizam-ato-em-belem-contra-o-bloqueio-de-verbas-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2021.

“Revisitando” adolescentes e jovens quilombolas: condições de vida, cotidiano e projetos

Eva Aparecida da Silva
João Bôsko Hora Góis
Sídimaara Cristina de Souza

INTRODUÇÃO

Este trabalho “revisita” a pesquisa “Jovens quilombolas e seus projetos de vida”¹, realizada no período de 2012 a 2014, com financiamento da FAPEMIG, nas comunidades Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, localizadas no município de Teófilo Otoni/MG. Ela apresenta adolescentes e jovens, na faixa de 15 a 29 anos, negros, rurais e quilombolas, de ambos os sexos, por meio da apreensão de quem são, em que condições vivem, o que pensam, sentem e como agem frente às suas condições sociais, econômicas, culturais e educacionais (SILVA *et al*, 2014; 2015), e traz, ainda, reflexões acerca do atual contexto de inflexão das políticas públicas de ação afirmativa voltadas para a população negra brasileira, em particular a quilombola, que é agravado pela pandemia de Covid-19 e seus possíveis impactos nos projetos de vida de seus sujeitos.

No que pesem as particularidades das comunidades onde os sujeitos da pesquisa residem, ressaltamos alguns traços que lhes são comuns: a maioria das casas é feita de adobe (tijolo de terra crua, água e palha, seco ao sol) e construída pelos próprios moradores, com piso de cimento; o aumento do poder aquisitivo decorre em grande parte da obtenção de auxílios assistenciais, como

¹Essa pesquisa é um desdobramento do estudo “Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar”, aprovado no Edital Universal 2008 da FAPEMIG, com levantamento de dados acerca da história; cultura; economia; demografia; educação; saúde; infraestrutura; segurança alimentar; meio ambiente, que também informou sobre as possibilidades e limites de vida de seus sujeitos, entre eles os adolescentes e jovens. (SILVA *et alli*, 2010; 2012).

o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC); a água encanada para cada casa é captada de uma mina natural; a energia elétrica já é acessada, embora não haja iluminação nas ruas; a telefonia fixa ainda não é acessível aos moradores; o meio de transporte mais utilizado é o público, havendo pouca oferta de horários para o percurso Comunidade/Teófilo Otoni/Comunidade; as estradas vicinais (“*de chão*”) são péssimas, o que se agrava nos dias de chuva; o atendimento às necessidades de atenção à saúde é feito, de forma precária, pelo Programa Saúde da Família, fazendo com que as famílias das três comunidades recorram ao posto de saúde e aos hospitais de Teófilo Otoni, especialmente nos casos de doenças menos corriqueiras.

Em suma, a realidade vivida pelas três comunidades onde residem os sujeitos da pesquisa é a de grande marginalização social e privação do direito à propriedade da terra prescrito na Constituição Federal de 1988. Os habitantes vivem, outrossim, uma profunda invisibilidade social, o que lhes impõe condições de vida com baixíssimo índice de desenvolvimento humano.

O universo da pesquisa foi constituído de 142 jovens pertencentes às três comunidades acima referidas, com idade entre 15 e 29 anos. Destes foram incluídos todos aqueles – 60 sujeitos – que voluntariamente demonstraram interesse em participar e cujos pais/mães autorizaram, quando necessária, a inserção nesse processo investigativo.

É necessário destacar que nem todos os sujeitos participantes podem ser classificados como jovens nos termos do Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013), uma vez que adolescentes (indivíduos com idade entre 12 a 18 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), também integram a pesquisa.

A coleta de dados foi feita por meio de três instrumentos: questionário; entrevista individual semiestruturada; e reuniões de grupo, empregando a técnica de “roda de conversa”, a qual confere a todos os integrantes do grupo o poder de tomar a palavra e ser ouvido pelo coletivo (BELEIZ JR & PONS, 2009), tal como também ocorre nos círculos de cultura propostos por Paulo Freire (2005).

Tanto as entrevistas quanto as reflexões das rodas de conversa foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Os dados delas derivados foram interpretados através da Análise do Conteúdo (FRANCO, 2008) – técnica que busca examinar as falas dos pesquisados uma a uma, de forma a inferir os sentidos subjetivos. Os questionários foram submetidos ao Software SPSS, que auxiliou na análise.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa também foi necessário o levantamento e leitura de material bibliográfico específico, de forma contínua, de modo a ser aporte teórico para a pesquisa de campo e análise dos dados.

CONCEPÇÕES ACERCA DA ADOLESCÊNCIA E DA JUVENTUDE

Se tomarmos como referência algumas definições advindas dos estudos da adolescência, temos que a teoria psicanalítica a considera um período filogenético, em que os estágios do desenvolvimento psicosssexual são geneticamente determinados e relativamente independentes de fatores ambientais, "...[com isso] a pubescência se refere a essas mudanças físicas associadas com o amadurecimento das funções reprodutivas, é encarada, evidentemente, como um fenômeno universal" (MUUSS, 1976, p. 25-6).

Para a Antropologia Cultural, a começar pela teoria do desenvolvimento de Ruth Benedict e Margareth Mead, a adolescência não está diretamente relacionada com a pubescência, no que diz respeito a ser uma fase do desenvolvimento psicosssexual, já que "acentua a importância das instituições sociais e dos fatores culturais no desenvolvimento humano..." (MUUSS, 1976, p. 56). Logo, essa teoria defende que não há uma descontinuidade na transição da infância para a fase adulta, pois, como condicionamento cultural, ela acontece de forma gradual e contínua.

A comparação da adolescência em várias sociedades primitivas demonstra que os problemas dos adolescentes podem ser resolvidos de diferentes maneiras e em diferentes níveis de idade, ou podem até mesmo não existir. Não parece razoável considerar esses problemas inerentes ao desenvolvimento adolescente (MUUSS, 1976, p.62-3).

Próxima à concepção da Antropologia Cultural, a Psicologia Sócio-histórica considera que a adolescência é construída pelos homens, em suas relações sociais, portanto não é um dado natural. Logo, as características atribuídas à adolescência e, conseqüentemente, aos adolescentes também são construções sociais (BOCK e LIEBESNY, 2003). Ela não é vista, dessa forma, como uma fase natural do desenvolvimento. A adolescência não existiu sempre, pois se constituiu na história a partir de necessidades sociais, e todas as suas características foram desenvolvidas a partir das relações sociais com o mundo adulto e com as condições históricas em que se deu seu desenvolvimento. Assim, a adolescência é uma fase de desenvolvimento na sociedade moderna ocidental. Não é universal e não é natural dos seres humanos. É histórica (BOCK e LIEBESNY, 2003, p.210).

No que diz respeito às imagens acerca da juventude, Dayrell (2003) destaca: aquela que a vê como uma condição de transitoriedade, um “vir a ser”, uma passagem para a vida adulta; ou um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos; ou aquela que a reduz apenas ao campo da cultura (expressa em atividades culturais); ou, ainda, como um momento de crise, de conflito com a autoestima e/ou com a personalidade. No caso desta última imagem, a família, como instância socializadora, estaria em crise, uma vez que estaria perdendo o papel de orientação e de valores, assim como o trabalho e a escola. Diferentemente desses modelos socialmente construídos, presos às características que buscam enquadrar os jovens, em sua diversidade, num determinado modo de “ser jovem”, Dayrell (2003) entende a juventude ou juventudes como uma condição social e um tipo de representação.

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social lida com esse momento e representam-no.

Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero. Ela relaciona-se também, dentre outros aspectos, com as regiões geográficas. Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.

Com isso, atesta-se que a(s) juventude(s) corresponde a um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, já que assume importância em si mesma e é influenciada pelo meio social e pelas relações nele processadas. Daí a ideia de jovem como sujeito social, aquele que é ao mesmo tempo um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais, e um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para Dayrell (2007, p. 43), o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo e, nessa ação, produz-se e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.

Sendo assim, as diferentes formas de “ser jovem” envolvem, segundo Dayrell (2007), múltiplas dimensões, tais como: o lugar social desses jovens, a dimensão simbólica e expressiva (música, dança, corpo, visual, arte, etc.) e a sociabilidade (espaços de lazer, diversão, a escola e o trabalho).

Durante as rodas de conversa com os adolescentes e jovens das três comunidades quilombolas pesquisadas, promoveu-se o debate acerca do ser adolescente e do ser jovem. De acordo com alguns relatos, a adolescência está associada ao descompromisso, à “curtição”, e a juventude ao amadurecimento, à maior responsabilidade, à preocupação acerca do que fazer e do como conduzir a própria vida. Cabe mencionar que havia poucas possibilidades de diversão para os adolescentes e jovens das três comunidades de Teófilo Otoni, entre as citadas estão: algumas festas (aniversários, casamentos, entre outras) no entorno (distritos próximos) ou na própria comunidade, encontros e conversas com os amigos da comunidade, programas de televisão e, esporadicamente, dado o difícil acesso ao transporte, passeios em Teófilo Otoni ou outras cidades mais próximas. Se há menção às restritas possibilidades de diversão, o que é visto como um aspecto negativo no ser adolescente e jovem nestas comunidades, há também a consideração de que nelas, diferente do que ocorre nas cidades, o contato com as drogas não se faz tão presente. A mesma constatação se aplica às diversas formas de violência. (SILVA et al, 2014; 2015)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil familiar e individual dos adolescentes e jovens

O baixo índice de escolaridade determina, no caso dos pais e mães, as possibilidades de inserção profissional, uma vez que eles se concentram nas atividades agrícolas, seja em suas próprias terras, plantando para subsistência, seja nas terras de outros (médios ou grandes proprietários do entorno das comunidades quilombolas).

Questionados sobre a religião do pai e da mãe, um número expressivo de adolescentes e jovens respondeu serem eles católicos, e também assumiu o catolicismo como sua religião.

Ao responderem sobre a renda familiar, boa parte deles considera que ela gira em torno de um salário mínimo ou um pouco mais que o mínimo, embora muitos não tenham sabido responder a essa questão.

De acordo com cinquenta e três (53), suas famílias são beneficiárias de programas sociais de transferência de renda: cinquenta e um (51) afirmam ser o Bolsa Família e dois (02) não especificaram nenhum programa². Com isso, conclui-se que parte significativa da renda familiar advém desse programa social e soma-se à remuneração que resulta da prestação de serviço nas terras de outros.

Para complementar a renda familiar ou mesmo para tê-la, um ou mais membros de uma mesma família costuma migrar para outras cidades ou estados em busca de trabalho. Dos sessenta adolescentes e jovens, trinta e seis (36) estão em contato com esse processo migratório.

Silva et alli (2010) também observaram esse fluxo e deram destaque ao trabalho sazonal na colheita do café, no Espírito Santo, por mulheres, principalmente, e por homens. Dois (2) jovens da São Julião relataram praticar a colheita do café por um período de até três meses, numa jornada de trabalho extensiva e exaustiva.

O desejo de viajar e conhecer novos lugares, expresso por cinquenta e nove (59) adolescentes e jovens, pode também ser decorrente do contato com o ato de migrar e com o acesso às estórias que vêm de fora (oportunidades de trabalho, renda, consumo, lazer). A preferência de locais, pela ordem, são as capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Ainda no contexto do universo do trabalho e da renda, constatou-se que, além de estudar, uma vez já visto que a maioria (57 sujeitos) está em processo de escolarização, trinta e quatro (34) adolescentes e jovens se dedicam, desde cedo (a partir da faixa etária de 10 a 15 anos), a alguma atividade laboral (doméstica, fora da própria casa; lavrador; empreitada; cuidador de idoso; vaqueiro; diarista; do lar) no entorno da comunidade e até mesmo dentro dela. Quando praticadas todos os dias da semana, elas exigem no mínimo duas horas de seus tempos e, no máximo, quatro horas. Como normalmente não há nenhum vínculo empregatício, os adolescentes e jovens recebem por dia trabalhado. Apenas dois (2) jovens declararam receber um salário mínimo. Cabe destacar que, dos sessenta (60) adolescentes e jovens, quarenta e sete (47) declararam realizar atividades domésticas dentro do próprio lar.

² Pressupõe-se, devido a estudo anterior nestas três comunidades quilombolas de Teófilo Otoni, que o programa não especificado seja o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Trata-se de um direito constitucionalmente assegurado e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. É um benefício da assistência social que garante o repasse de um salário mínimo mensal a: 1) Idosos com idade de 65 anos ou mais cuja renda per capita da família seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente; 2) Pessoas com deficiência, em qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, cuja renda per capita familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente.

O poder aquisitivo das famílias, decorrente da renda familiar acumulada, pode ser apreendido por meio da posse de alguns bens duráveis (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos de comunicação, veículos, dentre outros) existentes em cada domicílio.

A maioria dos domicílios possui, pela ordem, televisão, DVD, rádio e máquina de lavar. Consideramos que a posse desses eletrodomésticos e eletroeletrônicos pelas famílias quilombolas das três comunidades de Teófilo Otoni decorre de um conjunto de fatores, com repercussão em âmbito nacional: o acesso à energia elétrica, dado a programas sociais como o Luz para Todos³; o barateamento desses produtos, o crédito consignado e o parcelamento das compras; o aumento da renda dessas famílias devido aos aportes financeiros de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC. Há um número significativo de famílias que possui bicicleta, antena parabólica (aquela que permite acessar os canais básicos e não a TV a cabo, paga, com uma variedade de canais) e celular. Embora pelo menos um dos membros dessas famílias tenha esse aparelho de telefonia, há grande dificuldade em utilizá-lo de maneira contínua nas comunidades, devido ao não alcance do sinal ou à falha nele.

Em estudo realizado por Silva et. alli (2010), observou-se que: das quarenta e seis (46) famílias de Córrego Novo, vinte e oito (28) têm banheiro; e das quarenta e oito (48) famílias de São Julião, trinta e cinco (35) não têm banheiro. No universo de adolescentes e jovens dessas três comunidades, há um reduzido número de sujeitos sem banheiro em casa, no entanto, somado o número de famílias, constata-se que boa parte delas não tem banheiro e, por isso, fazem uso da fossa ou depositam seus excretos a céu aberto.

A televisão está presente nos domicílios de cinquenta e sete (57) adolescentes e jovens e é o meio de comunicação mais utilizado por eles para aquisição de informação. A maioria relatou assistir televisão todos os dias, em especial novelas, programas de entretenimento, desenhos, esporte, jornais, filmes e programas religiosos, de acordo com a sequência de preferência exposta abaixo.

3 Programa coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais, visa levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para pessoas do meio rural. Ver mais em www.luzparatodos.mme.gov.br.

QUADRO 1

Tipos de programa de televisão assistidos pelos sujeitos da pesquisa

TIPOS DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO	NÚMERO DE SUJEITOS
Programas de entretenimento	15
Novelas	17
Desenhos	12
Filmes	02
Programas religiosos	01
Esporte	07
Jornal	05
Não respondeu	01
TOTAL	60

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Embora a maioria diga assistir televisão diariamente, questionados sobre a quantidade de horas por dia, de segunda a sexta-feira (semana escolar), dos sessenta (60), vinte e seis (26) responderam assistir em média até duas horas e vinte e cinco (25) de duas a quatro horas. Apenas seis (06) responderam de quatro a seis horas e três (03) mais de seis horas.

Embora somente dois (02) sujeitos tenham respondido que preferem assistir filmes na televisão, os sessenta (60) adolescentes e jovens expressaram os gêneros que mais gostam quando assistem filmes: vinte e três (23) indicaram ação/aventura, dezessete (17) terror, doze (12) comédia, sete (07) romance e um (01) suspense.

Para além da televisão, o gosto pela leitura também se faz presente entre adolescentes e jovens: trinta e dois (32) deles dizem gostar de ler, vinte e um (21) indicam que gostam mais ou menos e sete (07) afirmam que não gostam. Entre os gêneros de leitura mais frequentes, estão o romance, a ficção e os livros baseados em fatos reais. Vinte (20) sujeitos não lêem nenhum deles. Quando lêem revista, preferem as histórias em quadrinhos, revistas de variedades e de telenovelas. Apenas dois (02) gostam de revista tipo Superinteressante (de cunho científico) e quatorze não lêem nenhuma delas.

O contato com livros e revistas se dá principalmente na biblioteca da escola, frequentada de uma a duas vezes por semana pelos adolescentes/jovens leitores. Os demais a frequentam uma ou duas vezes por mês. Quarenta e cinco (45), dos sessenta (60) adolescentes e jovens, não lêem jornal, os outros alguns dias na semana ou apenas no final de semana. Os assuntos preferidos são: esportes, crônica policial, política, cadernos e seções especiais para adolescentes, histórias em quadrinhos, horóscopos, ciência e tecnologia.

Nas comunidades de Cama Alta, Córrego Novo e São Julião havia a presença da Arca das Letras, programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o objetivo de implantar bibliotecas nas comunidades formadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades de pescadores, remanescentes de quilombos, indígenas e populações ribeirinhas. A meta é, com isso, facilitar o acesso ao livro e à informação⁴⁹, sendo um grande estímulo à leitura e ao acesso às obras.

Questionados sobre a prática de algum esporte, quarenta e seis (46) adolescentes e jovens, entre eles também as mulheres, jogam futebol nos “campinhos” existentes nas próprias comunidades, principais espaços de lazer. Os demais mencionaram dama, xadrez, queimada ou outros não especificados, e quatro (04) disseram que não praticam nenhum esporte. A maioria (quarenta e quatro sujeitos) não participa de nenhuma atividade cultural. No entanto, dez (10) deles relataram praticar teatro no Grupo de Jovens existente na Comunidade São Julião e um (01) a capoeira⁵.

Dos sessenta adolescentes e jovens, trinta (30) informaram ter acesso à internet na escola (23 sujeitos), no Telecentro (quatro sujeitos) e na *lan house* (três sujeitos); vinte e nove (29) afirmaram não ter acesso à rede mundial de computadores; e um (01) desconhece do que se trata. No entanto, entre os internautas, o acesso é raro ou se dá no máximo uma vez por semana, especialmente para buscar informações para fazer trabalhos escolares, mas também para jogar e se comunicar através das redes sociais. Os que frequentam a *lan house* costumam acessar a internet de uma a duas horas por semana, geralmente para jogar, pesquisar ou contatar as redes sociais. De um modo geral, conforme ordem de preferência, os *sites* mais visitados são: os de busca, como *Google*; o de redes sociais, como o *Facebook*; os de jogos; e os de cursos profissionalizantes.

Para utilizar a internet, há a necessidade de acesso ao computador. Sendo assim, vinte e três (23) adolescentes e jovens tomam contato com ele na escola,

4 Ver mais sobre o Programa Arca das Letras em www.mda.gov.br.

5 Cinco (05) adolescentes/jovens não especificaram as atividades culturais das quais participam.

três (03) em casa, cinco (05) na *lan house* e seis (06) no Telecentro. Os sujeitos o utilizam uma vez por semana ou uma vez por mês, particularmente para acessar a internet, mas também para jogar ou editar textos. Os outros vinte e três (23) não têm uma relação com esse aparelho.

Das três comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni, apenas a São Julião possui um Telecentro Comunitário¹¹, ou seja, um espaço público provido de computadores para acesso à internet e realização de outras atividades que envolvam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e promovam a inclusão digital. No entanto, na São Julião não há a efetivação desse programa, uma vez que são poucos aqueles que sabem manusear o computador e suas ferramentas e, portanto, desconhecem suas possibilidades. Embora o programa preveja a realização de oficinas de capacitação e alfabetização digital, nenhuma iniciativa desse tipo havia sido implementada até aquele momento.

O perfil socioeconômico e cultural dos adolescentes e jovens das comunidades São Julião, Cama Alta e Córrego Novo, tal como traçado até aqui, é revelador das possibilidades e limites de construção de seus projetos de vida, os quais serão analisados mais aprofundadamente a seguir. Antes disso, contudo, vejamos como, a partir dos elementos apresentados nessa seção, os sujeitos concebem o que é a adolescência e a juventude e como essas fases da vida se desenrolam no cotidiano.

Percepções sobre a adolescência e a juventude e o cotidiano

Durante as rodas de conversa, promoveu-se o debate acerca do ser adolescente e do ser jovem. De acordo com alguns depoimentos, a adolescência está associada ao descompromisso, à “curtição”, e a juventude ao amadurecimento, à maior responsabilidade, à preocupação acerca do que fazer e do como conduzir a própria vida.

É... a gente ser adolescente, muitas vezes a gente faz travessuras. Faz as coisas muitas vezes sem pensar, agora quando a gente fica jovem já começa a pensar mais, a amadurecer mais, é isso que eu acho. Pra mim é isso. (Jovem da comunidade São Julião).

Pra mim também, porque quando a gente é adolescente a gente comete mais erros, faz as coisas mais sem pensar, tipo assim, quer mais curtir, quer mais se divertir, ir pra festas, beber, fu-

mar, apesar que eu não fumo né. E quando a gente é jovem a gente já começa a pensar o que que eu quero fazer, eu quero continuar nessa vida de só se divertir, mais nada, não pensar no meu futuro, a gente já começa a si... Como é que fala? Ah! Não sei a palavra não. É, tipo assim, vai chegando à idade dos 18 anos, vai ficando de maior, tipo se eu fazer alguma coisa errada, tipo assim, meus pais não vão poder mais se responsabilizar por mim, eu que já vou ter que tomar minha próprias decisões, é isso aí, a gente fica um pouco mais responsável, apesar de que a gente ainda comete muitos erros, apesar que todo mundo erra né? (Jovem da comunidade São Julião).

É quer disser tipo assim, que quando você começa a ser jovem, cê já começa a ser mais responsável, seus pais já vai te liberar mais um pouco, já vai confiar mais em você. Quando você é adolescente não, eles já não confiam tanto, por que sabe que você vai cometer besteira. (Jovem da comunidade São Julião).

Na comunidade Córrego Novo, com grande número de sujeitos adolescentes participantes da pesquisa, o ser adolescente também foi definido a partir das transformações ocorridas no corpo, como pelos, menstruação, dentre outras, bem como do início do ter responsabilidade, do namorar e do se divertir. Entre os jovens da comunidade São Julião citados acima, foi dado destaque, ainda, às restrições e aos limites impostos pela sociedade, neste caso pela comunidade, e, em especial pela família, às mulheres que vivem a condição de jovem, contrariamente ao que acontece com os homens na mesma condição. Segundo as jovens, há pouca liberdade de ir e vir, principalmente à noite, podendo elas serem alvo de “fofoca” na comunidade, o que não acontece com os “meninos”, tal como relata um deles.

Eu saio, mas quando eu saio eu não apronto. É mais para o homem é mais fácil, pra mulher já é mais difícil. No caso das meninas, agora pro homem é fácil. Eu desde eu pequeno assim, eu saio pra qualque lugar. Meu pai não proibia não, agora eu não aprontava, eu não caçava briga com ninguém, eu não sou de caçar briga com ninguém. Aqui os meninos desde os 7 anos, saem sozinho. Eu falo que horas que eu vou voltar, ou se eu vou voltar no outro dia, eu não apronto na festa, eu não vou roubar, não vou brigar com ninguém, aí é só confiar em mim, né?

Das adolescentes da comunidade Córrego Novo que expressaram suas opiniões sobre a liberdade de ir e vir, nenhuma delas se sente proibida pelos pais de frequentar festas à noite, tampouco os “meninos”, embora alguns deles tenham frisado os cuidados que suas mães têm com essas saídas.

Cabe mencionar que há poucas possibilidades de diversão para os adolescentes e para os jovens das três comunidades de Teófilo Otoni. Entre as citadas estão: ir a algumas festas (aniversários, casamentos, entre outras) no entorno (distritos próximos) ou na própria comunidade, encontros e conversas com os amigos da comunidade, assistir televisão e, esporadicamente, dado o difícil acesso ao transporte, passear em Teófilo Otoni ou outras cidades mais próximas.

Se há menção às restritas possibilidades de diversão, o que é visto como um aspecto negativo no ser adolescente e jovem nessas comunidades, há também a consideração de que nelas, diferentemente do que ocorre nas cidades, o contato com as drogas não se faz tão presente, nem com as diversas formas de violência.

Para alguns sujeitos da São Julião, é difícil ser jovem na comunidade, pois há um número grande de “velhos”, “*e as vezes os velhos não se adapta com os jovens*”, já que “*eles querem criar a gente do jeito que eles foram criados*”.

Por que tem muita gente aqui que é mais velha sabe? Que nem quando os pais deles criaram eles aí, eles querem criar a gente. Só que a gente às vezes obedece por eles mesmos, por que a gente não sabe como eles foram criados. Não quer se adaptar com a criação que eles querem dar pra gente.

Eu acho que maneira que eles foi criados, era muito bruta. Tipo assim tinha muita exigência dos pais deles, não podia fazer isso, não podia fazer aquilo. Se não fazia, caia no coro, tinha que fazer. A gente sabe que eles querem dar o melhor pra gente, a gente sabe. Só que as vezes passa dos limites (*risos*)...a gente fica com raiva sabe, aí depois que passa... a mãe num deixa a gente ir numa festa, a gente fala que ela é chata, começa falar um bando de coisa e xinga o pai e xinga a mãe, e briga e pinta a sapequeira, depois que passa eu tenho uma amiga que chora, esperneia.

No contato com suas autoavaliações, as quais envolvem a identidade (adolescente, jovem, rural, negra ou não negra, quilombola, feminina, masculina) e a autoestima, observa-se que a maioria dos sujeitos se diz satisfeita com a vida

que tem e consigo mesma. Entre as qualidades destacadas por eles estão: simpático(a), curioso(a), inteligente, bonito(a), educado(a), feliz, estudioso(a), irresistível, “boa gente”, “cara bacana”, tranquilo(a), nem bonito(a) nem feio(a), mais ou menos bonito(a), “descolada” (“conversa com todo mundo”), “de atitude”, “pessoa muito amiga”, meiga, gentil, “ajuda pessoas”, honesto(a), “brincalhão”, trabalhador, responsável, “alegre com as pessoas”, sincera, “respeitadora”, paciente. Há aqueles que se julgam mais ou menos inteligente, ou ainda não inteligentes. Pelo observado, esse julgamento está diretamente relacionado ao desempenho nas diferentes disciplinas oferecidas pela escola, nas respectivas séries/anos cursadas por eles.

A escola e seu modelo tradicional de avaliação têm grande responsabilidade na baixa ou autoestima de muitos de seus alunos, uma vez que associa uma nota ou um conceito, atribuído ao final do processo de aprendizagem, ao ser ou não portador de inteligência. Concomitantemente às qualidades, eles também destacam os defeitos: teimosa, tímido(a), “exibido demais”, “fala demais”, “chata”, “mal humorada”, “não gosta de compartilhar o lanche”, “usa roupa curta”, “boca dura” (responde imediatamente aos xingamentos), “meio nervoso”, “sorrir dos outros”, “um pouco egoísta”, “conversar sozinho”, “não dá importância para o que os outros falam”, “incomodar com a vida dos outros”, “ser baixa”, “as pessoas dizem que conto muitas mentiras”, “não gostar de brincadeiras”, “ser realista”.

Em meio às declarações de satisfação com a vida, geralmente em virtude de ser feliz, de estar próximo à família, de ter liberdade, de ter o que quer e poder viver num lugar (a comunidade) em que impera a união entre seus integrantes, bem como com a aparência física, alguns adolescentes e jovens manifestam insatisfação por ambos (a vida e o corpo).

No que diz respeito à vida, as insatisfações estão diretamente relacionadas com as dificuldades vividas pelas comunidades (falta de infraestrutura, moradia, transporte, etc.) e com as dificuldades financeiras de cada família.

...um pouco satisfeito com a vida na comunidade...as vezes fico satisfeito com umas coisas, outras não...aqui as coisas é muito difícil. (Jovem da comunidade São Julião).

...a gente não se sente feliz quando ele [padrasto] ta com um emprego ruim né, que ta com muitas dívidas. (Adolescente da comunidade Córrego Novo).

Quando se referem ao corpo, adolescentes e jovens desejam ser mais baixo ou mais alto, ter menos barriga, não ser gordo(a), ter corpo, olhos azuis, não ter espinhas no rosto, “não ter pés pequenos e achatados”, não ter marcas no corpo, resultado de uma surra que levou “de um dos pais de suas irmãs”, e, principalmente, ter outro tipo de cabelo, aquele que não seja “meio crespo” ou “ruim”.

Tem alguma coisa que você mudaria em você?

Não, só o cabelo mesmo (rsrsrsrs...), é meio crespo, mas dá pra levar. (Jovem da comunidade São Julião).

O que você mudaria, pra ficar mais bonitinha?

O cabelo só, por que se crescer mais um pouquinho muda a aparência. (Jovem da Córrego Novo)

... queria mudar o cabelo...nossa ele é feio pra caramba!... feio demais, ainda mais pra pentear (Adolescente da comunidade Córrego Novo)

Gostaria que o cabelo fosse diferente, pois diz que ele é ruim (Adolescente da Cama Alta).

Como demonstrou Gomes (s.n), a cor da pele e o cabelo são dois importantes ícones no processo de construção da identidade negra. O cabelo, sobretudo, define a maneira como o negro se vê e é visto pelo outro, sendo que, em alguns casos, atua em sua valorização e, em outras situações, continua sendo tomado como uma marca de inferioridade, não associada à beleza. Na sociedade brasileira,

...o cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar de inferioridade ou a introdução deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (GOMES, s.n., p. 3).

Pelo observado, constata-se que o desejo de adolescentes e jovens quilombolas em mudar ou em não ter o cabelo crespo decorre das experiências com sua depreciação, vividas tanto nas relações com os de fora da comunidade quanto

com os “iguais” (de dentro da comunidade), todas elas permeadas pelo racismo, introjetado como verdade, até mesmo pelos próprios negros. Entretanto, há aqueles que expressam gostar do cabelo, por ser ele representativo de sua identidade negra, como relatou uma jovem da comunidade São Julião, ao viver uma experiência como integrante de uma fanfarra e ter que alisar o cabelo para se “tornar igual” às outras meninas.

A vestimenta igual, a roupa, o que calça, como faz o cabelo, e aí tinha que fazer uma trança no cabelo, aí meu cabelo não dava, é muito cacheado, aí não fica a trança, e não fica grande, e todos os cabelos das outras eram maiores, ou liso alguma coisa assim, loiro, que dava pra fazer a trança, aí eu tive que alisar o cabelo pra fazer a trança. Foi quase obrigado, porque eu não queria fazer isso, mas eu queria entrar na fanfarra, quem tá de dentro não pode sair mais, então como eu tava dentro eu tive que fazer isso pra conseguir fazer a trança. Assim não foram eles que obrigaram, mas a situação obrigou a fazer, então é quase um racismo.

E há aqueles que gostam do cabelo pelo fato de, ao contrário, ser mais liso e comprido, portanto, próximo ao cabelo “bom”. Alguns sujeitos também disseram gostar de seus dedos, dos braços, da boca, do sorriso e dos olhos cor de mel (nem verde, nem azul).

Questionados sobre a existência do racismo e sobre experiências vividas ou observadas com ele, os jovens da comunidade São Julião reconhecem que ele existe, mas não julgam vivê-lo, com exceção daqueles que o percebem sutilmente em “brincadeiras”, em apelidos, como “negão”, mais no universo externo, principalmente na escola, do que no interior da própria comunidade. No entanto, as chamadas “brincadeiras” escondem o verdadeiro sentido do racismo. Elas também são vividas e/ou observadas pelos jovens da Cama Alta, os quais demonstram maior percepção de seu sentido.

Sendo a escola um dos principais espaços de sua manifestação, não há trabalhos significativos de combate ao racismo, de reeducação de posturas racistas, mas apenas referência ao processo de colonização e escravidão vividas pelo Brasil, especialmente pela disciplina de História, e atividades pontuais no dia 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra), como, por exemplo, capoeira e palestras. Os jovens da São Julião relataram ter tido contato com uma pessoa que foi para um dos países africanos de religião mulçumana e com alguns traços culturais desse país. Os de Cama Alta destacaram o concurso da beleza negra,

ocorrido no 20 de Novembro, e o debate acerca de um texto sobre Martin Luther King, na disciplina de Português.

É na confluência das condições materiais e subjetivas de existência e das concepções de adolescência e juventude e cotidiano que os sujeitos constroem seus projetos.

Projetos de vida

Ao viver a juventude ou juventudes em suas múltiplas dimensões, como defende Dayrell (2007), os jovens, inseridos em espaços e tempos específicos, repletos de descobertas, ambivalências, emoções e conflitos, defrontam-se com as seguintes questões: Quem sou eu? Para onde vou? Qual rumo devo dar a minha vida? Essas e outras indagações remetem a seus projetos de vida.

[...] uma ação do indivíduo de escolher um, entre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida. Nesse sentido, o projeto não deve ser entendido como resultado de um cálculo matemático, estrategicamente elaborado, ou de um processo linear, como está presente no senso comum. A idéia de projeto de vida remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socio-econômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências. Nesse sentido, o projeto possui uma dinâmica própria, transformando-se na medida do amadurecimento dos próprios jovens e/ou mudanças no seu campo de possibilidades. Eles nascem e ganham consistência em relação às situações presentes, mas implicando, de alguma forma, uma relação com o passado e o futuro. Nesta formulação, falar em projeto é referir-se a uma determinada relação com o tempo, em especial o futuro, e especificamente às formas como a juventude lida com esta dimensão da realidade (LEAL, DAYRELL & REIS, 2011, p. 1071-2).

É desde essa perspectiva que entramos em contato com os projetos de vida dos adolescentes e jovens das comunidades remanescentes de quilombo Córrego Novo, Cama Alta e São Julião, sujeitos negros, quilombolas e rurais, inseridos em espaços e tempos específicos a essas múltiplas identidades, a partir das quais refletem acerca dos limites e possibilidades dos seus projetos.

Ao ser questionada sobre suas pretensões para os próximos anos de suas vidas, a maioria dos adolescentes e jovens já sinaliza que estudar e trabalhar são elementos imprescindíveis para a concretização de seus projetos de vida.

QUADRO 2

Atividades que os sujeitos da pesquisa pretendem desenvolver nos próximos anos

ATIVIDADES PRETENDIDAS	NÚMERO DE SUJEITOS
Próximos anos de sua vida	
Trabalhar	08
Continuar estudando	09
Ambas	38
Não tem a menor idéia	05
TOTAL	60

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Quando trabalhar é parte desses projetos de vida, vinte e sete (27) sujeitos imaginam-se trabalhando em qualquer área em que tenham oportunidade, onze (11) não têm nenhuma definição e os demais optam por ocupações diversas, como demonstra o quadro abaixo.

QUADRO 3

Área de trabalho onde pretendem se inserir os sujeitos da pesquisa

ÁREA DE TRABALHO	NÚMERO DE SUJEITOS
Em qualquer área que tiver oportunidade	27
Como doméstica	05
Hospital	01
Professora	01
Arquitetura	02
Policial ou bombeiro	01
Atriz/Ator	01
Em empresas	01
Vaqueiro	01
Médico(a)	02
Banca de pastel	02
Modelo	01
Ginasta	01
Uma área que valorize o que estudou	01
Veterinário	01
Motorista	01
Nenhuma	11
Total	60
TOTAL	60

Fonte: Elaboração Própria (2021).

Como o estudo também está presente nos projetos de vida desses sujeitos, trinta e nove (39) pretendem iniciar um curso superior, dez (10) fazer um curso técnico e onze (11) não têm definição. Interessante notar que, embora a maioria deseje ingressar em uma faculdade, a maior parte desconhece a existência da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), instalada na região em 2006, e os cursos que ela oferece (Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ad-

ministração, Serviço Social, Engenharia Civil, Engenharia Hídrica e Engenharia de Produção). No entanto, há aqueles que a conhecem, por tê-la visitado no contexto do desenvolvimento desta pesquisa, ou que já ouviram falar sobre ela.

Embora boa parte deles (23 sujeitos) ainda não tenha planejado o que gostaria que acontecesse em sua vida daqui a quatro ou cinco anos, alguns (14 sujeitos) gostariam de ter um diploma universitário para conseguir um emprego, outros (10 sujeitos) apenas ter um emprego, sete (07) têm outro plano, que não foi porém especificado, cinco (05) desejam ganhar dinheiro com seu próprio negócio, e somente um (01) pretende casar.

Quando o assunto diz respeito aos interesses profissionais, adolescentes e jovens, de ambos os sexos, destacam várias profissões ou ocupações visualizadas como possíveis alocações futuras, algumas de mais fácil acesso e outras não. Entre elas estão: veterinária, pedreiro, ginasta, advogada, cantor(a), promotora de eventos, engenheira(o), arquiteta(o), professor(a) (nesse caso alguns especificam, Matemática e Português), jogador de futebol, bombeiro, policial, delegada, modelo, operador de telemarketing, médica ou paleontóloga, atriz, cozinheiro, enfermeira, vaqueiro, “trabalhar na roça”, peão de rodeio. Há aqueles que dizem não saber ou não ter pensado sobre uma profissão.

O interesse pelas profissões ligadas aos serviços de saúde, como médico(a) e enfermeira, ocorre pelo fato de vivenciarem a dificuldade no acesso a esse serviço e a importância que ele assume no cuidar de pessoas que necessitam de ajuda, seja nas próprias comunidades, seja numa realidade mais ampla, a brasileira. Uma adolescente da comunidade Córrego Novo e uma jovem da Cama Alta falam sobre isso:

[...] é porque toda vez que eu vou no posto eu vejo muita gente na fila esperando, demora muito.

A profissão dos sonhos é medicina “Mas só que ai é um processo muito difícil para mim, porque medicina precisa de muito estudo sabe, como eu estudo em uma escola pública pra mim eu acho que seria muito difícil ter acesso a uma universidade um curso mas apropriado para isso,e então eu tô querendo mesmo é começar do baixo sabe, primeiro eu vou começar a trabalhar e como eu ainda sou jovem a partir do que a gente for ficando mais velho sabe a gente vai mudando as opiniões. O que levou a escolher essa profissão foi ver muitas pessoas através da radio e televisão sofrerem por causa da precariedade da saúde e poder ajudar as pessoas que necessitam.

A adolescente da comunidade Córrego Novo ainda deseja ser paleontóloga, aquela que “...*estuda os animais que já morreram*”, e diz também gostar muito de “*cuidar de criança pequena*”. Entre os seus gostos e desejos, percebe-se que o “cuidar de criança pequena” é destacado por ela como o possível para o momento, e ser médica ou paleontóloga uma projeção para o futuro.

A escolha pela veterinária, por outro lado, feita por alguns adolescentes e jovens, está relacionada ao gosto por animais e aos cuidados com eles, decorrente do que é a vida no âmbito rural, já que se tratam de sujeitos pertencentes às comunidades rurais negras, e do contato com alguns profissionais dessa área.

“[...] é bom a gente mexer com criação...já vi eles [veterinários] trabalhando nas fazendas...vi eles cuidando, aí a gente interessa também. (adolescente da comunidade Córrego Novo).”

O viver no rural também faz com que um ou outro não queira sair da comunidade na qual nasceu e cresceu, apenas em último caso, e, por isso, expresse o interesse em continuar trabalhando na roça, uma vez que essa experiência já é vivida por eles.

“Trabalhar na roça, porque meus pais ficam aqui, mas se não der pra trabalhar aqui, vou sair. (jovem da comunidade São Julião).”

Um dos adolescentes da comunidade Córrego Novo, que atualmente exerce a atividade de vaqueiro meio período do dia, aponta para algumas profissões desejadas, como bombeiro, policial e engenheiro, embora ouça que “isto é para rico”. Em meio a esses desejos e incertezas, por não visualizar ter condições (materiais, principalmente) para se definir por uma delas, expressa sonhar ser peão de rodeio, uma atividade que parece mantê-lo em contato com o universo rural, ainda visto como possibilidade, apesar das adversidades.

Entretanto, é importante mencionar que boa parte dos adolescentes e jovens da Cama Alta, Córrego Novo e São Julião relata desejar ir embora da comunidade: para estudar e alcançar a profissão dos sonhos; para trabalhar, estudar e conquistar essa profissão; ou simplesmente para sair e buscar melhores condições de vida, já que considera que a vida na roça (ou na comunidade) não é fácil.

Entre aqueles que querem ficar na comunidade, estão os que desejam ser pe-dreiro, tal como são os pais e tal como estão aprendendo com eles.

...Minha profissão? Eu quero me formar pedreiro... o modo do meu pai, né, que é pedreiro, aí veio me ensinando aí, na labuta, né, aí eu quero me formar nisso aí. (jovem da comunidade São Julião)

A influência da família também está presente entre aqueles que querem ser cantores, como é o caso de duas jovens da comunidade São Julião, embora uma delas apenas ocasionalmente, pois quer ser professora. Ambas têm referência na família Pereira, fundadora da São Julião, seja na matriarca dessa comunidade, seja num dos filhos dessa família, cantor e violeiro de expressão regional e nacional.

...dizem que eu canto bem (rsrs...) a é, comecei na escola, tinha gincana, assim no meio do ano tem gincana, né, aí tem várias brincadeiras, que a gente faz, aí tinha show de calouros (rsrs) aí eu entrei uma vez e gostei sabe, todo mundo torceu e disse que eu me dava bem nisso... meus amigos sempre falam quando você terminar, os estudos você poderia fazer um curso de música. (jovem da comunidade São Julião).

Um adolescente da comunidade Córrego Novo quer ser operador de telemarketing, pois sua irmã trabalha nessa atividade em Belo Horizonte, desde que migrou, o que sinaliza também seu desejo em ir embora da comunidade. E outro quer ser cozinheiro, também por influência da irmã e de sua madrinha.

Por outro lado, uma das jovens da comunidade São Julião visualiza se tornar promotora de eventos, pois gosta *“de organizar coisas, tipo assim na escola, que tem em frente a minha casa...pelo gosto de ver as pessoas organizando as coisas”*.

Ao mencionarem seus interesses profissionais, notamos que adolescentes e jovens das três comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni/MG atribuem à educação escolar um papel crucial na concretização de seus projetos de vida. Alguns enfatizam o gosto pelos estudos, no momento em que vivem o processo de escolarização e, ao viverem, veem-no como meio para atingir a profissão desejada, outros, por outro lado, sabem de sua importância mesmo reconhecendo não gostar de estudar.

A falta de gosto pelos estudos, na maioria das vezes, está associada às dificuldades para aprender, em especial o Português e/ou a Matemática, mas também às frustrações com a própria escola. Quando relatam sobre as potencialidades da

educação escolar na consecução de seus projetos de vida, alguns sujeitos também apontam seus limites, como é o caso das más condições físicas em que se encontra a escola e, sobretudo, da constante ausência de professores, pois eles chegam a ficar meses sem aulas de História, Português e Matemática.

Menção também é feita à importância da família, em especial no que é a figura dos pais, ou de um deles, na concretização de seus projetos de vida, sobretudo no que diz respeito ao incentivo que eles podem dar nesta trajetória repleta de desejos, certezas e incertezas, já que o apoio financeiro não se torna efetivo.

No entanto, apesar de todas as adversidades, suas expectativas para o futuro são animadoras, uma vez que boa parte acredita ser possível estudar, “arrumar um serviço” ou conquistar uma profissão e constituir família. Para isso, veem a necessidade de morar fora da comunidade, em Teófilo Otoni ou em grandes centros (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Espírito Santo, entre outros), onde visualizam que *“a vida sempre é mais fácil”*, como expressou um jovem da comunidade São Julião.

Percebeu-se, ainda, que esses adolescentes e jovens têm a preocupação de, para além de constituir a própria família, oferecendo a ela condições dignas de vida, também ajudar sua família de origem (pai, mãe, irmãos e outros), a partir do emprego que esperam conquistar.

Ao tratarem sobre seus projetos de vida e ao serem questionados acerca dos problemas sociais que mais os preocupam, os jovens da comunidade São Julião destacaram aqueles mais observados por eles, principalmente pela televisão, ou de que ouviram falar: drogas, gravidez na adolescência, abuso sexual, roubo. Eles alegam que esses problemas não acontecem na comunidade ou que acontecem pouco, como no caso de drogas e roubos. Uma outra situação apontada como problema é a ausência de telefones públicos (orelhões) na comunidade. O meio visto como possibilidade de resolução desses problemas é a política.

Embora deem destaque à necessidade de intervenção política, nenhum deles tem uma relação de proximidade com ela, seja na comunidade, no âmbito da associação de moradores ou quilombola, seja na dimensão municipal, estadual ou federal, no sentido de se envolverem com os problemas sociais que perpassam essas esferas.

Para os adolescentes de Córrego Novo, drogas e alcoolismo são problemas preocupantes e preservar a natureza e o meio ambiente são formas de contribuir para um mundo melhor.

Em Cama Alta, adolescentes e jovens veem o isolamento (localização da comunidade, não acesso à internet e ao telefone público) como um significativo problema para a comunidade. Acreditam que nada está sendo feito para resolvê-

-lo, em particular no que diz respeito ao acesso à internet e ao telefone público. Quanto à localização da comunidade, a intenção não é transferi-la para outro lugar ou ir embora dela, mas torná-la conhecida pela sociedade. Segundo eles, isso já vem acontecendo. Como exemplo, eles citam a menção à comunidade na rádio local, o que se tornou possível com o reconhecimento como comunidade quilombola e com o trabalho desenvolvido por membros da UFVJM.

Quanto ao acesso aos programas sociais (estaduais ou federais) direcionados à juventude, apenas cinco jovens da comunidade Cama Alta participam do Poupança Jovem, política de inclusão social que visa diminuir a evasão escolar e aumentar a conclusão do ensino médio, bem como promover a formação cidadã, pessoal, educacional, cultural e profissional dos estudantes e, ainda, incentivar o protagonismo, a autonomia, a responsabilidade social e o cooperativismo⁶.

Um dos jovens beneficiados pelo Poupança Jovem disse que, ao final do terceiro ano do ensino médio, faria um curso com o recurso oferecido pelo programa. Cabe ressaltar aqui a grande dificuldade de adolescentes e jovens das comunidades quilombolas de Teófilo Otoni em realizar cursos extraescolares, dada a necessidade de locomoção do rural para o urbano (Teófilo Otoni) e as despesas com transporte e alimentação.

Alguns jovens da Cama Alta também estão em contato com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica⁷, o que não ocorre com os da Córrego Novo e da São Julião.

Constatamos que os adolescentes e os jovens dessas comunidades não têm, ou têm pouco, acesso às informações acerca dos programas destinados a eles, dos seus direitos, das possibilidades de inserção e permanência na universidade, sem contar o desconhecimento acerca da própria existência da universidade, neste caso da UFVJM e dos cursos que ela oferece.⁸

6 Os alunos participantes do programa recebiam à época um benefício financeiro de R\$1.000,00 (mil reais) pela aprovação em cada série do ensino médio. Eles devem participar ainda de atividades de aprendizagem complementar, atividades de caráter comunitário, cultural e esportivo, programas de acompanhamento social e outras atividades correlatas. Os participantes recebiam a soma de R\$3.000,00 (três mil reais), mais os rendimentos de poupança ao final do terceiro ano do ensino médio. Essa iniciativa foi criada para atender estudantes do ensino médio público estadual que residem em municípios mineiros com alto índice de evasão escolar e vulnerabilidade social. www.poupancajovem.mg.br.

7 www.pronatec.mec.gov.br.

8 No tocante ao conhecimento acerca de seus direitos como adolescentes e jovens, tal como postulados no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude, os jovens da Cama Alta

Os canais de informação (escola, universidade, poder público, dentre outros) não desempenham satisfatoriamente o papel de divulgação desses direitos, programas e possibilidades de qualificação (cursos técnicos e profissionalizantes), continuidade da escolarização (ensino superior) após o ensino médio, como, por exemplo, a necessidade de realizar o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), de se inscrever no SISU (Sistema de Seleção Unificada)¹⁴ e, no caso da UFVJM, também da possibilidade da SASI (Seleção Seriada)⁹. Tudo isso, reafirmamos, incide negativamente nos projetos de vida dos sujeitos da pesquisa.

Não identificamos a expressão de um protagonismo juvenil, a partir do qual haja uma organização política desses jovens em suas comunidades, no sentido de tratar assuntos e situações que dizem respeito à própria comunidade ou ao universo juvenil, tampouco para tratar de questões mais gerais. A ausência de tal protagonismo pode sugerir que os projetos de vida dos sujeitos estão sendo elaborados dentro de uma perspectiva muito individualizada. No entanto, percebemos que não estão totalmente alheios a esse contexto, uma vez que o trato de algumas situações se dá nos encontros informais e nos espaços de sociabilidade, bem como pode ser apreendido em suas opiniões, quando questionados.

Tempos de não reconhecimento e de despolitização de direitos

A apresentação dos dados de pesquisa que envolvem os adolescentes e jovens quilombolas da pesquisa nos permite “revisitar” seus perfis, suas condições de vida e seus projetos e aproximá-los da realidade vivida por outras tantas comunidades e sujeitos quilombolas na atualidade.

Neste sentido, alguns aspectos dessa realidade merecem ser destacados e problematizados neste momento, pois foram acentuados ou ganharam novos contornos frente a um processo de inflexão das políticas públicas de ação afirmativa para a população negra brasileira e, em particular, para as comunidades negras rurais, bem como aos impactos da pandemia da COVID-19, com início em março de 2020.

disseram ter tido contato com eles, mesmo que de forma breve, num curso de prevenção ao uso de drogas e à violência. Os jovens de São Julião também têm um vago conhecimento sobre eles, por meio da escola. Por outro lado, os adolescentes da Cama Alta e da Córrego Novo desconhecem esses direitos.

9 Processo de Avaliação Seriada, que avalia o conhecimento dos alunos ao término de cada série do Ensino Médio. A média dessas três notas resulta na classificação para inserção nos cursos oferecidos pela UFVJM. A idéia é estimular melhorias no Ensino Médio e favorecer os candidatos. www.ufvjm.edu.br/copese/sasi.html.

Para fomentar as políticas públicas de ação afirmativa para a população negra foi criada, em 2003, no primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, com *status* de ministério, com o

objetivo de articular, coordenar e monitorar programas, públicos e privados, nacionais e internacionais, de promoção da igualdade e combate à discriminação racial, principalmente em torno dos seguintes eixos: quilombos e outras comunidades tradicionais; educação, cidadania, desenvolvimento, trabalho e geração de renda; saúde e qualidade de vida; cultura; intercâmbios e relações internacionais (SILVA, 2018, s/p).

Já no governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2015, a SEPPPIR, somada às Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Direitos Humanos e de Juventude, passa a compor o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, sob a coordenação da ministra Nilma Lino Gomes, de forma a interseccionar igualdade racial, gênero, juventude e direitos humanos.

Ao longo de sua trajetória, sobretudo até 2016, a SEPPPIR, conforme consta do documento “SEPPPIR – Promovendo a Igualdade Racial Para Um Brasil Sem Racismo” (BRASIL, 2016), buscou promover:

a igualdade racial a partir da cooperação internacional; o acompanhamento da implantação do Estatuto da Igualdade Racial; o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, como os quilombolas, através do Programa Brasil Quilombola¹⁰, ciganos e de terreiros; o acompanhamento da implementação da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais; o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, do Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC- AF), do Selo Educação para a Igualdade Racial, do Projeto A Cor da Cultura, dos Cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça; a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a atuação junto

10 O Programa Brasil Quilombola é composto pelos seguintes eixos: acesso à Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

ao Congresso Nacional, por meio da Assessoria Parlamentar, acompanhando e influenciando agendas e proposições legislativas em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, principalmente aquelas de interesse direto ou indireto da população negra e que contribuem para a promoção da igualdade racial e superação do racismo no país; o acompanhamento da implantação da Lei 12.990/2014, a Lei de Cotas no serviço público, da Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, do Plano Setorial de Qualificação – Trabalho Doméstico Cidadão (Planseq-TDC), Programa Trabalho Doméstico Cidadão, da Agenda Nacional do Trabalho Decente e, em parceria com o Sebrae, do Programa Empreendedorismo Negro; do Plano Juventude Viva; das ações propostas para a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), dentre outras ações (SILVA, 2018, s/p).

Entretanto, no governo, intempestivo, de Michel Temer e, atualmente, no de Jair Bolsonaro, a SEPPIR passou a ser vinculada, respectivamente, aos Ministérios dos Direitos Humanos e da Mulher, Família e Direitos Humanos e, com isso, teve suas pautas (sobretudo aquelas que envolvem a população negra) e recursos financeiros divididos com os de outras Secretarias, justamente em tempos de inflexão das políticas públicas (SILVA, 2018) e de drástica redução dos recursos orçamentários para as áreas prioritárias (saúde, educação, segurança pública e assistência), sobretudo com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016.

Mas, no tocante às comunidades remanescentes de quilombo e ao direito a uma educação diferenciada, anteriormente a esses dois últimos governos (Temer e Bolsonaro), à luta pela titulação e regularização dos territórios quilombolas, conforme previsto no Art.68, dos ADCTs, da Constituição Federal de 1988, conquistada por apenas 300 comunidades, de um universo de 3.432 certificadas pela Fundação Cultural Palmares¹¹, somou-se a demanda por políticas públicas específicas, como forma de acesso aos direitos fundamentais – saúde, educação, etc., contando com o protagonismo do Movimento Quilombola.

A demanda pela modalidade da educação escolar quilombola está inserida no campo dos debates sobre educação desde os anos 1980. Com a Lei 10.639/2003¹²,

11 Atualmente, em território nacional, há mais de 6.000 comunidades quilombolas.

12 No plano normativo, a demanda por educação escolar quilombola se fundamenta: na LDB 9.394/1996; na Lei 10639 / 2003; na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Tra-

há o destaque à abordagem acerca da história dos quilombos e de remanescentes de quilombos; suas histórias, manifestações culturais, dentre outros aspectos (BRASIL, 2004). E, mais adiante, em 2010, ela se torna uma das deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE), momento em que é inserida na Resolução CNE/CEB 04/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, finalmente, após intensas pressões e tensões, ela é sancionada pelo Parecer CNE/CEB 16/2012 e Resolução CNE/CEB 08/2012, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

[...] informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade... (BRASIL, 2012 p. 3).

Com isso, a Educação Escolar Quilombola assume a promoção da interlocução entre os saberes dos grupos quilombolas (histórias, memórias, ancestralidade, manifestações culturais, organização e relações sociais, produção econômica para subsistência e de gestão do excedente, relação com a terra e com o território, etc.) e os conhecimentos trazidos pelo currículo escolar dos diferentes níveis e disciplinas de ensino, em escolas localizadas nas e das comunidades remanescentes de quilombo. Interlocução sinalizada como necessária por alguns dos adolescentes e jovens da pesquisa apresentada e, sobretudo, por uma das lideranças da comunidade São Julião.

Para a implementação da Educação Escolar Quilombola nas 2.556 escolas da educação básica em comunidades quilombolas, totalizando 57.551 docentes e 306.131 alunos, conforme dados do Censo Escolar de 2019, elaborado pelo INEP, é dever dos entes federados (União, Estados e Municípios) e de seus respectivos sistemas de ensino o repasse de recursos financeiros, mas também didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais, dentre outros, o que não vem acontecendo para garantir a efetividade dessa modalidade de ensino.

O atual governo federal, que, já em campanha eleitoral, posicionou-se contrário às comunidades quilombolas, inclusive de forma discriminatória, e à

balho), decreto 5.051, de 2004, no Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (decreto 6.040, 2007) e na Resolução no 7 de 2010 do CNE (Conselho Nacional de Educação) (ARRUTI, 2011, apud SANTANA, EUGÊNIO, FERREIRA, REIS e MOREIRA, 2017).

ações voltadas para elas, não tem feito uma “política de gestão” em prol da igualdade racial, dos direitos humanos, da cidadania e da democracia, contribuindo, com isso, para o acirramento das desigualdades e da vulnerabilidade da população negra, quilombola, indígena. Esse quadro gera impactos no acesso à saúde, à educação, às condições dignas de vida, agravados, nesse momento, pela pandemia da COVID-19.

Segundo o Manifesto pela Efetiva Implementação da Educação Escolar Quilombola, pela Democracia e pelo Direito à Vida, elaborado, em 2021, pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) em conjunto com o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) de Igualdade Racial, da Fundação Perseu Abramo, o não cumprimento da Educação Escolar Quilombola se acirrou neste atual governo federal: o “Programa 2034: Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo” foi retirado do Plano Plurianual (PPA). Assim, a partir de 2020, o acesso à educação escolar, quilombola sobretudo, não foi garantido no contexto do ensino remoto, haja vista a difícil conexão (ou a própria exclusão digital) à internet no interior das comunidades quilombolas. Também não houve a preocupação com a formação de professores para o uso das tecnologias digitais, dentre outros aspectos que atestam o descaso deste governo em relação a esses grupos socioculturais e a suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado neste trabalho, para os adolescentes e jovens das comunidades quilombolas Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, assim como também podemos pressupor para tantos outros das demais comunidades, a educação escolar assume grande importância na conquista de uma profissão que pode lhes proporcionar melhores condições de vida, sobretudo para suas famílias.

Entre as profissões desejadas estavam: a docência (ser professor/a), a veterinária e a engenheira. Ainda que muitos almejem algumas atividades profissionais que possa lhes conferir *status* social, especialmente nos grandes centros urbanos, outros não visualizam como alcançá-las, por isso sinalizam para a permanência no mundo rural, mas em atividades que possam lhes conferir certos privilégios, tais como as de vaqueiro ou mesmo de fazendeiro. Muitos deles expressam a vontade de, por meio dos estudos e do exercício da profissão escolhida, viver fora da comunidade. Porém, nenhum considera exercer a profissão no interior da comunidade quilombola, como forma de aplicar os conhecimentos adquiridos em prol da própria comunidade. Tal perspectiva é apontada por uma das

lideranças da São Julião, que, muito preocupada com o êxodo rural das gerações mais jovens, considera necessária a permanência, já que a luta travada para a demarcação do território quilombola tem como um dos seus propósitos garantir um “pedaço de terra” a essas gerações.

Contudo, se, por um lado, a educação escolar parece ser um meio para melhores condições de vida, a partir do exercício da profissão escolhida pelos sujeitos adolescentes e jovens, assim como uma possibilidade de saída da comunidade, por outro lado, ela também pode ser um obstáculo à concretização de seus projetos de vida. Essa contradição é percebida na descrição acerca da falta de estrutura das escolas frequentadas e de recursos humanos. Por se tratar de escolas rurais, muitas delas não apresentam condições adequadas de funcionamento (salas de aula, laboratórios de informática, bibliotecas, etc.), tampouco têm professores para todas as disciplinas da grade curricular. Com isso, há um comprometimento da qualidade do ensino. Alguns desses sujeitos também expressam sua desmotivação frente aos conteúdos que se mostram difíceis, especialmente aqueles referentes às disciplinas de Português e Matemática, e/ou sem sentido, por não estarem associados a suas experiências e a seu cotidiano, o que vai de encontro com a proposta de uma Educação Escolar Quilombola (Parecer CNE/CEB 16/2012 e Resolução CNE/CEB 08/2012), que articula saberes considerados universais e saberes que dão ênfase à identidade étnico-racial, à história e à cultura da África e afro-brasileira (Lei 10639/2003) e às questões que envolvem território e territorialidade, próprios da condição de negro, rural e quilombola. (SILVA, 2015; 2016)

Frente à não promoção do acesso, seja à Educação Escolar Quilombola, seja ao próprio ensino remoto nos tempos da pandemia, constata-se um alto índice de evasão escolar, resultado, sobretudo, do desestímulo e da desistência da escola por parte significativa de adolescentes e jovens, de forma mais acentuada os negros, rurais e quilombolas, distanciando-os, com isso, do alcance de seus projetos de vida.

Neste sentido, o Manifesto pela Efetiva Implementação da Educação Escolar Quilombola, pela Democracia e pelo Direito à Vida exige a garantia do direito à educação e, em particular, à Educação Escolar Quilombola e, somado a ele, exige-se a garantia dos demais direitos fundamentais, previstos por nossa Constituição Federal e por acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, imprescindíveis para assegurar a vida e os projetos desses adolescentes e jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELEIZ JR., Flávio; PONS, Fabíola Esparo. Diálogos populares: de Freinet a Freire. <http://www.fimem-freinet.org/coope-space-fr-pt/freinet-historia/cerca-de-freinet/c-freinet-p-freire/dialogos-populares-de-freinet-a-freire>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução 08, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secad, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BOCK, Ana Mercês Bahia; LIEBESNY, Brônia. Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: OZELLA, Sergio (org.). Adolescências construídas: visão da Psicologia Sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

CANATO, Cesar. Renda e trabalho nas Comunidades Quilombolas Cama Alta, Córrego Novo e São Julião. In: Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar. RELATÓRIO TÉCNICO. FAPEMIG, 2010.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, no. 24, se/out/nov/dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

FRANCO, Maria Laura P.B. Análise do Conteúdo. 3ª.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. (Série Pesquisa; v.6). FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 28ª.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 28ª.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES. Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. [s.n]. Disponível em <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf>.

MUUSS, Rolf. Teorias da adolescência. Editora Interlivros, 1976.

SANTANA, José Vadir Jesus de; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; REIS, Cleide Santos Silva; MOREIRA, Jussara Tânia

Silva. Da educação para as relações étnico-raciais à educação quilombola: um estudo bibliográfico. Revista Humanidades e Inovação, v.4, n.3, 2017.

SILVA, EVA APARECIDA DA. A educação escolar no projeto de vida de jovens. @RQUIVO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, v. 3, p. 34-47, 2016.

SILVA, E. A.. Projetos de vida de adolescentes e jovens de comunidades quilombolas do Vale do Mucuri/SP. CADERNOS CERU (USP), v. 26, p. 88-103-103, 2015.

SILVA, Eva Aparecida da *et.al.* Jovens quilombolas e seus projetos de vida. Relatório técnico. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2014.

SILVA, E. A.. Territórios quilombolas no Vale do Mucuri: as comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni/MG. REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, v. 7, p. 19- 33, 2012.

SILVA, Eva Aparecida et alii. Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar. Relatório técnico. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

SILVA, E. A.. Educação e Comunidades Remanescentes de quilombo. Interfaces das africanidades em educação nas Minas Gerais. 1a.ed.Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, v. 20, p. 65-82.

Tentativas de suicídio entre jovens brasileiros: um problema de saúde pública e violação de direitos

Fabiano Lucio de Almeida Silva¹

INTRODUÇÃO

A ideação suicida, a tentativa de suicídio e o suicídio são males seculares que se apresentam como um fenômeno psicossocial que tem se manifestado em várias regiões do globo, atingindo as mais diversas etnias, faixas etárias e estratos sociais. Nas últimas décadas, esse fenômeno tem apresentado um crescimento vertiginoso apontando para uma problemática que desafia a capacidade de ação do poder público e da sociedade.

De acordo com relatório sobre saúde mental produzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS)², anualmente, cerca de 800 mil pessoas morrem devido a prática do suicídio. No caso das tentativas de suicídio, esse número é bem maior, podendo chegar a 20 vezes por cada óbito por suicídio. (WHO, 2013; WHO, 2014). Em dados globais, 25% das mortes no mundo se dão por causa do suicídio, o que o coloca em 15^a causa de mortalidade na população geral, e a 2^a causa de óbito entre adolescentes e jovens. (WHO, 2014).

Estima-se, que somente no Brasil, o total de suicídios entre os anos de 2002 e 2012 chegou a 10.321 brasileiros mortos, o que significaria um aumento de 33,6% em uma década, ou seja, superior à taxa de 11,1% de crescimento populacional para o mesmo período. Essa tragédia anunciada, torna-se ainda pior, quando se observam os números relativos à população jovem, na faixa etária de

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Saúde Pública pelo Instituto Sírio-libanês de Ensino e Pesquisa. Professor da Faculdade Cesmac de Direito. E-mail: adv.fabiano-lucio@gmail.com CV: <http://lattes.cnpq.br/0352721431140591>

² Em inglês, World Health Organization – WHO.

15 a 29 anos, onde no mesmo período, houve 2.900 mortes. (BRASIL, 2019)³

O suicídio e a tentativa de suicídio entre adolescentes e jovens é algo singular, uma vez que nessas fases do desenvolvimento etário, é comum o surgimento de sentimentos intensos de não aceitação, baixa autoestima, não vinculação a grupos sociais, crises identitárias associadas a esse período que inicia na adolescência e prossegue na juventude, durante o qual o indivíduo passa por intensa transição fisiológica, psicológica, social, cultural e comportamental. Embora faça parte de um processo natural da evolução humana, a carga de emoções envolvidas, somada a cobranças (internas e externas), pode levar adolescentes e jovens a crises de ansiedade, angústia e melancolia profundas, que, quando não acompanhadas e tratadas, aumentam os riscos de problemas emocionais, depressivos e, nos piores casos, o risco de suicídio. (SILVA, PEREIRA, SANTOS et al, 2017; DIFANTE, 2019).

O paciente em risco de suicídio, por uma série de fatores que serão abordados, faz parte de grupos vulneráveis que inúmeras vezes tem seus direitos e garantias fundamentais desrespeitados, ora no cotidiano (grupos LGBTQIA+, indígenas, idosos, negros etc.) ora no atendimento de saúde (preconceitos culturais ou religiosos) ora no pós atendimento (políticas públicas de saúde).

Nesse sentido, deve-se refletir que se é dever do Estado a promoção da saúde a todos os brasileiros como preconiza a Constituição Federal de 1988, de forma igualitária e sem nenhum tipo de distinção, permitir que jovens e adolescentes continuem atentando contra a sua própria vida, quando os números apontam para um crescimento significativo desse indicador aponta para desrespeito de garantias fundamentais dos cidadãos por parte do Estado brasileiro.

Sendo assim, este artigo pretende analisar o fenômeno psicossocial das tentativas de suicídio juvenil (15 a 29 anos), entre os anos de 2010 e 2019, como problema de política pública de saúde e violação de garantias fundamentais.

MÉTODO

A pesquisa foi norteada pelo método hipotético-dedutivo, optando-se pela realização de um estudo epidemiológico descritivo, retrospectivo na apreensão dos casos tentativas de suicídio da população jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, no período de 2010 a 2019, no território nacional.

3 Para a OMS, a adolescência é o período da vida que inicia aos 10 anos e termina aos 19 anos. Para a ONU, a Juventude inicia aos 15 anos e se estende até os 24 anos. Normalmente, considera-se jovens a partir dos 20 anos até os 24, e adultos jovens, dos 25 aos 29 anos.

Os dados obtidos sobre as violências autoprovocadas foram obtidos da base de dados do Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes/Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA/Sinan) do Ministério da Saúde/Departamento de Análise e Tabulação de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Procedeu-se análise descritiva das características sociodemográficas (sexo, raça/cor, escolaridade e idade) e características das violências autoprovocadas (local de ocorrência, meios de agressão).

RESULTADOS

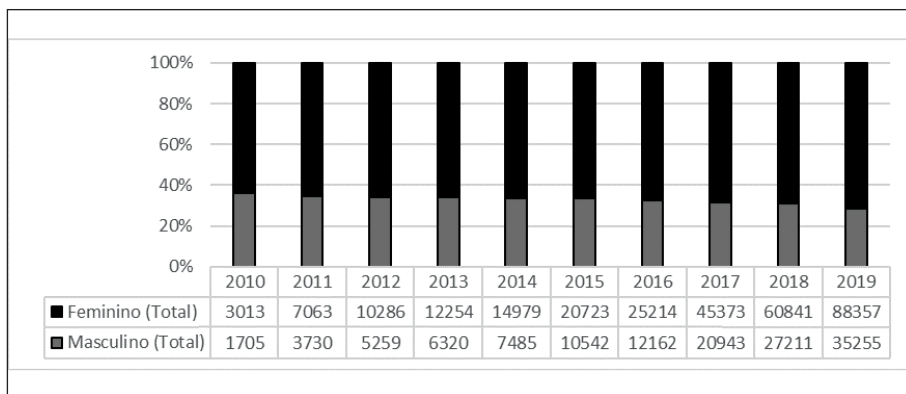
Perfil das violências autoprovocadas (lesões autoprovocadas e tentativas de suicídio) registradas pelo Sinam no período de 2010 a 2019

Desde do ano de 2010 (com ampliação em 2011), o Ministério da Saúde determina a notificação compulsória na rede de saúde (pública e privada) dos casos de violências interpessoais e autoprovocadas, abrangendo as tentativas de suicídio. Em 2014, mediante a Portaria MS n. 1.271/2014, as notificações de tentativas de suicídio passaram a ter caráter imediato dentro do prazo de 24 horas, onde os núcleos de epidemiologia procedem o preenchimento da ficha de notificação de agravo e alimentam a base de dados do Sinam, que pode ser consultado no portal do TABNET/Datasus.

No período de 2010 a 2019, foram notificados 418.752 casos de lesões autoprovocadas, sendo 148.297 (31,73%) em homens, e 319.011 (68,26%) em mulheres no universo da população brasileira a partir de 10 anos de idade. Esse dado, conforme é possível constatar na figura 1, aponta para o predomínio de casos entre mulheres, em média, duas vezes superior ao número de homens.

FIGURA 1

Proporção de notificações de violência autoprovocada, segundo sexo e ano, população total, Brasil, 2010 a 2019



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

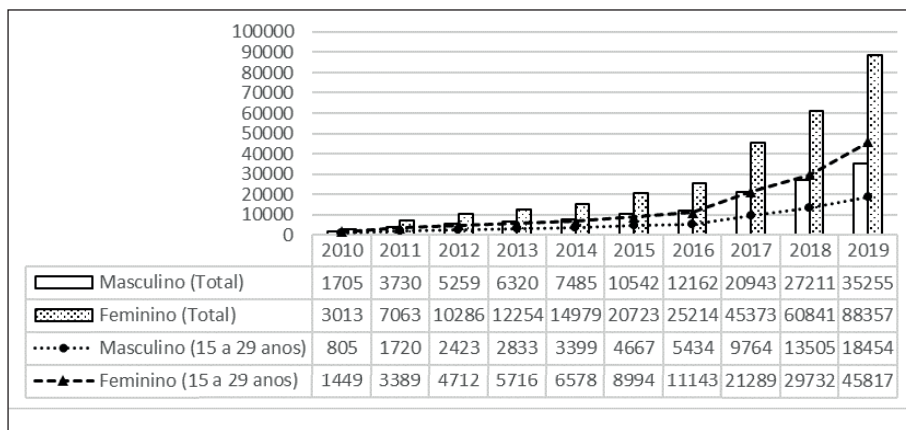
Em estudo anterior, realizado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), foram analisados os casos de tentativas de suicídio por intoxicação exógena (envenenamento), no período de 2007 e 2016, chegando a informações parecidas a respeito da maior incidência dos casos de lesão autoprovocada entre mulheres (69,9%) e em relação aos homens (30,1%). (BRASIL, 2019)

A Figura 2 apresenta o número de notificações de violências autoprovocadas distribuídas por sexo e ano, no período de 2010 a 2019, estratificando esses nas classes população total (10 anos em diante) e população da faixa etária 15 a 29 anos, foco deste estudo. Das notificações totais, 201.844 (48,2%) ocorreram na faixa etária de 15 a 19 anos, sendo 63.004 (31,2%) nos homens jovens, e 138.819 (68,8%) em mulheres jovens.

A análise da figura 2 revela uma modificação na tendência de crescimentos dos casos de lesão autoprovocada a partir do ano de 2017. De 2010 a 2016, os casos de tentativas de suicídio desenvolviam uma trajetória previsível, a partir de 2017, percebe-se um crescimento exponencial, com o número de casos femininos aumentando mais rápido em relação aos casos masculinos.

FIGURA 2

Número de notificações por violência autoprovocada, segundo sexo e ano, população total e na faixa etária de 15 a 29 anos, Brasil, 2010 a 2019

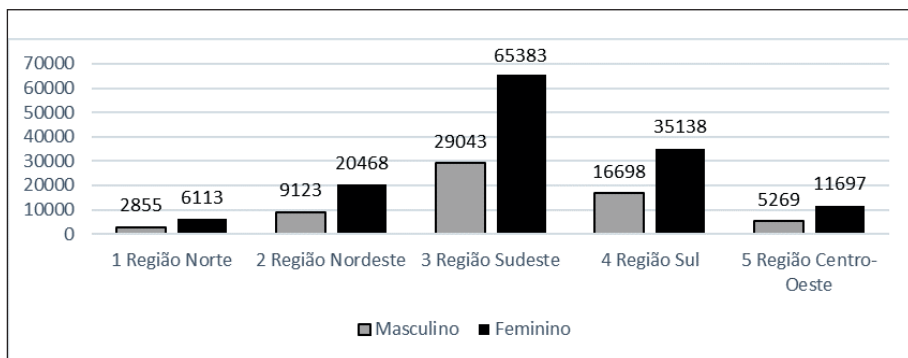


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

Quando observado os números de tentativa de suicídio no período em estudo, por regiões geográficas, o predomínio de casos entre mulheres ocorre em todas as regiões do país, sendo que essa realidade é mais intensa nas regiões sudeste, sul e nordeste como se verifica na figura 3.

FIGURA 3
 Número de notificações por violência autoprovocada,
 segundo sexo e região, faixa etária de 15 a 29 anos, Brasil, 2010 a 2019

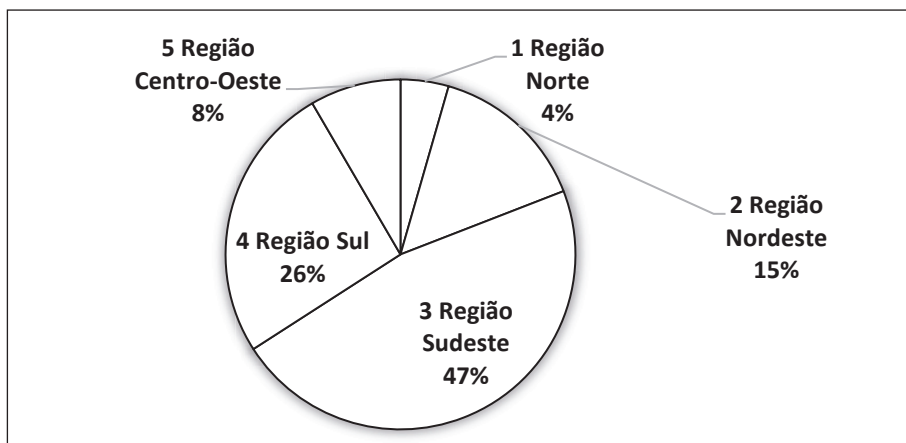


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
 *Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

A figura 4 aponta para o predomínio de casos de casos de violência autoprovocada nas regiões sudeste (47%) e sul (26%). Conforme a tabela 1, os cinco estados que apresentam os maiores números de notificação nesse período, encontram nessas duas regiões (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). No outro polo, encontra-se a região norte que contempla quatro estados com os menores números de notificação (Amapá, Rondônia, Pará e Amazonas). O estado do Sergipe se mostra como caso peculiar, pois aparece como o penúltimo colocado em notificações, bem abaixo dos números apresentados na região nordeste.

FIGURA 4

Percentual de notificações por violência autoprovocada, segundo região, faixa etária de 15 a 29 anos, Brasil, 2010 a 2019.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

TABELA 1

Número de casos notificados de violência autoprovocado entre jovens de 15 a 29 anos, segundo unidade federativa de residência, 2010 a 2019

UF DE RESIDÊNCIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Rondônia	-	7	3	6	13	34	40	180	247	365	895
Acre	6	6	8	5	23	95	130	342	320	507	1442
Amazonas	-	1	9	40	56	68	54	154	206	371	959
Roraima	11	13	44	78	77	53	81	163	232	405	1157
Pará	1	14	2	20	18	35	66	153	147	447	903
Amapá	9	33	34	24	16	9	17	40	65	115	362
Tocantins	100	109	125	203	196	244	302	461	659	851	3250
Maranhão	4	9	14	25	55	54	44	124	266	708	1303
Piauí	51	77	133	164	158	260	433	526	702	926	3430

UF DE RESIDÊNCIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Ceará	14	24	27	57	84	248	304	697	1033	2004	4492
Rio Grande do Norte	7	10	33	65	68	120	156	327	497	954	2237
Paraíba	39	75	107	49	63	172	112	310	396	798	2121
Pernambuco	48	154	136	322	374	353	457	989	1650	2731	7214
Alagoas	287	414	387	458	414	409	364	668	967	1327	5695
Sergipe	-	-	1	9	6	8	6	58	127	249	464
Bahia	44	36	93	104	85	116	121	492	689	860	2640
Minas Gerais	205	818	1405	1717	2385	3081	3062	5118	6186	8233	32210
Espírito Santo	-	24	75	124	321	471	653	880	1452	2248	6248
Rio de Janeiro	36	107	201	225	304	506	758	1581	2019	3156	8893
São Paulo	674	1558	1920	1876	2006	2702	3811	7535	10574	14433	47089
Paraná	59	147	489	733	926	1560	2013	3671	5097	6850	21545
Santa Catarina	190	337	517	781	796	1005	1095	1722	2483	3700	12626
Rio Grande do Sul	208	678	833	780	842	1073	1234	2763	3730	5526	17667
Mato Grosso do Sul	209	363	322	401	390	435	517	875	970	1674	6156
Mato Grosso	2	15	59	61	72	70	94	222	350	748	1693
Goiás	49	59	136	166	170	358	408	669	1176	2168	5359
Distrito Federal	1	19	22	56	57	118	242	328	996	1919	3758
BRASIL	2254	5107	7135	8549	9975	13657	16574	31048	43236	64273	201808

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

Com relação ao perfil dos jovens que deram entrada na rede de saúde por violência autoprovocada, a tabela 2 aponta que a maioria dos casos eram de jovens brancos (47,83%), seguido por jovens negros (pretos e pardos), com 39,8% dos casos notificados. É significativo que 11,05% das fichas de notificação de violência autoprovocada estejam preenchidas no campo 'raça' em branco/ignorado, apontando problemas quanto a coleta de dados junto ao paciente quando de sua entrada no sistema de saúde.

TABELA 2

Número de casos notificados de violência autoprovocada entre jovens de 15 a 29 anos, segundo raça/cor e sexo, 2010 a 2019

RAÇA	IGNORADO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAL
Ignorado/Em Branco	3	6783	15522	22308	11,05
Branca	11	29616	66905	96532	47,83
Preta	1	4071	8014	12086	5,99
Amarela	-	429	938	1367	0,68
Parda	6	21456	46780	68242	33,81
Indígena	-	649	660	1309	0,65
TOTAL	21	63004	138819	201844	

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

Com relação a escolaridade dos jovens que cometeram violência autoprovocada, a tabela 3, revela que 35,84% deles apresentavam ensino médio incompleto ou completo e 20,75% ensino fundamental incompleto ou completo, o que revela a situação de desigualdade socioeconômica característica no país, já que a faixa etária em estudo relaciona-se com as idades previstas em lei para estudantes acessarem o ensino médio (técnico ou normal) e o ensino superior. Novamente o percentual de casos em que esse ‘campo’ não foi preenchido se mostra alto (36.43%), apontando para problemas operacionais no momento do preenchimento.

TABELA 3

Número de casos notificados de violência autoprovocado entre jovens de 15 a 29 anos, segundo sexo e escolaridade, 2010 a 2019

ESCOLARIDADE	IGNORADO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAL
Ignorado/Branco	13	24075	49453	73541	36,43
Analfabeto	-	217	187	404	0,20
1ª a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental	1	1494	1905	3400	1,68
4ª série completa do Ensino Fundamental	-	1145	1757	2902	1,44
5ª a 8ª série incompleta do Ensino Fundamental	-	7915	14771	22686	11,24
Ensino fundamental completo	-	4332	8569	12901	6,39
Ensino médio incompleto	1	10133	26879	37013	18,34
Ensino médio completo	6	10106	25210	35322	17,50
Educação superior incompleta	-	2627	7274	9901	4,91
Educação superior completa	-	895	2680	3575	1,77
Não se aplica	-	65	134	199	0,10
TOTAL	21	63004	138819	201844	100,00

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

Com relação aos meios de autoagressão utilizados, o envenenamento se mostrou majoritário com 59,19%, seguido pela utilização de objetos perfurocortantes (14,65%). Relacionando os meios de agressão e sexo, percebe-se que os números apontam para um protagonismo feminino na utilização dos meios, com a exceção do enforcamento, onde o protagonismo é masculino. (Tabela 3)

TABELA 3

Número de casos notificados de violência autoprovocado entre jovens de 15 a 29 anos, segundo sexo e meio de agressão, 2010 a 2019

MEIO DE AGRESSÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAL
Enforcamento	7453	4698	12151	5,85
Objeto contundente	913	1629	2542	1,22
Objeto perfurocortante	10034	20128	30162	14,51
Objeto/substância quente	680	1308	1988	0,96
Envenenamento	33225	89815	123040	59,19
Arma de fogo	982	312	1294	0,62
Outras formas	11159	25540	36699	17,65
TOTAL	64446	143430	207876	100

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net
*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021 **Campo de preenchimento múltiplo – percentuais calculados em relação ao total de meios de agressão.

Em relação ao local escolhido para realização da lesão autoprovocada, os números presentes na tabela 4 apontam que 82,94% dos casos ocorreram na residência, seguidos de 4,1% em via pública. É interessante que 7,85% das notificações ignoravam o local da ocorrência ou apresentavam o campo em branco.

TABELA 4

Número de casos notificados de violência autoprovocado entre jovens de 15 a 29 anos, segundo unidade federativa de residência, 2010 a 2019

LOCAL OCORRÊNCIA	IGNORADO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAL
Residência	15	48967	118432	167414	82,94
Habitação Coletiva	-	628	781	1409	0,70

LOCAL OCORRÊNCIA	IGNORADO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAL
Escola	-	445	1227	1672	0,83
Local de pratica esportiva	1	83	81	165	0,08
Bar ou Similar	-	347	358	705	0,35
Via pública	2	4201	4063	8266	4,10
Comércio/Serviços	-	433	704	1137	0,56
Indústrias/construção	-	93	53	146	0,07
Outros	-	2447	2634	5081	2,52
Ignorado	3	5218	10245	15466	7,66
Em Branco	-	142	241	383	0,19
TOTAL	21	63004	138819	201844	100

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

*Dados disponibilizados no TABNET em 04/2021

DISCUSSÃO

Suicídio: uma visão interdisciplinar

Nas últimas décadas, o campo da saúde pública tem focado com maior atenção à saúde mental buscando superar velhos estigmas e preconceitos ligados a antiga visão manicomial de internações sem fim, de pacientes sem cura, de preconceitos culturais etc.

De igual modo, a temática do suicídio, sua tentativa e ideação, tem sido mais discutida à luz de novas pesquisas, e com uma maior atenção sobre os seus reais impactos sociais, econômicos e humanos pelas políticas públicas. Conforme Ferreira Junior (2015, p. 16), “vários estudos sobre o comportamento autodestrutivo afirmam que o suicídio é um grave problema de saúde pública, complexo e multideterminado e de grande impacto social, econômico e pessoal.”

O ‘suicídio’ e a ‘tentativa de suicídio’ são fenômenos complexos, interdisciplinares e multifatoriais que tem se constituído nas últimas duas décadas em uma importante questão de saúde pública mundial. A Organização Mundial de Saúde (OMS) o define como ato deliberado de matar a si mesmo, de extinguir a própria vida. Com relação a ‘tentativa de suicídio’, ela refere como qualquer comportamento suicida não fatal, e nesse caso, se enquadrariam as intoxicações autoprovocadas, as lesões ou danos autoprovocados intencionalmente. (BRASIL, 2019; WHO, 2014). Já o comportamento suicida é compreendido como “todo ato pelo qual um indivíduo causa lesão a si mesmos, independentemente do grau de intenção letal e do verdadeiro motivo desse ato”. (BRIXNER, KOCH, MARTH, et al., 2016, p. 2). Ou na definição sociológica clássica: “Chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. A tentativa é o ato assim definido mas interrompido antes que dele resulte a morte”. (DURKHEIM, 2019, p. 14)

Para psicanálise e psicologia, o ato suicida é o resultado final de um processo vivencial, de um estado melancólico do indivíduo. Há um empobrecimento do EU, onde o indivíduo sofre um processo interno constante de desvalorização do EU que gradativamente gera um desapego a vida. Se antes se transferia o incomodo a um OBJETO externo, e se buscava se afastar dele, agora, devido a este empobrecimento psíquico de si, o indivíduo, durante breves instantes (mas fatais), sai de si, e se coloca como OBJETO e SUJEITO, a mesmo tempo. Como SUJEITO, ele mata o OBJETO causador do seu sofrimento. Mas como OBJETO, ele sofre essa ação fatal de si próprio. (FREIRE, 2017; PAPALIA, FEIST, FEIST, ROBERTS, 2015; MYERS, 2014)

Karl Menninger, em obra clássica⁴, desenvolvendo a teoria psicanalítica sobre o suicídio, caracteriza-o como o homicídio de si a partir de três desejos que nor-teariam a conduta suicida: desejo de matar (instinto de agressão ou destruição); desejo de ser morto (onde o superego responde ao sentimento de culpa com a necessidade de punição), e; o desejo de morrer. Para Menninger (2010), o comportamento autolesivo seria uma forma de suicídio, que ele denomina de suicídio focal. Ainda nesse sentido, Melanie Klein afirma que a conduta do suicida é caracterizada pelo ataque externalizado ao objeto internalizado, mas apenas aquela parte que seria prejudicial ao ‘self’ do indivíduo, o que apontaria novas possibilidades de estudo para as condutas de automutilação. (SARAIVA, 2010).

4 Man against himself, 1938.

A segunda geração psicanalítica ampliou a visão freudiana sobre o suicídio ao se libertar de uma visão do indivíduo baseada no determinismo biológico, fortalecendo assim, a visão das relações humanas, como o modelo etnocultural de identificação com o morto de Zilboorg, que analisa o desejo de suicidas pela execução do ato em determinadas datas-chaves que agregam/reúnem pessoas. (SARAIVA, 2010).

Psicólogos cognitivistas apontaram para a relevância que o indivíduo confere a determinados acontecimentos ou ambientes, dando-lhe um significado, muitas vezes superdimensionados que os marcam profunda e duradouramente. Beck (ano), ao comentar essa visão, propôs três pilares: a tríade cognitiva (visão negativa do eu, da sociedade e do futuro); os esquemas (padrões comportamentais em relação a si, aos outros e ao meio onde se vive), e; as distorções (erro de interpretação e avaliação). (SARAIVA, 2010).

Significativa a compreensão sobre o desejo suicida e seus três constructos presente na teoria interpessoal-psicológica de Joiner (2007). Segundo o autor, três estruturas psíquicas se estabelecem na mente do suicida: o sentimento de deslocamento comunitário ou de não pertença social; a sensação de inutilidade (de ser um peso familiar ou na relação a dois), e; ausência do medo da morte. Essa desconexão com a realidade social e familiar, juntamente com uma forte tendência ao isolamento social caracteriza uma espécie de alienação social.

Na sociologia clássica, Durkheim, em sua obra “O Suicídio”, desbrava um mar revolto antes restrito a criminologia, as religiões e a filosofia, para incluir a nau da sociologia e por consequência todas as ciências sociais. Para Durkheim, o suicídio é um fato social, com todas as implicações que esta afirmação aponta. Nesse sentido, o suicídio é uma questão social, e deve ser estudada como tal. Os indivíduos se suicidam em função da diminuição da interação social que mantem com a sociedade, com os grupos sociais. Para tanto, o fator chave é a coesão social, quanto maior ela for, menor seriam as taxas de suicídio. (DURKHEIM, 2019; ALMEIDA; 2018; VARES, 2017; COUTINHO, 2010)

Em “O Suicídio, Durkheim desenvolve uma ainda hoje surpreendente tese central, a de que há um estoque regular de suicídios em cada sociedade e existem regularidades que podem ser identificadas de modo a determinar as causas sociais dos mesmos para grupos sociais, comunidades ou nações. (RIBEIRO; MOREIRA, 2018, p. 2822-23)

Apesar das inúmeras críticas a vários pontos de sua teoria, o seu caráter social continua atual, isto é, o fenômeno do suicídio se altera, se transforma tanto no

tempo quanto no espaço. Novas forças sociais podem influir nas taxas de suicídio, pois este não é um fenômeno engessado, mas em movimento. (DURKHEIM, 2019; ALMEIDA; 2018; VARES, 2017; COUTINHO, 2010; TEIXEIRA, 2002; MINAYO, 1998; NUNES, 1998)

Para Durkheim, com exceção dos casos de suicídio de indivíduos com transtornos mentais, o suicídio seria produto das pressões sociais que a sociedade estabelece entre os seus membros. A coesão social forçaria os indivíduos a se (re)ordenarem dentro das estruturas sociais (re)estabelecidas. (DURKHEIM, 2019; RIBEIRO, MOREIRA, 2018)

O suicídio tido como fruto do progresso, da industrialização, da instrução, da civilização, seria o ponto de partida de Durkheim naquela obra que o notabilizou em 1897. [...] Valoriza duas grandes dimensões para a tentativa de compreensão do fenômeno suicida: integração e regulação; a integração, como as relações sociais que ligam o indivíduo ao grupo, e a regulação, como os requisitos normativos ou morais exigidos para a pertença ao grupo. Portanto, teóricos dos “factos sociais”, que deveriam ser tratados como “coisas”, e da “consciência coletiva”, como uma entidade moral superior ao indivíduo, para Durkheim todo o comportamento humano, desde o sentir, o pensar, o agir, seria, enfim, determinado pela sociedade. Onde, os fatores macrosociais serem essenciais ao Homo Sapiens Sapiens, como ser gregário que é, e o interesse das variáveis religião, família, profissão, etc., em detrimento de tudo o que se passa no psiquismo do indivíduo enquanto membro isolado da sociedade. (SARAIVA, p. 2, 2010)

Durkheim aponta a anomia como o principal inimigo da vida em sociedade. Segundo o autor, anomia seria um estado patológico da sociedade, onde as normas, a segurança, o amparo e a estabilidade que caracterizam a existência da vida em sociedade, desaparecem ou diminuem sua intensidade e presença de tal forma que o indivíduo deixa de se compreender parte de um todo social. A anomia social tende a produzir indivíduos excluídos, marginalizados e ignorados que estão fora da força gravitacional da coesão social. (DURKHEIM, 2019)

Powell (1958) e Ginsberg (1966) referiram-se à relação entre o suicídio anômico e a frustração pela não melhoria do es-

tatuto social. Porterfield & Gibbs (1960) não só confirmam esta conclusão como também alertam para a possibilidade de um aumento do estatuto social poder originar uma ansiedade perturbadora. Henry & Short (1971) falam mesmo do risco elevado de suicídio nas classes altas em períodos de crise econômica. (SARAIVA, 2010)

É claro que o contrário também produz efeitos negativos sobre os indivíduos, como no fatalismo, onde há um excesso de regulação e controle sobre os indivíduos (p. ex. Estados totalitários), o que gera a sensação de perda de sentido, de autonomia e sentido.

Durkheim propõem três tipos de suicídios: o *suicídio egoísta*, caracterizado por uma baixa integração na sociedade; o *suicídio altruísta*, com característica oposta do suicídio egoísta, pois há uma alta integração social, de tal modo, que o indivíduo compreende que o autosacrifício por um bem maior é válido; o *suicídio anômico*, onde a ausência ou baixa regulação social gera indivíduos marginalizados e excluídos. (DURKHEIM, 2019).

Com o uso criativo e rigoroso das estatísticas disponíveis, de caráter descritivo, Durkheim, elabora uma tipologia do suicídio fundada no protagonismo das causas sociais e na subordinação da miríade de casos individuais ao ambiente social, político e econômico: suicídios egoístas (decorrente da individualização exacerbada e da perda de laços coletivos); altruísta (por excesso de subordinação e lealdade a estruturas sociais segundo honra e heroísmo) e anômicos (crises sociais generalizadas e baixa regulação). (RIBEIRO; MOREIRA, 2018, p. 2823)

Apesar de não ter sido o primeiro a elaborar explicações sociais sobre a temática suicídio, Durkheim é quem elaborou um modelo teórico coerente e robusto para aplicação no estudo deste fenômeno social, onde o pesquisador é impelido a compreender as causas sociais que impulsionam o crescimento das taxas de suicídio em uma região ou país. (NUNES, 1998; RIBEIRO, MOREIRA, 2018).

No campo da saúde pública, os modelos teóricos da psicologia e sociologia se inter cruzam e interagem na tentativa de compreensão e explicação do suicídio como fenômeno psicossocial numa sociedade líquida, onde as relações sociais são mais fluídas e rápidas. (BAUMAN, 2001; BAUMAN, 2013). Nesse sentido, a OMS em relatório temático sobre a saúde mental realizado com dados de di-

versos países sobre o suicídio, apontou a gravidade do tema e a necessidade da urgência de sua abordagem, figurando entre as três principais causas de óbito de indivíduos jovens na faixa etária de 15 a 44 anos, numa média mundial de 800 mil óbitos anuais, o que gerava a impressionante perspectiva de um suicídio a cada 40 segundos, aproximadamente. (WHO, 2014). Bertolotte e Fleischmann (2002) analisando relatórios da OMS, avaliavam um crescimento dos casos de suicídio no mundo, onde se projetava para o ano de 2020, mais de 1,5 milhão de pessoas que poderiam cometer suicídio, algo em torno de uma morte a cada 20 segundos.

Nessa trágica estatística, segundo a OMS (WHO, 2014), o suicídio ocupa o segundo lugar entre a causa de morte de indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos⁵. Essa faixa etária engloba adolescentes e jovens, o que desperta na consciência coletiva o questionamento a respeito de que a sociedade falhou em suas diversas instituições sociais quanto o acompanhamento e orientação dos seus membros mais novos.

Apesar desses números, que por si só já se mostram alarmantes, existe um fato que muitas vezes passa despercebido nos radares institucionais que são os casos de tentativas de suicídios e autolesão. A OMS (WHO, 2014) aponta que para cada suicídio ocorrem 20 casos de tentativas de suicídio. No ano de 2012, a 65ª Assembleia Mundial da Saúde, promovida pela OMS, em Genebra, Suíça, abordou esta temática. Contando com a participação de representantes de 194 Estados-membros, incluindo o Brasil, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a Resolução WHA65.4, onde se determinava que os países membros deveriam elaborar e implementar um plano nacional de ação integral sobre saúde mental, que englobasse legislação, políticas, planos, serviços, estratégias e programas para prevenção e promoção da saúde mental. (OMS, 2013)

Nesse sentido, como fruto da Resolução WHA65.4, a OMS estabeleceu o 'Plano de Ação sobre Saúde Mental 2013-2020' (OMS, 2013), com uma visão de saúde integral e multisetorial, enfocando a à promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e recuperação da saúde mental. O Plano apontou em seu item 72 a prevenção como prioridade a ser trabalhada pelos Estados membros, além da meta de redução em 10% do número de casos de suicídios até o ano de 2020. (OMS, 2013)

No Brasil, em 2006, apesar da promulgação das Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio com o objetivo de promover políticas de prevenção as tentativas de suicídio (BRASIL, 2006), o fenômeno do suicídio manteve-se em crescimento ao longo da década, tornando o Brasil no quarto colocado entre os

5 O primeiro lugar é ocupado pelos crimes de violência contra outrem.

países latino-americanos em número de suicídios no período entre 2000 e 2012, segundo a OMS (WHO, 2014).

Os dados apresentados nas figuras 1 e 2 apontam essa trágica realidade de crescimento das notificações de violência autoprovocadas (tentativas de suicídio) na faixa etária de 15 a 29 anos, isto é, entre adolescentes e jovens.

Em 2019, o boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde apontou uma tendência de aumento da taxa de mortalidade associada ao suicídio, como também um aumento nas tentativas de suicídio (BRASIL, 2019). De acordo com o boletim epidemiológico, “entre 2007 e 2017, foram notificados no Sinan 470.913 casos de intoxicação exógenas no Brasil, sendo 220.045 (46,7%) caracterizadas como tentativas de suicídio”. (BRASIL, 2019, p. 3).

Com relação aos óbitos por suicídio, o boletim informa que “entre 2007 e 2016, foram registrados 106.374 óbitos por suicídio no Brasil, com taxa geral padronizada de mortalidade de 5,3/100 mil hab., variando de 5,1 em 2007 a 5,5 em 2016.” (BRASIL, 2019, p. 5), o que aponta que o país não logrou sucesso na obtenção da meta traçado pelo Plano de Ação sobre Saúde Mental da OMS.

Todos esses dados apontam para a gravidade do problema que é o suicídio para a saúde pública mundial e nacional. Apesar disso, a própria OMS reconhece que inúmeras evidências científicas demonstram que o suicídio e as tentativas de suicídio podem ser evitados desde que enfrentados pelo Poder Público no início do seu surgimento mediante políticas públicas de prevenção ao suicídio e promoção a vida. (DIFANTE, 2019; TONEL, 2020)

Nesse sentido, uma vez que se reconhece a gravidade e emergência do suicídio como problema de saúde pública, faz-se necessário analisá-lo e compreendê-lo como um fenômeno psicossocial sob a ótica dos direitos humanos.

A prevenção das tentativas de suicídio como política pública de efetivação de direitos humanos

A implementação dos direitos humanos como todo fenômeno social não ocorre de uma hora para outra, mas sim num processo histórico, de construção social onde a sociedade humana evolui na compreensão de si, de seus direitos e deveres. Nesse sentido, Sachs (1998, p. 156) lembra que

Não se insistirá nunca o bastante sobre o fato de que a ascensão dos direitos é fruto de lutas, que os direitos são conquistados, às vezes, com barricadas, em um processo histórico

cheio de vicissitudes, por meio do qual as necessidades e as aspirações se articulam em reivindicações e em estandartes de luta antes de serem reconhecidos como direitos

E isto se dá porque a própria compreensão de direito, e notadamente direitos humanos, é sempre evolutiva, progressiva, relacionada com a história humana de convívio social, o que Arendt (2012) aponta como um processo de construção e reconstrução de valores e normas.

Já no século XVII, o filósofo alemão Immanuel Kant propunha em sua obra⁶ o reconhecimento do valor da dignidade humana em escala internacional. Para a filosofia moral kantiana, o ser humano ocupa o lugar central, onde sua dignidade é considerada um fim em si mesmo e não um meio. Kant apontava para a necessidade racional da criação de um direito universal que possa reger as relações entre os Estados soberanos e os seres humanos, independentemente de sua relação territorial e nacional, o que ele denominou de *jus cosmopoliticum*. (KANT, 2010)

Para Lafer (2008), o marco histórico desse direito cosmopolita ocorre com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), elaborada e adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas mediante a Resolução 217-A, de 10 de dezembro de 1948, onde pela primeira vez em escala internacional, surge um direito global para a convivência pacífica coletiva. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e todo o desenvolvimento posterior dos direitos humanos, vem em resposta aos eventos que a antecederam, como a Crise de 1929, a ascensão de regimes totalitários na Europa, o fechamento de fronteiras por motivos econômicos e xenofóbicos, e o surgimento de uma ideologia estatal que transformava determinados grupos populacionais em “inimigos do Estado”. Esse trágico momento da história humana, fez surgir a compreensão social de que a dissociação entre os direitos nacionais, internacionais e humanos produziram uma imensa massa de desvalidos destituídos de seus direitos mínimos, dos benefícios do princípio da legalidade por total ausência de vínculo de cidadania com algum Estado e pela inexistência de um direito à hospitalidade universal. (ARENDR, 2012)

No final da II Guerra Mundial (1939-1945), a presença dos sobreviventes dos campos de extermínio do III Reich alemão revelou a humanidade a sua face mais cruel e abjeta, onde o ser humano pode descaracterizar o outro, desumanizando-o, transformando-o em coisa, e exterminando-o.

6 Kant, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*.

Os campos de concentração foram a base material do crime de genocídio. Este não é um crime contra um grupo nacional, étnico ou religioso. É um crime cometido contra a humanidade, porque é uma recusa frontal da diversidade e da pluralidade – característica da condição humana na lição de Hannah Arendt. É, além do mais, no ineditismo da sua escala e violência, a expressão da gratuidade do mal, pois o extermínio organizado e premeditado foi um fim em si mesmo. (LAFER, 2008, p. 303)

Houve um consenso entre as nações de que aquele horror não mais deveria se repetir, e que aqueles valores que nos humanizam deveriam ser positivados e propagados em todo o globo. Nas palavras de Bobbio (2004, p. 46), “a Declaração Universal dos Direitos do Homem representa a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido, e essa prova é o consenso geral acerca da sua validade”. É ‘direito a ter direitos’, segundo Arendt (2012), onde cada ser humano tem seus direitos garantidos pela ordem internacional independente da nacionalidade ou cidadania de cada um.

Em relação ao objeto deste artigo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamou em seus artigos 3º e 25, o direito à vida e à saúde, dentre outros, como garantias fundamentais a todos os homens e mulheres pela simples condição de serem humanos.

[...] encontra-se a saúde como um direito humano que todo o sujeito tem e pode exercer, sendo considerada, inclusive, como um dos importantes elementos da cidadania, como um direito à promoção da vida das pessoas, pois direito à saúde é direito à vida. Partindo desta análise, a questão do direito à saúde é universal e, porque não, cosmopolita, consolidando-se como um direito humano fundamental. (STURZA, MARTINI, 2017, p. 174)

No tocante ao direito à saúde, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), foi pioneira ao abordá-lo e propor a sua garantia a todos os indivíduos, juntamente com os outros direitos sociais em seus artigos 22 e 25. Em 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no artigo 12, enfatizou o direito humano a promoção e prevenção da saúde física e mental (SARLET, 2007a). Na mesma linha, a OMS, ao final da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde de 1978, produziu a Declaração de Al-

ma-Ata onde reconhecia a saúde como um direito humano fundamental, concludendo a necessidade urgente de todos os governos, profissionais e trabalhadores de saúde do mundo a se unirem para a promoção da saúde para todos os povos do mundo. (TONEL, 2020).

No Brasil, sob ímpeto das transformações políticas e sociais advindas do movimento da redemocratização dos anos 80, os constituintes consagraram na Constituição Federal de 1988, o direito à saúde como um direito fundamental social, positivando-o nos artigos 6º, 196 ao 200. Era um momento histórico da evolução jurídica nacional pois situava-se o direito à saúde na segunda dimensão de direitos humanos e fundamentais, como um direito prestacional, onde ao Estado era estabelecida a responsabilidade constitucional da estruturação, manutenção e desenvolvimento de um sistema de saúde público, universal, gratuito, integral e igualitário, capaz de promover, proteger e recuperar a saúde dos indivíduos em todo o território nacional. (MASSAÚ, BICA, 2019; SARLET, 2007b; BRASIL, 1988)

[...] a nossa Constituição vigente, afinada com a evolução constitucional contemporânea e o direito internacional, não só agasalhou a saúde como bem jurídico digno de tutela constitucional, mas foi mais além, consagrando a saúde como direito fundamental, outorgando-lhe, de tal sorte, uma proteção jurídica diferenciada no âmbito da ordem jurídico-constitucional pátria. (SARLET, 2007a, p. 2)

Ao se elevar o direito à saúde como um direito fundamental coletivo, o legislador brasileiro acompanhou a tendência mundial de internalizar os direitos humanos na ordem constitucional, consolidando a noção de igualdade social, onde protege o ser humano das eventualidades dos modelos econômicos e de suas eventuais segregações socioeconômicas, pois ao Estado é projetada obrigações legais de proteção dos seus cidadãos através da prestação social de saúde. (DALLARI, NUNES JÚNIOR, 2010).

Nesse sentido, Serrano (2012) salienta que por serem direitos fundamentais, estes direitos são inalienáveis, irrenunciáveis e indisponíveis quando seu objetivo for garantir uma vida humana digna a todos sem restrição. E Sarlet (2007b) relembra que no nosso ordenamento jurídico à saúde possui dupla fundamentalidade formal e material.

Ainda nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS), conceitua saúde como “um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de infecções ou enfermidades” (WHO, 2015, p. 7), onde a

visão sobre a saúde deixa de ser apenas a ausência de doenças (visão biomédica) para o bem-estar e autonomia individual (visão biopsicossocial). Para tanto, compreende-se que além das bactérias e vírus, pode-se adoecer por causa do ambiente social, do trabalho, da alimentação, dos hábitos de vida, das relações sociais ou sua ausência, ou seja, há determinantes sociais de saúde que interferem no bem-estar dos indivíduos.

Com efeito, o direito à saúde é fruto de uma conquista humana relacionada à manutenção da vida e de uma existência digna, a saúde não se trata apenas da inexistência de patologias, mas sim, do completo bem-estar humano, ou seja, a garantia a todo ser humano de boas, adequadas e dignas condições de vida, tanto no tocante ao seu organismo, como fisicamente. (FORTUNATO; BOTELHO, 2019, p. 543)

O movimento da reforma sanitária, anterior a Constituição de 1988, mas que numa espécie de simbiose fortaleceu e ganhou força com todo o processo de implantação da nova Carta Magna, trouxe para o Estado brasileiro a responsabilidade pelo planejamento, coordenação e execução das ações de saúde em todo o território nacional. Não apenas na execução orçamentária de repasse de fundos, mas também de planejamento de ações de prevenção, de promoção à saúde, de ações de tratamento e recuperação à saúde em suas esferas administrativas (federal, estadual, distrital e municipal), tendo em vista o desenvolvimento e cuidado integral do ser humano. (FORTUNATO; BOTELHO, 2019)

Como abordado anteriormente, as estatísticas oficiais apontam para a gravidade sanitária e social dos suicídios e tentativas de suicídios. De acordo com estatísticas oficiais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no ano de 2018, as primeiras estimativas apontavam que os números de óbitos por suicídio estejam entre 5,0 a 9,9 mortes por 100 mil habitantes, o que representa um número bastante alto na taxa de mortalidade geral. (BRASIL, 2019). No caso das tentativas de suicídio, apesar da subnotificação, os números devem ser bem maiores, uma vez que de acordo com a OMS são em torno de 20 vezes maiores do que o número de óbitos registrados, o que demanda uma necessidade real de que o Estado atue positivamente na prestação dos serviços públicos de urgências e emergências hospitalares no atendimento destes pacientes, mas que também mantenham de forma permanente, o acompanhamento psicossocial para a população em risco de suicídio. Como também, a capacitação das equipes de saúde para o atendimento a essa parcela da população. Já que negar ou

restringir o acesso aos serviços de saúde por parte do Estado seria violação de direitos humanos. (DIFANTE, 2019).

Segundo Carneiro e Lima (2020), os estigmas relacionados ao suicídio são muito profundos em nossa sociedade, de tal modo que uma grande parcela da população desconhece suas causas e mecanismos de prevenção. Esse desconhecimento está relacionado por falta de informação, por preconceitos religioso ou moral. Ademais, há uma injustificada resistência das instituições sociais e meios de comunicação social em abordarem o tema suicídio por receio de estarem incentivando a prática.

Esse desconhecimento (e preconceito) se manifesta também naqueles que deveriam cuidar dos pacientes em risco de suicídio. De acordo com dados apontados pelo Observatório de Bioética e Direitos Humanos dos Pacientes em Risco de Suicídio, da Universidade de Brasília, em um estudo realizado em várias capitais junto a profissionais de saúde e pacientes que tentaram suicídio, a maioria dos profissionais entrevistados apresentava condenação moral ou preconceito religioso ao ato do suicídio e aos seus praticantes, e por consequência, isso dificultava os cuidados assistenciais prestados aos pacientes na rede de saúde. Analisando mais profundamente as respostas obtidas no relatório, percebe-se graves e constantes violações aos direitos humanos dos pacientes, sendo que muitas delas são praticadas de forma inconsciente. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2017)

O relatório lembra que o imperativo categórico para o cuidado de pacientes em risco de suicídio está fundamentado nos princípios e valores dos direitos humanos dos pacientes, por consequência, questões fundamentais como não discriminação por causa do ato suicida, direito à confidencialidade das informações em seu prontuário, direito à informação essencial ao seu tratamento, direito à liberdade de contactar seus familiares ou de estar com seus familiares durante o tratamento, direito de não ser discriminado por julgamentos morais ou religiosos por parte da equipe de saúde etc, são pontos basilares na relação paciente e equipe de saúde, ou paciente/cidadão e Estado. (DIFANTE, 2019; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2017). Nos dizeres de Carneiro e Lima, compete ao Estado brasileiro “a obrigação de respeitar os direitos humanos das pessoas que tentam suicídio através de políticas e programas públicos que não utilizam padrões discriminatórios para o fenômeno suicídio”. (2020, p. 131)

O reconhecimento do fenômeno psicossocial do suicídio como um problema de saúde grave é urgente, porque isso impõem a necessidade de pesquisa, de aprofundamento do tema, da compreensão de como seu caráter profundamente estigmatizado ainda reflete nas ações dos grupos sociais nos tempos atuais. Com-

preender o fenômeno do suicídio e da tentativa de suicídio é fundamental para demandar ações efetivas do Estado na elaboração de políticas e programas públicos sobre a temática, mas é preciso ir mais além, faz-se necessário aprofundar a pesquisa sobre este fenômeno psicossocial sob um novo enfoque das ciências sociais, no caso, os direitos humanos dos pacientes.

É necessário olhar os pacientes em risco de suicídio como indivíduos com vulnerabilidade acrescida em razão de fatores pessoais e contextos externos. É dever do Estado a proteção dos direitos mais básicos e fundamentais desses pacientes quando fragilizados pelo momento em que a doença os atinge, onde facilmente sofrem violações de direitos por parte daqueles que deveriam resguardá-los. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2017; ALBUQUERQUE, BOEIRA, LIMA, AYRES, 2019; ALBUQUERQUE et al., 2019)

Da mesma forma, é obrigação do Estado brasileiro a preservação da vida de seus cidadãos, e no caso específico dos em risco de suicídio, mediante a manutenção do tratamento/acompanhamento psicossocial. É salutar lembrar que de acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos acolhido no ordenamento jurídico brasileiro mediante o Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992, está prescrito em seu art. 6º que, “1. O direito à vida é inerente à pessoa humana. Esse direito deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida.” (BRASIL, 1992a). De igual modo, o Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992, que promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, prescreve em seu art. 4º que “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.” (BRASIL, 1992b)

Dessa forma, o atendimento digno, igualitário, sem preconceitos ou distinções aos pacientes em risco de suicídio não é apenas um categórico imperativo, mas também uma exigência legal imposta por tratados internacionais de direitos humanos que foram internalizados no ordenamento jurídico nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O suicídio é fenômeno psicossocial antigo, multifatorial e complexo que envolve uma série de causas e variantes a depender do contexto onde se desenvolve e como é estudado.

O presente artigo pretendeu abordar de forma interdisciplinar o fenômeno psicossocial do suicídio e tentativas de suicídio entre jovens brasileiros, mediante

o uso exploratório e descritivo das estatísticas produzidas pelos órgãos sanitários oficiais e ampla revisão de literatura.

De acordo com essas estatísticas, os números de casos de suicídios entre jovens crescem a cada ano no país, colocando-o como uma das principais causas de mortalidade juvenil. De igual modo, os casos de tentativas de suicídio, caracterizados como violência autoprovocada, através de lesões autoprovocadas e de intoxicação exógena sobem exponencialmente, tendo como agravante a situação de que um significativo número de jovens dão entrada nos hospitais e emergências do país mais de uma vez, apontando para o fato de que a ideação suicida quando não tratada e acompanhada tende a se agravar como tentativa de suicídio.

Os números apontam para altos índices nas regiões sudeste e sul, mas a região nordeste vem apresentando um crescimento significativo o que demanda uma revisão da efetividade das políticas públicas de saúde mental, com enfoque nesta parcela da população brasileira.

É justamente nesse ponto que a ação efetiva do Poder Público com políticas públicas de acolhimento, promoção à saúde e prevenção aos riscos de suicídio são fundamentais, pois não basta que o Estado ofereça o atendimento de emergência hospitalar para o paciente em risco de suicídio, é necessário que haja o acompanhamento e tratamento contínuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Aline; BOEIRA, Laura; LIMA, Luana; AYRES, Thatiana. Os direitos humanos de pacientes em risco de suicídio no Brasil. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 26-35, jan./mar. 2019.

ALBUQUERQUE, Aline; OLIVEIRA, Ana Luísa; LIMA, Andreia Katiane; GUIMARÃES, Carolina; MAIA, Carolina; KARAJA, Diana; BORBA, Gabriel Vieira; SOUSA, Rachel. Violação aos direitos dos pacientes: análise da jurisprudência no Brasil. *Revista Direitos Fundamentais e Alteridade*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2019.

ALMEIDA, Felipe Mateus de. O suicídio: contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. *Aurora*, Marília, v. 11, n. 1, p. 119-138, 2018. Semestral.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERTOLETE, José Manoel; FLEISCHMANN, Alexandra. A global perspective in the epidemiology of suicide. *Suicidologi*, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 6-8, 2002. Disponível em: <https://www.iasp.info/pdf/papers/Bertolote.pdf>

BOBBIO, Norberto. Era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html. Acesso em 20 dez. 2020

BRASIL. Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico 48: perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. v. 48, n. 30. Brasília: SVS/MS, 2017. 14 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico 15: suicídio: tentativas e óbitos por intoxicação exógena no Brasil, 2007 a 2016. 50. ed. Brasília: Svs/ms, 2019. 12 p.

BRASIL. MMFDH – Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos. 2019. Disponível em: < <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/politicas-de-prevencao-ao-suicidio-e-autolesao-provocada-sem-intencao-suicida-entre-adolescentes-e-jovens/view>>. Acesso em 01 de Julho de 2020.

BRIXNER, Betina; KOCH, Caroline Lau; MARTH, Marla Pedroso; FREITAS, Alice Pereira; GARSKE, Cristiane Carla Dressler; GIEHL, Vanessa Monigueli; SCHNEIDER, Ana Paula Helfer. Formas utilizadas para tentativa de suicídio e características sociodemográficas de pacientes atendidos no serviço de emergência de um hospital de ensino. *Scientia Medica*, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 1-6, 24 nov. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-6108.2016.4.24467>.

CARNEIRO, Débora Sodrê Gonçalves; LIMA, Cláudia Araújo de. Suicídio e direitos humanos no Brasil: primeiras percepções sobre diálogos documentais. In: MEZACASA, Douglas Santos (org). *Pensamento jurídico e relações sociais 2*. Ponta Grossa: Atena, 2020.

CINTRA, Elisa Maria de Ulhôa. *Melanie Klein na psicanálise contemporânea: teoria, clínica e cultura*. São Paulo: Zagadoni, 2019.

COUTINHO, Alberto Henrique Soares de Azeredo. Suicídio e laço social. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 32, n. 56, p. 61-70, jun. 2010.

DALLARI, Sueli Gandolfi; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Direito Sanitário*. São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

DIFANTE, Diego dos Santos. O suicídio como grave problema de saúde pública: uma visão sob a ótica dos direitos humanos e a nova política nacional de prevenção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 5., 2019, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria, Rs: Ufsm, 2019. p. 1-18. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/congresso-direito-anais>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. 513 p.

FERREIRA JUNIOR, Avimar. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, v. 01, n. 02, p. 15-28, 2015.

FORTUNATO, Beatriz Casagrande; BOTELHO, Marco César. Sob as influências do constitucionalismo termidoriano: a postura do poder judiciário no brasil acerca do direito à saúde. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Itajaí, v. 14, n. 3, p. 532-559, set. 2019. Quadrimestral. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica Acesso em:

FREIRE, Vanessa Cristina Ramos. *Suicídio na adolescência: reflexões sobre o mal-estar na atualidade*. *Psicologia.pt*, 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0424.pdf>.

JOINER, Thomas. *Why people die by suicide*. Harvard University Press, 2007. Ebook Kindle.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LAFER, Celso. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*. In MAGNOLI, Demétrio. *A história da paz*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 297-330.

MASSAÚ, Guilherme Camargo; BICA, Carolina Polvora. Apontamentos sobre o direito à saúde e um breve estudo de caso: a aplicação da decisão do RE 657.718 do Supremo Tribunal Federal em uma demanda por saúde na cidade de Tavares - RS. *Revista Direito em Debate*, [S.L.], v. 28, n. 52, p. 106-114, 20 dez. 2019. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2019.52.106-114>.

MENNINGER, Karl A. *Eros e tanatos. Homem contra si próprio*. São Paulo: IBRASA, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 421-428, 1998.

MYERS, David G. *Psicologia social*. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 567 p.

NUNES, Everardo Duarte. O suicídio: reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 7-34, mar. 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde*. São Paulo: Edusp; 2008.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Plan de acción sobre salud mental 2013-2020*. Ginebra: OMS, 2013.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin; MARTORELL, Gabriela. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 800 p.

RIBEIRO, José Mendes; MOREIRA, Marcelo Rasga. Uma abordagem sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 23, n. 9, p. 2821-2834, set. 2018. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018239.17192018>.

ROCKETT, Ian RH; HOBBS, Gerry; DE LEO, Diego; STACK, Steven; FROST, James L; DUCATMAN, Alan M; KAPUSTA, Nestor D; WALKER, Rheeda L. Suicide and unintentional poisoning mortality trends in the United States, 1987-2006: two unrelated phenomena? *BMC Public Health* [Internet]. v.10, n. 705. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3091585/>. doi: 10.1186/1471-2458-10-705

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania*. In: *Direitos humanos no século XXI*. Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais e Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

SANTOS, Simone Agadir; LEGAY, Letícia Fortes; AGUIAR, Fernanda Pinheiro; LOVISI, Giovanni Marcos; ABELHA, Lucia; OLIVEIRA, Sergio Pacheco de. Tentativas e suicídios por intoxicação exógena no Rio de Janeiro, Brasil: análise das informações através do linkage probabilístico. *Cad Saúde Pública* [Internet], v. 30, n. 5, p. 1057-66, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n5/0102-311X-csp-30-5-1057.pdf>. doi:10.1590/0102-311X00054213

SARAIVA, Carlos Braz. Suicídio: de Durkheim a Shneidman, do determinismo social à dor psicológica individual. *Psiquiatria clínica*, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 41-61, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do Direito à saúde na Constituição de 1988. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)*, Salvador, n. 11, p. 1-17, setembro/outubro/novembro, 2007a. Instituto Brasileiro de Direito Público. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/artigo/ingo-wolfgang-sarlet/algumasconsideracoes-em-torno-do-conteudo-eficacia-e-efetividade-do-direito-a-saudena-constituicao-de-1988>. Acesso em: 02 fev 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição de 1988. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007b.

SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. O sistema único de saúde e suas diretrizes constitucionais. 2 ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2012.

STURZA, Janaína Machado; MARTINI, Sandra Regina. O direito humano à saúde na sociedade cosmopolita: a saúde como bem da comunidade e ponte para a cidadania. VI Encontro Internacional do CONPEDI - Costa Rica. Florianópolis: CONPEDI, 2017. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c7yr-g601/3zyi731v/qti3VW5KDC6W5yOz.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020

TEIXEIRA, Rodrigo Rodrigues. Três fórmulas para compreender "o suicídio" de Durkheim. *Interface: Comunicação, saúde, educação*, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 143-152, ago. 2002.

TONEL, Rodrigo. O fenômeno do suicídio na contemporaneidade: a dicotomia entre direito à saúde e políticas públicas de prevenção frente à necessidade de interlocuções com os direitos humanos. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direitos Humanos, Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí, 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em Bioética. Relatório sobre Direitos Humanos dos Pacientes em Risco de Suicídio no Brasil. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.observatoriopaciente.com.br/2017/09/19/relatorio-sobre-direitos-humanos-dos-pacientes-em-risco-de-suicidio-no-brasil>. Acesso em: 25 nov. 2020.

VARES, Sidnei Ferreira de. O problema do suicídio em Émile Durkheim. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, [s. l], v. 13, n. 18, p. 13-36, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15869>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preventing suicide: a global imperative*. Luxembourg: WHO, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental health atlas 2014*. France: WHO, 2015.

AUTORES

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin

Aline Adriana de Oliveira

Ana Beatriz Conceição de Jesus

Angela Ernestina Cardoso de Brito

Amanda Lacerda Jorge

André Augusto Pereira Brandão

Carla Manguiera Gonçalves

Carolina dos Anjos de Borba

Cristiano Sant'Anna de Medeiros

Elbênia Neris da Silva Bento

Eva Aparecida da Silva

Fabiana Lopes Corrêa

Fabiano Lucio de Almeida Silva

Isadora Souza da Silva

João Bôsko Hora Góis

Joana D'Arc Fernandes Ferraz

Joana Valente Santana

Joicy Helena da Costa Pantoja

Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes

Leonardo Costa Miranda

Leopoldo Nogueira Santana Junior

Letícia Machado de Araujo

Margarida de Cassia Campos

Mariana Muniz


Pollyanna de Souza Carvalho

Sidimara Cristina de Souza

Simone de Fátima Flach

Verônica Gonçalves Azeredo



LETRAS  LIVROS

data | uff

 **PROEX**
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

uff Universidade
Federal
Fluminense

